



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

EDICARLA MACÊDO DA ROCHA

A MALOCA DO PELA PORCO:

Dinâmicas de sobrevivência de usuários-catadores num espaço do centro de Salvador

Salvador
2024

EDICARLA MACÊDO DA ROCHA

A *MALOCA* DO PELA PORCO:

Dinâmicas de sobrevivência de usuários-catadores num espaço do centro de Salvador

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito para obtenção do grau de Mestra em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Urpi Montoya Uriarte

Salvador
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

R672 Rocha, Edicarla Macêdo da
A maloca do Pela Porco: dinâmicas de sobrevivência de usuários-catadores num espaço do Centro de Salvador / Edicarla Macêdo da Rocha, 2024.
188 f.: il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Urpi Uriarte Montoya
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

1. Antropologia. 2. Pessoas desabrigadas - Condições sociais - Salvador (BA).
3. Exclusão social. 4. Espaços públicos. 5. Catadores de lixo. I. Montoya, Urpi Uriarte
II. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDD: 306.3

Responsável técnica: Ana Cristina Portela de Santana - CRB/5-997

EDICARLA MACÊDO DA ROCHA

A MALOCA DO PELA PORCO:

Dinâmicas de sobrevivência de usuários-catadores num espaço do centro de Salvador

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito para obtenção do grau de Mestra em Antropologia.

Salvador, 21 de novembro de 2024.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Urpi Montoya Uriarte - Orientadora
Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo
Universidade Federal da Bahia

Ms. Luana Silva Bastos Malheiro
Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós- Graduação em Antropologia- PPGA/UFBA.

Dr. Marcos Luciano Lopes Messeder
Doutor em Sociologia e Antropologia pela Université Lumière Lyon 2
Programa de Pós- Graduação em Educação e Contemporaneidade- PPGEDUC/UNEB.

Às pessoas em situação de rua que muito tem me ensinam.

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos é entrar em estado de reflexão e retrospectiva acerca do caminho trilhado até aqui, de todos os seres que me atravessaram e que atravessei com ideias, questionamentos e respostas provisórias. Com o coração aquecido por tantas trocas e aprendizado agradeço:

À toda a *Maloca* do Pela Porco, sem ela nada seria possível, igualmente a todos os demais interlocutores que gentilmente colaboraram com a pesquisa, comerciantes; representante de Projeto Social; Trabalhadores dos diversos Serviços que atuam no território, dentre outros, que de alguma forma provocaram *insights* e apontaram caminhos interessantes.

Ao Programa Corra pro Abraço que tem a Redução de Danos como possibilidade de vida e cuidado, uma alternativa a Necropolítica comumente praticada contra grupos sociais historicamente vulnerabilizados. Aos meus colegas do Programa que literalmente abraçaram meu trabalho dando contribuições importantes acerca da dinâmica do Pela Porco no decorrer dos últimos oito anos de atuação do Programa naquele espaço. Agradeço especialmente às equipes pelas quais tive a honra de ser parte ao longo de cinco anos de trabalho na rua: Unidade de Apoio na Rua-UAR, Equipe de Extensão e Aquidabã/Piedade e, mais recentemente, a equipe do Pedagógico e Arte- Educação que me permitiu aprender que com arte- educação e sensibilidade podemos discutir sobre quaisquer questões e abrir caminhos.

Sou grata à Coordenação Geral do referido Programa por fazer uma gestão sensível, aberta à escuta e ao diálogo. Intensamente sou grata a todos os colegas do *Corra* que tive a oportunidade de trocar e que, de alguma forma, contribuíram com meu trabalho e com o meu bem-estar.

Agradeço à Universidade Federal da Bahia e a todo corpo docente e técnico, na figura de minha orientadora, Urpi Montoya Uriarte, que foi extremamente sensível, presente e ativa ao orientar o percurso da pesquisa, da escrita, das muitas organizações dos capítulos para que tudo fizesse sentido.

À CAPES por conceder um período de bolsa que me permitiu investir na pesquisa e avolumar capital cultural que, certamente, contribuirá de forma significativa com desafios vindouros.

À minha família que, a cada passo dado, comemora a vitória coletiva que é adentrar espaços que estavam presentes apenas nos sonhos. Em especial, agradeço ao meu assessor para assuntos aleatórios de qualquer ordem: Meu Filho que me incentiva, inspira, que me desafia a

olhar para o horizonte em busca de linhas para tecer caminhos de fuga, de encontros e de relações.

A todas as pessoas amigas e companheiras da vida que me animam e impulsionam, de forma incansável, a seguir e alçar voos mais altos.

Todo meu sentimento de gratidão não cabe neste espaço. Agradeço ao sagrado que sustenta e guarda meus caminhos, aos meus amigos.

Meus mais sinceros e respeitosos agradecimentos a todos aqueles que, de todo e qualquer modo, cuidaram e me acolheram durante este percurso desafiador que foi o Mestrado em Antropologia; tempo em que aprendi um tanto mais sobre ser uma mulher negra, pesquisadora, investigando em um território violentado e sobre grupos socialmente estigmatizados.

Quando falo de humanidade não estou falando só de *homo sapiens*, me refiro a uma imensidão de seres que nós excluímos desde sempre: caçamos baleia, tiramos barbatana de tubarão, matamos leão e o penduramos na parede para mostrar que somos mais bravos que ele. Além da matança de todos os outros humanos que a gente achou que não tinham nada, que estavam aí só para nos suprir com roupa, comida, abrigo. Somos a praga do planeta, uma espécie de ameba gigante. Ao longo da história, os humanos, aliás, esse clube exclusivo da humanidade - que está na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições - foram devastando tudo ao seu redor. É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade.

Os quase-humanos são milhares de pessoas que insistem em ficar fora dessa dança civilizada, da técnica, do controle do planeta. E por dançar uma coreografia estranha são tirados de cena, por epidemias, pobreza, fome, violência dirigida.

Ailton Krenak

RESUMO

Sobreviver nas ruas e das ruas requer sagacidade, além de uma reunião e ajustamento de coisas. Afinal, sozinho, isolado do coletivo, tudo fica ainda mais difícil. Nessa perspectiva, a investigação que dá forma a esta dissertação planejou mapear os atores e instituições que compõem, no espaço do Pela Porco, redes de sociabilidade que permitem às pessoas usuárias de drogas, e em situação de rua, a manutenção de suas vidas. Os objetivos foram conhecer a história do Pela Porco, de forma mais circunscrita ao entorno imediato da cena de uso; identificar os serviços, instituições e outras organizações que atuam naquele espaço, bem como descrever as redes de sociabilidade ali estabelecidas. Do ponto de vista teórico, as reflexões aqui propostas foram ancoradas em uma gama de autores, dos quais se destaca o conceito de espaço, filiado a Henri Lefebvre, para pensar a apropriação da rua e o destino dado pelo usuário a algo outrora diferentemente idealizado. Igualmente, para apoiar o argumento da formação das redes de sociabilidade, foram fundamentais as contribuições de Bruno Latour e sua Teoria Ator-Rede, para evidenciar as conexões entre distintos atores. Em diálogo crítico com Latour, foram acionados também o vocabulário conceitual de Tim Ingold, explicitando as tramas, os emaranhados e os fios que, tecidos, trazem as coisas de volta à vida, colocando-as em relação *pari passu* com os seres humanos. Os caminhos trilhados para execução dos objetivos foram múltiplos, pensando na complexidade do grupo social investigado e nas especificidades dos interlocutores. Na primeira fase, as observações de campo foram cruciais para entender que outras metodologias poderiam ser oportunas. Dessa forma, para cada objetivo específico adequamos a metodologia e, assim, foram aplicados questionários, entrevistas gravadas, conversas informais e outras guiadas por um roteiro previamente construído, além das anotações de campo que foram fundamentais na construção do texto. Por fim, conclui-se que chegamos ao antropoceno, nas ruínas causadas pela ação humana. Nesse cenário, as consequências ocorrem de forma mais efetiva para os grupos sociais historicamente vulnerabilizados.

Palavras-chave: Situação de rua. Pela Porco. Sociabilidade. Usuários. Espaço urbano.

ABSTRACT

Surviving on and from the streets requires sagacity, as well as gathering and adjusting things. After all, being alone and isolated from the collective makes things even more difficult. From this perspective, the investigation that shapes this dissertation has planned to map actors and institutions that make up sociability networks at Pela Porco space, allowing people who are in drug use and in homelessness experience the maintenance of their lives. The objectives were to meet Pela Porco's history in a circumscribed manner, focusing on the immediate surroundings of the scene of use; to identify the services, institutions and other organizations that act in that space, as well as to describe the sociability networks there established. From a theoretical point of view, the reflections here proposed were anchored in a range of authors, from which the concept of space of Henri Lefebvre is highlighted in order to think about street appropriation and the destiny given by the user to something once differently idealized. Similarly, contributions of Bruno Latour and his Actor-Network Theory were fundamental to support the argument on the formation of sociability networks as a means to evidence the connections between distinct actors. Tim Ingold's conceptual vocabulary was also triggered in a critical dialogue with Latour, explaining webs, tangles and threads that bring things back to life, placing them in a *pari passu* relationship with human beings. The paths taken for the execution of the objectives were multiple, considering the complexity of the social group investigated and the specificities of the interlocutors. In the first phase, field observations were crucial to understanding that other methodologies would be suitable. In this way, we adapted the methodology for each specific objective, thus questionnaires, recorded interviews, informal conversations and others guided by a previously constructed script were applied, in addition to the field notes that were fundamental in the construction of the text. Finally, we conclude that we have reached the Anthropocene, in ruins caused by human action. In this scenario, the consequences occur in a more effective manner for historically vulnerable social groups.

Keywords: Homelessness. Pela Porco. Sociability. Users. Urban Space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A marquise. Foto: Edicarla Macêdo da Rocha.	31
Figura 2 – Centro Antigo de Salvador (CAS), com destaque no Pela Porco. Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2013), com intervenção de Gordilho (2023).....	44
Figura 3 Parede da marquise, após uma das ações do município para retirar os usuários. Fonte: Marcos Machado.	54
Figura 4 Pela Porco antes do projeto de requalificação. Fonte: Google Maps (2022).....	54
Figura 5 Pela Porco após a requalificação. Fonte: Google Maps.....	55
Figura 6 Espaço do Pela Porco. Foto: Edicarla Macêdo da Rocha	55
Figura 7 Quantos(as) usuários(as) de drogas você acha que frequentam o Pela Porco? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.	62
Figura 8 Como você se identifica? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.....	62
Figura 9 Autoidentificação racial. Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.	64
Figura 10 Idade. Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.....	66
Figura 11 O que você consome. Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.	68
Figura 12 Há quanto tempo é usuária(o)? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.....	69
Figura 13 Com quem você consome? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.....	71
Figura 14 Você se considera “morador (a) de rua” ou “em situação de rua”? Elaborado pela autora com os dados dos questionários.....	74
Figura 15 Onde você dorme? (múltipla escolha) Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.....	74
Figura 16 Tem “casa” (lugar de residência fixa)? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.	75
Figura 17 Você tem família? (rede de apoio ou referência). Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.	76
Figura 18 (Se sim) Com qual frequência você mantém contato com sua família? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.	77
Figura 19 Você já foi alvo de violência no Pela Porco? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.	79
Figura 20 – (Se sim) De quem? (múltipla escolha). Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.	79
Figura 21 – Existem diferenças entre o Pela Porco e esses outros locais? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.....	83
Figura 22 Quando você passou a frequentar o Pela Porco? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.	83
Figura 23 Você se considera morador(a) do Pela Porco? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.	84
Figura 24 Você presta algum serviço para os moradores? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.	85

Figura 25 Quais são as suas 2 principais ocupações? (múltipla escolha) Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.....	86
Figura 26 Como você mais consegue se alimentar? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.	87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I.....	26
O ESPAÇO DO PELA PORCO.....	26
1.1 A cena do Pela Porco.....	26
1.2 A marquise e seu entorno: população em situação de rua, catadores, usuários e cenas de uso.....	29
1.3 O entorno da cena de uso: outros espaços e suas dinâmicas.....	34
1.4 Periferia do Centro Antigo de Salvador (CAS): quem são os vizinhos do Pela Porco ..	38
CAPÍTULO II.....	43
HISTÓRIAS E IMAGENS DO PELA PORCO.....	43
2.1 Da centralidade à pobreza, tráfico e violência.....	43
2.2 Retratos da mídia acerca do Pela Porco.....	51
2.3 Requalificação e novas dinâmicas do espaço.....	53
2.4 O contexto da pandemia de covid-19.....	55
CAPÍTULO III.....	59
A MALOCA.....	59
3.1 Dados gerais e perfil da Maloca.....	61
3.2 Substâncias psicoativas na cena.....	67
3.3 A família da rua.....	72
3.4 Violências.....	77
CAPÍTULO IV.....	89
AS RELAÇÕES.....	89
4.1 O Projeto Social e o Pastor.....	90
4.2 O pequeno comércio: Mestre e seu carro de lanche.....	105
4.3 Comércio: o ferro-velho e “Esse Menino”.....	111
4.4 O Estado: SEAS, Consultório na Rua e Corra pro Abraço.....	122
4.4.1 Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS).....	123
4.4.2 O Programa Corra pro Abraço.....	126
4.4.3 O Consultório na Rua.....	130
4.5 O Varejo local.....	135
CAPÍTULO V.....	139
A TRAMA DA SOBREVIVÊNCIA: TERRITÓRIO E SOBREVIVÊNCIA NA MALOCA DO PELA PORCO.....	139

5.1 A Maloca como território imposto e vigiado	140
5.2 Território imposto pelo Estado	143
5.3 Território psicotrópico	147
5.4 Território vigiado, mobilidade controlada.....	152
5.5 Sobrevivência precária e assistida	156
5.5.1 Espaços de trabalho	156
5.5.2 A Economia do Pela Porco	159
5.5.3 O dom religioso	162
5.5.4 Os laços familiares.....	165
5.5.5 Assistência do Estado	170
5.6 O social reinventado	172
CONCLUSÃO.....	175
REFERÊNCIAS	179
NOTÍCIAS CONSULTADAS	185

INTRODUÇÃO

A graduação em Ciências Sociais não é das mais fáceis, afinal, refletir sobre as dimensões do humano é tarefa deveras complexa, dada a dinâmica do objeto. São infinitas possibilidades de temáticas e pelo menos três pilares – sociológico, antropológico e político – e, ainda assim, dentro delas há outras tantas correntes de pensamento que caminham diversamente em suas análises. Contudo, a antropologia me deixava mais inquieta e curiosa sobre em quantos universos seria possível adentrar a partir da experiência, da vivência com pessoas de diferentes contextos, quanta diversidade cabia na forma de a Antropologia fazer Ciência, produzir conhecimento e colocar em discussão pautas que são caras para grupos socialmente excluídos, estigmatizados e colocados às margens da sociedade.

Em 2017, tive a oportunidade de realizar atividade de estágio curricular em um Programa¹ que presta atendimento a populações vulneráveis, sobretudo em situação de rua, usuárias de substâncias psicoativas em espaços urbanos de Salvador. Fui inserida em uma equipe, a de Extensão, que tem como característica a itinerância pelas cenas de uso do centro da capital baiana e, assim, cheguei ao Pela Porco. Na época, fiquei muito impactada com a situação precária em que as pessoas viviam naquele espaço, com a diversidade e intensidade de violências que elas experienciavam e partindo dos mais diversos atores, mas, ao mesmo tempo, o quanto de vida e potência existia ali.

Naquele momento, pareceu-me considerável produzir o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre aquela realidade, particularmente sobre as mulheres que permaneciam naquele lugar, enfrentando toda sorte de violência que o gênero acentua, ao mesmo tempo em que, para elas, a rua era uma possibilidade de vida. Aquele trabalho teve como objetivo geral compreender a percepção de violência das mulheres do espaço do Pela Porco.

No mestrado, já no Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA –, perguntava-me como as pessoas conseguiam sobreviver em um ambiente tão adverso, de quais mecanismos precisavam lançar mão para garantir a manutenção da vida e que funções aquelas pessoas desempenhavam na dinâmica cotidiana do espaço.

Diante da escassez de produção científica sobre a referida área da cidade de Salvador, penso ser este estudo significativo para o acúmulo da antropologia sobre a multiplicidade que comporta a cidade e as variadas formas de ocupá-la. Nessa conjuntura, fazer uma etnografia

¹ Programa Corra pro Abraço, que na época estava na Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS/BA), e hoje está na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES/BA).

trazendo para o centro aqueles que são colocados às margens tem muito a contribuir para o amplo conhecimento e entendimento acerca de espaços urbanos, grupos sociais e sujeitos socialmente marginalizados, chamando atenção de outros pesquisadores sobre quão fartos são os objetos de pesquisa no universo da população em situação de rua, usuários de substâncias psicoativas e catadores de material reciclável. De fato, em torno desses sujeitos há uma vastidão de circuitos, situações, redes e atores humanos e não humanos.

Nesse contexto, minha inserção no campo se deu por duas vias. Primeiro, havia a construção de um lugar enquanto trabalhadora de um serviço, com uma camisa e um crachá. Faltava, então, construir o lugar de pesquisadora. Diante disso, conversei com alguns interlocutores sobre a pesquisa e solicitei colaboração. Depois passei a frequentar o espaço em dias e turnos diferentes dos quais estava em campo enquanto trabalhadora do serviço. Os primeiros interlocutores também foram bem importantes para acessar outras pessoas e espaços dentro do Pela Porco, permitindo-me observar, conversar com as pessoas, conhecer e entender as conexões e associações entre os atores, a partir dos diferentes lugares sociais que possibilitam a sobrevivência e manutenção da vida naquele espaço.

Para o trabalho de campo fui muito inspirada por “Um antropólogo na cidade”, interessada que estava em conhecer e entender como se formavam as redes de sociabilidades no Pela Porco. Nessa perspectiva, pensava a sociabilidade enquanto “esse território em que você está lidando com as interações, com as redes de interações, com as situações interacionais dos mais diferentes tipos” (Velho, 2013, p.175), que possibilita “se relacionar em situações específicas” de modo a garantir a sobrevivência em um espaço inóspito, ainda que os ocupantes sejam a todo tempo convocados a se retirarem.

Além disso, estava borbulhando na minha cabeça as reflexões propostas por Ingold em “Antropologia: para que serve?” (2019) e “Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia” (2016). O primeiro texto me desafiava a pensar que tipo de antropologia defenderia e qual tarefa poderia ser atribuída a essa ciência em relação ao grupo social com o qual estava trabalhando. O segundo texto me animava a pensar que a antropologia é uma “prática de educação” para mim e para outros, na medida em que, através da pesquisa, é possível produzir um “deslocamento de ponto de vista” a respeito de usuários de drogas em situação de rua, passando a vê-los como seres humanos, cidadãos de direitos que vivem de uma outra forma e são parte do coletivo que compõe a cidade de Salvador.

O tipo de antropologia que eu defendo aqui tem um propósito diferente. Não se trata de interpretar ou explicar o comportamento dos outros; não se trata de colocá-los em

seu lugar ou consigná-los à categoria dos “já conhecidos”. Ao contrário, trata-se de compartilhar da sua presença, de aprender com as suas experiências de vida e de aplicar esse conhecimento às nossas próprias concepções de como a vida humana poderia ser, das suas condições e possibilidades futuras. A antropologia, em minha opinião, prospera nesse engajamento da imaginação e da experiência. (Ingold, 2019, p.10-11).

Ademais, estava me aproximando dos textos de J. Van Velsen e Max Gluckman acerca da análise situacional, que consideram, a partir de situações sociais, o comportamento dos indivíduos, levando em conta o contexto social e os interesses dos envolvidos. Embora não seja minha pretensão fazer grandes generalizações a partir das experiências dos usuários do espaço do Pela Porco, como no caso dos autores citados, os estudos de Velsen e Gluckman foram muito úteis para observar as situações e estabelecer conexões entre cada evento que presenciava ou que era relatado pelos diferentes sujeitos. Assim, buscava perceber o que diferia do comportamento dos indivíduos, por exemplo, ao rechaçar ou tomar para si a condição de usuário de drogas, o discurso utilizado com cada pessoa para conseguir algo, fosse dinheiro emprestado ou algo para comer. Desse modo, pensar a partir dos eventos me propiciou um entendimento mais robusto do todo que era possível observar e do papel de cada usuário na composição e dinâmica do espaço. Afinal, conforme Gluckman (2010, p. 239), “As situações sociais constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo, pois são os eventos que observa.”

Estudando um pouco mais os textos de Antropologia das Sociedades Contemporâneas (Feldman-Bianco, 2010), encontrei nos estudos de J. A. Barnes, sobre redes sociais em uma comunidade da Noruega, uma abordagem interessante que me fez perceber o Pela Porco como “um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos”. Em outros termos, conexões que têm como objetivo a manutenção e permanência no espaço de todos aqueles que o partilham. Pessoas em situação de rua, comerciantes, prestadores de serviços públicos ou religiosos, enfim, todos mantêm relações, interações e objetivos distintos, construindo, para tanto, laços em alguma medida.

Embora houvesse algumas aproximações conceituais com Barnes, a exemplo da ideia de rede total como a “maior parte de informações possíveis sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde”, algumas dúvidas também foram surgindo. Uma delas era se, no Pela Porco, teria um “Alfa” que pudesse tomar como referência para mapear a rede, tendo em vista que a posição de determinados indivíduos, no caso do Pela Porco, modifica-se com rapidez e frequência. Outra limitação teórica é que a rede de Barnes considera as relações entre os indivíduos apenas, deixando de fora outros elementos que, na minha observação, também

são parte na rede: substâncias como o crack, material reciclável, o espaço, os carrinhos utilizados para o trabalho, as mochilas onde as pessoas carregam coisas, dentre outros materiais, tudo isso está em associação, formando um coletivo. Porém, apesar de intuir a importância desses outros aspectos além dos atores humanos, não sabia como incluí-los sem coadunar com a opinião do senso comum de que os usuários de drogas em situação de rua são domados pelo crack ou o trabalho que lhes resta é a reciclagem. Como incluir outros elementos na abordagem teórica sem esvaziar a subjetividade humana?

Foi com essa preocupação em mente que, ao estudar as relações em rede, cheguei à Teoria Ator-Rede (TAR). A TAR propõe uma outra forma de sociologia, de leitura relativizada do que venha a ser o social, agora entendido como “associação, reassociação, reagregação”. Nessa perspectiva, os atores/actantes estão todos envolvidos nas interações, humanas e não humanas, para formar e desfazer grupos. “Assim, para a ANT [Actor-Network Theory], social é o nome de um tipo de associação momentânea caracterizada pelo modo como se aglutina assumindo novas formas” (Latour, 2012, p. 100). Na rua, os usuários humanos estão de alguma forma em associação com os não humanos, constituídos pelas substâncias que utilizam para conseguir suportar dias de trabalho duro e o material que coletam para gerar renda, assim como interagem com outros humanos negociando seu material coletado, seu acesso a um banho, uma alimentação, produtos e serviços, dentre outras conexões que precisam estabelecer para sobreviver na rua.

Dessa maneira, a TAR é um recurso metodológico para produzir a descrição e traçar conexões:

Refiro-me com isso a uma série de ações em que cada participante é tratado como um mediador completo. Em palavras mais simples: um bom relato ANT é uma narrativa, uma descrição ou uma proposição na qual todos os atores fazem alguma coisa e não ficam apenas observando. (Latour, 2012, p.189).

3A rede proposta por Latour é uma forma de construção textual, “uma palavra para designar os fluxos de translações”, ou seja, os deslocamentos, entrecruzamentos dos mediadores, que são todos aqueles que alteram o curso da ação, participantes, atuantes – o que inclui humanos e não humanos. Nenhuma ação é realizada apenas entre os humanos sem o envolvimento de outros atuantes. No contexto aqui tratado, os usuários de substâncias psicoativas precisam ter um carrinho ou um saco para transportar o material reciclável coletado e gerar renda; alguns sentem a necessidade de consumir o crack antes do trabalho para terem mais disposição; há o comprador do ferro-velho, que pesa o material para mensurar o valor e o dinheiro é utilizado no entorno da cena de uso seja para comprar um lanche, drogas lícitas e

ilícitas seja para emprestar a juros para outro usuário. Em suma, o espaço do Pela Porco é atravessado por uma série de *actantes* e é o local a partir de onde as ações se desenvolvem.

A TAR me permitiu pensar na inclusão e associação de todos os atores e me desafiou a colocá-los textualmente em relação; conectá-los de modo a formar coletivos e evidenciar, a partir do texto, as redes que se entrecruzam no espaço do Pela Porco. Este local coloca as pessoas usuárias de drogas em situação de rua em evidência, transformando o espaço, assim como demonstra que outros usuários do lugar, tais como serviços públicos, comerciantes e projetos sociais, sustentam-se por conta da presença destes atores.

Ainda que tenha avançado em ampliar a concepção sobre a interação entre humanos e não humanos, Latour é alvo de crítica por parte de Ingold. Segundo o antropólogo britânico, a rede latouriana conecta coisas, permite relações, mas “é um mundo de porções e pedaços de diversos tipos que são reunidos ou montados de modo a fazerem as coisas acontecerem” (Ingold, 2015, p.146). Assim, para Ingold, a limitação de Latour é não levar em conta os materiais que compõem as coisas, não quebrar a dicotomia sujeito-objeto e desconsiderar as diferenças de “fluxos e sentidos” nas conexões da rede. Os apontamentos ingoldianos produziram em mim inquietações que me levaram às suas ideias de emaranhado, trama e malha de linhas entrelaçadas (Ingold, 2015).

Ingold caminha no sentido de demonstrar que linhas, malhas e teias traduzem de forma mais coerente as relações, interações e entrelaçamentos entre coisas, não humanos e humanos. Para o autor, as “relações de comunicação, integração e fluxos entre coisas” mantêm o movimento, a vida e os fluxos das coisas que formam a malha, permitindo “reunião” no ambiente que é formado por vários elementos em movimento contínuo. O termo malha é adotado de Lefebvre, que percebe o movimento da atividade humana e não humana na construção de um espaço heterogêneo, configurado a partir das experiências daqueles que o compõem. O signo da malha significa um emaranhado de linhas entrelaçadas que permitem a interação não “entre, mas ao longo de” e são linhas de vida, crescimento e movimento, linhas de devir, onde cada uma “descreve um fluxo de substância material em um espaço que é topologicamente fluído”, no qual a “ação surge da interação das forças conduzidas ao longo da malha” e não da ligação de pontos e pedaços distintos.

Ingold me ajuda a entender que todas as coisas materiais são vivas, estão em movimento e entrelaçadas. Assim, todos, inclusive os humanos, estão “imersos em um campo de forças, um terreno” que os permite interagir. Pensando desse modo, os usuários do Pela Porco têm as drogas como mais uma coisa na vida, cujos efeitos provocados em seus corpos os permitem suportar a situação de rua, as violências sofridas, o trabalho exaustivo, perigoso e

insalubre da coleta de material reciclado, ao mesmo tempo em que lhes proporciona prazer, lazer e atitude para desempenhar algumas tarefas e funções no espaço, possibilitando-lhes sobreviver na rua e lhes manterem ativos na conjuntura posta no Pela Porco.

O caminho teórico foi sendo ampliado e solidificado ao longo do percurso, mas alguns conceitos estiveram presentes desde o início do trabalho, como é o caso de espaço. Esse conceito, abordado por vários autores, mostrou-se bem útil para refletir acerca das dinâmicas intrínsecas ao Pela Porco, tendo em vista a capacidade de mudança. De fato, “o ‘espaço’ não é uma noção homogênea, mensurável, existente *a priori*, independentemente das culturas, dos tempos históricos e das representações que uns e outros fazem dela.” (Segaud, 2016, p. 20).

O espaço está sempre sendo feito, porque ele é um conjunto de relações sociais – sempre dinâmicas – que se estabelecem numa materialidade (ou natureza primeira). Isto quer dizer que o espaço não é uma coisa, mas um conjunto de relações entre as coisas. Produzir espaço significa, portanto, colocar em relação coisas. (Uriarte, 2014, p.116).

“Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidade contratuais. (...) Em suma, o espaço é um lugar praticado”. (Certeau, 2014, p.184). Destarte, o espaço é visto enquanto produto social, produzido socialmente, onde todas as coisas, humanas e não humanas, são colocadas em relação.

O emaranhado de teias do Pela Porco certamente é muito mais vasto e abundante do que o recorte desta pesquisa e, portanto, lacunas importantes serão observadas, como a ausência da participação dos moradores do bairro do Pela Porco e do entorno da cena. Isso se deu por conta da escolha da pesquisadora em se ater à rede de interlocutores na cena, pois enveredar pela comunidade exigiria outros deslocamentos, o que não foi factível no período do campo.

Outra lacuna que provavelmente o leitor mais atento notará é a superficialidade com a qual tratei a organização do tráfico de drogas – aqui em vários momentos denominado *varejo* –, devido ao tipo de comercialização praticada na cena do Pela Porco e por ser um termo utilizado pelos serviços que atuam na cena de uso para se referir ao comércio de ilícitos. Adensar as questões que envolvem o tráfico exigem outras relações, metodologia de pesquisa e formas de inserção no campo. Ora, o Pela Porco é uma “zona quente”, conforme enuncia Fernandes (1997), dominada pelo “mercado de drogas” e pelo uso. Se não estou comprando, usando ou com interesse em usar, o que estaria fazendo ali?

Zona quente, diga-se que é um local onde não é muito fácil ir sem ter lá o que fazer – daí que no trabalho de terreno só se consiga vê-las proximalmente através da técnica dos intermediários. Doutro modo não se consegue aí permanecer, porque se é um “corpo estranho”, que imediatamente gera desconfiança. A zona quente designa áreas restritas, predominantemente situadas no espaço público e conhecidas pelos atores sociais das drogas e, pelo menos na convicção destes, pelos agentes do combate. (Fernandes, 1997, p. 228-239).

Ygor Alves observa que “Em ‘biqueira’ com fumódromo fica usuário e ‘vapor’. Ir apenas para observar e estar com eles é intromissão, causa desconforto, insegurança, quando não franca hostilidade” (Alves, 2017, p. 60). Desse modo, como não sou usuária de drogas ilícitas, não consumo a mercadoria comercializada na cena. Logo, justificar a minha presença e interação com os usuários no tempo necessário para construir relações de proximidade e confiança – a ponto de minha presença não ser um incômodo e os códigos poderem ser comigo compartilhados – demandaria um envolvimento de minha parte que não era possível por várias razões. Impreterivelmente, em algum momento “Demandaria entrar em contato com atividades ilegais”, violentas e que colocariam a mim e a meus interlocutores em risco.

Para sanar algumas destas lacunas, principalmente da relação mais próxima com os interlocutores, realizei aplicação de questionários que me permitiram ter uma percepção mais localizada a respeito das táticas utilizadas para a manutenção da vida no local, assim como das relações e interações possíveis entre os diversos atores que circulam e compartilham daquele espaço. Além disso, na conversa viabilizada pelo questionário pude observar outros aspectos e desenvolver uma escuta particular de algumas pessoas que me permitiram avançar para além das perguntas propostas.

Nesse contexto, a escuta é uma ferramenta preciosa que auxilia no entendimento e percepção do outro para além do que os marcadores sociais informam sobre ele, permitindo conhecê-lo, e suas histórias de vida, sem restringi-lo ao período em que está na rua, fazendo uso problemático de drogas. Para mim é cara a construção social positiva da imagem de pessoas que fazem uso de substância psicoativa e estão em situação de rua, comumente chamadas de usuários. No senso comum, a palavra usuário está atrelada ao uso de drogas de modo pejorativo, estigmatizante. A título de comparação, para os serviços, essas pessoas são chamadas de “assistidas”, “beneficiárias” ou “pessoas em situação de rua”. Nesta pesquisa tive dificuldade para encontrar um termo que nomeasse as pessoas, enquanto grupo heterogêneo, sem colaborar ainda mais com a estigmatização.

Diante dessa celeuma linguística, oscilava entre “assistido” e “pessoa em situação de rua”, ponderando que o último termo, por ter um sentido político, pudesse dar conta da diversidade de sujeitos, de contextos e situações que o conceito abarca:

sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, dentre outros. (Brasil, 2016b, p. 2 *apud* Vezedek et al, 2023, p.15). A população em situação de rua se constitui como um fenômeno complexo, multideterminado e intimamente relacionado com processos históricos de desigualdades sociais e violações de direitos característicos do sistema capitalista. (Vezedek et al, 2023, p.15).

Os dados etnográficos apontaram o caminho: as pessoas são múltiplas e acumulam identidades, são usuários do espaço, usuários de drogas e catadores de material reciclável. Consequentemente, percebi, a partir do campo, como essas pessoas se identificam, como elas se denominam. O que é mais recorrente na narrativa dos interlocutores são os termos *maloqueiro*, *usuário* e, em alguns momentos, *morador de rua*. Tudo depende da situação na qual a pessoa está envolvida. Aqui optei por associar o termo que aparece com mais frequência e que também é mais amplo: *usuário* no sentido daquele que usa, que se utiliza de alguma coisa, que faz uso de um serviço público ou privado, e *catadores* por ser a ocupação que predomina enquanto posto de trabalho gerador de renda.

Outra expressão que me causava a mesma sensação era como me referir à forma pela qual os usuários ocupam o trecho ao longo da marquise. Por vezes, chamei de barracos, barracas improvisadas e, por fim, adotei a denominação que é unanimidade entre as pessoas do espaço: *maloca*. Esse termo é utilizado pelos usuários e por todos que frequentam o Pela Porco para denominar o local onde ficam concentrados os usuários em situação de rua e seus pertences acumulados. No que diz respeito às atividades que geram qualquer tipo de renda, atividades que resultam em arrecadar valor econômico, os usuários nomeiam de *corre*, termo comum também em outras cenas de uso de Salvador. Para gerar renda, um posto de trabalho bastante comum é o de *guarita*, ou seja, exercer a vigilância da movimentação de tudo e todos que entram e saem do Pela Porco. As pessoas que fazem guarita são responsáveis pela comunicação de fora para dentro, sendo também as primeiras que se deparam com a polícia.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A antropologia tem como “característica o estudo das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal”, suscitando no pesquisador a “disposição para viver uma experiência pessoal junto a um grupo humano com o fim de transformar essa experiência pessoal em tema de pesquisa que assume a forma de um texto etnográfico.” (Goldman, 2006, p. 167). Com o intuito de construir um texto etnográfico, uma interpretação de segunda mão, um texto que costurado, conectado, enredado que dê conta de representar um dado momento da realidade, tracei um caminho metodológico. A ideia era viabilizar a associação de técnicas de pesquisas diversas que pudessem colaborar na coleta de dados em um campo de pesquisa complexo e abundante como é o caso do Pela Porco, um lugar que frequento desde 2017.

Como mencionado anteriormente, frequentei o local como estagiária e depois como profissional de um serviço² que atua semanalmente na cena de uso. Por causa dessa relativa proximidade, foi possível conhecer, transitar e criar vínculos com os usuários, serviços públicos e outros atores que compõem o espaço. Além dessa frequência semanal, para o campo da pesquisa etnográfica intensifiquei a quantidade de dias na semana e de turnos diferentes da atuação enquanto técnica de um serviço. Isso foi importante para tentar separar o trabalho e construir um outro lugar junto aos usuários e demais atores do espaço.

Em virtude das relações já estabelecidas com as pessoas do local, não tive dificuldades significativas de acessar os interlocutores e tampouco de fixar um *locus* de referência para observar. Entendi que o lugar de partida era o ferro-velho, pois notava que todas as pessoas usuárias do espaço, em algum momento e de alguma forma, passavam ou tinham o ferro-velho como ponto de referência.

O campo feito a partir do Programa era bastante pontual, centrado no atendimento das demandas e encaminhamentos dos usuários (especificamente os que em situação de rua, público-objetivo do Programa), nas escutas singularizadas à medida que os sujeitos convocam a equipe a conversar sobre suas questões, e na distribuição de insumos de redução de danos como água, preservativos e lubrificantes e uma conversa descontraída.

O tempo destinado a esse campo é limitado pela organização das atividades do Programa, e o percurso é percorrido em equipe. A vinculação com os usuários é construída e mantida a partir da inclinação dos sujeitos com os técnicos e das especificidades das demandas e encaminhamentos solicitados.

² Programa Corra pro Abraço.

Por outro lado, no campo etnográfico realizado enquanto pesquisadora, pude abranger tanto o tempo de permanência no espaço quanto o acesso a outros diversos sujeitos que também o compõem. Portanto, participei de e observei conversas e situações do cotidiano, tanto dos usuários que se localizam embaixo da marquise, na *maloca*, quanto desses outros que transitam no Projeto Social, no carro de lanche, no ferro-velho e mesmo na rua, e em alguns momentos presenciei ações do município a partir de outro ponto de vista.

Conversei com o dono do ferro-velho sobre a pesquisa e sobre a possibilidade de ele colaborar permitindo minha presença e permanência no estabelecimento. Prontamente, ele aceitou e se colocou à disposição para o que fosse necessário. Expliquei-lhe em linhas gerais o que era um curso de mestrado e a necessidade da pesquisa de campo para sua conclusão, momento em que falei um pouco sobre a antropologia e sua forma de fazer ciência.

Dessa forma, combinei com ele o dia para ir ao campo, no turno oposto ao que eu costumava estar, e de outro lugar, agora me apresentando enquanto pesquisadora, não como trabalhadora de um serviço que atende a população em situação de rua do local. Na conversa com esse primeiro interlocutor da pesquisa, disse-lhe dos outros espaços que tinha interesse em acessar e, conseqüentemente, a necessidade de conversar com quem transita por ali. O dono do ferro-velho conhece muito bem os indivíduos que ali circulam e se dispôs a me apresentar e recomendar que conversassem comigo. Aqui funcionou bem a técnica da bola de neve, na qual uma pessoa vai apresentando e credenciando outras, fator importante em um campo cuja maioria das pessoas não demonstram interesse em conversar com estranhos.

Assim, fui apresentada ao Pastor, coordenador do Projeto Social. Em seguida, este me apresentou ao dono da barbearia – outro espaço que pretendia conhecer – e, desse modo, foi com alguma tranquilidade que adentrei nesses ambientes. Depois disso, passei turnos sentada em uma cadeira, ora dentro do ferro-velho ora fora, conversando com os trabalhadores e clientes que chegavam. Alguns conhecidos, outros não, ouvindo e observando com atenção aquilo que me era familiar, mas não conhecido, e muitas outras coisas que eram totalmente alheias a mim. Conjuntamente, pude acompanhar as atividades públicas do Projeto Social, dialogar com pessoas acolhidas por eles e ter longas conversas com o pastor, idealizador e gestor do projeto social.

Nesse contexto, sempre que interpelada contava de forma objetiva o que é a pesquisa e o trabalho do antropólogo, tendo em vista que um dos interlocutores me perguntou mais de uma vez: “você vai fazer um questionário, umas perguntas?”. Questionamento plausível, afinal, enquanto pesquisadora, passava turnos inteiros sentada, conversando com quem aparecia e participando das interações que aconteciam no espaço, fazendo perguntas simples sobre o

cotidiano da vida dos interlocutores e, mais tarde, anotando com riqueza de detalhes o vivenciado, tentando garantir um retrato da realidade o mais fiel possível, que denotasse que de fato “estive lá”.

O pesquisador anda numa corda bamba, procurando garantir a riqueza de detalhes que mantém fidelidade ao texto etnográfico, ao mesmo tempo em que exerce uma vigilância constante aos limites éticos de sua ousadia (Fonseca, 2010, p.215).

À medida em que fui fortalecendo vínculos no ambiente, fui firmando o entendimento de que o espaço da rua nem sempre permite ao pesquisador utilizar equipamentos como câmeras fotográficas e gravador de voz. Tampouco é fácil fazer longas anotações/registros no diário de campo durante as interações. Em razão disso, levei comigo uma caderneta na qual fiz notas de campo, reprodução de frases, pequenos diálogos, nome de pessoas, fragmentos dos assuntos e daquilo que me foi contado, assim como de outras questões que apareciam no campo. A rotina após o trabalho de observação é de registro no diário de campo, relatos densos de todas as situações que pude captar, perceber. Dividi as anotações de acordo com a minha presença no campo, se trabalhadora ou se pesquisadora. Utilizei anotações dos diários de campo de 2017, quando da pesquisa do TCC, e de 2022 e 2023 quando das observações de campo do lugar de pesquisadora e de trabalhadora do serviço.

No contexto do Pela Porco foi oportuno utilizar técnicas de pesquisa diferentes, embora complementares. Durante os turnos que permaneci no ferro-velho, além de ouvir e observar, mantive conversas que, em alguns casos, foram guiadas por um roteiro que possibilitou aproveitar trocas que emergiam das narrativas dos interlocutores. Ao longo do campo da pesquisa, deparei-me com diferentes interlocutores, o que facilitou lançar mão das técnicas de pesquisa. Com os trabalhadores dos serviços pude realizar entrevistas gravadas, que depois foram transcritas com o suporte de Inteligência Artificial. Junto aos usuários apliquei questionários contendo perguntas objetivas e subjetivas, o que permitiu captar aspectos sobre trabalho e renda, vínculos familiares e com o espaço, dentre outros elementos. Todo esse arcabouço gerou um volume interessante de dados, que aparecem de forma sistemática no decorrer do texto. Optei por manter em *itálico* as falas dos interlocutores e acredito na riqueza de incorporar suas narrativas no corpo do texto.

Todas essas múltiplas narrativas e observações participantes são elementos que se complementam para a tentativa de construir uma “etnografia do particular” a partir “das ações produzidas por indivíduos vivendo suas vidas particulares, inscritos em seus corpos e palavras”

(Abu-Lughod, 2018, p. 207), com suas histórias de vida que entrecruzam, conectam, se associam com outras vidas e com os contextos de sociabilidade.

Pensando nos “limites éticos” e, ao mesmo tempo, na “ousadia” imbuída na disposição de retratar uma realidade conhecida, mas não familiar, e levando em conta algumas nuances do campo, achei por bem adotar apelidos fictícios, embora qualquer leitor que conheça o espaço saberá quais atores estão sendo referidos no texto. De fato, a celeuma enfrentada por Marques e Villela (2005) faz refletir sobre para quem é produzido o texto antropológico e que o anonimato será de toda sorte relativo, dependendo da posição do leitor. Há de se pensar em quais incômodos a escrita provoca nos interlocutores e quais implicações o consentimento da pesquisa lhes coloca.

Pois o uso dos pseudônimos preserva um anonimato “para fora” e, portanto, para um público teoricamente ilimitado, e, se sua eficácia está longe de ser absoluta, de qualquer modo restringe o reconhecimento pessoal ao interior da comunidade e só o revela de modo não imediato, mas por meio de um conjunto de relações pessoalmente reconhecido (Marques; Villela, 2005, p.65).

A decisão de manter os nomes reais ou adotar nomes fictícios para os interlocutores ainda é um dilema entre os antropólogos, e não foi diferente com esta pesquisadora. Durante todo o tempo da escrita me acompanhou o compromisso ético de tentar ao máximo “Garantir que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado” (Teixeira; Oliveira, 2010, p. 16). Em que pese todos os interlocutores no campo saberem que estava ali enquanto pesquisadora e a todo tempo me indagarem sobre o que é e como é feita essa pesquisa, não tenho certeza de que eles tenham a dimensão do alcance dos dados coletados e da análise feita a partir destes.

Apresentado esse caminho, é oportuno evidenciar os objetivos que mobilizaram e nortearam a pesquisadora nesse empreendimento. O objetivo central foi mapear os atores e instituições que formam, no espaço do Pela Porco, redes que permitem aos usuários a manutenção da vida naquele espaço. Já os objetivos específicos foram conhecer a história do espaço do Pela Porco, em particular do entorno da cena de uso; descrever as redes que se formam e transformam no espaço, bem como os atores envolvidos nas interações sociais da mesma maneira; identificar instituições, serviços e outras organizações que atuam no espaço.

Minha proposição nessa pesquisa, alicerçada na experiência de campo, é a de que os usuários são parte essencial de uma rede que permite a diversos atores viverem ou sobreviverem. A pergunta de pesquisa é a seguinte: Qual é o papel dos usuários em situação de rua do Pela Porco na composição das redes de sociabilidade? Como essas pessoas se organizam

em redes de sociabilidades de acordo com a dinâmica do espaço e vice-versa? A hipótese é que os usuários são parte essencial de uma rede que permite a diversos atores viverem ou sobreviverem. Essa rede produz um espaço que, à primeira vista, parece ser apenas uma cena de uso, mas ao adentrarmos nele, é-nos revelado um conjunto de recintos onde os sujeitos produzem conjuntamente a singularidade do Pela Porco.

O caminho para organizar as respostas que os dados apresentaram foi organizar o texto em cinco capítulos. O primeiro situa o leitor no campo da pesquisa, apresentando a cena de uso, os interlocutores da pesquisa e a localização de seu entorno. No segundo capítulo, exponho a história do espaço do Pela Porco a partir do que foi possível coletar através dos interlocutores e da imagem construída pela mídia, lembrando que há o recorte da mudança de contexto provocado pela pandemia da SARS-CoV-2. O terceiro capítulo é dedicado ao perfil geral da *maloca*, descrevendo quem são os usuários em situação de rua que transitam ou permanecem no Pela Porco e como conseguem desenvolver as dinâmicas inerentes à vida privada em âmbito público. No quarto capítulo, relato de forma intensa o emaranhado de relações presentes no espaço, dedicando tempo a cada ator que mantém interações entre si, tendo os usuários em situação de rua como mote principal na manutenção das relações. No quinto e último capítulo é feita uma análise, uma tradução acerca dos dados etnográficos e dos conceitos apontados pelo campo, a trama de sobrevivência emaranhada no Pela Porco. Na conclusão, aponto caminhos para pensar como os conceitos de paisagens e ruínas são pertinentes para refletir sobre a situação de precariedade postas para grupos sociais vulnerabilizados e como o Estado e o capitalismo operam – o primeiro não sendo efetivo nas Políticas Públicas, e o último agregando todo e qualquer mercado que gere lucros.

CAPÍTULO I

O ESPAÇO DO PELA PORCO

No presente capítulo, apresento em linhas gerais a rua Cônego Pereira, onde está situado o Pela Porco, lócus da pesquisa, descrevendo os espaços que o compõem e os atores que o ocupam. A centralidade da investigação está voltada para os usuários do espaço em situação de rua, por isso, avalio que é relevante caracterizar a cena de uso e seu entorno, bem como fazer uma retrospectiva histórica acerca do bairro³, como ele se originou, quem foram seus primeiros moradores, qual perfil de pessoas segue residindo por lá e como se deu seu desenvolvimento ao longo das décadas. Igualmente, é importante localizar o Pela Porco em Salvador, quais são seus bairros vizinhos, qual o perfil dos moradores do “Pela” e da sua vizinhança imediata.

1.1 A cena do Pela Porco

De saída é preciso situar o leitor acerca das especificidades, do que caracteriza o espaço pesquisado, quem são as pessoas que o compõem e colaboram na construção de um espaço que tem seus códigos, símbolos, regramentos.

O Pela Porco, e aqui me detenho a porção do espaço onde se concentram usuários em situação de rua, “é um espaço utilizado para o consumo de drogas”, constituindo o que os autores denominam de “cena de uso” – o que o senso comum nomeia de cracolândia –, tomando de empréstimo um termo comumente utilizado no estado de São Paulo. “Cena de uso” é um conceito socioantropológico referente a um espaço de congregação e interação social de uso coletivo de substâncias psicoativas (SPA). Nas palavras de Malheiro (2020), “A categoria *cena de uso* se constitui como uma micrototalidade de sentido, um espaço no território urbano que agrega uma rede de relações sociais configuradas a partir da prática do uso e venda de crack” (Malheiro, 2020, p.120), mas não só da venda de crack, outras drogas também são comercializadas.

No entorno da cena outras atividades acontecem, a exemplo do comércio que funciona durante todo o dia e dos serviços que atendem na cena. Nasser (2016) também utiliza o termo cena de uso para se referir a espaços de uso de drogas em São Paulo, sobretudo crack, mas não somente. São também espacialidades geridas pelo tráfico de drogas e, assim como lá, aqui se

³ Por mim nomeado de bairro, mas para o IBGE é um “Aglomerado Subnormal” e, para o município, uma Invasão.

tomam providências para que o fluxo formado pelos usuários em situação de rua não atrapalhe o negócio ilícito. A nomeação de cena de uso para os lugares onde as pessoas se concentram no intuito de usar drogas se repete em outros lugares do Brasil, como em Recife (Santos, 2013), sejam eles lugares situados em via pública sejam mais escondidos como casas abandonadas. No Pela Porco a atividade é bem visível, embora os usuários tentem se resguardar um pouco ao se abrigarem debaixo de barracas improvisadas na cena.

Na “microterritorialidade” do Pela Porco, além de espaço de uso e comercialização de outras drogas, desenrolam-se uma infinidade de relações, interações entre e no entorno dos usuários. A cena propriamente dita é o espaço geográfico que se estende ao longo da marquise de um prédio público subutilizado. Embaixo da estrutura de concreto, pessoas usuárias de drogas lícitas e ilícitas, e em situação de rua, agrupam-se com o mote do uso de drogas. Entretanto, ao aproximar a lupa, entendemos que o uso de drogas é só mais um elemento na vida desestruturada e na história comum de violações de direitos e tantas outras violências sofridas por aquela população. A cena é um espaço onde as pessoas organizam sua vida privada em local público. Minimamente, elas buscam organizar socialmente o espaço para que seja possível a permanência e sobrevivência de um contingente de pessoas. A marquise forma o teto, mas nas laterais não há paredes para proteger das intempéries climáticas, tampouco para permitir algum tipo de privacidade. É para mitigar essa situação que os usuários improvisam construções.

Distribuídos ao longo do chão estão as pessoas e os objetos que são parte do cenário. Nessa composição, temos algumas estruturas de concreto, colocadas pelo município (ação que ficou popularmente conhecida como arquitetura hostil). Algumas possuem formato de bichos e outras são vasos que, inicialmente, continham plantas, mas depois foram utilizados como suporte para sustentar os lençóis que formam as barracas e como bancos para os usuários descansarem. As barracas de lençóis são sustentadas com ganchos feitos de cordão, restos de fios de energia e qualquer outro tipo de material encontrado durante as andanças da catação de material reciclável.

Tais construções são feitas e refeitas durante todo o dia, isso por conta das ações impetradas pelo município que insiste em constranger a permanência dos usuários, impondo que joguem fora seus pertences e não construam qualquer tipo de abrigo. Devido tais ações e também do gerenciamento do tráfico de drogas, os usuários mantêm consigo o mínimo de coisas, geralmente o que couber em uma mochila. Mesmo com todo esse movimento, os usuários se ajeitam na marquise. Além das barracas de lençóis, fazem uso dos carrinhos utilizados para o transporte da reciclagem para demarcar seu lugar. O papelão também é um

instrumento muito utilizado, tanto para fazer cercados, atrás dos quais as pessoas se colocam, quanto para deitar em cima, tendo em vista que não há ambiência para ter sempre colchões, em que pese um ou outro ser avistado.

Os usuários se organizam ao longo da marquise e no entorno dela, tanto no que diz respeito aos postos de trabalho que garantem recursos para tudo, inclusive o uso diário, quanto para satisfazer as necessidades fisiológicas como usar o sanitário, tomar banho e dormir. O uso do sanitário e do banho durante o dia é feito no entorno, no Centro Pop, no Projeto do Pastor ou no Posto de gasolina, mas durante a noite é feito ali mesmo na cena. Geralmente conseguem roupa de doação com as equipes de filantropos que passam todos os dias ou no Projeto do Pastor, dessa forma a higiene pessoal é mantida em alguma medida, com exceção de casos em que o usuário tem questões de saúde mental e perde um pouco a noção do seu estado físico. Nessas circunstâncias, há sempre algum outro usuário para incentivar a pessoa em questão a tomar um banho e trocar de roupa.

Além do uso constante, os usuários que frequentam ou se mantêm na cena do Pela Porco desenvolvem atividades laborais, afinal é preciso ter dinheiro para a manutenção do uso. Com esse objetivo, os usuários trabalham principalmente na catação de material reciclável. Alguns escolhem um turno do dia para percorrer um circuito de catação, que começa e finaliza na frente do ferro-velho, outros catam durante todo o dia, fazendo várias viagens catando e vendendo o que encontram e depois retomando o circuito e vendendo novamente. Esse movimento é intercalado pelo uso: geralmente entre uma saída e outra acontece a compra e o uso da droga, sobretudo crack e álcool.

O consumo acontece em grupo e de forma individual. Já observei pessoas que catam em dupla para em seguida fumar em dupla, por exemplo. Há todo um ritual para o uso, que envolve a compra da pedra, do cigarro para fazer a cinza, do fumar o cigarro de modo a produzir e aproveitar toda a cinza, acender a pedra no cachimbo, e em alguns casos a produção do cachimbo. Tem pessoas que produzem o cachimbo e vendem para outros usuários, acontece também de alguém ter o cachimbo roubado.

Além da catação, na cena de uso há outras formas de auferir renda, tais como trabalhar para o tráfico. Alguns trabalham em turno na *guarita*, vigiando a pista e as entradas do Pela Porco. Para tanto, portam um celular pequeno e bem simples, ou um rádio comunicador que serve mesmo só para repassar as informações a quem está em outra ponta. Quem não trabalha na segurança, vigiando, pode exercer a função de *avião*, pessoa que vai buscar a droga para quem não pode ou não quer entrar na favela, e o pagamento pode ser em dinheiro ou em droga. Quem usa esse serviço muitas vezes são pessoas que chegam de carro e não querem se expor,

só pegar a droga e *se sair*. Às vezes são usuários que chegam na cena só para usar ali mesmo e solicitam esse serviço também para partilhar o uso. Além do trabalho diretamente ligado à comercialização da droga, os usuários também prestam serviços ao comércio local, descarregando mercadorias, prestando favor em *corres* nos lugares próximos com intuito de fazer pequenas compras, que podem ser pagas com produtos (cigarros, dose de cachaça).

Na cena de uso do Pela Porco circulam os mais diversos usuários, têm aqueles que “são do território” e outros que transitam, acredito que dois fatores contribuem com essa circulação, a própria cena de uso, que os usuários podem adquirir a drogas e fazer o uso no mesmo instante estando ali entre pares, e o ferro velho. A existência do ferro velho naquele local oportuniza que circulem pessoas muito diferentes, o síndico do condomínio que combinou de levar o material de todos os moradores, a dona de casa que junta as latinhas e vende para complementar alguma outra *moeda*, pessoas que param seus carros e perguntam se compra determinado material ou se tem alguma coisa bem específica para vender, outros usuários de drogas que não permanecem na *maloca* mas transitam por ali para vender o material da catação, adquirir a droga e ir fumar em outro lugar.

Ademais, alguns serviços públicos têm na cena de uso seu espaço de trabalho, são os operadores das políticas públicas, equipes multiprofissionais que tem o objetivo de garantir que algumas políticas específicas alcancem essas pessoas, embora esses operadores também representem o controle do Estado sobre estes corpos. Os serviços operam de modos distintos, tem objetivos diferentes. Do governo do estado da Bahia temos basicamente dois serviços, a polícia com a repressão e opressão utilizam o recurso da violência para obter informação, punir por algum delito sem flagrante ou mesmo a violência gratuita por serem aquelas pessoas usuárias em situação de rua, ou seja, não pessoas, *todo mundo é usuário*, e o Programa Corra pro Abraço que atende na perspectiva da garantia e acesso a direitos levando para os *assistidos* a possibilidade do cuidado em liberdade. Do município são mais serviços, tendo em vista que cabe ao município executar políticas públicas específicas, tipificadas na lei, por isso na cena do Pela Porco atuam a equipe do Consultório na Rua, que como o próprio nome sugere é um serviço de saúde; o Serviço Especializado em Abordagem Social- SEAS que tem a função, em linhas gerais, de ofertar benefícios da política de assistência social e a equipe de Ação, que junto com a Guarda Civil e a LIMPURB oprimem os *assistidos* a desfazer de seus pertences.

1.2 A marquise e seu entorno: população em situação de rua, catadores, usuários e cenas de uso

A marquise do prédio desativado do INSS é um teto sem paredes para os usuários do Pela Porco, sob o qual eles ficam concentrados em cima do passeio. É um local totalmente descoberto, à vista, em comparação com outras cenas de uso de substâncias psicoativas da cidade. A marquise não é o único ponto de concentração de usuários no Pela Porco, mas é o principal e chama atenção tanto pela quantidade de pessoas que ficam aglomeradas ali quanto pelas estratégias de sobrevivência em um ambiente verdadeiramente hostil e, muitas vezes, violento.

Ao longo da marquise, os usuários buscam proteção do sol, da chuva e dos olhos dos passantes. Afinal, a marquise fica bastante exposta, não há quem, ao passar por aquela via, não se depare com todos aqueles corpos, que impactam à primeira vista pela fragilidade e pelas condições precárias em que se encontram. Na via onde a marquise está localizada há um trânsito bastante movimentado de carros de passeio, ônibus de transporte coletivo e pedestres, ou seja, os olhos da ampla sociedade e do Estado veem aquela realidade.

É difícil não notar a presença marcante daqueles corpos, o movimento das pessoas que andam de um lado para o outro, atravessam a rua na frente dos carros sem olhar para os lados, deitam-se no chão debaixo de sol, ou tentam se esquivar sentadas ou deitadas atrás de um lençol ou pedaço de papelão. Sempre há alguém sentado nas estruturas de cimento (em formatos de pássaros, bolas e vasos de plantas), colocadas ali exatamente para evitar aquelas presenças indesejadas, tanto pelo poder público quanto pela sociedade em geral. Em alguns momentos do dia é possível encontrar alguém cozinhando, com um “fogão de lenha” improvisado – dois blocos, uma grelha e carvão ou madeira. Os insumos para o almoço são coletados na feira e consumidos coletivamente. Uns cuidam de providenciar os alimentos, outros de colocar para cozinhar, outros, ainda, de acompanhar o cozimento e vigiar para que quem não contribuiu em nenhuma das etapas não seja o primeiro a comer.



Figura 1 - A marquise. Foto: Edicarla Macêdo da Rocha.

Nesse espaço temos três períodos bem marcados, segundo o que pude observar ao longo dos últimos cinco anos. O primeiro remete ao momento antes da reforma de requalificação, até 2019, quando as pessoas se distribuíam entre a marquise e o canteiro central que divide a via, onde ficavam caminhões estacionados entre os quais os usuários se acomodavam para fazer uso da substância agachados, deitados, colados aos caminhões ou em barracas de camping armadas ao redor. Embaixo do canteiro central passa o que sobrou do rio Camarajipe, hoje um grande esgoto a céu aberto, local que também era utilizado para fazer uso de substâncias. Os usuários se colocam em um espaço entre o rio e a pista, situação que só é possível quando não está chovendo, pois é quando o rio permanece vazio e bancos de areia aparecem. Também era um espaço utilizado para dormir. Ainda no canteiro central, havia alguns barracos mais estruturados e maiores, construídos de material reciclado, como madeira reutilizada, restos de telhas e lonas. Eram locais de moradia, de descanso e de uso protegido para alguns usuários, um local também de práticas de redução de danos, dado que os serviços em muitas ocasiões deixavam água e preservativos. Enfim, servia como ponto de referência tanto para os usuários quanto para os serviços.

Nesse tempo, as pessoas conseguiam se espalhar pelo espaço da marquise e acomodarse em lugares demarcados com barracas estruturadas com colchões reaproveitados, lençóis e restos de sofás. Outros apenas mantinham seus colchões, por vezes encontrávamos decorações sobre eles indicando a quem pertenciam.

O segundo período foi a época da reforma. Todo o espaço mencionado foi reconstruído; o canteiro central foi transformado em pista de corrida, ciclovia e foram plantadas

algumas poucas plantas. Nessa ocasião, os usuários foram alvo de políticas públicas que não levavam em conta sua subjetividade diversa. Para alguns, foi possível receber o auxílio moradia e alugar um imóvel; para outros, essa não foi uma solução factível. Sem conseguir – por conta das ações do município – erguerem seus barracos na frente da via, alguns usuários migraram para trás da feira de hortifrúti, lugar onde é depositado todo o lixo da feira. Lá, escondidos das vistas da prefeitura e da ampla sociedade, ergueram alguns barracos, dividindo o espaço com pombos, cachorros, ratos, mau cheiro e toda a sujeira que transbordava dos contêineres de lixo. Todavia, novamente uma ação externa os obrigou a desmontar tudo e juntar-se a quem continuava resistindo embaixo da marquise.

O terceiro período é exatamente esse do movimento de volta dos usuários para a frente da rua, para debaixo da marquise do prédio do INSS. Como é um teto sem paredes, o local está exposto a todas as mudanças climáticas. O sol incide com muita força, assim como a chuva. Na tentativa de minimizar tais efeitos, as pessoas constroem um tipo de barraco que pode ser feito e desfeito rapidamente.

Os barracos são feitos com restos de móveis, colchões, lençóis e toda a sorte de material que for encontrado no lixo. Essa imagem precária, que representa simultaneamente as condições insalubres e desumanas às quais estão expostas essas pessoas e a falha do Estado em se fazer presente a partir das políticas públicas, somado a uma cobrança da sociedade para dar uma solução ao problema dos usuários que frequentam o Pela Porco, levou a prefeitura a efetivar uma grande ação em junho de 2021. O objetivo era retirar os usuários dali e, ao mesmo tempo, tornar o espaço nada acolhedor para aquelas que decidiram resistir e ficar.

Assim, uma força tarefa que envolveu várias secretarias do município, inclusive a guarda municipal e a Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (LIMPURB), tentou retirar todas as pessoas do espaço, e ao longo da marquise onde construíam seus barracos foram distribuídas grandes estruturas de concreto, algumas em formato de vasos de plantas e outras em formato de bichos. Como o material é muito pesado, os usuários não têm como movê-las. Embora dificulte a permanência deles ali, isso não foi o suficiente para deslocar todas as pessoas e esvaziar a cena de uso. Os arquitetos da rua continuam utilizando os materiais de que dispõem para amenizar os efeitos do sol e se ocultar dos olhos da sociedade que os estigmatiza a todo tempo.

Dessa maneira, um jeito de resistir e amenizar a incidência do sol é utilizar as estruturas de cimento para sustentar os lençóis, que são estendidos em formato de trapézio e formam uma cobertura. Embaixo da cobertura, atrás dos vasos, estendem papelão ou pedaços de colchões

onde se sentam, se deitam e por vezes descansam da jornada exaustiva de trabalho, fazendo também uso protegido de substâncias.

As ações da prefeitura não resolveram o problema dos usuários de drogas, que é extremamente complexo. A estratégia utilizada para tornar o espaço ainda mais inóspito e evitar que os usuários acumulem coisas é uma ação diária de coerção. Todos os dias, pela manhã e à tarde, equipes da Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE), da LIMPURB e da Guarda Municipal passam por lá para recolher os pertences das pessoas e desfazer as barracas, que são erguidas novamente assim que a equipe se retira do local. Também vem uma equipe do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) tentando convencer as pessoas a saírem dali e irem para uma unidade de acolhimento ou alugar imóveis com o auxílio moradia de trezentos reais (R\$ 300, 00).

Essa ação da prefeitura faz com que as pessoas não acumulem coisas e se preocupem em não deixar nada de valor junto a seus pertences – caso saiam e não deixem ninguém vigiando, os agentes levam e jogam no lixo, inclusive mochilas com documentos pessoais. Naturalmente, as pessoas usuárias não acumulam coisas, no máximo uma quantidade que comporte dentro de uma mochila. A itinerância para elas é uma questão de sobrevivência, e é muito difícil caminhar ou sair rapidamente de um local carregando muitas coisas. Em muitos casos o que as pessoas carregam, além do seu próprio corpo, são documentos. Outros insumos necessários à manutenção da vida são obtidos através de doações coletadas diariamente no percorrer da cidade. A relação dessa população com os objetos é, de modo geral, caracterizada pelo desapego, pela experiência vivida é possível prever o dia seguinte e mensurar onde acessar itens básicos para a manutenção da vida cotidiana.

A vida na rua tem o seu circuito⁴ (Magnani, 2002), em determinados espaços é possível tomar banho e conseguir uma muda de roupa limpa; em outros, insumos de higiene pessoal. Em locais diferentes é possível fazer as refeições do dia sem a necessidade de dinheiro, ou utilizar o serviço do restaurante popular que vende refeição por um real (R\$ 1,00). Com os serviços públicos específicos dá para acessar saúde e medicação, bem como segunda via de documentos, dentre outros serviços necessários à manutenção da vida.

Ao longo do espaço da marquise, noto que há uma organização, que parece não ser aleatória. Os usuários estão quase sempre no mesmo lugar, no qual erguem sua barraca de lençol, descansam, ou seja, instalam ali a sua rotina. Do ferro-velho até certo ponto da marquise,

⁴ “Trata-se de uma categoria que descreve o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial, sendo reconhecido em seu conjunto pelos usuários habituais (Magnani, 2002, p.23).

concentram-se as pessoas que explicitamente trabalham com coleta. Há sempre algum material de reciclagem e carrinhos utilizados para esse fim. Nesse ponto as pessoas improvisaram uma ligação elétrica e, dessa maneira, conseguem carregar um radiozinho onde escutam música. Um casal, inclusive, até colocou uma barraca onde comercializam cigarros, cachaça e pipocas, além de água e suco industrializado, com auxílio de um isopor. Observo a relação deste casal com os agentes da prefeitura, que não permitem que a barraca improvisada tome todo o passeio, mas também não apreendem as mercadorias, tampouco as retiram.

Mais à frente ficam usuários que não acumulam material reciclável, pessoas que estão de forma mais despretensiosa embaixo de suas barracas ou sentadas nas estruturas de concreto, atentas ao movimento da rua e da entrada do Pela Porco. Ainda mais adiante, bem no canto encostado na parede, está um barraco mais alto – uma pessoa consegue ficar em pé dentro dele – construído com restos de madeiras e plástico que serve de telhado, um pouco maior que as estruturas montadas embaixo da marquise. É curioso que nesse barraco os agentes do município não chegam, talvez porque não fique tão exposto, tem sempre carros estacionados em sua frente.

Alguns usuários trabalham como catadores de material reciclável, o que gera renda e permite que consigam suprir algumas necessidades e sustentar o uso. A coleta de material reciclável exige uma disposição e certa condição física, em razão de demandar percorrer longas distâncias em busca dos recicláveis. O percurso e a distância são determinados pela quantidade de material encontrado. Quanto menor for a quantidade, mais precisarão andar empurrando um carrinho, um saco ou improvisando formas para transportar as coisas utilizando aquilo que foi encontrado. De modo geral os usuários coletam todo e qualquer tipo de objeto, levando em conta que o ferro-velho que funciona no Pela Porco comercializa uma variedade grande de materiais. Alguns usuários escolhem turnos que avaliam ser mais produtivos, outros fazem várias viagens ao longo do dia. A catação de material reciclável não é o único meio dos usuários gerarem renda, no entanto é um dos mais utilizados, fazendo o dinheiro girar na cena de uso e seu entorno.

1.3 O entorno da cena de uso: outros espaços e suas dinâmicas

O Pela Porco é um grande espaço vivido, praticado e produzido por todos os usuários que ali circulam e movimentam das mais variadas formas todo o local. Descreverei brevemente alguns desses outros espaços, no intuito de dar a quem lê uma ideia, ainda que breve, do todo espacial. A referência principal do olhar da pesquisadora são os usuários e tudo aquilo que se

relaciona e interage mais diretamente com eles, embora sem perder de vista que está tudo de alguma forma ou em algum momento conectado.

O mercado de hortifrúti, chamado por alguns de feira verde, é uma estrutura que se localiza ao lado do supermercado da Cesta do Povo, funcionando nesse espaço desde a década de 1970 como uma Central de Abastecimento (CEASA). São dezesseis boxes e um permissionário que é o mesmo que faz a gestão do lugar (Santos *et al.* 2018, p.28), cobra aluguel dos outros comerciantes, cuida da segurança e manutenção do mercado. É uma central de abastecimento basicamente de folhas e hortaliças, os produtos ficam expostos em cima de grandes bancos de concreto, com o auge de seu funcionamento durante a madrugada e início da manhã. Os feirantes chegam durante a noite para organizar seus produtos para a venda. É um mercado em que se vende no atacado, ou seja, maços grandes. Os clientes são principalmente donos de mercado, restaurantes e pequenos comerciantes que fragmentam os maços e vendem em pequenas quantidades nos bairros.

Dentro do mercado funciona um “Hort-Frut [*sic*] Feirão – comércio de alimentos saudáveis” (Santos *et al.* 2020, p. 164), que comercializa frutas e verduras, dentre outros itens. Durante o dia o movimento de clientes fica por conta deste comércio, de uma senhora que vende feijão verde em um dos portões de saída e de alguns poucos boxes que vendem os produtos que sobraram da madrugada.

Na frente do mercado de hortifrúti funcionam duas barracas de zinco, que comercializam lanches nas proximidades de um dos portões. A estrutura do mercado é de um grande galpão, com um teto bem alto e a frente cercada por um gradil azul com dois portões. O lugar conta com um estacionamento em frente e outro ao fundo da estrutura. O fundo do mercado é uma área a céu aberto bem grande, com um espaço de estacionamento, alguns bares que comercializam almoço e bebidas, e um grande vasilhame de lixo que serve não só ao mercado de hortifrúti, mas também ao comércio do entorno.

O lixo é depositado dentro e fora do vasilhame e acaba sendo uma área de trabalho para os usuários, pois muitos deles o adentram para revolver o lixo e retirar dali todo e qualquer material que possa ser reciclado ou reutilizado por eles, qualquer coisa que possa gerar valor financeiro. É um espaço extremamente insalubre, os usuários não utilizam nenhum tipo de equipamento de segurança, sapatos ou luvas e partilham o lugar com ratos e pombos. Mais ao fundo é onde algumas pessoas fazem uso de substâncias, montam cabanas de lençóis, ou ficam agachadas em meio a entulhos, restos de construções, madeiras e móveis descartados.

Até o ano passado este era também um espaço onde os usuários mantinham barracas mais estruturadas, construídas com restos de madeiras e outros materiais reciclados. Eram

barracas nas quais os usuários conseguiam organizar alguns móveis, como camas, bancos, decoravam com vasos de plantas, quadros e outras peças fabricadas por eles. Ali, construíam um sentimento de casa, de lar. Em dado momento o local chegou a ter quatro casas que eram partilhadas entre os usuários, era um lugar de uso seguro, mas também de descanso. Havia um caminhão abandonado que servia de casa para outro casal, e, ainda que em condições precárias, convivendo com o lixo, chorume, ratos, pombos e mau cheiro, os usuários organizavam uma rotina de trabalho, uso e descanso, dentre outras funções dentro do espaço.

Embora os usuários consigam manter relações e interações que permitem a convivência com o varejo de drogas local, algumas questões passaram a incomodar e atrapalhar a dinâmica de tudo que acontecia por ali. Além de configurar uma cena de uso, algumas investidas da polícia e a presença dos serviços públicos que levavam atendimentos para aquelas pessoas passaram a incomodar e dificultar a circulação dos clientes. Assim, veio uma solicitação para que todos os barracos fossem desmontados, sob o argumento de que chamavam atenção para o local e que a cada dia juntavam mais pessoas. Houve tentativas de conversas no sentido de manter os barracos, mas em uma madrugada todos foram destruídos e os usuários retornaram para a frente da marquise novamente.

O mercado de hortifrúti é um lugar de movimento intenso, pois além de ser um espaço de comercialização de produtos é também passagem de pessoas que seguem para o fundo do mercado, sejam clientes das barracas, do estacionamento ou do varejo de substâncias. Há sempre muita gente circulando e observando o movimento de todos os atores.

Ao lado do mercado de hortifrúti funciona o mercado da Cesta do Povo, um ponto de ônibus, um estacionamento e, ao fundo deste último, uma quadra pública, da comunidade, onde durante o dia é possível ver crianças jogando bola expostas ao sol quente, sem camisa. Ao lado, algumas barracas que comercializam bebidas e lanches. Em frente às barracas há alguns conjuntos de mesa e bancos de concreto, nos quais sempre tem pessoas sentadas ouvindo música, consumindo alguma coisa, outras vendendo rifa. Isso mantém a entrada do Pela Porco sempre movimentada – são em sua maioria mulheres e crianças circulando. Ao longo de todo o passeio que compreende o mercado de hortifrúti, a Cesta do Povo e o ponto de ônibus, geralmente há vendedores ambulantes. Dentre os produtos comercializados e serviços oferecidos, o mais curioso é uma banca que às vezes aparece por lá, comandada por uma mulher vestida com um jaleco verificando a pressão de quem estiver disposto a pagar.

Por detrás de toda essa estrutura, que é da antiga rodoviária, funcionam muitas casas comerciais. Há um distribuidor de flores, casas de peças para os mais variados fins, de refrigeradores a automóveis. É um lugar onde funcionam muitas oficinas mecânicas e explicita

o quão dinâmico é o espaço do Pela Porco. No entorno da marquise também é bastante movimentado. Além dos três espaços que serão detalhadamente descritos – a saber, o Ferro-Velho, o Projeto do Pastor e a banca do Mestre –, existem outros estabelecimentos. O comércio é muito movimentado; aliás, as casas da frente da rua são todas comerciais.

Brunaldo, por exemplo, é um distribuidor de produtos diversos, em sua maioria de cuidado à saúde, como bálsamos de massagem para dores musculares, sabonete de aroeira, escova de dentes, e de beleza, como xampu, condicionador, hidratação para os cabelos, dentre outros. Ele revende principalmente para vendedores ambulantes, pessoas que em sua maioria circulam dentro dos ônibus da capital vendendo estes produtos para o consumidor final por preços mais baixos do que os encontrados nas farmácias. A circulação de pessoas na loja é intensa, as mercadorias chegam de carreta e quem faz o descarregamento são os usuários. O estabelecimento fica no térreo em frente ao ponto de ônibus, mas o depósito é no terceiro andar. Como são muitas caixas e é preciso muitos braços para dar conta de levar tudo para cima, este é também um posto de trabalho para os usuários que frequentam o Pela Porco.

Logo após a loja de Brunaldo, no segundo andar, fica o hotel Charme, que nem sempre foi hotel e outrora não tinha a aparência decadente que tem hoje. Sobre o empreendimento, Mestre narra com ar saudoso a época de muito movimento e sucesso daquele espaço, que se chamava Churrascaria e Hotel Rodoviária. Nas palavras do interlocutor, vinha gente de todo lugar para “almoçar, tomar uma cerveja, bater um papo em um lugar legal”, afinal, era a única churrascaria da redondeza, então as pessoas que frequentavam a feira das Sete Portas e as que trabalhavam no entorno vinham almoçar ali. Funcionava das 11h às 15h para o almoço, fechava e retornava às 17h. Segundo Mestre, “fechava ainda com gente dentro, do almoço, abria 17h com gente que tinha chegado para o almoço”. Era um hotel pequeno com sete quartos, depois de um tempo é que se transformou em um hotel maior.

Da rua é possível ver, no primeiro andar, uma varanda bonita, ainda que descuidada, e mais ao fundo uma construção de andar, onde, creio eu, devem ser os quartos. Sempre tem roupa estendida na frente. Com a morte dos antigos donos, o filho assumiu o empreendimento e transformou tudo em hotel. Baseado no relato de Mestre, me parece que o hotel segue o mesmo rumo de transformação do movimento na rua e da área como um todo. Atualmente, a maioria das pessoas que se hospedam por lá são usuários do Pela Porco. Segundo o relato de um interlocutor, a diária custa trinta reais (R\$ 30) para a permanência nos quartos por mais tempo. Ele não soube informar quanto custa para outras pessoas que fazem usos mais breves.

No mesmo passeio da loja de Brunaldo, do hotel e da barbearia existe ainda uma loja de material de limpeza, daquelas que comercializam produtos em quantidade para empresas em

embalagens maiores para limpezas mais pesadas. Outro hotel se localiza no mesmo perímetro, no entanto, este é mais bem estruturado que o primeiro. É um hotel três estrelas e os valores são bem diferentes do anterior, fora da realidade econômica dos usuários. Também não notei tampouco ouvi relatos de relação de prestação de serviços. Analogamente, não percebi esta relação com a sede de um sindicato que funciona logo ali, um açougue e uma casa de acolhimento de uma prefeitura do interior (são casas mantidas por prefeituras para hospedar pessoas que fazem tratamento de saúde na capital). Seguindo no sentido da BR 324, observamos outras casas comerciais, mais afastadas da cena de uso, mercadinhos, transversais que dão acesso a ruas do bairro do Matatu, um galpão desocupado, onde funcionava uma fábrica de embalagens e, mais à frente, a ladeira que dá acesso ao bairro da Vila Laura.

Com isso, encerro neste tópico um pouco da descrição do entorno da cena de uso e do bairro do Pela Porco, a fim de que o leitor se sinta situado sobre o contexto no qual o espaço da pesquisa está inserido. Nessa perspectiva, no tópico seguinte serão caracterizados os bairros vizinhos ao Pela Porco.

1.4 Periferia do Centro Antigo de Salvador (CAS): quem são os vizinhos do Pela Porco

O Pela Porco (Alto da Boa Esperança) fica na periferia do Centro Antigo de Salvador (CAS), detrás do bairro do Barbalho e de Macaúbas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está na classificação de Aglomerado Subnormal e não preenche as especificações do município de Salvador para ser enquadrada como bairro. Por isso, é um espaço que carece de serviços e equipamentos públicos para atender a população, como, por exemplo, escola de nível fundamental.

A ocupação da área onde está localizado o Pela Porco é da década de 1960, no entanto, só entre 1983 e 1984 o município, através da Companhia de Renovação Urbana (RENURB) e sua Coordenação de Desenvolvimento Social, começou a estruturar um projeto de urbanização para a comunidade, que faz parte da bacia do rio Camarajipe. Esse projeto estava dentro de um programa bem maior, que era o da urbanização das comunidades do entorno das bacias dos rios que cortavam a cidade do Salvador.

Até então a comunidade não contava com saneamento básico, fornecimento regular de água potável e energia elétrica. Nem o terreno, que pertencia ao Instituto de Administração Financeira da Previdência e da Assistência Social (IAPAS), havia sido desapropriado. Embora o estudo de viabilidade econômica da obra tenha tido início em 1983, só em 1985 a prefeitura buscou recursos para efetivá-la. Apenas em 1987, “por reivindicação dos moradores, foram

construídos o saneamento básico e as escadarias de cimento, em ações promovidas pelo governo e com a utilização da mão-de-obra [sic] dos moradores” (Freitas, 2003, p.65).

Todo este percurso talvez nos sirva de indicativo para justificar o fato de o Pela Porco (Alto da Boa Esperança), com 1.084 habitantes (47,42% homens e 52,58% mulheres, a maioria declarada de cor parda ou preta) estar classificado até o momento como área subnormal pelo IBGE.⁵ Com isso, suas instalações ainda se mantêm de forma precarizada, diferente de seus vizinhos imediatos. A cidade do Salvador é dividida em distritos administrativos e, nesse cenário, o Pela Porco fica localizado junto com Barbalho e Macaúbas no distrito do Santo Antônio (Salvador, 1960). Contudo, há uma outra divisão que diz respeito aos distritos sanitários, de acordo com a qual o Pela Porco está alocado no distrito de Brotas.

Segundo o site da secretaria municipal de saúde, o Pela ainda é considerado uma invasão, denominação da segunda metade do século XX dada às ocupações não regulamentadas pelo Estado em áreas de Salvador, sejam elas públicas ou privadas. O termo “invasão” é, por si só, estigmatizante, pois carrega um sentido depreciativo. A comunidade do Pela Porco empreendeu esforços para modificar alguns marcadores sociais que costumam estigmatizar quem reside em espaços da cidade originados a partir de ocupações não regulamentadas. Acredito que o maior esforço foi a mudança do nome da comunidade – algo que “não pegou”, pois, apesar de no site do IBGE encontrarmos a denominação “Alto da Boa Esperança”, no site da secretaria municipal de saúde ainda é usado “invasão Pela Porco”. Desse modo, é evidente que os órgãos públicos caminham na contramão do esforço comunitário, mantendo denominações que contribuem para a manutenção de marcadores sociais que atribuem ao bairro sentido depreciativo.

Logo acima do Pela Porco está o Barbalho (quando olhamos a partir da rua Cônego Pereira parece que o Pela Porco fica na encosta do Barbalho). Esse bairro, cujo nome é herdado de um capitão pernambucano, tem sua origem no século XVII com a construção do Forte de Nossa Senhora do Monte Carmo (Forte do Barbalho). No entanto, apenas no século XIX, com a expansão da cidade para além do centro histórico, a área começou a ser ocupada

⁵ O Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação atende aos seguintes critérios:

a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) Possuírem urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) **ou** precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica) (IBGE, 2010).

residencialmente. Segundo o censo de 2010, o bairro tem uma população de 9.367 habitantes, dos quais 53,53% são pardos e 16,92% pretos; além de 55,47% serem do sexo feminino. No que concerne à infraestrutura, mais de 95% dos habitantes têm acesso a coleta de lixo, esgotamento sanitário e abastecimento de água (Observatório de Bairros Salvador, 2023). É um bairro que conta com transporte público, equipamentos públicos e privados de ensino, de saúde, ruas asfaltadas e aparentemente bem conservadas, edificações bem estruturadas, com presenças que mesclam condomínios de edifícios e casas, e a renda da época do censo era de 1 a 3 salários mínimos.

Seguindo pela parte de trás do Barbalho se chega a Macaúbas, outro bairro que margeia o Pela Porco e menor em número de habitantes que o Barbalho: em, 2010 contava com 8.556 moradores, dos quais 53,10% se declararam pardos e 28,52% pretos, com 54,07% sendo do sexo feminino. É um bairro que tem características muito próximas ao Barbalho em questão de renda familiar, infraestrutura e transporte público, mas difere um pouco na estrutura das edificações e na demarcação social. Segundo informações de uma líder comunitária (Santos *et al.* 2010, p.74), na parte alta costuma se estabelecer quem tem maior renda e na parte baixa quem tem menor renda. Observando o mapa que divide os setores censitários do IBGE, também é possível perceber que trechos finais de ruas de Macaúbas se confundem em alguma medida com o Pela Porco, o que me fez pensar se seriam estes domicílios que são classificados como subnormais dentro do bairro (325 unidades).

Apresentamos, de maneira geral, os vizinhos mais próximos do Pela Porco, no sentido da via que segue para o centro. A partir daqui, faremos o mesmo com os vizinhos do sentido oposto, aqueles que ficam em frente ao Pela Porco, estritamente os bairros do Matatu e Vila Laura, os quais têm relação direta com a cena de uso e outras áreas do entorno onde circulam os usuários do espaço. Além disso, os bairros citados têm em comum o fato de todos estarem no entorno da bacia do rio Camarajipe.

O Matatu, segundo informações sistematizadas pelo Observatório de Bairros de Salvador⁶, conta com 10.542 habitantes: 50,87% se declararam pardos, 21,23% pretos e 26,26% brancos; o sexo feminino representa 54,73% das pessoas moradoras. Dentro do bairro ainda há unidades domiciliares classificadas com aglomerados subnormais (604), a renda fica na faixa de 1 a 3 salários mínimos. Na publicação “O Caminho das Águas em Salvador: Bacias

⁶ O Observatório de Bairros de Salvador é uma plataforma online, iniciativa de um grupo de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, que utilizam dados do Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia (Informs) produzido pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), que por sua vez utilizam os dados do censo do IBGE.

Hidrográficas, Bairros e Fontes” (Santos *et al.* 2010), um líder comunitário informou que o perfil econômico dos moradores do Matatu está entre a classe média e classe média alta, no entanto, também é possível encontrar porções do bairro onde residem moradores de classes diferentes destas. É o caso daqueles que moram ou têm comércio na parte mais baixa, que desemboca em alguns trechos das Sete Portas e da rua Cônego Pereira (em frente ao Pela Porco).

Uma dessas ruas tem um acesso por um portão que fica ao lado do ferro-velho e, conseqüentemente, ao lado da casa de uso. Tal portão fica fechado para que pessoas estranhas não tenham acesso à rua, mas o dono do ferro-velho tem uma cópia da chave, pois é solicitado com frequência para receber mercadorias ou abrir o portão para algum morador que esqueceu a chave ou para visitas. Percebo que nesse acesso há uma tensão entre os moradores e os usuários. Em alguns momentos no campo ouvi comentários no sentido de não deixar o portão aberto para que os usuários não acessem a rua. Foram estes moradores que em algum momento denunciaram o ferro-velho para a prefeitura, solicitando o fechamento do estabelecimento, argumentando que os usuários se mantêm naquele espaço por conta do funcionamento do ferro-velho. O local chegou a ficar alguns dias fechado, passando por uma vistoria da prefeitura que autorizou a reabertura.

Ao lado do Matatu fica a Vila Laura, bairro de formação recente, da segunda metade do século XX. Toda a área do bairro era uma fazenda, que com a proibição sanitária de criar gado no setor urbano da cidade foi transferindo sua criação para o interior. É um bairro formado em sua maioria por condomínios e prédios altos de classe média. São 14.524 habitantes, dos quais apenas 12,83% são negros, 48,77% são pardos e 37,05% são brancos. De modo análogo aos outros vizinhos do Pela Porco, a população feminina é maioria, representando 55,52% dos habitantes, e a faixa salarial é maior, de 5 a 10 salários mínimos. É um bairro onde os usuários costumam transitar muito, constituindo parte do circuito que eles percorrem no caminho da coleta de material reciclável.

A presença dos usuários já se mostrou incômoda para os moradores da Vila Laura em algumas ocasiões. Denúncias e solicitações de retirada do espaço são reiteradas à prefeitura, e outras ações mais efetivas, como no caso da retirada de um equipamento do Programa Corra pro Abraço, que funcionava na área. Era um contêiner onde as pessoas tinham acesso a banho, uso do sanitário, insumos de higiene pessoal, água potável e uma equipe multidisciplinar que prestava atendimento. Os moradores apresentaram abaixo-assinado à prefeitura para retirar o equipamento, justificando que ele atraía e mantinha aquelas pessoas naquele espaço. Em outro momento, chamaram uma emissora de televisão para tensionar as autoridades a retirar o equipamento.

O espaço urbano capitalista é fragmentado (Alvarez, 2016), heterogêneo, dividido social e economicamente. Apesar disso, acontecem justaposições, como é o caso do Pela Porco, que acima e em frente convive com dois bairros de classe média. Tais bairros contam com uma estrutura de escolas, comércio e residências bem distintas do Pela Porco, este considerado um aglomerado subnormal – o que significa dizer que os serviços públicos básicos ainda não chegaram em sua plenitude.

A classe média tensiona para retirar do seu entorno a cena de uso e, principalmente, os usuários; estrategicamente constrói argumentos para desativar serviços que levam cuidado e postos de trabalho que são fonte de renda, ou dissimulam em obras de requalificação, que constituem mais uma tentativa de retirada. Analisando de forma ampla, percebe-se no Pela Porco uma espécie de enclave. Não aquele fortificado, fechado com muros, segurança, controle de entrada e saída e de onde não se precisa sair para consumir, trabalhar e lazer (Caldeira, 1997), mas um enclave social, apartado dos vizinhos pelo tipo de moradia, pela localização, na encosta, e que é a todo tempo monitorado, tanto pelos vizinhos quanto pelo Estado, para não crescer ainda mais e levar “perigo e insegurança” para as imediações, sendo separado pela condição social de seus moradores e frequentadores. Um espaço social estigmatizado, onde as desigualdades são gritantes e produzidas cotidianamente.

Neste capítulo, buscamos descrever de forma geral quais são os bairros vizinhos do Pela Porco e da cena de uso por onde os usuários transitam de forma mais intensa. Observamos que são heterogêneos no que diz respeito aos tipos de domicílios, que variam de acordo com a localização dentro do bairro. Há uma tendência no sentido de que os mais bem estruturados se localizam na parte de cima e os mais fragilizados na parte de baixo. Toda essa parte da cidade de Salvador é um vale, com a rua Cônego Pereira embaixo. Nas suas margens estão os bairros Barbalho, Macaúbas e Pela Porco no sentido do Centro e Matatu e Vila Laura no sentido da BR 324. Tanto o bairro do Matatu quanto Macaúbas têm domicílios classificados com subnormais, assim como todo o Pela Porco, que concentra os domicílios mais fragilizados, diferente dos bairros da Vila Laura e Barbalho que não constam unidades domiciliares assim nomeadas.

CAPÍTULO II

HISTÓRIAS E IMAGENS DO PELA PORCO

No capítulo que segue o exercício é construir uma linha histórica do espaço do Pela Porco, das mudanças ocorridas no espaço através do tempo e de forma mais localizada com a intervenção de um programa de requalificação proposto pelo município. Acrescento a esse capítulo como a mídia retrata o *Pela* em suas notícias e qual enfoque é privilegiado nas manchetes que chamam atenção do leitor. Por fim, relato um pouco acerca da conjuntura pandêmica que atingiu a todos, embora de formas bem distintas, conforme o contexto no qual cada indivíduo está inserido – explicitando que, para os usuários, certamente foi um período demasiado complexo.

2.1 Da centralidade à pobreza, tráfico e violência

O espaço no qual se desenvolvem os fenômenos sociais pesquisados é denominado Pela Porco. Está localizado na rua Cônego Pereira, próximo da feira das Sete Portas, periferia do centro antigo da cidade de Salvador/Bahia. “Pela Porco” foi o nome dado à ocupação – hoje bairro – que surgiu na década de 1960 na localidade. Deve seu nome ao fato de ter sido um local dedicado ao abatimento dos porcos vendidos na referida feira, fundada em 1941, que fica a poucos metros do bairro. Mais tarde, o lugar foi rebatizado de Alto da Boa Esperança. Seus primeiros moradores eram migrantes, vindos do interior da Bahia e de outros estados do Nordeste.

Geograficamente, o Pela Porco está situado no centro comercial da antiga Salvador, no local onde funcionou o primeiro terminal rodoviário da capital, inaugurado em 1963 e desativado em 1974. A rodoviária começou a ser construída em 1961, ano do início da ocupação do Pela Porco. Local de trânsito intenso, hoje a área dá acesso a entradas e saídas de vários bairros da cidade, como Brotas, Macaúbas, Cidade Baixa, dentre outros, e até para fora dela, tendo em seu entorno também bairros mais estruturados, no sentido de planejamento urbano e condição social das moradias e dos moradores, como o Barbalho e a Vila Laura. Igualmente, é caminho para quem sai de Salvador no sentido da BR 324.

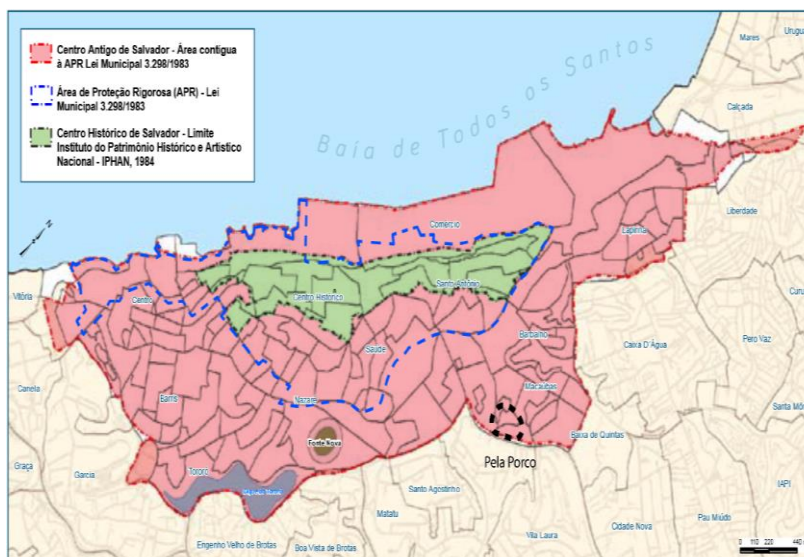


Figura 2 – Centro Antigo de Salvador (CAS), com destaque no Pela Porco. Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2013), com intervenção de Gordilho (2023)

O bairro do Pela Porco fica atrás da antiga rodoviária, onde hoje funciona um mercado de hortifrúti e um supermercado da Cesta do Povo, isso no sentido da rua que vai na direção do centro da cidade. Na direção oposta, indo para a BR 324, da mesma forma funcionam várias outras casas comerciais.

A porção do espaço que me interessa observar e descrever é aquele onde há uma concentração de população em situação de rua e usuários de substâncias psicoativas – sujeitos da pesquisa – que transitam em toda a localidade, mas se concentram embaixo da marquise de um prédio antigo, no qual funcionava um posto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O Pela Porco é uma significativa “cena de uso” de drogas na cidade de Salvador, sobretudo uso de crack e álcool.

A população em situação de rua que ocupa o espaço é flutuante, composta por homens adultos e jovens, em sua maioria pessoas negras, e mulheres, em menor número, embora com o mesmo perfil. Algumas dessas pessoas frequentam temporariamente o Pela Porco – chamado por todos de “Péla” – enquanto outras permanecem ali de forma mais perene, desenvolvendo suas atividades da vida cotidiana, com todos os desafios de quem faz do local público o lugar de sua vida privada. Nesse espaço, elas organizam quase todas as dimensões da vida, mantêm alguns poucos pertences, fazem suas refeições e realizam suas atividades laborais.

No entorno dessa cena de uso há um comércio bastante pujante: um supermercado e uma feira de hortifrúti ficam em frente, do outro lado da rua; no lado esquerdo da marquise tem

uma casa de material de construção e um posto de gasolina. Do lado direito, além de um portão que dá acesso a uma rua com muitas casas, há um ferro-velho, um ponto de ônibus, uma barbearia, a sede de um projeto social, dois hotéis, uma loja de cosméticos, uma loja de produtos químicos e um sindicato de classe, dentre outras casas comerciais e órgãos municipais.

O espaço do Pela Porco fica em uma área central da cidade de Salvador, que vem passando por transformações significativas ao longo do tempo. Na década de 1970, essa região da cidade começou a ter adensada sua ocupação populacional. Na mesma época, a cidade também passou a crescer no sentido do acesso norte, com a implementação dos bairros planejados de Cajazeiras e adjacências e no sentido Paralela, com a construção do Centro Administrativo e do bairro de Mussurunga. Analogamente, o deslocamento do terminal rodoviário para a área do Iguatemi também colaborou para a transformação do espaço urbano de Salvador e, conseqüentemente, do espaço ora pesquisado.

Em relação a esta área da cidade não tenho encontrado, até o momento, muitas fontes históricas escritas. Por isso, a tentativa aqui é de reconstruir os processos de mudanças pelas quais passou o recinto através da narrativa de um dos interlocutores da pesquisa, o Mestre. Dessa forma, descrevo em seguida alguns de seus relatos sobre sua vida, que coincidem com as transformações que atravessaram o bairro ao longo dos últimos quarenta anos.

Mestre (nome fictício que adotei para este interlocutor) é um homem de pele e olhos claros, de quase 60 anos, alto, forte e bem disposto, de conversa boa e acolhedora, sempre disponível para ajudar a quem lhe solicita informações, seja sobre as linhas de ônibus do local ou de pessoas que circulam por ali. Trabalha e mora no entorno do Pela Porco, sendo uma figura bastante conhecida e considerada no local.

Quando ele chegou ao bairro, ainda muito jovem, a área tinha poucas casas, um campo de futebol improvisado e nenhuma estrutura. Ainda era o lugar onde se fazia o abate de porcos para se vender na feira das Sete Portas. Só a partir do ano de 1987, com a luta da comunidade, começou a chegar alguma infraestrutura, como saneamento básico e escadarias de cimento (Freitas, 2003). Mestre viveu muitas das mudanças ocorridas no espaço desde o início da sua ocupação até a contemporaneidade.

Local onde se abatiam porcos, terminal rodoviário da cidade de Salvador, parque de diversões, feira livre, dentre outros usos, Mestre participou dessa transformação. Ele é mais uma das pessoas que migram do interior e se estabelecem nas áreas da cidade que ainda estão em processo de ocupação. No caso do Pela Porco, vieram pessoas dos municípios baianos de Cachoeira e Santo Amaro, além do estado de Alagoas (Freitas, 2003).

Após a desativação do terminal rodoviário, a estrutura de dois andares foi utilizada para vários outros fins, incluindo uma feira só de legumes e frutas. Parte dos feirantes das Sete Portas vieram para o Pela Porco mais ou menos entre 1986 e 1987, por conta de uma mudança na estrutura da feira envolvendo o fechamento dos boxes onde se comercializava carne. Para o local vinham pessoas de várias partes do interior da Bahia e de outros estados, que traziam seus produtos para vender.

Depois a área passou a ser uma feira verde só de hortifrúti, que funcionava 24 horas, atraindo pessoas de toda a cidade de Salvador e de fora para comprar e vender seus produtos. Nas palavras de Mestre, *foram épocas de muito movimento de gente e de carros que movimentavam os produtos comercializados na feira, no segundo andar funcionava uma distribuidora de flores.*

Ainda acerca do comércio local e a rotatividade do lugar, Mestre narra com certo tom de saudade sobre a época em que ali era bastante movimentado. Onde hoje funciona o ferrolho havia um restaurante, frequentado por pessoas que vinham de vários lugares da cidade para comer feijão aos finais de semana. Também tinha uma churrascaria (atualmente é o hotel Charme) onde ele trabalhava como garçom, com um grande movimento de clientes. Depois veio a ser hotel e churrascaria, no qual ele trabalhou durante muitos anos. “O hotel se chamava Charme e a churrascaria Rodoviária. Era do mesmo dono, um lugar bastante movimentado, bem frequentado, diferente de hoje”, conta o interlocutor.

Além disso, no Pela Porco concentravam-se cavaleiros que participavam do desfile da festa da Independência da Bahia, o 2 de julho. Sobre isso ele não conseguiu precisar o ano, mas era comum nas festas populares de Salvador a presença de cavalos, a exemplo da Lavagem do Bonfim e Mudança do Garcia. Outra informação interessante sobre a utilização do local diz respeito à instalação de circos (mais ou menos entre 1975 e 1976). Nosso narrador conta que as famílias que moravam no Barbalho (bairro adjacente, que literalmente fica acima do Pela Porco) vinham buscar lazer naquela área, e o circo era um desses entretenimentos.

Tanto a estrutura da rodoviária quanto do seu entorno são versáteis em seus usos. Mestre relata que algumas oficinas funcionavam na parte do fundo da estrutura; embaixo da cobertura, durante o dia, consertavam-se carros, e à noite, em um desses espaços, armava-se um palco e aconteciam shows. Era o caso da festa realizada por um cantor, morador do Pela Porco, que também era policial militar. À época, Diumbanda, como era conhecido, era vocalista de uma banda muito famosa, chamada “Boquinha da Garrafa”. Às segundas-feiras produzia uma festa intitulada “o galo de Diumbanda”, que atraía pessoas de toda a cidade. O prato principal era um galo ensopado com verduras e servido com pirão (isso no início dos anos 2000

até 2015), e a música ficava por conta das bandas de samba que faziam muito sucesso no Brasil desde a década de 1990.

Baseado no relato de Mestre, é possível perceber o processo de esvaziamento de um certo tipo de público daquela área. Salvador cresceu no outro sentido (Paralela), assim como o centro comercial. A mudança da rodoviária foi na mesma direção. Por conseguinte, os pontos comerciais se desvalorizaram e a quantidade de gente circulando se reduziu, diminuindo assim a circulação de valor econômico e de bens de consumo, mudando totalmente o público que costumava frequentar aquela área da cidade.

Outro fator que seguramente contribuiu para a perda da centralidade do espaço e circulação de público foi a reestruturação do sistema de transporte coletivo por ônibus de Salvador. Essa reestruturação começou a ser implementada na cidade no ano de 2015⁷, quando algumas linhas foram extintas ou tiveram o roteiro alterado, enquanto outras foram criadas para facilitar a integração com o metrô de Salvador. Ademais, essa reestruturação ainda inclui acordos para restringir a circulação de ônibus da região metropolitana de Salvador por determinadas áreas da cidade; com isso, tanto o Pela Porco quanto os espaços adjacentes foram sendo esvaziados de público. É o caso do Aquidabã (antigo terminal de ônibus) e da Baixa dos Sapateiros e Barroquinha, ruas de muitas lojas comerciais que perderam várias linhas de ônibus que circulavam por ali e facilitavam o trânsito do público. Sobre isso, os interlocutores trazem o quanto o Pela Porco era central no deslocamento, servindo como ponto de referência do público que precisava de serviços e desenvolvia atividades diversas no centro de Salvador. De acordo com Mestre:

antigamente aqui nesse ponto tinha muito movimento, tinha ônibus para Camaçari, São Sebastião do Passé; Simões Filho, tudo passava por aqui, pessoas vinham do interior e marcava de entregar encomendas aqui nesse ponto; agora, se quiser ir para a Pituba tem que pegar dois ônibus, ou um ônibus até o acesso norte, pegar o metrô e depois pegar outro ônibus no Iguatemi (Trecho do diário de campo).

O desaparecimento de muitas das linhas de ônibus daquele espaço favorece que o público escolha outros pontos da cidade como referência em seus deslocamentos cotidianos.

À medida que alguns serviços são desativados, como no caso do INSS, da rodoviária e do esvaziamento da primeira versão do supermercado Cesta do Povo⁸, o espaço onde está

⁷ De acordo com informações do site da Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador (ARSAL, 2022).

⁸ Supermercado estatal, criado pelo governo do Estado, em 1979, para aumentar a oferta de produtos básicos e servir como regulador de preços de alimentos. Foi privatizado em 2018 e virou uma grande rede de supermercados.

localizado o Pela Porco também vai mudando, tanto no público quanto no volume e na frequência. Isso não é uma particularidade desse espaço. Um processo semelhante vem acontecendo no Centro Histórico de Salvador, o qual passou por dinâmicas de revitalização na década de 1990 que se estendem até hoje com vários problemas, principalmente relacionados à expulsão de pessoas, desapropriação de moradias e reformas habitacionais para ceder a outros públicos, para outros fins, sobretudo ligados ao turismo.

Todavia, os espaços da cidade são socialmente construídos e transformados por aqueles que os ocupam, sendo também utilizados para outros fins. Assim acontece a manutenção da vida nos mais diversos espaços sociais e, no Pela Porco, não é diferente, outros tipos de comércio se estabeleceram no local, assim como grupos sociais. No lugar onde funcionava um restaurante hoje tem um ferro-velho, ao lado da sede de um Projeto Social que pretende “salvar” as pessoas; embaixo da marquise do prédio do antigo INSS, onde funcionava uma farmácia central que distribuía medicação para toda a cidade e onde se concentravam barracas de zinco que vendiam lanches e outros produtos, hoje ficam os usuários de substâncias psicoativas, configurando uma cena de uso cuja organização social é complexa, perpassada por um controle social estabelecido por diversos atores que, na maioria das vezes, não estão dentro da cena.

Nesse contexto, é possível ressaltar o controle social como um mecanismo muito utilizado não apenas para ditar o comportamento em relação ao uso de substâncias psicoativas, conforme assinala Howard Becker, mas igualmente para controlar os comportamentos individuais em meio ao grupo e no entorno do grupo:

Os controles sociais afetam o comportamento individual, em primeiro lugar, pelo uso do poder, a aplicação de sanções. O comportamento valorizado é recompensado, e o comportamento negativamente valorizado é punido. Como seria difícil manter o controle caso a imposição se tornasse sempre necessária, surgem mecanismos mais sutis que desempenham a mesma função. Entre elas está o controle do comportamento, obtido influenciando-se as concepções que as pessoas têm da atividade a ser controlada e da possibilidade ou exequibilidade de se envolver nela (Becker, 2008, p. 69).

Um evento que pude acompanhar em campo ilustrou de forma bastante enfática o controle do tráfico acerca do comportamento e das atividades dos usuários no Pela Porco, desencadeando uma ação coletiva desviante. Dentro do espaço Pela Porco percorremos, enquanto equipe do Programa Corra pro Abraço, microespaços. Dentre eles, atrás do hortifrúti é certamente o mais tenso, tanto pela presença do varejo quanto pela circulação de clientes e de local de uso de substâncias, além de ser um lugar onde a visibilidade em relação a quem passa

na frente da rua é totalmente encoberta pelo telhado. É um local onde a equipe não permanece por muito tempo, faz atendimentos mais pontuais, sempre atenta à movimentação e a indicações dos usuários sobre se é seguro adentrar ou melhor retornar.

Em um destes dias, havia no espaço uma movimentação atípica envolvendo toda a comunidade. Em uma ação da polícia, uma mulher e uma criança “que não tinham nada a ver” foram baleadas e estavam hospitalizadas. Em sinal de protesto, pessoas da comunidade atearam fogo em pneus na frente da via, enquanto exibiam cartazes com frases como “aqui tem muito pai e mãe de família”, “queremos justiça”, e outras que acusavam a polícia de ser um agente violentador. Defendiam-se as pessoas baleadas e da comunidade no sentido de sublinhar a honestidade dos moradores. Quando chegamos, a manifestação já estava totalmente controlada pela polícia e a via tinha sido liberada.

No entanto, diferente do que aparentavam, as coisas não estavam finalizadas. Enquanto estávamos atrás do hortifrúti conversando com uma usuária, ouvimos fogos e pessoas chegarem correndo, não entendemos muito bem o que estava por vir, mas percebemos que era o momento de nos retirarmos do espaço. No caminho para a saída, vários usuários foram passando por nós correndo, carregavam colchões, pneus e papelão. Em uma ação extremamente organizada e veloz, dois ônibus foram abordados, esvaziados e incendiados.

Depois que toda a ação foi concretizada e que conseguimos sair ilesos do espaço, foi possível refletir sobre o episódio e entender o que acabara de acontecer. O varejo local ordenara que o protesto retomasse e de forma mais incisiva, desafiando a presença da polícia. Então a orientação foi para que os usuários se colocassem à frente da ação carregando tudo aquilo que pegasse fogo com facilidade. De forma orquestrada, todos que estavam no espaço levaram alguma coisa para tocar fogo na frente da via, além da gasolina para incendiar o ônibus.

A rua tem suas regras estabelecidas e, conseqüentemente, estipula os desvios e as respectivas sanções impostas aos desviantes. Os usuários têm um papel na dinâmica do varejo local. Ao mesmo tempo, para permanecer no espaço precisam cumprir algumas regras impostas por quem organiza e faz a gestão do lugar. De fato, um interlocutor chegou a comentar sobre algumas atividades desenvolvidas pelos usuários, como o trabalho de guarita em pontos específicos do espaço, a manutenção da ordem para que outras pessoas não infringam as regras – como, por exemplo, quem usa tornozeleira eletrônica e não pode entrar na comunidade; é proibido brigar entre si e com outros usuários do espaço; é permitido usar substâncias, desde que não se tenha comportamento que incomode o entorno; traição não é bem vista, tanto entre parceiros quanto entre casais etc. Ou seja, as normas são pensadas de modo a impedir comportamentos desviantes que atrapalhem o funcionamento da rotina do ambiente e que

chamem a atenção da polícia ou de outros serviços que atuam por ali. Para todos estes comportamentos há sanções previstas, tais como a expulsão do espaço, a realização de uma tarefa, ou *levar um pega*⁹.

O tráfico de drogas detém o poder de organizar a dinâmica do lugar no que diz respeito ao varejo de drogas ilícitas. Logo, acaba estabelecendo regras de convivência e controle social, cabendo à polícia o papel de combate. O resultado disso é um cenário literalmente de guerra – termo inclusive usado pelo Estado brasileiro na expressão “guerra às drogas”. Ao fim, acaba sendo uma guerra às pessoas que usam drogas, sobretudo a um determinado tipo de usuário: pessoas negras e pobres que residem em comunidades violentadas ou que estão em situação de rua.

A política de guerra às drogas é um modelo importado dos Estados Unidos, no que diz respeito à forma de lidar com o aumento do uso de substâncias psicoativas ilícitas, sobretudo crack e cocaína. Tal modelo inclui leis mais severas relacionadas ao uso e venda de drogas e tratamentos baseados na abstinência. Como efeito desta política temos a criminalização da pobreza a partir da associação de algumas drogas a um determinado grupo social (negros, pobres, moradores de bairros violentados) e um aumento da população carcerária (Malheiro, 2014). Esta é uma política de morte – ou necropolítica (Mbembe, 2018) – uma vez que o Estado tem “o poder e capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”, quem vai viver em liberdade e quem vai para o cárcere. Nessa situação, o combate ao uso e comercialização de substâncias ilícitas é a justificativa para ações que utilizam a violência como principal instrumento, encarnada na figura dos agentes da segurança pública que chegam com mais efetividade do que outras políticas públicas em determinados espaços da cidade, contribuindo para a marginalização de pessoas, bairros e ou comunidades onde a população é economicamente vulnerabilizada e majoritariamente negra.

De acordo com Hart (2014, p. 302) “A aplicação seletiva das leis sobre drogas parece ser usada como ferramenta de marginalização dos homens negros, para mantê-los no círculo vicioso de prisão e isolamento da sociedade como um todo”. Este círculo vicioso e isolamento social quanto aos usuários de drogas e em situação de rua é marcante. Muitas destas pessoas acabam tendo sua vida totalmente complicada por recorrentes passagens pelo cárcere ou por responder a processos. Como consequência, em muitos casos o direito de ter documentação é dificultado, a possibilidade de ter um emprego formal também é diminuída, bem como a

⁹ “Levar um pega” é uma categoria nativa, significa dizer que alguém levou uma surra. É também papel dos usuários dar um pega em quem não anda “pelo certo”.

circulação em outros grupos sociais – ora por ser usuário de drogas, ora por ter passado pelo sistema carcerário. Frequentemente, há uma dificuldade em aplicar a esse público medidas alternativas à prisão. Um exemplo disso é o uso da tornozeleira eletrônica, que se torna uma questão dentro do espaço por onde se circula, e outras condicionantes como apresentar comprovante de endereço para responder em liberdade.

No Pela Porco não é diferente. A polícia é temida, pois suas ações são quase sempre desastrosas e o tratamento que ela dispensa às pessoas que residem nesses espaços é extremamente violento. Em relação especificamente aos usuários que estão em situação de rua, esse tratamento é ainda mais carregado de violência, principalmente por essas pessoas não terem seu status de humanidade considerado, na avaliação destes agentes do Estado. Em meio a tal cenário bélico, a droga se impõe e a coação é o meio de conseguir informações, ao mesmo tempo de intimidar, demonstrar força e poder. Desse modo, os usuários estão em constante tensão, em situações limite entre a manutenção da vida cotidiana, da permanência naquele espaço e da morte.

2.2 Retratos da mídia acerca do Pela Porco

Em busca de fontes que me ajudassem a entender a história do Pela Porco, pesquisei de que forma o bairro é retratado pela mídia. Com uma consulta simples em um buscador, encontrei dezenove reportagens, notícias no portal G1, no Globoplay, com o jornal televisivo local, Bocão News, Aratu On, Correio 24 horas, Notícias R7, A Tarde e no site da Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE)¹⁰.

Encontrei notícias veiculadas entre os anos de 2013 e 2023. De todas estas fontes, apenas duas traziam informações que não tratavam sobre violência: a do site da SEMPRE, sobre uma feira de serviços do município, uma ação voltada para as pessoas em situação de rua; e uma matéria veiculada no portal A Tarde, que trata de uma ação desenvolvida pela Associação Baiana para Educação e Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (Abepsan), que, entendendo a situação de insegurança alimentar das pessoas do bairro, realizou uma campanha para arrecadar alimentos, dentre outros itens, visando mitigar os efeitos da pandemia da Covid-19 que agravaram ainda mais a situação de vulnerabilidade social e econômica da população menos abastada.

¹⁰ Os links das notícias encontradas estão listados à parte nas referências.

Podemos dizer que quase todas as notícias, dezessete dentre dezenove, retratam o Pela Porco pela via negativa da violência, noticiando apenas assuntos que relacionam o bairro com assassinatos, assaltos, troca de tiros com a polícia ou protestos dos moradores em resposta a alguma abordagem policial violenta, terminando em queima de pneus ou em ônibus incendiado. Em síntese, outros aspectos do bairro ou ações de políticas públicas de impacto positivo não são retratados – ou, possivelmente, nem sequer chegam no bairro.

Ainda na busca por informações que também servissem de referência ou indicativo de quando os usuários começaram a frequentar e se concentrar por aquela área, visitei o Centro de Documentação (CEDOC) do jornal A Tarde, um dos mais antigos em circulação no Estado da Bahia, desde 1912. Pesquisei primeiro notícias a partir de fotos que acompanhavam as matérias, datadas a partir da década de 1970. Nas imagens, aparece um Pela Porco bem diferente do que se apresenta hoje, com casas feitas em madeira e sobras de materiais reaproveitados, com ruas de barro sem nenhum tipo de saneamento. Entre as décadas de 1970 e 1990, a luta era pela permanência no espaço, concomitantemente à infraestrutura que diz respeito ao saneamento básico, água encanada, pavimentação das ruas e proteção de encostas.

Esta não era uma luta apenas do Pela Porco. Outros bairros, à época denominados de invasões, passavam pela mesma situação, o que os unia em assembleias locais e encontros nacionais¹¹. Só em 1995 a prefeitura de Salvador deu início à emissão dos títulos de posse dos terrenos para os moradores¹². Ademais, a relação do bairro com a polícia não se diferencia muito de hoje: eram frequentes as notícias sobre assaltantes presos, assassinatos no local, invasões da polícia às casas dos moradores, furtos e roubos no entorno do bairro, além das lutas pela permanência e ampliação da área ocupada e por melhorias das condições de infraestrutura básica, como encostas para impedir novas tragédias com deslizamentos de terra e pessoas mortas. Em todas essas ocasiões da história do Pela Porco a polícia aparece entrando em confronto com moradores.

De modo geral, em sua maioria, as notícias veiculadas sobre o Pela Porco até a década de 2000 giravam em torno da situação precária do bairro, da violência ou de tragédias como o desmoronamento de uma encosta que vitimou pessoas. Depois dos anos 2000, predominam informações sobre episódios de violência. Assim a mídia segue construindo e sustentando uma

¹¹ O Jornal A Tarde, na data de 11 de abril de 1983, dá notícia de uma assembleia que aconteceu no Pela Porco para preparar as associações dos bairros de Salvador para o III Encontro Nacional das Favelas, que aconteceria em junho no Rio de Janeiro.

¹² Jornal A Tarde, página 2, 13/07/1995.

imagem que contribui ainda mais para acentuar os marcadores sociais que estigmatizam espaços como o Pela Porco, ocupados majoritariamente por pessoas pobres e pretas.

2.3 Requalificação e novas dinâmicas do espaço

Só em 2019 o entorno do Pela Porco passou por uma intervenção municipal envolvendo um projeto de requalificação. Tal projeto incluiu toda a extensão da rua Cônego Pereira, desde o largo dos Dois Leões até o Aquidabã. A primeira parte da obra (na localidade que compreende o Pela Porco) foi entregue em agosto de 2020, enquanto a última etapa que alcança o Aquidabã foi entregue em outubro de 2022.

A primeira etapa da obra teve um custo para o município de quase vinte milhões de reais, e entregou para os frequentadores do território “uma série de melhorias nas áreas de infraestrutura e urbanística, como substituição de pavimentação, passeios, ciclovias, microdrenagem, instalação de equipamentos urbanos, iluminação pública em led e paisagismo” (Nova, 2022). O projeto foi desenvolvido pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF, 2021), e alocado na Superintendência de Obras Públicas de Salvador (SUCOP). Apesar disso, os sítios desses entes públicos não trazem informações mais detalhadas sobre o projeto, apenas notícias nas redes sociais desses órgãos públicos e notícias em jornais locais.

Em uma dessas notícias (Ferreira, 2019), o secretário de obras públicas e à época vice-prefeito, Bruno Reis, toca no aspecto da população em situação de rua e usuários de drogas que estão no território, diz saber da população e afirma que vai oferecer tratamento médico, qualificação de mão de obra e oportunidade de emprego. Tais promessas não se realizaram. O tratamento médico já existia a partir da equipe do consultório na rua, que atua no território há mais de cinco anos e tem o 14º Centro de Saúde Mário Andréa como base de apoio para atendimentos. A qualificação profissional e a oportunidade de emprego nunca aconteceram nem enquanto proposta para aquelas pessoas. Sequer foi cogitado que elas pudessem trabalhar na obra, mesmo algumas delas tendo expertise em várias áreas profissionais.

Ainda nesse período, houve uma atuação intensa das equipes da abordagem social, que em alguns momentos tentavam construir fluxos específicos para as pessoas daquele espaço, e em outros tensionavam os usuários a aceitar abrigo em unidades de acolhimento longe do centro da cidade. Contudo, o município não leva em conta outros fatores da vida prática: como uma pessoa aluga uma casa por R\$300,00 e ao mesmo tempo compra alimentação, paga água, luz e mais todos os equipamentos mínimos necessários para morar em uma casa? Analogamente, não é levada em conta a experiência negativa que muitas dessas pessoas trazem

de estar em unidades de acolhimento. Por fim, não houve tentativa de inserção em vagas de emprego e qualificação profissional, mas sim um esforço cotidiano para que ocorra uma “limpeza” desse espaço da cidade.

Tal esforço se manifestou, por exemplo, na retirada de um equipamento que promovia acolhimento e cuidado aos usuários, a saber, um contêiner do Programa Corra pro Abraço, onde as pessoas podiam tomar banho, fazer uso do sanitário, acessar insumos de higiene pessoal e água potável gelada, além de uma equipe multidisciplinar que prestava atendimento todos os dias da semana. Com a justificativa de que toda a área seria reformada, o equipamento foi retirado e não mais foi concedida uma licença da prefeitura para retornar após o término das obras.



Figura 3 Parede da marquise, após uma das ações do município para retirar os usuários. Fonte: Marcos Machado.



Figura 4 Pela Porco antes do projeto de requalificação. Fonte: Google Maps (2022)



Figura 5 Pela Porco após a requalificação. Fonte: Google Maps



Figura 6 Espaço do Pela Porco. Foto: Edicarla Macêdo da Rocha

2.4 O contexto da pandemia de covid-19

Um período difícil não só para quem trabalha na coleta de material reciclável, mas para todos os usuários ocorreu durante a pandemia do coronavírus, quando as ruas foram esvaziadas e o comércio foi obrigado a fechar. Eles mal sabiam o que estava acontecendo. Apesar de terem continuado na cena de uso, a sobrevivência ficou mais precária, pois alguns serviços interromperam o funcionamento por um tempo e os grupos que fazem distribuição de comida na rua suspenderam esta oferta. Desse modo, a fome e a situação de fragilidade acentuaram-se.

À medida que as informações começaram a circular com mais fluidez, principalmente por meio dos serviços, os usuários, assim como toda a população, ficaram divididos. Muitos não acreditavam na letalidade do vírus, considerando que em suas realidades as pessoas morrem muito mais por outras razões, sobretudo vítimas de violência, do que por enfermidades. A higienização do corpo também era uma questão complexa, pois a orientação era de manter as mãos higienizadas, lavar com água limpa e sabão, ou higienizar com álcool 70%. Como realizar tudo isso em situação de rua, sem acesso irrestrito a banheiros, água corrente e sabão?

A maioria não usava máscaras e não acreditava que protegia ou evitava doenças, além de argumentar que causava incômodo. O acesso a máscaras limpas e de qualidade não era habitual, além disso, não havia condições sanitárias para manter a higienização adequada, no caso das de tecido reutilizáveis. Como consequência de toda essa falta de recursos no período em que era obrigatório o uso de máscara para acessar alguns espaços, muitos reaproveitavam máscaras de terceiros, resgatavam do lixo ou do chão máscaras desprezadas, ou ficavam por dias com uma mesma máscara suja.

A chegada da vacina não alcançou estes usuários de imediato, por várias questões: medo de tomar a vacina, desconfiança acerca da eficácia e a resistência em sair daquele espaço para ir ao posto de saúde. O medo das pessoas em situação de rua não era da Covid-19, mas sim de todas as outras expressões de violência que assolam o espaço, e até o presente momento em que escrevo esta dissertação não tenho conhecimento de dados dos órgãos oficiais sobre quantas pessoas em situação de rua foram vítimas do vírus.

O contexto da pandemia provocada pelo SARS-CoV-2, que causa a Covid-19, trouxe uma complexidade ainda maior para os usuários do Pela Porco, conforme aparece em destaque no relato dos trabalhadores dos serviços assistenciais. O auge da pandemia aconteceu entre 2020 e 2021, com o primeiro ano sendo, sem dúvida, o mais difícil. Nesse período, quase todos os estabelecimentos fecharam e alguns serviços públicos suspenderam suas atividades, como o SAC. Desse modo, quem não tinha documento não pode fazê-lo, os cuidados com a saúde ficaram pendentes, o acesso a benefícios foi impossibilitado. Ninguém conseguiu ter acesso ao auxílio emergencial, por exemplo, por não ter documentação nem ter como emitir, tampouco possuir acesso a algum celular e internet.

As equipes dos serviços que atuam no Pela Porco, precisaram criar estratégias para que, de alguma forma, os usuários acessassem seus direitos. Uma delas foi a reimpressão da carteira de identidade pelo Pedro Melo, com isso, todas as pessoas das quais as equipes dispunham de algum tipo de informação solicitavam a reimpressão. Outra questão era a desinformação, tanto acerca do vírus, da doença, dos novos fluxos, quanto dos cuidados que

precisavam ter. Usar a máscara era raro. Embora, em um dado momento, os serviços tenham feito distribuição e orientado o uso, muitos não acreditavam na letalidade do vírus, dizendo “*nóis não pega isso*”.

Todos os trabalhadores dos serviços que pude entrevistar relataram não existir, em fontes oficiais, informações acerca da letalidade da doença no contexto da rua, apesar de o município ter instalado uma Unidade de Acolhimento Institucional para sintomáticos. No campo já ouvi vários usuários dizerem “*ninguém morreu disso aqui*”. Outra questão trazida por um interlocutor foi a respeito da exclusão social. Em suas palavras:

A exclusão social de algum modo foi um tipo de “proteção” aos usuários, isso porque as pessoas da ampla sociedade não se aproximavam dos usuários com medo de se contaminarem. Nesse sentido, os usuários tinham menos contato com outras pessoas. Quantas pessoas em situação de rua a covid poderia ter matado, tendo em conta que estas têm a saúde mais fragilizada e corpos menos resistentes, já debilitados pelo uso de drogas e outras enfermidades? Para os usuários ficou mais difícil conseguir dinheiro, “manguear” ficou mais difícil, isso ainda por conta das pessoas terem preconceito e evitarem se aproximar dos usuários. Eu acho que muitos inclusive adoeceram de covid, né, eu acho também que muitos podem ter morrido e não houve muita notificação desses casos. A violência segue matando mais que a covid no Pela Porco, a covid ao mesmo tempo que aumenta a exclusão não aumenta a letalidade. (Trecho de entrevista).

Com a chegada da vacina, outros obstáculos se fizeram presentes. Além da negação da doença, muitos só tomaram a vacina por ela ser pré-requisito para acessar outros espaços, como o SAC, a Defensoria Pública, dentre outros. Novamente, as equipes tiveram um papel importante, de informar sobre o que era a vacina, como ela funcionava, os efeitos colaterais, enfim, explicar em linhas gerais o que era ideal e o possível para cada pessoa. Buscas ativas foram realizadas para vacinar os usuários, o ponto de vacinação era o Centro Pop ou NUAR, serviços específicos para a população em situação de rua. Depois, ocorreu a vacinação no espaço do Pela Porco. Ainda assim, houve quem se negasse a ser vacinado. O impedimento de acessar outros direitos devido à ausência de vacinação, em alguns casos, não era argumento suficiente para convencer a quem tem uma história de direitos negados e imersão em um contexto no qual as violências são, de alguma forma, normalizadas ou normatizadas, e o uso é mecanismo que auxilia a suportar tantas dores e tantas perdas

O caso de um usuário que acabou perdendo a perna nos faz refletir sobre o cuidado à saúde, a preservação da vida e a dor. *Primeiro foi o pé que tinha ferida crônica, depois ele sofreu um outro acidente que paralisou o lado do braço, depois sofreu outro acidente que teve que colocar um ferro, aí no outro acidente tirou a perna, então coisas assim, entendeu? Assim*

é tudo muito menor, assim é tudo muito... Hoje ele segue no Pela Porco, fazendo um uso intenso de álcool e crack e atravessando a rua sentado, se arrastando pelo chão.

Enfim, continuou o uso, porque eu acho que até isso nessa questão da saúde é interessante, porque era uma pandemia, as pessoas podiam morrer, a vida estava em risco, mas ainda assim o uso era tão problemático que se sobrepunha a qualquer outra questão. E isso é interessante porque, assim, uma boa parte deles enfrentam questões de saúde graves, mas ainda assim o cuidado com a saúde muitas vezes é deixado de lado, não é deixado de forma deliberada, né?

É porque o estado de vulnerabilidade, de uso de substância intensa, enfim, é tão agravado, é tudo tão... é como se, é como se isso fosse algo menor na vida, né? Sim, menor em que sentido, assim, eu acho que para eles estava num estado de tanto sofrimento ali, né? De tanto, era um uso tão intenso que essa questão da pandemia se torna menor, eu, pelo que eu percebi assim, né? (Trecho de entrevista).

Neste capítulo foi possível observar, apoiada no que foi possível reunir informações acerca do Pela Porco, que este é um espaço ocupado a partir da década de 1960 na expansão da cidade, no sentido do acesso norte e paralela. Analogamente a outras ocupações populares de Salvador, foi composto por imigrantes, trabalhadores da feira das Sete Portas, e desde a década de 1980 vem passando por transformações como a desapropriação do terreno, infraestrutura de encostas e saneamento básico, ao mesmo tempo em que o entorno também cresce e é ocupado por outra classe social. A saída da rodoviária e a mudança do eixo central da cidade igualmente provocam mudanças significativas naquele espaço, tanto no que diz respeito ao público usuário quanto aos serviços e comércio ofertados.

Não foi possível demarcar exatamente a chegada da população em situação de rua ao local, tampouco entender quando aquele espaço se transformou em uma cena de uso. Porém, foi possível construir e modelar, norteada pelas narrativas dos interlocutores, uma ideia concebível de interpretação do Pela Porco, que nos ajuda a conhecer aquele espaço. Seguiremos no caminho de nos aprofundar nestas percepções, agora de modo mais direcionado para os usuários em situação de rua. Conhecê-los e entender como se organizam no cotidiano do espaço colabora para compreender as relações estabelecidas a partir de cada situação.

CAPÍTULO III

A MALOCA

Neste capítulo, me dedico a olhar de forma mais detida para o perfil dos usuários do Pela Porco, para além da “observação etnográfica que é sustentada no encadeamento das técnicas da percepção, memorização e anotação” (Beaud; Stéphane, 2007, p.97). A observação, a entrevista e os questionários são ferramentas que se complementam na construção dos dados etnográficos, e a percepção do pesquisador acerca do campo vai dar o tom para decidir de quais ferramentas lançar mão, e em qual momento do campo cada uma é mais favorável. Depois de realizar muitas conversas durante as observações em campo, entendemos que era oportuno delinear o perfil dos usuários do Pela Porco, isto é, apreender o conjunto dos usuários para conhecer e entender os circuitos, conexões e associações, ou, em outros termos, as teias tecidas entre os atores que configuram o Pela Porco.

Para isso, adotamos, fazendo as devidas adequações com base nas observações de campo, o questionário que havia sido aplicado entre usuários de crack na Ladeira da Preguiça¹³, através do grupo de pesquisa Panoramas Urbanos, coordenado pela Profa. Dra. Urpi Montoya Uriarte, no âmbito da pesquisa intitulada “O Passado (n)o presente: a permanência na tradicional forma de habitar n(o) centro histórico de Salvador”. A decisão de adotar o mesmo questionário também passa pela possibilidade de em algum outro momento relacionar/comparar o perfil dos dois grupos, tendo em vista que usuários de substâncias psicoativas que estão em situação de rua transitam entre os espaços da cidade e em alguns momentos trocam de espaços por conta das dinâmicas impostas pelo *varejo local*.

Assim, foi possível ter um instrumento com trinta e uma perguntas, um tanto quanto longo, que foi aplicado por mim a 18 usuários. A escolha da quantidade de pessoas levou em conta uma estimativa da população local obtida a partir dos números de atendimento do Programa Corra pro Abraço. A intenção era realizar o preenchimento de 20 questionários, no entanto, não consegui aderência dessa quantidade de usuários. Para realizar o preenchimento contei com a ajuda de Mestre e do dono do ferro-velho. Conhecendo em alguma medida o comportamento dos usuários, sabia que seria difícil sozinha conseguir todas as respostas e com tantas pessoas, e que também seria arriscado estar na cena com uma prancheta conversando com as pessoas e fazendo anotações, isso talvez colocaria a mim e aos usuários em uma situação

¹³ Espaço da cidade de Salvador localizado no Centro Antigo que faz parte do circuito da população em situação de rua, entre esses os usuários de substâncias psicoativas.

complexa frente a quem organiza o tráfico no local. Então, expliquei para Mestre que nesse momento da pesquisa precisaria fazer alguns questionários e combinei com ele um dia e um horário em que eu iria para lá com essa intenção. De acordo com a orientação dele, cheguei na hora em que o Pastor serve o café, momento no qual vários usuários se aglomeram na fila para acessar a refeição. Conversei com alguns indivíduos, mas sem muito sucesso, muitos precisavam ir para seus *corres* e *na volta* continuariam a conversa comigo.

Diante dessa dificuldade, fiz outro combinado com Mestre. Ele faria a mobilização das pessoas e eu daria um valor para ele como forma de agradecimento, e para os usuários compraria alguma mercadoria no carro de lanche dele ou o valor para que estes pudessem comprar um café, tendo em vista que nem todos conseguem acordar a tempo para o café do Pastor. Foram postas duas cadeiras dentro do ferro-velho, onde pude conversar de forma tranquila com os usuários. Ali, poderia não apenas obter estritamente as respostas das perguntas do questionário, mas igualmente conversar sobre as motivações das respostas.

Embora o tempo para responder tenha sido razoavelmente curto, em média entre cinco e dez minutos, não enfrentei muitas dificuldades com os usuários quanto ao número de questões a serem respondidas. Credito isso ao vínculo que consegui construir com alguns usuários e a credibilidade de Mestre entre estas pessoas. O vínculo dá segurança para que as pessoas deem respostas mais efetivas, e por outro lado indiquem na fala quando não é seguro responder a verdade. Além disso, é importante ressaltar que deixei claro para as pessoas não ser obrigatório responder todas as questões. Caso sentissem desconforto ou insegurança com alguma pergunta, como no caso do tópico acerca de violência sofrida e de citar nomes de pessoas importantes para ela naquele espaço. Relatar sobre violência sofrida é sempre delicado, principalmente se foi perpetrada pelo varejo ou por outros usuários, assim como citar nomes de pessoas, nesse caso quando apareceu um nome foi o do dono do ferro-velho.

Aqui não apresentarei a análise de todas as questões do questionário, elas estão diluídas ao longo dos capítulos e alicerçam muito do meu ponto de vista, que se refere “às maneiras com que os escritores se projetam em seus textos para comunicar sua integridade, credibilidade, comprometimento e a relação que mantêm com o tema e com os leitores” (Street, 2010, p.557).

As questões colaboram para traçar um retrato dos usuários do Pela Porco e conhecer em alguma medida a dinâmica do espaço. Foi possível realizar o preenchimento do questionário e conversar de forma mais detida com dezoito pessoas, seis mulheres e doze homens – uma amostragem mais ou menos representativa, levando em conta a estimativa de usuários que frequentam o espaço. Inspirada em Montoya Uriarte et al. (2023), delineio aqui um retrato possível dos usuários do Pela Porco, levando em conta “a natureza altamente situacional da

descrição etnográfica” representada por usuários em um “dado momento” não só histórico, mas também temporal. Certamente, um pesquisador que escolha a observação participante nos termos de conviver com os usuários de crack, acompanhando os ambientes de consumo e venda, observando as negociações, trará em seu texto outras nuances envolvendo o espaço, os usuários e outros atores humanos e não humanos (Alves, 2017).

3.1 Dados gerais e perfil da Maloca

É complexo contar de forma exata os usuários, pois a quantidade de pessoas varia de acordo com o dia da semana e o horário. Alguns dormem na rua, outros chegam para fazer o uso, ficam alguns dias e retornam para casa ou para outras cenas de uso da cidade. Há também a questão do trabalho, além de usuários que circulam e escolhem um momento específico do dia para chegar na cena de uso. Essa dificuldade de contagem se impõe a todos que precisem mensurar a quantidade de pessoas em situação de rua. A última pesquisa para contar essa população é uma estimativa, pautada na observação, levando em conta comportamentos e feita por grupos compostos por pesquisadores, movimento social, serviços e pessoas em situação de rua (Carvalho; Santana; Vezedek, 2017).

Nesse contexto, uma das perguntas do questionário visava a uma estimativa da população do Pela Porco, que sabemos ser flutuante. 12 dos 18 entrevistados acreditam que frequentam a *maloca* do Pela Porco entre cinquenta e cem pessoas, que se distribuem ao longo da marquise e circulam pelo mercado de hortifrúti. Tal estimativa demonstra o quanto o espaço é movimentado. Essas pessoas não estão ao mesmo tempo ocupando o Pela Porco. De modo geral, algumas circulam e trabalham durante o dia e retornam à noite, outras ficam em movimento de idas e vindas ao longo do dia, e tem aquelas que preferem ficar durante o dia e à noite dormir em outro local. O Programa Corra pro Abraço atendeu entre 2021 e 2022, no Pela Porco, 296 pessoas, das quais 53 frequentavam o local com regularidade¹⁴. Até agosto de 2023 foram 125 pessoas, destas 21 eram “frequentes”. A variação entre pessoas atendidas e aquelas que são frequentes atribui-se à instabilidade desta população no espaço. Há aquelas que são do Pela Porco e estão por lá há mais de dez anos, e tem outras que por vários motivos passam por lá, ficam durante um tempo e nunca mais são vistas.

¹⁴ A frequência foi estimada levando em conta a regularidade com que a equipe encontra a pessoa no campo. Para isso, somou-se a quantidade de vezes que a equipe visitou o campo, quem apresentou uma repetição da presença a partir de 40% foi considerado frequente.

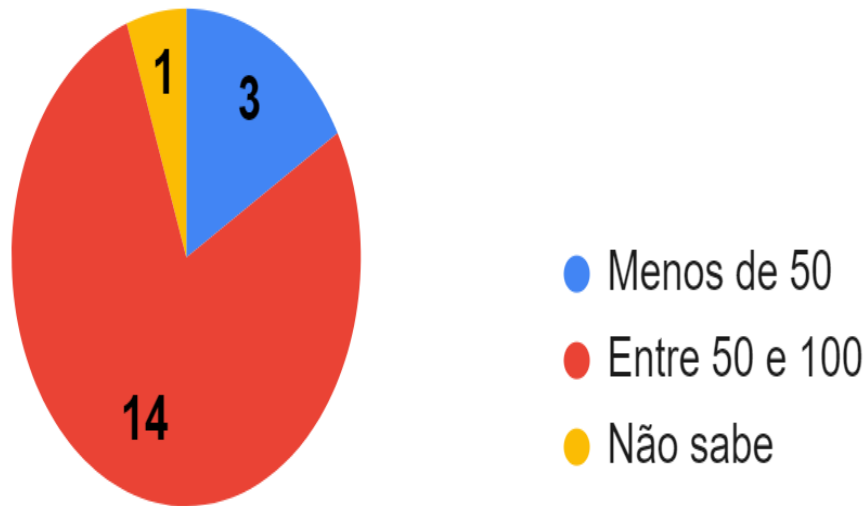


Figura 7 Quantos(as) usuários(as) de drogas você acha que frequentam o Pela Porco?
 Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.

As características dos usuários do Pela Porco corroboram com a última pesquisa da população em situação de rua (2017), que afirma que a maioria é formada por homens (82,6%), negros (58,2%) e pardos (34,6%) e na idade adulta (67,9%).

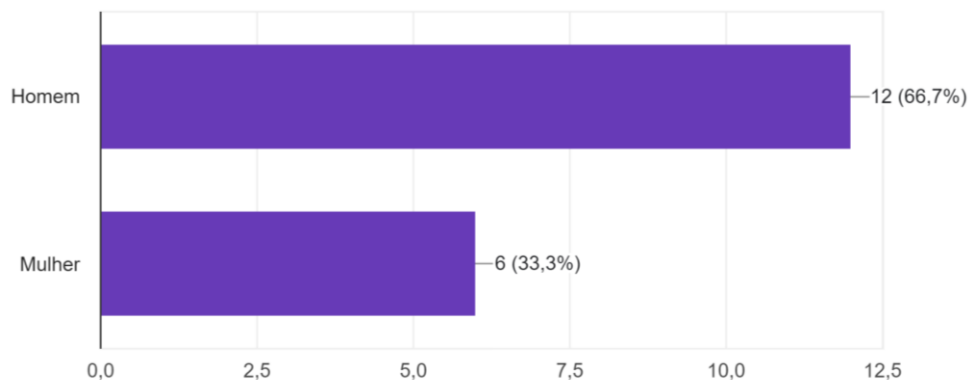


Figura 8 Como você se identifica? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.

Os dados apresentados não significam que as mulheres não existam e resistam no Pela Porco. Mesmo estando em menor número, elas têm papel significativo, participam intensamente

das interações sociais, se relacionam com todos os atores. Algumas figuras que estão no espaço há mais tempo são a principal referência na organização, distribuição e monitoramento das tarefas designadas a cada um.

Em um ambiente majoritariamente masculino, marcado muitas vezes pelas mais diversas faces da violência, estando em menor número, o corpo de uma mulher se torna ainda mais vulnerável, suscetível às múltiplas relações e interações que as situações propiciam, incluindo um posto de trabalho na *maloca* ou a violência física por brigar com seu companheiro descumprindo uma regra do espaço.

Quem vive da e nas ruas está ainda mais exposto às diversas situações de violências, nas quais os sujeitos ora são autores, ora são vítimas. Nesse cenário, agir com violência em alguns casos garante a manutenção da vida na rua. É notório que esse fenômeno alcança homens e mulheres de modo distinto. Historicamente, o gênero, enquanto fator de distinção de pessoas, atribuindo características pautadas no sexo biológico e em construções sociais alicerçadas nos princípios do patriarcado, vulnerabiliza de modo mais enfático os corpos femininos. No Brasil, pesquisadoras como Carla Akotirene (2019), Beatriz Nascimento (2021) e, no contexto estadunidense, Kimberlé Crenshaw, Bell Hooks, dentre outras, afirmam:

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres (Crenshaw, 2002, p. 173).

Como grupo, as mulheres negras estão numa posição peculiar na sociedade, não apenas porque, em termos coletivos, estamos na base da pirâmide ocupacional, mas também porque o nosso status social é inferior ao de qualquer outro grupo. Isso significa que carregamos o fardo da opressão sexista, racista e de classe (hooks, 2019, p. 45).

A profunda desvantagem em que se encontra a maioria da população feminina repercute nas suas relações com o outro sexo. Não há relação de paridade sexual com o sexo masculino. Essas relações são marcadas mais por um desejo de exploração por parte do homem do que pelo desejo amoroso de repartir afeto, assim como o recurso material (Nascimento, 2021, p.233).

Não podemos deixar de considerar o contexto social macro. Vivemos em uma sociedade patriarcal “que modela a cultura e a dominação masculina, especialmente contra as mulheres” (Akotirene, 2019, p. 118). Uma vez no espaço da rua, na condição de pessoas que vivem da e nas ruas e fazem uso de substâncias psicoativas, as mulheres têm seus corpos expostos a violências protagonizadas por diversos atores sociais, sejam eles companheiros –

que podem violentá-las física, emocional e economicamente – ou instituições que cometem abusos ao não garantir o acesso a direitos, potencializando ainda mais as violações às quais estas mulheres estão expostas.

Assim, o corpo das mulheres na rua enfrenta, além de todas as adversidades inerentes à situação de rua e ao uso de substâncias psicoativas ilícitas, as pressões socialmente impostas acerca dos lugares e comportamentos esperados para a mulher. Na moral hegemônica, a rua não é lugar para as mulheres; lá é o lugar dos conflitos, dos perigos. Da Matta (1986), descreve como a sociedade brasileira demarca os lugares de cada sujeito: “a casa não se trata de um lugar físico, mas um lugar moral, na casa se guardam os bens mais frágeis, dentre eles as crianças e mulheres” (Da Matta, 1986, p.25). Em oposição à casa, supostamente um lugar de segurança, a rua é um local de enormes desafios e violência – essa última utilizada muitas vezes como ferramenta de resolução de problemas e reprodução do vivenciado no cotidiano, além de ser um eficiente mecanismo de controle social e manutenção de poder.

Entretanto, é preciso ressaltar que, historicamente, as mulheres negras não vivenciaram este lugar de segurança. Para elas, a rua sempre foi lugar de trabalho, de ganhar a vida como empregadas domésticas ou vendedoras de balaio na cabeça, e não fazia sentido o mito da “fragilidade feminina” (Carneiro, 2003).

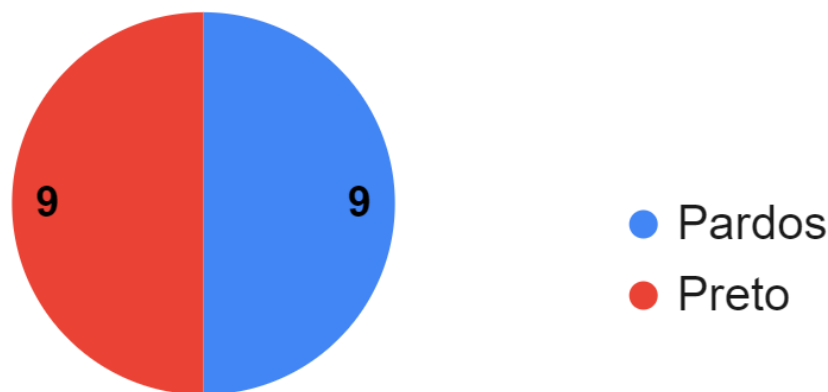


Figura 9 Autoidentificação racial. Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.

O quesito raça/cor demonstra que não há pessoas autodeclaradas brancas, todas se autodeclararam pretas ou pardas. Em muitas respostas percebi uma vacilação no momento de se autodeclarar. Algumas pessoas se referem à cor que consta em sua certidão de nascimento, sem relacionar com uma identificação racial, outras se classificam como pardas por conta da

cor da pele mais clara, não negra retinta. Segundo o Estatuto da Igualdade Racial, a população negra é “o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”. Considerando essa definição, é possível afirmar que a amostra da população do Pela Porco é em sua totalidade de pessoas negras, o que está em consonância o que é observado no espaço.

Não há surpresa na cor dos usuários do espaço do Pela Porco, pois à população negra historicamente foram reservados lugares sociais subalternizados, estigmatizados. As ruas da cidade são um lugar de possibilidade de vida para esta população há muito tempo, desde quando as pessoas negras trabalhavam como carregadoras, vendedoras ambulantes, dentre outras ocupações, vendendo ou alugando sua mão de obra e serviços nos espaços urbanos da cidade de Salvador.

O modelo de sociedade de que fazemos parte foi produzido a partir de uma das maiores violências perpetradas contra um determinado grupo de pessoas, cuja humanidade era posta em questão. Constituindo uma das maiores violações de direitos humanos, o processo de colonização desumanizou toda uma população, produziu “sujeitos e não sujeitos”, “vidas precárias”, “passíveis de luto ou não”, vidas que não são reconhecidas enquanto vidas, ou seja, sem o direito de serem cuidadas e protegidas. Essas reflexões acerca da fragilidade da vida foram elaboradas por Judith Butler (2018) para pensar as guerras contemporâneas e, nessa perspectiva, também podemos pensar a contemporânea guerra às drogas à qual as pessoas usuárias estão submetidas. Suas vidas não são tidas como valiosas, estando, portanto, sujeitas a privações, violências e negação de direitos que perduram desde o período colonial.

A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos de outros. Isso implica estarmos expostos não somente àqueles que conhecemos, isto é, dependemos das pessoas que conhecemos, das que conhecemos superficialmente e das que desconhecemos totalmente. Sem a condição de ser enlutada, não há vida, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida (Butler, 2018, p.31-33).

Ao longo de três séculos, os colonizadores executaram seu projeto de colonização utilizando a violência como ferramenta principal de dominação e controle de outros povos, negando sistematicamente o outro, desumanizando-o e, dessa forma, construindo uma narrativa estigmatizante para a história dos colonizados. O colonizador produz o outro, divide-o em classes sociais, promove exclusão e incita o estranhamento e o conflito entre os subalternos. Assim, a colônia continua a manejar as vontades, desejos e interesses do colonizado, ainda que

os laços físicos ou formais da colonização tenham se dissipado. Em suma, os operadores do sistema seguem garantindo seu funcionamento.

Nessa abordagem, e em conformidade com as reflexões de Frantz Fanon (1968) acerca do empreendimento colonial e todo seu legado para as colônias, arrisco-me a afirmar que, guardadas as devidas proporções, a situação contemporânea da população negra – e, em consequência, da população em situação de rua, que é de maioria negra – sofre os efeitos da violência colonial. O *modus operandi* da colônia retira toda possibilidade de vida, oprimindo, subalternizando, reprimindo, agindo com violência contra todos aqueles que não estão em um lugar social de privilégio. Assim, são produzidas diferenças a partir de marcadores sociais criados para distinguir e designar vantagens a determinados grupos sociais em detrimento de outros. O Estado elege operadores ou “intermediários” para seguir com a lógica colonial, que é a de “compartimentar”, separar. Desse modo, na colônia “o interlocutor válido e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o policial ou soldado” (Fanon, 1968, p. 28). Na contemporaneidade não é diferente, o braço armado do Estado é o primeiro que chega e o que se faz mais presente em espaços como o Pela Porco.

Nessa perspectiva, Calmon (2020) reflete sobre o legado histórico da escravidão que resulta no abismo social no qual a sociedade brasileira é imersa. Os afetados, em sua maioria, são pessoas negras que formam as periferias das cidades brasileiras e que, ao longo da História do Brasil, foram sendo ainda mais empobrecidas. Isso corrobora minha percepção de que se trata de herança colonial todas as questões de vulnerabilidade em torno da população negra, que é um grupo social invisibilizado e sobre o qual recaem os mais perversos estigmas.

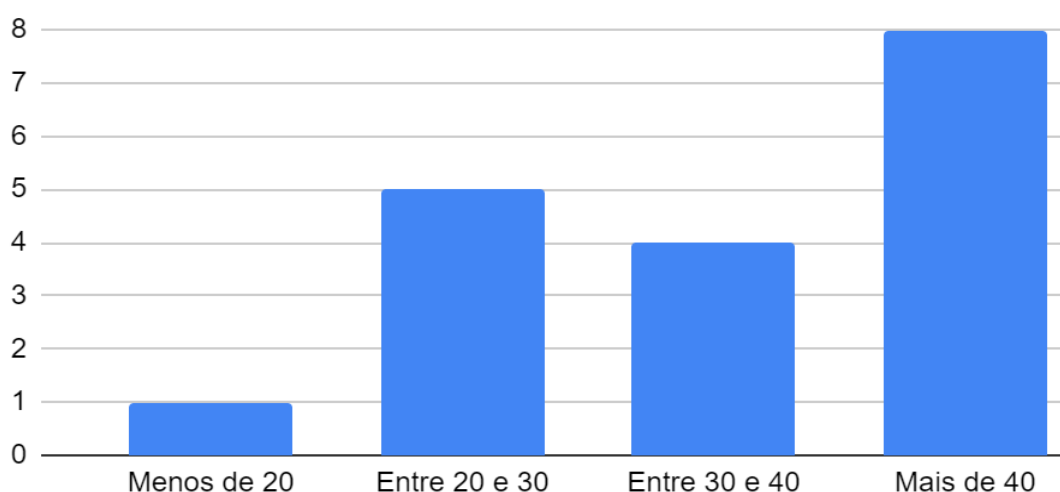


Figura 10 Idade. Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.

No quesito idade, a amostra aponta a presença de jovens e adultos, todos em idade produtiva e socialmente ativa, sendo que os adultos predominam. A idade é um dado passível de instabilidade, pois o tempo da rua é outro. Muitas vezes as pessoas se perdem na contagem do tempo, não se lembram exatamente quando fazem aniversário, ou percebem o tempo de outra forma. Por vezes um acontecimento ocorrido no ano passado parece ter se dado há muito mais tempo. Alguns estão há muito sem documentos. Um dos usuários, por exemplo, tem dois filhos e não pôde registrar nenhum por falta de documentos pessoais. Ele diz que nunca tirou carteira de identidade, não tem certeza do seu local de nascimento, apenas relata que a mãe dele morava em Camaçari quando lhe deu à luz. O Programa Corra pro Abraço já procurou em alguns cartórios da região metropolitana e não encontrou nada. Ele afirma ter 27 anos e ter passado pelo sistema prisional, mas lá nada foi encontrado sobre ele a partir das informações fornecidas.

3.2 Substâncias psicoativas na cena

Na cena de uso do Pela Porco, o que predomina é o uso de crack e álcool, como se pode visualizar na figura a seguir. Isso não significa que outras drogas não sejam consumidas, mas sim que as primeiras são as mais acessadas principalmente por conta do valor: uma pedra de crack custa cinco reais (R\$ 5,00), e é possível adquirir uma dose de cachaça destilada a partir de um real (R\$ 1,00). O crack é uma versão da cocaína; “qualitativamente são a mesma coisa”: um sal. O que as difere, além da forma de uso, é que farmacologicamente a versão que pode ser comida, cheirada ou dissolvida em água e injetada é um hidrocloreto de cocaína; já o crack é a pasta base de cocaína, que é fumada. Em síntese, o crack acaba sendo uma forma mais “prática e barata” de usar a cocaína. Elas estão na classe das drogas estimulantes do sistema nervoso central, podendo causar efeitos como alucinação e delírio. “Aceleram as mensagens que viajam entre o cérebro e o corpo. Elas podem fazer com que a pessoa se sinta mais desperta, alerta, confiante ou enérgica”.

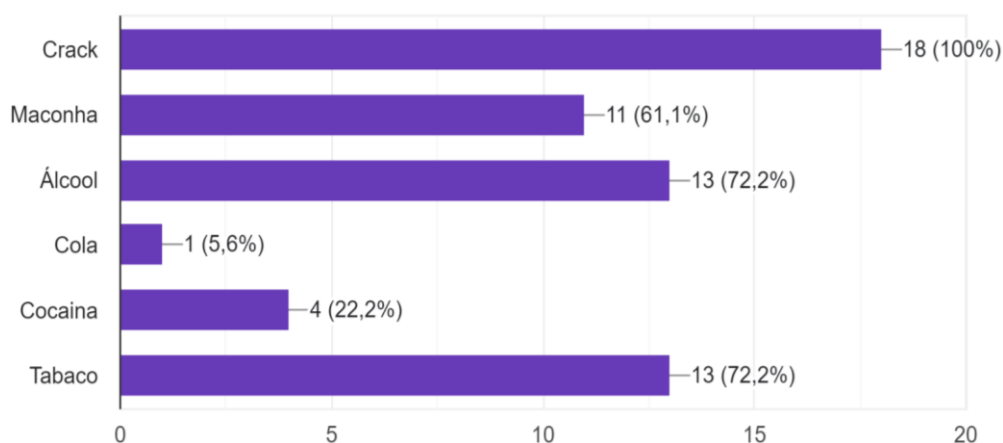


Figura 11 O que você consome. Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.

O crack surgiu nos Estados Unidos da América na década de 1980, no auge da epidemia do HIV/AIDS, momento em que o compartilhamento de drogas injetáveis era mais arriscado para a saúde. O uso se acentuou entre a população, no entanto, as consequências recaíram sobre as pessoas jovens, negras e pobres. Em 1986 foi criada a Lei Antidrogas, conhecida como a lei do crack, que estabeleceu penas cem vezes maiores em relação à cocaína, por exemplo, para quem fosse pego com o crack.

As pesquisas de Hart (2021), no contexto dos Estados Unidos, demonstram que “a maioria dos usuários de crack era branca, e a maioria dos usuários comprava de traficantes de seu próprio grupo racial”. No entanto, mais de 90% dos condenados pela Lei do Crack eram pessoas negras. Desse modo, percebe-se que o fator racial é inegável. Assim, nos Estados Unidos, a Lei do Crack serviu para aumentar o encarceramento de pessoas negras, e o controle estatal se dá também a partir da privação da liberdade. Aqui no Brasil não foi muito diferente. Apesar de não possuímos uma lei específica para o crack, temos uma política sobre drogas que opera, através do braço armado do Estado, uma guerra às drogas que se traduz em uma guerra contra pessoas, sobretudo pessoas negras, e contribui significativamente para o encarceramento dessa população. Conforme Brandão e Lagreca (2023), 68,2% da população carcerária é composta por pessoas negras.

No Brasil, o crack chegou em São Paulo no início da década de 1990, e a primeira apreensão dessa droga aconteceu em 1992 (Nuñez, 2013). Na mesma década a substância alcançou a Bahia, mais especificamente o Centro Histórico de Salvador, trazido por turistas estrangeiros, de acordo com a identificação de Malheiro (2020) a partir dos relatos de suas

interlocutoras. Vale ressaltar que o Centro Histórico de Salvador se localiza bem próximo ao Pela Porco.

Em meu Trabalho de Conclusão de Curso, também realizado na referida localidade, apontei que “o crack ficou conhecido como a droga dos pobres e pretos, em parte por seu baixo custo, em outra pelos seus efeitos” (Rocha, 2018, p. 56). Devido ao fato de conter uma quantidade menor da pasta de cocaína, é necessário um consumo maior para se obter os resultados desejados – que acabam sendo intensos. Por isso, rapidamente a imagem dos usuários ficou vinculada ao abuso do crack, e “foi atribuído o aumento da criminalidade ao uso desta substância, gerando uma série de medidas para combater o uso, os usuários e o ‘crime’” (Rocha, 2018, p. 56).

Um número maior de usuários do Pela Porco faz uso desta substância há um longo tempo. Os dados das respostas dos questionários revelam que 12 dos 18 fazem há mais de 10 anos, e 3 entre 5 e 10 anos, o que é um período considerável. Esse tempo de experiência de uso é suficiente para caracterizar o que Becker (2008) chama de “carreira do usuário”. Nos termos do autor, cuja pesquisa é realizada junto a pessoas que fazem uso de maconha, é preciso analisar o “desenvolvimento da experiência física, considerando o modo como o usuário reage aos controles sociais que se desenvolvem em torno do uso”. A centralidade está no comportamento social e não nas questões psicológicas. Com efeito, estudos que tentam centrar as explicações sobre o uso de drogas no psicológico encontram algumas dificuldades relacionados ao encontro de traços de predisposições psicológicas em um grande número de usuários, assim como uma ampla variedade de comportamentos do indivíduo em relação à droga e ao desejo de intensificar e diminuir o uso.

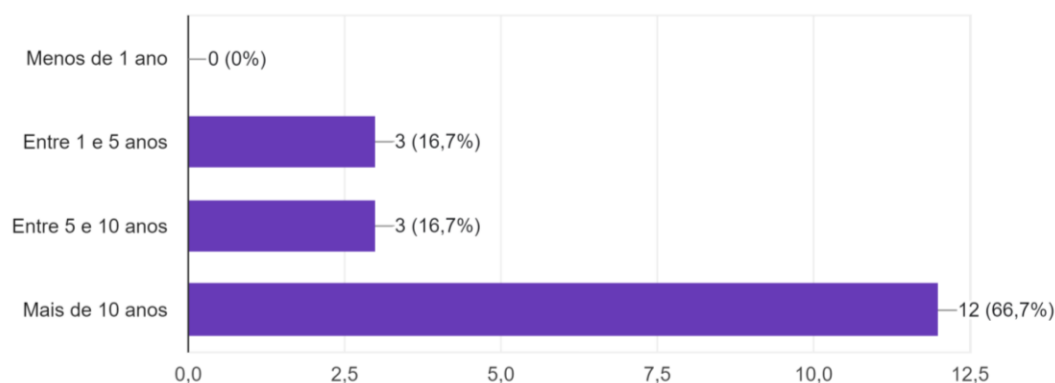


Figura 12 Há quanto tempo é usuária(o)? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.

A “carreira” se estabelece quando o indivíduo “aprende as técnicas” para chegar ao “barato”, a produção e a percepção dos efeitos desejados, ou seja, o prazer provocado pela droga. Os “noviços” aprendem com os usuários mais experientes especificidades como a dosagem, a qualidade, as combinações que potencializam ou reduzem os efeitos. Os usuários do Pela Porco demonstram domínio no que concerne ao uso do crack, a exemplo da quantidade necessária para produzir determinado efeito, como minimizá-los, combinações com outras substâncias que intensificam ou amenizam as sensações provocadas pela droga, além de um controle em relação ao uso. Quando desejam visitar a família ou precisam resolver alguma questão em serviços públicos, ou, ainda, quando necessitam desenvolver alguma função, dentre outras motivações, eles conscientemente diminuem o uso de drogas, para retomar a condição física.

Entretanto, tem aqueles que tentam a todo custo parar de usar as substâncias, mas encontram obstáculos. Alguns dos interlocutores fizeram comentários em relação ao uso, no sentido de que é ruim e traz prejuízos à vida social – um dos usuários falou que *drogas é destruição*. Eles sublinham a dificuldade em abandonar a prática e a falta de recursos ou ajuda para esse fim. Um interlocutor em particular trouxe uma percepção muito tocante sobre esse processo de abandonar o uso do crack. Ele já havia tentado por várias vezes deixar de fumar crack, chegando a buscar ajuda em Comunidades Terapêuticas (CTs), popularmente conhecidas como Centros de Recuperação. Porém, sua experiência foi traumática. De acordo com seu relato, o modelo de tratamento adotado não tem efeito, pois *é como um presídio, retira as pessoas do convívio social, a rotina é muito rígida, pesada, a pessoa não se sente vivendo em sociedade, é aperto de mente o tempo todo e quando sai a pessoa retorna para o uso*. Nesse caso, conversei com ele sobre outras estratégias como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e a Redução de Danos como alternativas ao “encarceramento” das CTs. Não senti muito entusiasmo nele, mas sim um sentimento de tristeza, como se estivesse fadado ao fracasso e à morte por conta de um uso que lhe traz problemas. Naquele momento ele não se sentiu à vontade para contar se já havia experimentado acompanhamento no CAPS.

A carreira é solo, ando só, só com minha mulé, estas foram algumas das respostas que apareceram quando perguntei com quem as pessoas usuárias consumiam. 9 dos 18 consomem sozinhos, 4 em grupo e os demais dos dois modos. Alguns consomem com suas companheiras. Porém, as observações durante o trabalho de campo apresentam um movimento diferente. Os usuários, de maneira geral, estão em duplas ou em grupos de três ou quatro pessoas. Há uma

divisão das tarefas para o uso, tem quem vai comprar a pedra, quem junta a cinza em recipiente, quem prepara o cachimbo, enfim, existe todo um ritual em torno do uso de crack.

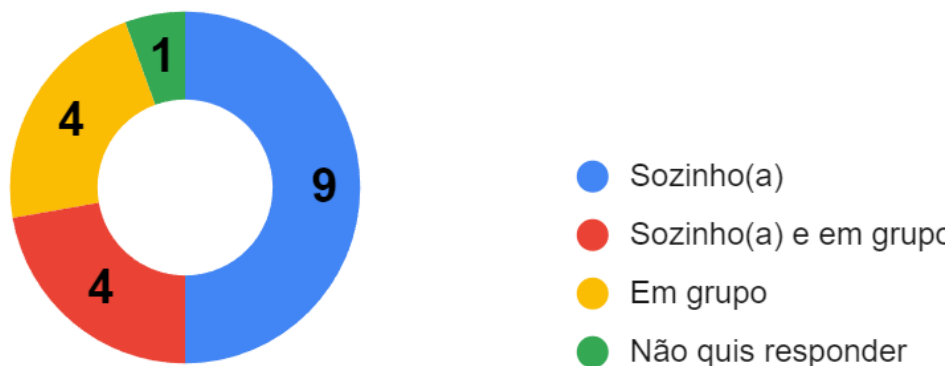


Figura 13 Com quem você consome? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.

Nas entrevistas que realizei para meu Trabalho de Conclusão de Curso, também realizado no Pela Porco, as interlocutoras relataram o uso compartilhado: *na hora de fumar todo mundo se mistura. É todo mundo misturado... o crack tem esse poder de união que eu nunca vi tão tenebroso... é... na hora de fumar é todo mundo unido* (Trecho do diário de campo, 2017-2018). De alguma forma, isso se reflete nas relações e interações entre as pessoas, que avaliam que, muitas vezes, nas relações subjazem interesses, principalmente acerca do uso e compartilhamento de substâncias psicoativas. O espaço da rua é coletivo. O isolamento enfraquece o indivíduo, enquanto o grupo fortalece a estadia no local e a proteção. Entendo que a caminhada solo acontece muito no sentido de desenvolver algumas atividades que geram renda, mas, ainda assim, observo que não se faz sozinho, pois em alguns momentos as pessoas catam em dupla. A guarita também não é solo, tem sempre alguém colaborando no olhar da rua.

Sobre a organização da vida em torno do crack, Hart constata em suas pesquisas:

Na verdade, o crack não é tão maravilhoso assim, nem tão superpoderoso em sua capacidade de recompensa. Ele alcançou popularidade no gueto (menos do que o que se prega), porque não havia muitas outras fontes de prazer nem propósitos ao alcance dessas pessoas, e também porque muitos na faixa de altíssimo risco já apresentavam doenças mentais anteriores que comprometiam suas escolhas (Hart, 2014, p. 260-261).

Em sua tese de doutorado, Ygor Alves (2017) faz uma análise interessante dos elementos que constituem as relações sociais num grupo de usuários de crack de São Paulo. O

autor se ancora no conceito de *communitas*, desenvolvido por Victor Turner, para classificar a “constituição de relações sociais entre indivíduos não segmentados em posições sociais”. Seguindo as classificações de Turner (1974), Alves (2017, p. 214-219) afirma que *communitas* existencial seria um “estado de comunhão de uns com os outros, um estado de reciprocidade” que envolve o uso de drogas para “expansão da consciência”. Tal uso oportuniza a conformação de uma *communitas* espontânea, na qual as pessoas se organizam e estruturam socialmente em torno de um motivo comum – no caso, o crack. Os usuários se organizam em torno do uso do crack, a rotina dos seus *corres* gira, em sua maioria, no uso, onde investem quase que toda a renda, tomam empréstimos e empenham documentos. Há uma relação de suporte entre os usuários e a substância, o uso colabora para que consigam desempenhar as tarefas que a situação de rua lhes impõe.

A etnografia que aqui apresento não tem o propósito de se aprofundar, como fez Ygor Alves, nas questões relacionadas ao crack e ao uso, nem em tudo aquilo que envolve a substância. Contudo, as observações que mantenho no campo desde 2017 me permitem perceber relações de similaridades entre as duas cenas de uso de drogas – a Cracolândia em São Paulo e o Pela Porco em Salvador – no que diz respeito às relações sociais, contexto social, padrão de uso e o desenvolvimento de uma cultura de uso do crack. O uso costuma ser coletivo e agregar pessoas ao redor da droga, mas não exclusivamente por conta dela. Na verdade, ela se torna um fator entre outros. Assim, as pessoas, o contexto, a dosagem etc. colaboram para a conformação desse espaço de socialização que é a cena de uso onde são partilhados o prazer de estar entre pares, experiências de vida e companheirismo. Esse uso coletivo produz também controles sociais intrínsecos ao grupo.

3.3 A família da rua

Neste tópico agrupei as respostas que têm relação com os vínculos, sejam eles familiares ou com o espaço. As respostas dos usuários demonstram que estão em situação de rua e reconhecem tal situação, utilizando a rua também para dormir. Apenas três das dezoito pessoas ouvidas dormem em casa, ou por receber auxílio aluguel e conseguir manter um imóvel alugado, ou por dormir na casa de algum conhecido.

Em termos conceituais, a pesquisa acerca da população em situação de rua de Salvador, publicada em 2010, adota o seguinte conceito de população em situação de rua:

grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar (Cardoso, 2010, p.14).

No momento, o conceito adotado é o da pesquisa realizada em 2017¹⁵, que utiliza a produção e reprodução da vida na rua para identificar pessoas em situação de rua. Nesse contexto, os comportamentos relacionados ao cuidar de si, ao trabalho e ao uso do tempo livre são marcadores adotados. Vale ressaltar que foram eleitos com a participação de pessoas nesta situação.

Além disso, cabe destacar que a pesquisa tem como resultado a “ampliação” do que comumente se entende por pessoas em situação de rua. Nesse sentido, foram contabilizadas as pessoas com conexões com a rua ou *street connections* (UNICEF, 2012), conceito que faz referência à relação que as pessoas estabelecem com a rua, que não implica, necessariamente, na exclusão de outros contextos, como família, instituições de atendimentos, comunidades, etc. Essa evolução do conceito rompe, dessa forma, com a ideia territorial de que a rua como “situação de rua” seria aquela no centro em oposição a comunidade periférica de origem, mas também com a ideia de que o estar na rua implica sempre e em todos os sentidos com o rompimento com outras relações (Carvalho; Santana; Vezedek, 2017, p.6).

Na *maloca* são improvisados barracos, tendas montadas aproveitando lençóis, carrinho de coleta de recicláveis, papelão e qualquer material que seja fácil de retirar e recolocar. 11 dos 18 entrevistados afirmaram ter casa e todos têm família. Aliás, quando perguntados sobre o assunto, todos respondiam em sobressalto que sim, claro que tem família, talvez achando absurda a pergunta. Ouvi de algumas pessoas declarações como “eu fico aqui, mas tenho casa”; de outros, Mestre me contava “a família é bem de vida, fica aqui porque quer”, “o irmão é policial e ele vive assim”. Embora 15 dos 18 declarem estar em situação de rua e dormirem na rua, 11 declararam que têm casa em algum bairro de Salvador.

¹⁵ Está em curso um novo censo da população em situação de rua de Salvador, realizado em parceria entre o Projeto Axé e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), com previsão de publicação em dezembro de 2023.

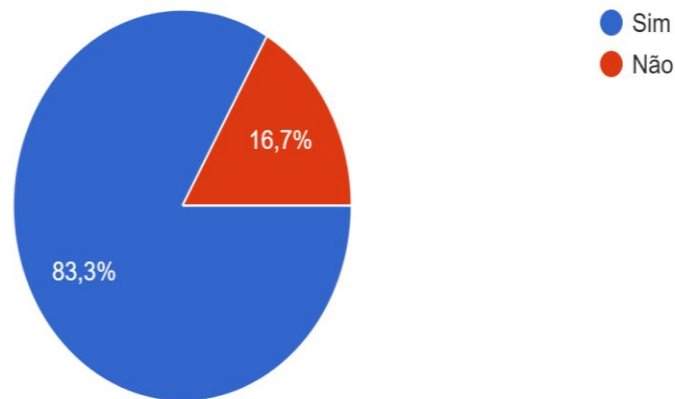


Figura 14 Você se considera “morador (a) de rua” ou “em situação de rua”? Elaborado pela autora com os dados dos questionários.

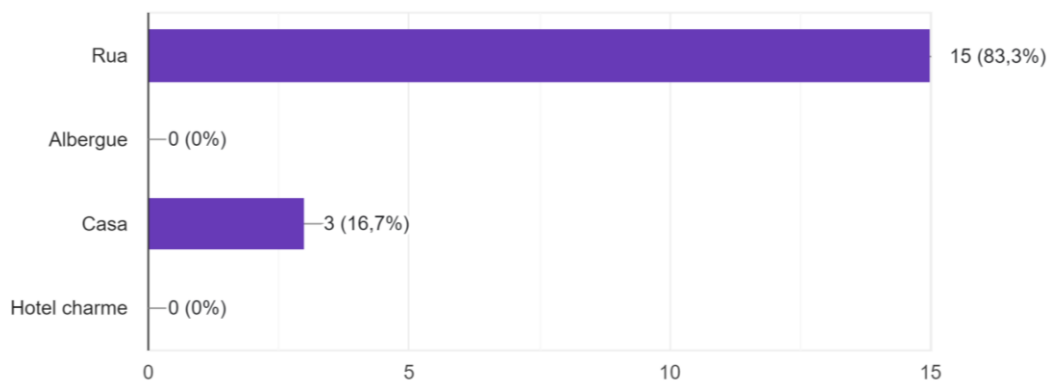


Figura 15 Onde você dorme? (múltipla escolha) Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.

Apoiada no discurso dos usuários, entendo que esta casa à qual se referem são de familiares que seguem residindo em seus bairros de origem. O contato com essas famílias é o que oscila: 8 dos 18 têm contato pelo menos uma vez por semana, alguns conseguem visitar suas famílias – no caso das mulheres isso é mais frequente, muito por conta de terem filhos que são cuidados por uma mãe, avó, irmã ou tia. Por isso elas conseguem manter uma frequência nesse contato tanto visitando quanto ajudando nas despesas, através da renda obtida com benefícios sociais e com os *corres* que conseguem fazer no cotidiano.

Outra forma de manutenção desse contato é através do telefone celular de Mestre e Pai, que disponibilizam o contato para familiares e os usuários que desejem fazer uma ligação.

Acontece também de ligarem e a pessoa não estar no momento, então são deixados recados. Por vezes presenciei Mestre repassando alguns “*sua mãe vai ligar pra você*”, ou um acompanhamento do tipo “*olha ele já pegou o ônibus aqui*”, depois “*ele chegou agora*”, no caso de um usuário que visita a mãe com frequência e ela está sempre em contato com Mestre para acompanhar o trânsito dele do Pela Porco até ela e vice e versa.

Outros usuários de fato mantêm contato muito esporádico. Alguns justificam que não podem retornar ao bairro de origem, ou que não mantêm mais vínculo com a família ou, ainda, que estes contatos se dão apenas em ocasiões específicas.

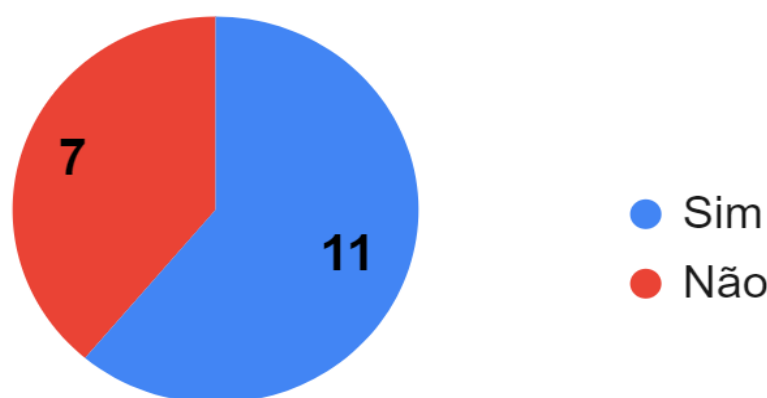


Figura 16 Tem “casa” (lugar de residência fixa)? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.

Se pensarmos em formações outras e na representação social da família enquanto rede de cuidado, associação de pessoas, relações e interações sociais, é possível afirmar que na rua formam-se famílias, a família da rua. Essa formação em alguns grupos sociais é alargada para o coletivo, estendendo-se, por exemplo, à vizinha que ajuda a cuidar e torna-se “tia”, a uma comadre, ao conjunto de vizinhos de uma rua que são muito próximos, dentre outros. Em suma, a família enquanto valor é muito comum entre as comunidades negras pobres que precisam formar redes para sobreviver (Fonseca, 2005).

A família é um grupo social concreto, uma aliança de grupos (Sarti, 1992). Os usuários formam um grupo social de indivíduos que trazem consigo os valores e a concepção de família, inclusive considerando o Pela Porco como tal. Isso aparece no discurso ao serem indagados sobre qual a diferença entre o Pela Porco e outras cenas de uso da cidade, ressaltando que o primeiro “*é família, mais tranquilo*” e que “*as relações são melhores*”. Observei situações em

que um usuário estava mais debilitado, sem conseguir levantar para, literalmente, correr atrás de uma quentinha, então outro corre e traz o alimento para garantir a refeição de quem está fisicamente enfraquecido. Em casos de doença, tem aquele que corre no posto de saúde para chamar a equipe do consultório na rua e informar que determinado usuário não está bem ou piorou.

Durante a madrugada não é possível contar com o apoio das equipes dos serviços, tampouco com o Pastor, Mestre ou Esse Menino, então, se alguém passar mal, são eles por eles mesmos. Nessa situação, ouvi relatos de um usuário que precisou parar a ambulância do SAMU durante a madrugada usando o próprio corpo na tentativa de garantir algum atendimento para outro que estava sofrendo um AVC ou desmaiado – episódios que reafirmam que o “conceito de família está ancorado nas atividades domésticas do dia a dia e nas redes de ajuda mútua” (Fonseca, 2005, p.51).

No *Pela* tenho conhecimento de casos de usuários ou pessoas em situação de rua que são mãe e filha, pai e filho ou tio e sobrinho, mas, na maioria das vezes, não há laços de parentesco consanguíneos. Apesar disso, a *maloca* forma uma família composta pelos usuários em situação de rua. No entanto, quando perguntados se têm família, frequentemente a resposta vem em referência a parentes consanguíneos. De maneira geral as pessoas têm família consanguínea e, em certa medida, um contato frequente, ou algum tipo de contato. O vínculo existe; no entanto, o convívio não é frequente. Há casos em que as pessoas passam temporadas na casa da família e depois retornam para a rua.

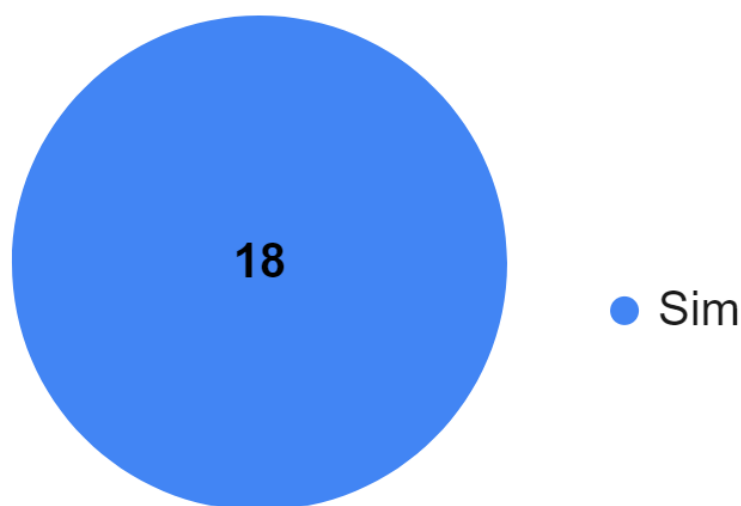


Figura 17 Você tem família? (rede de apoio ou referência). Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.

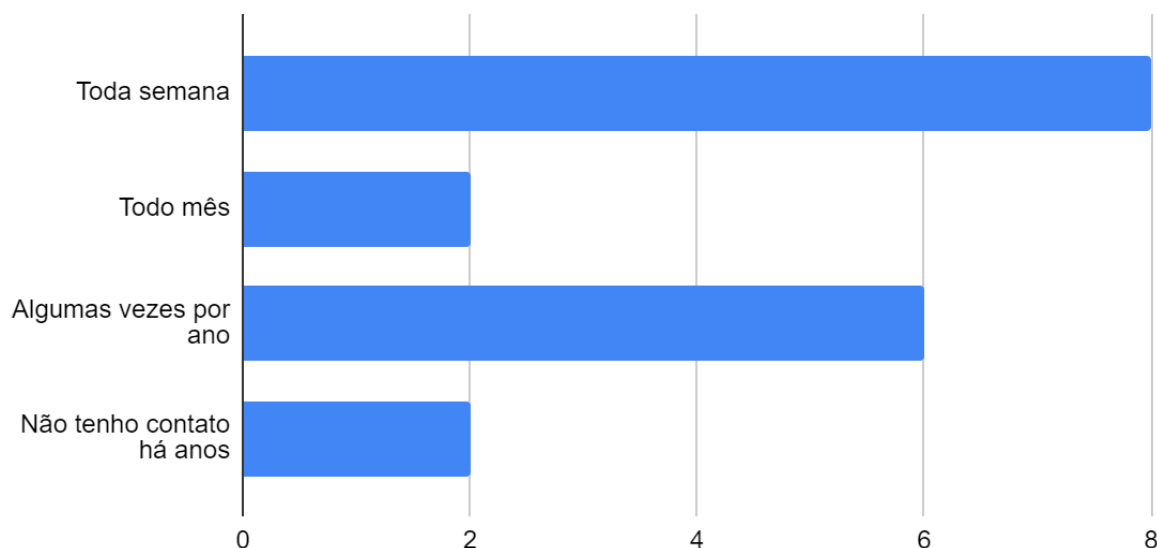


Figura 18 (Se sim) Com qual frequência você mantém contato com sua família? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.

A rua também forja família, a “família da rua”, como bem diz Malheiro (2020, p.321), que se forma alicerçada nas relações de afeto, confiança e pertencimento. Estabelecem-se através de vínculos que estão a todo tempo sob o olhar atento e a percepção apurada daqueles e daquelas que, em várias situações na vida, sofreram algum tipo infortúnio por conta de um “vacilo” de alguém que era tido como de confiança.

3.4 Violências

Neste tópico busco relacionar as variáveis que tratam de violência, fronteiras, margem e circulação dos usuários por outros espaços da cidade e no entorno do Pela do Porco. Durante o questionário, notei variações importantes entre as respostas que os usuários apresentaram, o acúmulo de minhas observações, eventos relatados em outras oportunidades e, em alguns casos, o silêncio.

No que concerne à violência, 10 dos 18 usuários declararam que sim, foram alvos de violência perpetrada pela polícia e por outros usuários no Pela. 8 deles disseram que não, nunca sofreram violência, que no Pela *é tranquilo, tudo paz, é de boa*, ou atribuíram o fato a sua trajetória: *me dou bem com todo mundo, ando certo, a caminhada é só*.

A violência é recurso, e nem sempre está corporificada no uso da força física, mas sempre tem a finalidade do exercício e manutenção do poder, manifestando-se nas tensões

diárias experienciadas pelos usuários para, de alguma forma, garantir sua sobrevivência no espaço. Exemplo disso são as ações da prefeitura que, quando porventura contam com a presença da guarda municipal, encontram menos resistência dos usuários para recolher seus pertences e de outros que estão ausentes no instante da ação, devido ao poder investido na figura do funcionário público. Outro exemplo é o usuário ao qual é conferida autoridade pelo tráfico local, que conduz quem será punido por algum delito ou adverte algum comportamento tido como inadequado ou desfavorável ao que foi determinado pelo varejo local.

A manutenção e demonstração de poder a partir da opressão de outrem se dá através da força, como *levar uns pegas*, mas também é explicitada de outros modos. Relatos de documentos penhorados, ameaças, controle e dominação coercitiva, por exemplo, dão conta de outras formas de violentar. Na pirâmide hierárquica, os usuários estão na base, são eles os mais oprimidos, responsabilizados e punidos por todos os lados, hodiernamente submetidos a violências de todas as ordens e pelos mais diversos atores sociais.

Historicamente, no Brasil, “a violência é utilizada enquanto meio de controle social, caminho para dirimir conflitos e chegar ao poder” (hooks, 2019, p.183), pelo menos no que diz respeito à população negra. A forma que o colonizador implementou para dominar, controlar e retirar do colonizado tudo aquilo que fosse interessante para o colono, desumanizando e naturalizando a violência para um determinado grupo de pessoas, ainda segue atualmente. A desumanização outrora proposta pelo colonialismo hoje o é pela ampla sociedade em relação à população em situação de rua e aos usuários de substâncias psicoativas.

Foi perceptível a apreensão de alguns usuários ao responder sobre se já tinham sofrido violência. Uns balançaram a cabeça que não, outros que sim, mas não citaram por quem. O silêncio também foi uma resposta que denota essa apreensão. Durante minha experiência no campo de trabalho, em diversas situações, encontrei usuários machucados por terem sofrido um *pega* da polícia ou do varejo. Alguns enfrentavam ameaças decorrentes de dívidas pendentes ou por um *mole* no turno da guarita. Deparei-me também com mulheres que, infelizmente, haviam sido vítimas de agressões físicas ou verbais por parte de seus companheiros, ou ainda que sofriam violência emocional ao serem manipuladas por seus parceiros.

De diferentes maneiras, o medo faz parte do cotidiano dos usuários do Pela Porco. Esses temores estão intrinsecamente ligados à vinculação com o ambiente e ao sentimento de pertencimento, fatores que, paradoxalmente, geram uma sensação de segurança. Esta última, por sua vez, contribui significativamente para a decisão de permanecerem nesse espaço específico, em detrimento de outros locais na cidade que se configuram como cenas de uso alternativas. Quando as pessoas admitem que frequentam outros bairros não chegam a definir

quais, mas fica entendido que são ambientes controlados pela mesma facção, ou seja, onde o comando é do mesmo grupo.

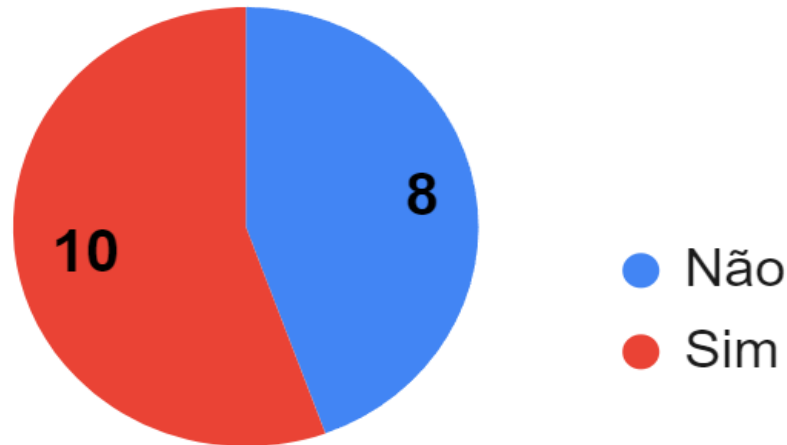


Figura 19 Você já foi alvo de violência no Pela Porco? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.

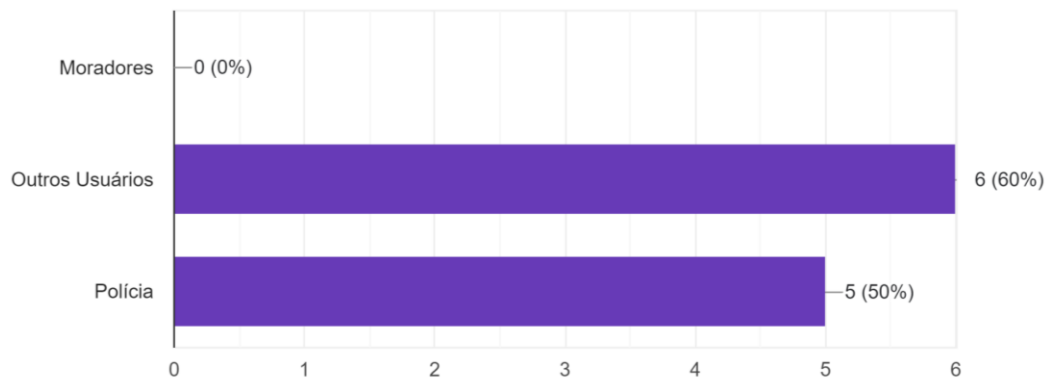


Figura 20 – (Se sim) De quem? (múltipla escolha). Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.

A cidade é composta por fronteiras estabelecidas por atores sociais que atuam na cena, sejam eles institucionalizados ou não. O direito e a liberdade de ir e vir não é uma realidade para a maioria dos usuários. Notei que aqueles que trabalham com coleta de material reciclado são os que mais transitam pela cidade, mas, ainda assim, muito mais no entorno do Pela Porco. Aqueles que trabalham diretamente na *guarita* só transitam nos bairros do mesmo grupo

varejista. São liberdades e “mobilidades gerenciadas”¹⁶, seja pela limitação de não poder transitar em seus bairros de origem, seja por conta das fronteiras impostas pelo varejo local. Nesse aspecto, Mbembe (2019) traz uma ideia de fronteira, que, guardada as devidas proporções, nos serve para pensar a limitação de trânsito, de mobilidade, de liberdade de alguns grupos sociais estigmatizados, sobretudo as populações negras, pobres, marginalizadas e vulnerabilizadas socialmente em contextos urbanos.

Para refletir sobre o fluxo do trânsito das pessoas usuárias no Pela Porco, penso ser interessante trazer os apontamentos de Mbembe (2019) sobre a existência de quatro tipos de liberdade. Três delas são na verdade propostas pelo pensamento liberal clássico – a saber, 1) “a liberdade de ir e vir” e, dentro desta, a de movimentação do capital; 2) a movimentação dos bens e 3) a movimentação dos serviços e a de quem pode prestar estes serviços. Por fim, a quarta liberdade é a de movimentação das pessoas (Mbembe, 2019).

Talvez pareça um exagero mobilizar uma ideia inicialmente organizada para um espaço amplo e complexo como a de um mundo sem fronteiras, no qual a execução da ideia precisa de fatores mobilizadores de interesse mundial, como o capitalismo, a movimentação de bens e serviços e o interesse dos imperialistas na manutenção do lugar de poder. No entanto, na esfera micro, as fronteiras são postas por esses mesmos elementos. Quem não tem capital econômico, principalmente, tem a liberdade de ir e vir comprometida e acaba construindo espaços onde conseguem formar redes de sociabilidade que colaboram para manutenção da vida, ainda que privada de direitos básicos à saúde, educação e acesso à justiça, o que provoca prejuízos a estes sujeitos.

(...) certas categorias da população são vistas o tempo todo como possível ameaça, não apenas para si mesmas e sua própria segurança, mas também para a segurança dos demais. Acredita-se que essa ameaça pode ser reduzida se os movimentos dessas pessoas forem limitados e se elas forem domesticadas e submetidas a algum tipo de reforma. No modelo liberal clássico, segurança e liberdade passam a ser definidas como um direito de exclusão (...). Como resultado disso, as fronteiras contemporâneas correm o risco de se tornarem lugares de reforço, reprodução e intensificação da vulnerabilidade para grupos estigmatizados e desrespeitados, para os mais marcados racialmente, cada vez mais dispensáveis, aqueles que, na era do desamparo neoliberal, pagam o preço mais alto pelo período em que mais se construíram prisões em toda a história humana. Aqui me refiro à prisão, às paisagens carcerárias de nosso mundo, precisamente como a antítese do movimento, da liberdade de se mover. Não há oposição mais dramática à ideia de movimento do que a prisão. E a prisão é uma característica-chave da paisagem dos nossos tempos (Mbembe, 2019).

¹⁶ No quadro da mobilidade gerenciada, certas categorias da população são vistas o tempo todo como possível ameaça, não apenas para si mesmas e sua própria segurança, mas também para a segurança dos demais. Acredita-se que essa ameaça pode ser reduzida se os movimentos dessas pessoas forem limitados e se elas forem domesticadas e submetidas a algum tipo de reforma (Mbembe, 2019, p. 25).

Moradores de bairros periféricos violentados cotidianamente convivem com as fronteiras. Em outros momentos históricos, o impedimento de circulação desta população era por constrangimento, seja por não terem recursos financeiros para consumir em determinados locais ou não estarem trajados “adequadamente” para o ambiente, seja pela polícia a partir de abordagens violentas sem justificativas reais. Atualmente, eles são impedidos de circular também por conta do controle ostensivo do tráfico de drogas, que dita quem pode ou não andar em determinado local. No Pela Porco não tem sido diferente de outros espaços da cidade, uma vez que os usuários são mantidos à margem, sob controle de outros atores sociais: o Estado, através dos serviços e sobretudo da polícia; a sociedade civil, com suas práticas filantrópicas, e o tráfico de drogas, que tem interesse em preservar e garantir os lucros do “negócio da China” que é a venda de drogas. Ademais, os próprios usuários em situação de rua garantem lucros, afinal consomem com regularidade, representando uma fatia importante do mercado.

Durante a pesquisa não localizei fontes exatas de quando a população em situação de rua começou a se estabelecer naquele espaço, tampouco quando ali se tornou uma cena de uso de substâncias psicoativas. Arrisco-me a inferir que esse movimento começou a partir do terminal rodoviário, tendo em vista este ser uma porta de entrada e saída de pessoas e, conseqüentemente, receber muitos migrantes. Outro fator pode ser o comércio local que traz maior disponibilidade de oportunidades de trabalho e bicos diversos. Baseada nestes elementos e nos relatos de usuários que estão no Pela Porco desde a década de 1990, é possível afirmar que os usuários estão por ali há quase trinta anos.

Apesar de não terem residência fixa dentro do chamado “conglomerado subnormal”, os usuários se consideram moradores e preferem estar ali. Em sua avaliação, o Pela Porco é diferente de outras cenas da cidade, pois naquele lugar conseguem trabalhar, ou, nas palavras dos interlocutores, *dá para sobreviver, tem possibilidade de comer e beber, é família, mais tranquilo*. De acordo com Ygor Alves (2017, p. 37), “territórios de venda e uso chegam a tornarem-se espaços de forte atração a ponto de os usuários estabelecerem lá [considerando-os] seu local de moradia”, o que acaba acarretando uma “progressiva exclusão da sociedade abrangente e de inclusão em um grupo desviante”. Situação semelhante é identificada por Montoya Uriarte (2023) na Ladeira da Preguiça, onde os usuários mantêm a concentração em dois pontos um pouco afastados das casas, mas, cumprindo as regras, transitam por todo o espaço e conseguem se alimentar com a colaboração dos moradores, negociar o resultado da catação de material reciclável no ferro-velho, descansar e fazer o uso nos pontos específicos. Assim como na Preguiça, no Pela Porco, há uma rede de serviços públicos que atuam prestando

algum tipo de assistência aos usuários, e além dos moradores que estabelecem regras, o varejo também atua para manter a organização espacial.

Nessa perspectiva, os logradouros públicos são uma possibilidade de vida para algumas pessoas que, pelos mais diferentes motivos, precisaram optar por esses espaços, que, embora estejam no centro da cidade, são marginalizados. Paradoxalmente, elas criam estratégias de habitar no centro da cidade, ao mesmo tempo em que permanecem à margem social. “As margens são espaços fisicamente desvalorizados, moralmente estigmatizados e socialmente inventivos, pois neles se desenvolve a alteridade: outras normas, outras regras, outras formas de habitar” (Montoya Uriarte, 2019, p. 339). Contudo, a potencialidade humana dos usuários não é reconhecida a ponto de mobilizar políticas públicas que viabilizem condições estruturais de permanência e vida deste grupo social nos espaços urbanos já ocupados por eles. Embora o entorno tenha prédios abandonados ou públicos que poderiam ser transformados em moradias populares, bem como em espaços destinados ao trabalho, formação e qualificação profissional, essa oportunidade não é explorada pelo Estado. Desse modo, as pessoas que têm a rua como local de produção da vida na cidade, ainda que movimentem e contribuam para a ocupação e composição do espaço urbano, são negligenciadas.

A ocupação urbana é um agir político cujo objeto é um direito humano e, ao mesmo tempo, um direito à cidade. O fazer-cidade deve ser entendido como um processo sem fim, contínuo e sem finalidade. Ele faz sentido no contexto de uma expansão contínua dos universos sociais e urbanos (Agier, 2015, p.492).

Diante do exposto, podemos voltar às reflexões de Mbembe e afirmar que não há interesse do poder público na manutenção dessas pessoas nesses espaços, pois são locais com potenciais de mobilização de capital econômico, de atrair investimentos, inclusive estrangeiro, e a presença desse grupo social “desvaloriza” a região, impedindo a circulação de outro perfil de público que tem poder de compra. Embora esses espaços estejam desvalorizados, em alguns casos abandonados pelo poder público, mantêm-se ativos economicamente fazendo o dinheiro circular, principalmente no meio de pessoas que nem sempre conseguem postos de trabalhos formais e comerciantes que resistem nesses espaços.

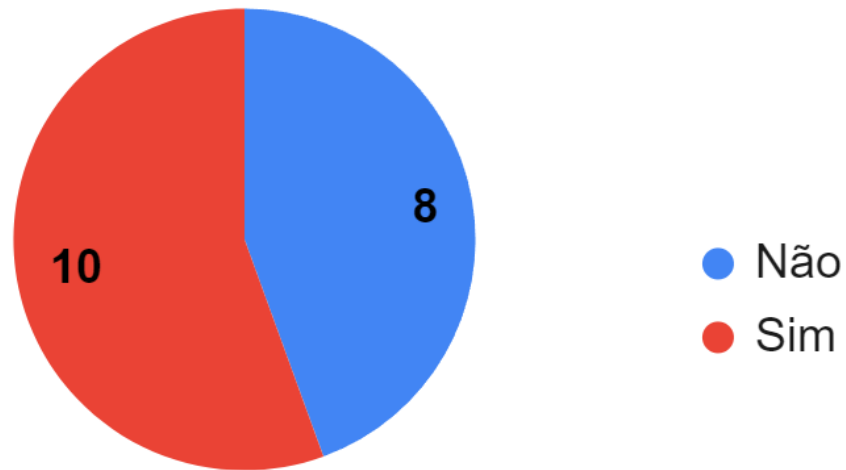


Figura 21 – Existem diferenças entre o Pela Porco e esses outros locais? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.

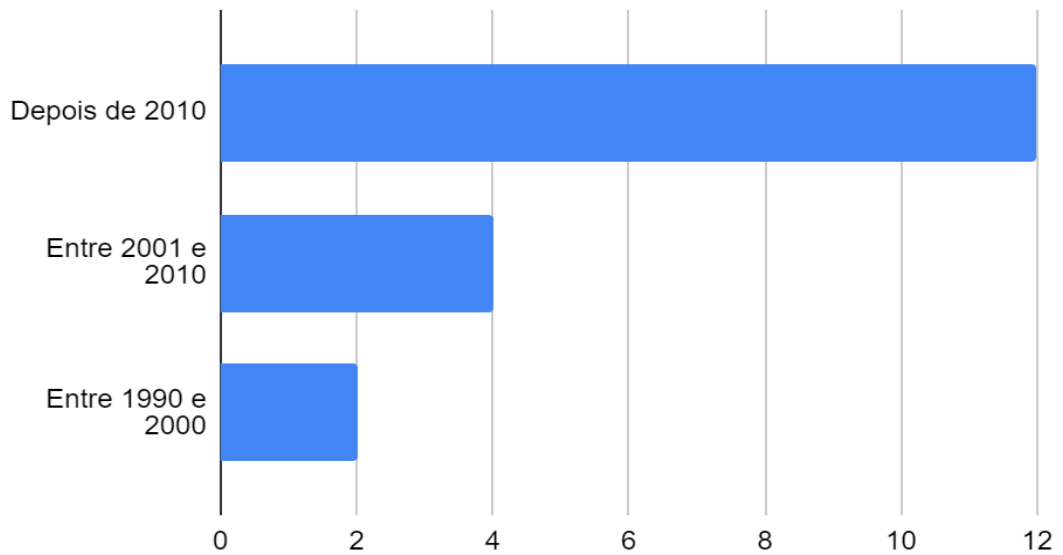


Figura 22 Quando você passou a frequentar o Pela Porco? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.

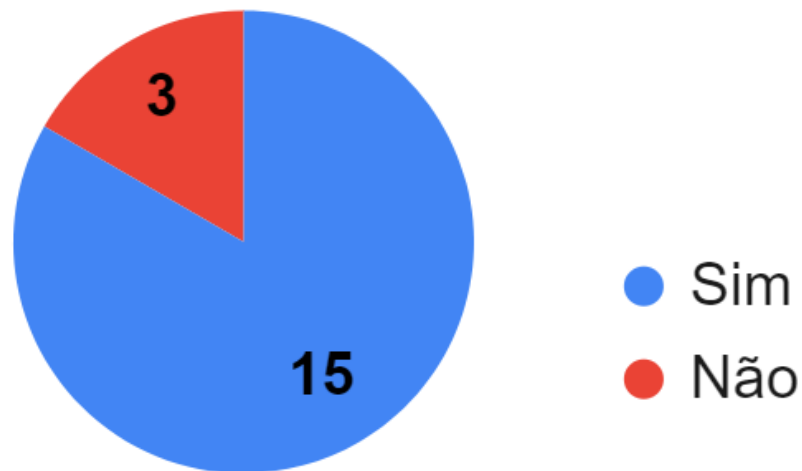


Figura 23 Você se considera morador(a) do Pela Porco? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.

3.5 EXPLORAÇÃO ECONÔMICA: TRABALHOS E FAVORES

Os postos de trabalho mais recorrentes para os usuários são aqueles que, principalmente, precisam da força física para serem executados. Nesse sentido, a prestação de serviços e a reciclagem são os dois principais. No quesito prestação de serviços para os moradores fica bastante explícito tanto o vínculo com quem mora quanto o tipo de serviço que os usuários são chamados a fazer. Direta ou indiretamente, o supermercado da Cesta do Povo e a casa de material de construção são os lugares mais comuns desta prestação de serviço, pois dali os usuários fazem carretos de compras do supermercado e de material de construção. No mais, são atividades como jogar o lixo fora, lavar roupas, fazer faxinas e favores como ir à farmácia, dentre outros que os usuários não especificaram. Favor e recado aparecem como formas de generalizar a prestação de serviço. De forma geral, doze dos dezoito usuários ouvidos prestam algum tipo de serviço diretamente para os moradores.

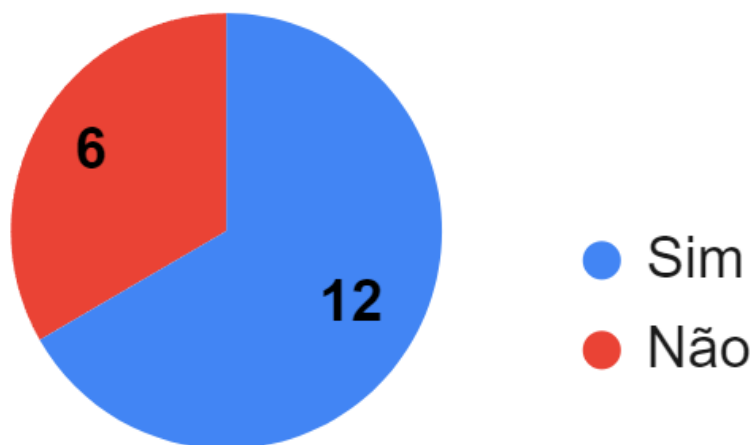


Figura 24 Você presta algum serviço para os moradores? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.

Além dos serviços para os moradores, os usuários realizam outros trabalhos para gerar renda. Nas respostas aos questionários, o que mais apareceu foi a catação de material reciclável. Para essa atividade, as pessoas geralmente fazem um circuito no entorno do Pela Porco, andam pela Vila Laura, Matatu, Barbalho, Caixa d'Água, Rótula do Abacaxi, Luis Anselmo, Brotas, Barros Reis, entre outros. Em segundo, ficou a prestação de serviços, incluindo aqueles que fazem diárias no ferro-velho, arrumam o depósito de material de construção, descarregam caminhão na feira e carregam mercadorias de uma distribuidora de produtos de beleza.

A qualificação profissional e o nível de escolaridade são questões importantes dentre os usuários. A maioria não tem o ensino fundamental completo, outros não sabem assinar o nome. Somado ao estigma da situação de usuário de drogas, isso é um entrave na hora de acessar o mercado de trabalho e conseguir uma remuneração justa para o tipo de atividade realizada. Apenas um usuário dentre os 18 tem carteira de motorista, trabalhou como serralheiro e electricista.

De forma geral os contratantes oferecem valores muito abaixo do mercado, justificando que o dinheiro é para o uso ou que a pessoa é desocupada e tem tempo disponível. Acompanhei durante uma manhã inteira de observação os usuários carregando caixas para o depósito da distribuidora. Eles relataram que o trabalho começou às 6h da manhã, e consistia em subir três ou quatro lances de escada carregando caixas de produtos cosméticos, cada um não conseguia levar mais que cinco caixas. Saí de lá por volta de 13h e eles ainda não tinham conseguido terminar. Uns haviam cansado e foram substituídos por outros, no entanto, o valor só seria pago ao final do trabalho – quem desistiu no meio do caminho precisou esperar o trabalho terminar para receber sua parte. Dentre as mulheres, a prostituição é uma possibilidade

de renda, bem como fazer faxina e vender rifa. A *guarita* é outro posto de trabalho que aceita homens e mulheres. Para esse posto basta que a pessoa seja rápida, atenta e sagaz, uma vez que dela vai depender a comunicação e, baseado nisso, a organização da segurança de todo o varejo. *Fazer avião* para quem chega de fora é outro modo de ganhar um dinheiro. Com certa frequência, usuários de drogas chegam em carros e solicitam que os usuários do espaço comprem a droga dentro do Pela Porco.

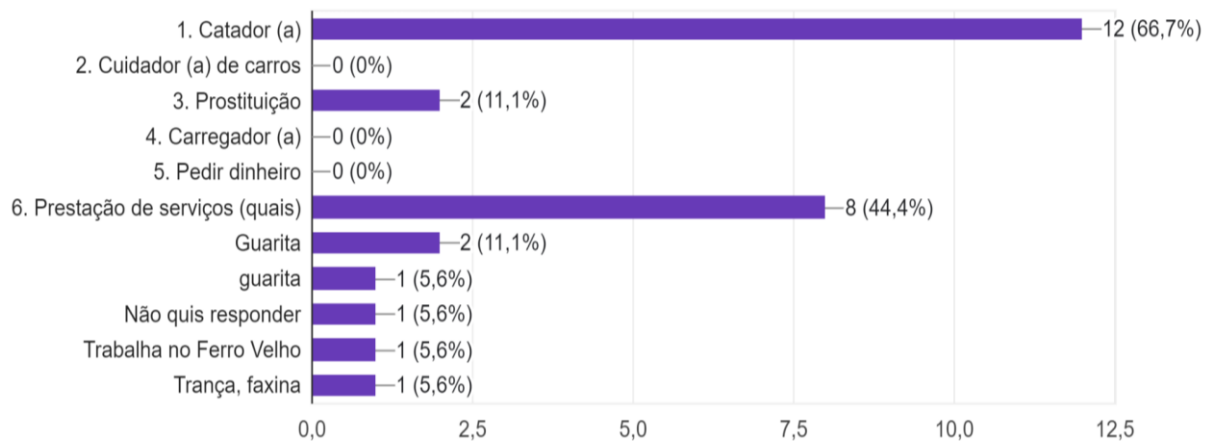


Figura 25 Quais são as suas 2 principais ocupações? (múltipla escolha) Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.

A renda gerada no entorno da cena é consumida por ali mesmo, utilizada para suprir necessidades do cotidiano, o que nem sempre inclui alimentação. De modo geral, os usuários se alimentam de acordo com as doações de alimentos. Não há uma instituição do governo que faça essa distribuição. É a sociedade civil, em grande parte ligada a instituições religiosas, que contribui para alimentar a comunidade. São pessoas que passam em carros distribuindo quentinhas em qualquer horário do dia, outras que chegam em duplas com café e pão; à noite, além das quentinhas, às vezes acontece distribuição de sopa e oração. Todas as manhãs o Metanoia distribui o café da manhã (um copo de café com leite e um pão) e nas terças-feiras, no fim da tarde, tem um abará com suco. Embora as refeições mais completas do dia sejam feitas contando com as doações, Mestre consegue vender para os usuários um número de lanches e por vezes um ou outro suco. Acompanhei em algumas ocasiões a preparação de alimentos na marquise, cada um providenciando um ingrediente (geralmente, doação dos comerciantes da feira), armando um “fogão” improvisado com dois blocos e uma grelha e acendendo paus de caixote para fazer a brasa e cozinhar.

A insegurança alimentar é uma realidade para os usuários. Mesmo que as doações sejam frequentes, é tudo muito incerto. Com exceção do café do projeto Metanoia, que acontece de segunda a sábado às 7h30 da manhã, todas as outras doações são incertas, pode ser que apareçam no início da tarde, no meio da manhã, no fim da tarde ou só a noite. É comum as pessoas comerem tudo que aparece. Acontece, por exemplo, de parar dois ou três carros em seguida, daí os usuários por vezes guardam alguma coisa para a madrugada ou comem o quanto conseguirem, pois não sabem quando será a próxima refeição. O fato de não terem condições materiais para manter um controle na alimentação acarreta problemas de saúde como pressão alta, diabetes e até a interrupção de tratamentos como o da tuberculose, que demanda a ingestão de medicamentos fortes e, no caso de estômago vazio, causam mal-estar ou aumentam a fome.

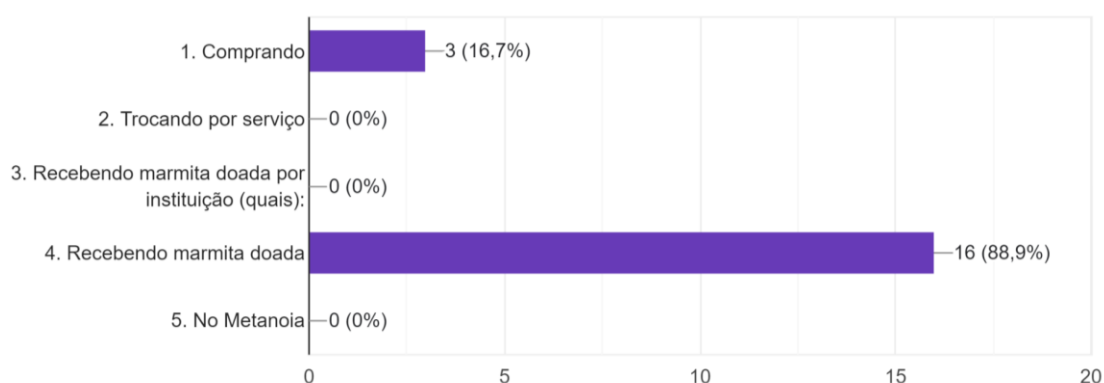


Figura 26 Como você mais consegue se alimentar? Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários.

Assim como para se alimentarem, os usuários contam com a colaboração do entorno para manter a higiene do corpo. Além do Metanoia, que tem horários menos flexíveis (banho é das 8h às 10h), o Centro Pop, a casa de material de construção e o posto de gasolina – quando os funcionários permitem – são lugares acessados para tomar banho. No último caso, se não tiverem permissão para fazer essa higiene pessoal no posto, mas lhes é consentido pegar a água, os usuários tomam banho na marquise.

Neste capítulo, apresentamos os resultados de um questionário aplicado com dezoito usuários que, junto com a literatura sobre o tema e as observações em campo, me permitiram tecer um perfil dos usuários do Pela Porco e apontar leituras iniciais que serão retomadas no quinto capítulo. Este perfil consiste em um grupo de indivíduos heterogêneos, de maioria formada por homens, na idade adulta, negros, que estão em situação de rua e dela tiram seu

sustento prestando os mais diversos serviços, desde descarregar caminhão, jogar um lixo fora, vigiar na guarita, até catar material reciclável em outros espaços da cidade. Eles sofrem violência da polícia e do varejo local, mas também reproduzem essa violência entre si. Com uma carreira de uso, em sua maior parte de mais de dez anos consumindo sobretudo crack, maconha e álcool, encontram no Pela Porco um lugar onde conseguem sobreviver, construir vínculos e uma *caminhada na rua*. No próximo capítulo, vamos apresentar outros atores do Pela Porco que, junto com os usuários em situação de rua, estabelecem relações, conexões que caracterizam aquele espaço.

CAPÍTULO IV

AS RELAÇÕES

Este capítulo foi elaborado apoiado em dados etnográficos coletados em dois momentos distintos. O primeiro se deu durante a realização das conversas e observações no campo da pesquisa, exercitando o “triplo trabalho de perceber, memorizar e anotar”, tentando deixar escapar o mínimo permitido pelas limitações humanas. Para esta etapa do trabalho, as notas de campo e o diário de campo foram ferramentas fundamentais. Anotar com a maior quantidade de detalhes me ajudou a elaborar uma descrição das situações com maior segurança e elementos para produzir um relato que evidencie o coletivo do espaço do Pela Porco e suas conexões, bem como “construir uma leitura, uma interpretação” possível da rede que se forma com e conseqüentemente no entorno dos usuários deste espaço. O segundo momento foram as entrevistas com os trabalhadores dos serviços que compõem a rede pública que atua no Pela Porco. Para isso, elaborei um roteiro para a entrevista e foi possível gravá-las, fazer anotações em tempo real que renderam material muito rico e viabilizaram comparar as respostas de cada interlocutor tanto entre eles quanto com o que havia observado no campo e nas narrativas dos usuários. Portanto, esse capítulo se destina a apresentar as relações que compõem o espaço do Pela Porco.

Aqui descrevo os locais e as pessoas ao redor das quais são tecidas relações econômicas, sociais e religiosas. Irei relatar como a população em situação de rua, usuárias do espaço, têm papel social na composição e funcionamento do espaço do Pela Porco. Eles e elas são trabalhadores, consumidores, assistidos, clientes, usuários de substâncias psicoativas (SPAs), comerciantes, enfim, tecem entre si relações que conformam o espaço do Pela Porco e são fundamentais para a vivência e sobrevivência de todos os atores neste local: o ferro-velho, o carro de lanche e o Projeto Social, os serviços públicos que atuam no Pela Porco, além do varejo local.

No ferro-velho, administrado por Esse Menino (nome fictício dado ao interlocutor), os usuários trabalham de várias formas. Lá, vendem o material que recolhem das ruas, alugam sua mão de obra separando e arrumando fardos com material reciclável, carregam o caminhão e organizam a área onde é depositado todo o material comprado dos recicladores.

O carro de lanche de Mestre é um ponto comercial localizado na área do ferro-velho. O empreendimento comercializa produtos comumente encontrados em bancas de ambulantes que concentram suas vendas nas paradas de ônibus de Salvador.

Já o Projeto Social, administrado pelo Pastor, é vinculado à Igreja Batista e funciona todos os dias da semana, disponibilizando café da manhã. Especificamente na terça-feira, no fim da tarde, também disponibiliza abará para os usuários e frequentadores do território. Às sextas-feiras, pela manhã, acontece o corte de cabelo e embelezamento da barba, também acessado por qualquer pessoa que tenha interesse em utilizar o serviço.

Igualmente, funciona como casa de acolhimento, popularmente conhecida como centro de recuperação, para pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas. O projeto, além da casa no Pela Porco, conta com uma fazenda no interior do estado, para onde destina as pessoas que desejam e se comprometem a seguir as regras do projeto, para acessar um tipo específico de acolhimento e cuidado no que diz respeito ao uso abusivo de substâncias psicoativas.

Embora os usuários do Pela Porco frequentem todas as atividades, o público do Projeto Social não se restringe a eles. Vem gente de lugares diversos da cidade para usufruir dos serviços que o referido projeto oferta – em geral, sujeitos em situação de vulnerabilidade social.

Nesse panorama, minha proposição nesta pesquisa é que os usuários, tidos quase sempre pelo senso comum como corpos abjetos¹⁷, são parte essencial da complexa teia de relações que permite a diversos atores viverem ou sobreviverem no e do Pela Porco.

Ao adensar a vivência no campo, os dados revelam um emaranhado de relações e interações estabelecidas, com vários atores atuando de formas diversas. Nessa direção, o carro de lanche de Mestre é parte dessa teia, composta, também, por um Projeto Social, um comércio de ferro-velho, o *varejo* de drogas ilícitas e os serviços públicos. Vale dizer que esses são os atores que se destacam; no entanto, outros são parte, a exemplo do posto de gasolina que permite banho aos usuários, restaurantes do entorno que contratam a mão de obra para auxiliar na limpeza e acionam essas pessoas para compras na feira ou auxiliar no carro de compras para o comércio, os moradores que utilizam os serviços trocando favores com os usuários, feirantes do mercado que precisam de mão de obra para descarregar caminhões e transportar mercadorias.

4.1 O Projeto Social e o Pastor

¹⁷ No sentido discutido por Rodrigues e Gruman (2021) em relação à obra de Judith Butler, que usa o termo “abjeção” para “se referir às formas de vidas que estão apartadas da esfera social, habitando zonas de margem, de fronteira, áreas de exclusão onde o que se oferece são formas cotidianas de reiterar a ausência de inteligibilidade social e cultural.” (Rodrigues; Gruman, 2021, p.68).

O Projeto Social chama-se “Metanoia”. No termo que lhe dá nome, há um sentido que alcança as várias dimensões do sujeito e nos ajuda a entender melhor a metodologia de cuidado adotada:

Metanoia significa a ação de mudar de ideia ou pensamento, ou seja, deixar de seguir ou acreditar em determinada coisa para vivenciar um novo modo de enxergar a vida, por exemplo. Do ponto de vista teológico, a metanoia representa o processo de arrependimento e conversão do indivíduo para determinada doutrina. Consiste na reinterpretação que a pessoa tem da sua vida, seja moralmente, intelectualmente ou espiritualmente. Para a religião, a metanoia é um processo constante e crescente que se inicia a partir do momento em que o indivíduo reconhece e aceita a sua fé na doutrina que lhe foi pregada. Já para a psicologia, a metanoia é a mudança do modelo mental do indivíduo, representando um processo de reforma da psique da pessoa. A aprendizagem é a responsável por esta alteração, tanto de modo racional, intelectual, emocional e espiritual. Assim, pode-se dizer que a metanoia é uma transformação profunda do indivíduo, quando este altera a sua consciência do mundo, seja expandindo-a ou limitando-a. Etimologicamente, a palavra metanoia se originou a partir do grego *metanoiein*, formado a partir da união de *metá*, que significa “depois”; e *voûç*, que significa “pensamento” ou “intelecto”. Assim, a interpretação literal deste termo seria semelhante a “mudar o próprio pensamento”. (Metanoia, 2023)

O Projeto Social está no Pela Porco há sete anos, mas o coordenador (ao qual nomeamos de Pastor) tem uma experiência de mais de trinta anos coordenando projetos cujo objetivo é atender pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Ele já trabalhou com pessoas privadas de liberdade no sistema carcerário de Salvador e na Cristolândia, outro projeto da Igreja Batista, que também atende pessoas vulnerabilizadas socialmente e está situado no bairro do Dois de Julho, em Salvador. No Pela Porco, o Pastor desenvolve o projeto que é inteiramente idealizado e executado por ele, evidentemente com colaboração de outras pessoas voluntárias. No entanto, as diretrizes são por sua conta.

O interlocutor relata que tem mais de quatro formações de nível superior e que está sempre estudando – é formado em Teologia, mas não citou quais os outros cursos – está na Igreja Batista há muito tempo, colaborou na fundação do projeto Cristolândia, é policial civil aposentado, pastor da igreja, coordenador e idealizador de vários projetos, além de professor do curso de barbeiro fornecido pelo projeto aos acolhidos. É um excelente administrador – assim ele se autodenomina. Ademais, domina várias áreas do conhecimento científico, falando sobre disciplinas como psicologia, teologia e etimologia, além de línguas como o grego, francês e inglês. Desse modo, pareceu-me uma pessoa bastante versátil.

O Pastor é um homem branco de mais de 60 anos. Não tem uma estatura muito alta, mas possui uma postura bastante firme. Tem os cabelos e a barba grisalhos, está sempre vestido com a camisa do projeto – uma camiseta azul claro com letras pretas – e externaliza muita

vitalidade. *Produtividade, sou muito produtivo, sei fazer muita coisa*, disse-me, enquanto mostrava umas pulseiras em seu braço feita por ele mesmo.

O Projeto Social que funciona no Pela Porco é um dos eixos de cuidado vinculados à Igreja. A instituição tem um Centro de Formação com dois projetos principais que *cuidam de pessoas*: o Projeto Social e a Fazenda. O primeiro trabalha no cotidiano com as pessoas que aparecem na porta da casa que funciona no Pela Porco, algumas levadas por outras na busca de internamento e tratamento para dependência química. Já a fazenda é para onde as pessoas são direcionadas e podem permanecer acolhidas, no máximo dez pessoas por vez. Lá, elas têm uma rotina organizada, com horários e tarefas bem definidas: elas acordam cedo, fazem o momento de oração, se alimentam e se dirigem cada uma para uma tarefa pré-estabelecida, fazem serviços de pedreiro, se tiverem essa expertise, trabalham na horta, e todas as outras tarefas necessárias à manutenção e conservação do espaço.

A casa do Pela Porco é alugada pela Igreja Batista, onde o Pastor congrega e de onde provém a maior parte dos recursos que mantém o Projeto. Segundo o Pastor, já foi investido em reforma mais de cem mil reais. O acesso se dá por uma escada larga com piso marrom; há um portão grande azul e no fim da escada tem uma varanda. Tudo é coberto com telha de zinco, e as paredes são pintadas de azul anil. Na varanda há dois banheiros (reservados para as pessoas em situação de rua). Pude notar três mesas e muitas cadeiras, no canto onde estavam amontoadas as cadeiras havia uma com uma pilha de colchas para doação e outra com roupas. Ao lado esquerdo das mesas tinha um bebedouro, que me pareceu ser elétrico.

Dentro da casa há dois quartos, uma sala com uma TV pequena na parede, um equipamento de som, uma estante de livros e uma cozinha equipada com um freezer e um fogão industrial de duas bocas, onde um *menino* fazia o almoço. Em outro cômodo funciona uma despensa com estantes separadas para alimentos e material de limpeza. Ao olhar para lá, o Pastor lembrou que precisava verificar o estoque. Nos fundos tem um quarto, uma escada para outro quarto que fica no alto e um banheiro que outro *menino* lavava. Toda a casa bem arejada, com revestimento de cerâmica no piso e nas paredes. Em outros cômodos é tudo pintado de azul (azul é a cor de referência), tudo muito bem higienizado e bem arranjado.

Diante do exposto, é possível perceber que a casa oferece estrutura para acolher as pessoas de forma organizada, e com espaço físico que garante um mínimo de bem-estar para todos, em contraste com as condições que as pessoas encontram na situação de rua – e, em alguns casos, em suas próprias casas, nas quais precisam dividir com outras pessoas espaços muito pequenos e por vezes insalubres.

Quando perguntei como ele chegou no Pela Porco, como escolheu o lugar, ele me respondeu:

Foi Deus, vim andando de lá e parei aqui em frente a Esse Menino [apelido do dono do ferro-velho], cheguei aqui coloquei a cadeira, pedi a Esse Menino a extensão para ligar a luz e assim comecei a cortar cabelo. Depois veio o mingau, daí tinha uma mulher que tomava conta dessa casa e vendia acarajé, ela me chamou para ficar embaixo do toldo, depois ela me perguntou se eu não queria alugar a casa, ela me apresentaria ao dono, e assim começou o Projeto no Pela Porco. (Trecho do diário de campo)

Na ocasião em que alugou, a casa estava bastante desestruturada, sem pintura, algumas coisas sem condições de uso. Ele foi reformando (quem faz os projetos para reforma é o filho do Pastor, que é arquiteto) e hoje a casa está mais bem delineada. Contudo, ainda há alguns ajustes a fazer, como reformar um dos quartos que virá a ser seu escritório.

Além disso, o Projeto acolhe na casa no máximo seis pessoas por vez, apenas homens. Quando questionado sobre o gênero, por conta de só ter visto rapazes na casa e o Pastor só ter contado histórias de rapazes, ele explicou que de fato eles só cuidam de homens: *cuidar de mulher é mais difícil, precisaria ter ginecologista, uma equipe maior, na Cristolândia cuida de mulheres, mulher tem menos na rua, mas é mais difícil*. Da mesma forma que acontece na fazenda, a casa também é cuidada pelos *meninos*, há uma rotina estabelecida, com horários bem marcados.

As pessoas acordam às 6h30 da manhã, fazem sua higiene pessoal, leem um provérbio da bíblia – selecionado pelo Pastor – um para cada dia da semana, fazem um culto curto e depois cuidam do café da manhã da casa e da *rua*. Todas as atividades são coordenadas pelo Pastor, as leituras da bíblia e interpretações são guiadas por ele. Às 7h30 o café da rua é distribuído do lado de fora da casa. Além de fazerem o café, os *meninos* o distribuem às pessoas que chegam à porta buscando alimento. Todo o trabalho necessário para o funcionamento pleno da casa é realizado pelos *meninos* e orientado pelo Pastor.

Dessa forma, as pessoas que moram na casa distribuem as tarefas diárias entre elas, algo que o Pastor chama de *laborterapia*. Em suas palavras, *a psicologia não concorda, mas o trabalho ajuda a cuidar, as pessoas não ficam com a mente vazia, eu não terceirizo nada, tudo eles fazem*.

Segundo o interlocutor, o Projeto atende cerca de 1600 pessoas por mês. As principais atividades para os usuários são o café da manhã de segunda à sábado, a distribuição do abará na terça-feira e o corte de cabelo na sexta-feira, além do uso do sanitário, banho e doação de roupas limpas. Entretanto, é preciso ter disciplina para utilizar esse serviço: o banho fica

disponível logo após a distribuição do café da manhã, que vai de 7h30 até às 9h30; após isso, só no dia seguinte, salvo raras exceções avaliadas pelo Pastor.

Os horários das atividades são definidos previamente. Às 12h almoçam todos juntos: *todos almoçam, não tem isso de ficar sem comer, comem muito, um prato cheio. Comer dá sensação de prazer, tem um efeito, comem um prato bastante cheio, não pode desperdiçar nem repetir.* Depois do almoço as pessoas dormem um pouco para descansar, em seguida tem novamente um momento de oração e após podem praticar algum esporte. À noite segue a rotina do jantar e se recolher para dormir no máximo até às 22h. Durante a semana a casa tem algumas atividades fixas: o bazar na segunda de manhã, aula de MMA na terça de manhã *para ajudar a gastar a energia*; distribuição de abará na terça-feira à tarde; corte de cabelo na sexta-feira de manhã; aula de barbeiro e fazer a feira no sábado. *Fazer a feira* significa ir até a feira das Sete Portas e coletar dos feirantes as doações, geralmente, verduras, frutas e temperos.

Tanto na fazenda quanto na casa do Pela Porco as pessoas não têm acesso a aparelho celular, e a apreciação de televisão é restrita ao esporte exibido pela rede de TV Bandeirantes e o Fantástico. Os livros disponíveis também são escolhidos pelo Pastor.

Todas essas ações são elaboradas a partir de dentro da Igreja Batista Sinai, que é uma congregação formada por várias outras igrejas. Além dos projetos sociais, a Igreja desenvolve outras atividades na cidade. O Pastor me mostrou fotos de ações feitas na festa do 2 de julho, em um evento no qual cada pessoa que fazia um gol, em uma brincadeira, ganhava uma bíblia de presente. Há também a distribuição de cestas básicas para famílias carentes, dentre outras ações para a comunidade.

Para desenvolver todas essas ações e arcar com as despesas, colaboram muitos trabalhadores voluntários, pessoas da igreja e outras que foram *recuperadas* pelo projeto. A iniciativa recebe também doações de várias vertentes e conta com alguns parceiros. A padaria, por exemplo, dá desconto no valor do pão. Certa vez, presenciei uma vendedora ambulante doando 10 reais, em uma cena que achei interessante: estava andando com o Pastor na direção do ponto de ônibus, quando uma mulher o chamou e rapidamente colocou uma cédula na mão dele. Ele agradeceu e me mostrou o valor, falando: *aqui ó, é do pão, gastamos 200 reais por semana com pão e tem pessoas que ajudam.* Mais cedo vi um rapaz chegar de moto, entregar um saco com um pacote de café e um pote de manteiga, cumprimentar o Pastor e ir embora.

Algumas estratégias do Pastor atraem doadores, como o fato de ele andar sempre com a camisa do Projeto e atender na rua. Pergunto se consegue muitas doações:

Sim, às vezes ganho alguma coisa. Outro dia no mercado o rapaz me perguntou o que era o projeto, eu expliquei, ele pediu o número da conta, eu dei, depois vi que ele depositou 300 reais. Onde vou estou com a camisa do projeto, é estratégia, as pessoas perguntam: “Pastor não tem camisa não?” tenho sim, mas gosto de andar com essa. (Trecho do diário de campo).

Analogamente, também são aceitas outras formas de doação. Quando são objetos, passam por triagem. O Pastor só aceita doação de produtos de qualidade e em perfeito estado, e chega a declinar de algumas coisas: *às vezes até ganho, mas se não é bom não serve, agradeço e digo que não serve*. Tais materiais ele doa para as pessoas que o solicitam, ao mesmo tempo mantém um bazar com os objetos. O abará distribuído também é fruto de doação, são duas pessoas que o fazem semanalmente.

O Pastor só não aceita cartão de benefício social¹⁸ de “aluno do projeto” – se tiver benefício, este deve ficar com a família. Tampouco aceita que eles doem seu dinheiro para a instituição, segundo ele, lá as pessoas não precisam de dinheiro para nada, tudo tem lá dentro, *melhor se não tiver benefício*, ele afirma.

A centralidade do trabalho do Projeto Social é o cuidado às pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas. A forma de fazer, segundo o Pastor, é *retirar toda a autonomia das pessoas*, colocando em prática o significado da palavra metanoia. Ou seja, transformar a mente, nascer uma outra pessoa, começar do “zero”. Nas palavras do interlocutor, *aqui eles aprendem tudo de novo, não tem autonomia*. Para ter resultado, o projeto isola as pessoas do mundo e introjeta nelas um outro modo de vida, em que elas estarão, se assim o quiserem, livres dos vícios e de tudo aquilo que causa dependência e mal viver – ou assim acredita o Pastor, que fala: *eu cuido das pessoas, mas tem que ser desse jeito, a química demora cinco anos para sair do sangue e é esse o tempo para cura e estabilidade com maior segurança*. Há muitos *casos de sucesso*, pessoas que hoje estão casadas, com seu empreendimento comercial, tocando a vida de forma tranquila e livre das drogas e do tráfico.

O Pastor explica que não nascemos com vícios, não nascemos dependentes químicos. Em sua perspectiva, o que acontece conosco é um trauma, uma ruptura radical com o *seio da mãe*, e é isso que buscamos durante todo o resto de nossas vidas: *a mãe, ao desmamar seus filhos o faz de uma forma traumática, abrupta, as vezes passa até pimenta no seio, é o prazer do seio da mãe que buscamos na vida*.

¹⁸ Os benefícios sociais são disponibilizados pelo Estado, seja ele municipal ou federal. Destacam-se Auxílio Brasil (Bolsa Família), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Auxílio Moradia e mais os auxílios eventuais, que como o próprio nome sugere são concedidos em ocasiões específicas, a exemplo do auxílio natalidade.

Ele segue explanando que não precisamos ingerir bebida alcoólica nem usar outras drogas para viver feliz. Tudo tem sua hora, no caso das pessoas que são dependentes químicos, o tempo é de cinco anos para ficar livre e organizado definitivamente. Durante esse tempo, as pessoas passam por estágios dentro do projeto, sempre ligados à produtividade: *a cabeça e o tempo não podem ficar vazios*, é preciso fazer *laborterapia*, participar de cursos profissionalizantes – curso de barbeiro – e ter oportunidade de trabalho. O Pastor não dá dinheiro, mas sim *uma primeira guia* [conjunto de produtos para serem comercializados] *para a pessoa trabalhar*. Com essa narrativa ele demonstra ser direto; conta que trabalha dessa forma há mais de trinta anos e dá resultados.

A convicção no discurso é interessante, ele retira a autonomia das pessoas para que elas adquiram autoridade sobre si. Os acolhidos precisam ficar durante algum tempo totalmente tutelados diretamente pelo Pastor, com horários rígidos, tarefas previamente definidas e sem poder escolher não fazer, pois se não cumprirem com as regras não podem ficar no projeto. Caso saiam antes do tempo, também não são aceitos de volta. A comunicação com o “*mundo exterior*” é parcialmente descontinuada, não podem portar celular, só é permitido contatar com a família depois de um mês.

Segundo o interlocutor, esse contato com atores externos influencia negativamente no processo, pois *a pessoa ainda não está firme*. Após o tempo estipulado, as pessoas podem falar com a família uma vez por semana, através do celular do Pastor. É tudo totalmente controlado e ele se orgulha muito dessa metodologia, tendo seu próprio “triângulo”, assim como Zinberg (1984)¹⁹: psicossocial, religião e meio ambiente. Tal corte na comunicação externa evita o que o Pastor chama de *gatilhos de recaída*, que fragilizam as pessoas “internadas”, constituem portas para desistirem do tratamento e, logo, da cura que vem de Deus.

Em relação aos acompanhamentos com psicólogo e psiquiatra, quando alguém precisa, recorre ao serviço público, pois desde o início da pandemia os trabalhadores voluntários destas e de outras áreas descontinuaram os atendimentos. O Projeto não aceita cuidar nem internar pessoas que fazem uso de medicação controlada. Sobre crise de abstinência, o Pastor diz que acontecem poucas e são curtas, e que os efeitos quando a pessoa faz uso de medicação são muito maiores. Assim, é preciso *desmamar* do medicamento. Sempre que ele é procurado por alguém que faz uso de medicação para tratar dos efeitos causados pelo uso de substâncias, recomenda que volte ao médico e faça o desmame da medicação.

¹⁹ A grosso modo, Zinberg desenvolve pesquisas desde a década de 1970 com usuários de substâncias psicoativas, chamando atenção para a relevância da pessoa, do contexto e da droga para o tipo de uso e relação que os sujeitos desenvolvem com a substância (Zinberg, 1984).

Na mesma linha de sua leitura sobre a questão citada acima, o Pastor tem uma visão no que diz respeito ao acesso a dinheiro pelas pessoas que estão em situação de rua e são usuárias de substâncias psicoativas. Ele não aceita doação dos benefícios sociais das pessoas que o procuram, uma vez que dentro do projeto elas não precisam de dinheiro para nada, pois tudo necessário à vida cotidiana lhes é disponibilizado.

O Pastor discorda da circulação de dinheiro nas mãos das pessoas em situação de rua que são usuárias de drogas. Ele faz um desenho do ciclo do dinheiro e das fontes de renda na rua, explanando: *pessoas nessa situação não deveriam receber nenhum benefício do governo, assim que detectasse que está em situação de rua deveria ter o benefício suspenso*. Em sua perspectiva, todo o dinheiro que chega às mãos das pessoas nessa situação vai parar na mão do traficante, tudo se destina ao uso de drogas, incluindo quem faz uso de álcool.

De acordo com o desenho feito por ele, o dinheiro chega na mão do usuário de drogas e vai para o traficante ou para o policial corrupto, isso inclui todo e qualquer dinheiro, seja fruto do trabalho como o da reciclagem ou dos benefícios sociais. Muitas vezes, *a pessoa nem pega no dinheiro, o cartão fica penhorado na mão do traficante, por isso que quando é cortado a pessoa nem sabe*, afirma o Pastor.

Tal ponto de vista é partilhado entre outros interlocutores da pesquisa. Ambos relataram a quantidade de dinheiro que circula através dos usuários, com alguns chegando a ganhar 200 reais por dia coletando material reciclado, uma atividade que demanda o investimento do dia inteiro e da disponibilidade corporal para caminhar por vários pontos da cidade. Para recolher o material reciclável, a maior parte dos usuários elegem um circuito que é percorrido durante o dia ou à noite. Além disso, elas fazem outros *corres*, e o dinheiro é consumido em torno da cena de uso, no espaço do Pela Porco.

Em vista disso, o Pastor também cria estratégias para que os objetos doados a esses usuários não virem valor monetário na rua. Um exemplo são os cobertores que o projeto doa. Há uma estratégia para inutilizar a comercialização desses objetos, que segundo ele as pessoas vendem para lojas ou transeuntes por valores que variam de um a cinco reais. Todas as colchas dispensadas pelo Projeto têm o nome da instituição escrito de caneta piloto na peça e um rasgo feito propositalmente com tesoura, assim não se consegue passá-la à frente.

Estratégias são elaboradas a todo o tempo para que as atividades aconteçam da forma mais organizada possível e que a maior quantidade de pessoas seja atendida. Na distribuição do abará e no corte de cabelo não foi diferente. No primeiro, foram enfileirados alguns torniquetes plásticos com correntes também plásticas para delimitar o espaço onde as pessoas poderiam permanecer e formar a fila. Foram colocadas duas mesas plásticas, e as caixas com os abarás

postas sobre elas. Do mesmo modo, um vasilhame de suco, que parecia ser de goiaba e estava bem gelado. Na ocasião que estive em campo foram *poucos, menos de cento e vinte*. Apenas uma pessoa trouxe a doação – normalmente são duas fontes doadoras.

O Pastor fica à frente da porta enquanto solicita que os *meninos* tragam as coisas. Ele sinaliza onde exatamente deve ficar, depois de tudo pronto solicitou que trouxessem o banco dele – uma banquetta alta – e uma cadeira para mim. Confesso que fiquei bastante desconfortável sentada na rua conversando com ele, enquanto várias pessoas esperavam pela dispensa do abará. Também fiquei curiosa para saber por que distribuir abarás, um alimento que é referência do candomblé. Apesar disso, tal ação é uma prática da Igreja, pois na Cristolândia também se distribui, em dias de quarta-feira. Enquanto as pessoas iam chegando, um dos meninos enchia os copos de suco e depositava sobre a mesa. Ofereci-me para ajudar a encher os copos, fui enchendo e distribuindo sobre a mesa e ele me dizendo como deveria fazer, *só dê o suco para quem eu der o abará*.

Antes de começar a distribuição, os *meninos* trouxeram um timbau e um violão, cantaram e tocaram uma música. O Pastor fez uma breve fala sobre a importância de Deus e o lugar dele na vida das pessoas e começou a distribuir. Enquanto duravam os abarás, os *meninos* continuavam tocando e cantando louvores.

Como é de costume na distribuição de comida na rua, sempre acontece uma agitação. Algumas pessoas me reconheceram e queriam conversar sobre outras coisas. Ao mesmo tempo em que eu informava meu papel ali, o Pastor registrou minha presença junto ao público.

Antes de distribuir para quem se aglomerava à frente da instituição, o Pastor disponibilizou alguns abarás para as pessoas da vizinhança: trabalhadores da loja Brunaldo, Barbeiro, Mestre e a esposa, dentre outros. Fiquei com a impressão de tratamentos diferentes, para pessoas consideradas diferentes, que certamente não se misturam com as pessoas da fila. Observei que o tratamento não foi o mesmo em relação aos trabalhadores do ferro-velho, quase todos usuários em situação de rua. Estes precisaram ir para a fila e competir com todos os outros que aguardavam o abará.

Tudo não durou trinta minutos. O suco acabou antes do abará. Assim que finalizou a ação, o Pastor solicitou que se desmontasse tudo rapidamente e retornassem para cima, tanto os materiais quanto os *meninos*. Foi disponibilizado para mim um abará, que aceitei pensando ser educado e para experimentar o sabor. O tamanho é bastante grande em relação aos que são comercializados nos tabuleiros das baianas de acarajé.

O público que acessa o Projeto Social é bem diverso, não se restringe aos usuários do Pela Porco. Vêm pessoas de outros territórios (reconheci algumas de outros espaços onde

trabalhei), e outras que o Pastor diz não estarem em situação de rua, mas apesar de terem casa (aqui me refiro a concepção do senso comum de que quem tem casa não está em situação de rua), coletam alimentos porque estão em vulnerabilidade social – condição que foi agravada a partir da pandemia de Covid-19. Pude notar também pessoas que pareceram chegar do trabalho, ou estar no ponto de ônibus e aproveitar a oportunidade de um abará gratuito.

A outra atividade que tive oportunidade de acompanhar foi o corte de cabelo que acontece todas as sextas-feiras para as pessoas da rua. A estrutura é montada na rua e na varanda da casa. O Pastor presta o serviço na rua e os “alunos”, na varanda. Também para esta atividade o projeto aceita doações de máquinas, tesouras e outros equipamentos necessários para o desenvolvimento do curso. Tais equipamentos precisam ser de qualidade, pois disso depende o bom desempenho dos cursistas.

O Pastor faz questão de selecionar exatamente tudo que chega de doação. Ele diz que precisa ser de qualidade, caso contrário ele agradece e não aceita. Isso tem a ver com oferecer o melhor possível para as pessoas que estão no projeto, e demonstrar o quanto de qualidade de vida pode existir longe do uso de drogas.

Essa atividade também cumpre o propósito de treinar os usuários que estão “alunos” no Projeto. Os que fazem o curso de barbeiro participam das aulas aos sábados e na sexta-feira treinam cortando o cabelo das pessoas que procuram o projeto, tudo sob a supervisão do Pastor que também é o professor do curso. É ele que recepciona as pessoas, observa o que cada um vai fazer, se cabelo, barba e ou sobrancelha, e na saída revisa todo o trabalho feito pelos “alunos”.

O curso de barbeiro rende histórias de sucesso. É um exemplo de como a metodologia de cuidado somada ao empenho individual pode resultar em uma outra história de vida, de bem viver e prosperidade. Com tantas histórias de vidas que cruzaram a sua no decorrer desses trinta anos trabalhando com projetos sociais, o Pastor escolheu relatar sobre Barbeiro – o atual dono da barbearia, um espaço alugado que fica embaixo do hotel e ao lado da casa do Projeto Social. O rapaz é barbeiro de mão cheia e aprendeu a cortar cabelo com o Pastor, no projeto. Hoje, ele tem um faturamento que lhe permite sustentar de forma tranquila sua família.

Barbeiro era usuário de drogas ilícitas e chegou no projeto bastante emagrecido, com uma fisionomia bem diferente do que é hoje. Ele fez o curso e conseguiu se organizar, mas, *pulou uma etapa*: casou-se e teve uma filha antes de completar o ciclo da cura da química, aqueles cinco anos já citados.

Barbeiro é um jovem negro de vinte e cinco anos, casado e com uma filha pequena. A companheira dele e a filha residem no interior do estado e ele mora na casa do projeto. A história

de Barbeiro é parecida com a de outros jovens que se envolvem com uso de drogas e ações ilícitas. Por conta dessas questões ele chegou no Projeto Social, onde conseguiu se manter abstinente do uso e dar outro sentido à vida, frequentando também a Igreja Batista e concluindo o curso de barbeiro ofertado.

O Pastor auxiliou o rapaz tanto no aluguel do espaço da barbearia, quanto no planejamento do negócio, e o acompanha bem de perto. Barbeiro (nome que adotamos para este interlocutor) só aceitou conversar comigo porque o Pastor o autorizou, me apresentando a ele, falando sobre o trabalho que estou desenvolvendo.

Barbeiro chegou ao Projeto Social com apenas vinte e dois anos, depois de já ter passado por várias experiências na vida. O medo de morrer e com isso trazer sofrimento à sua mãe o levou a procurar e permanecer no projeto, mesmo que em alguns momentos tenha saído e conseguido retornar após um tempo (uma daquelas exceções do Pastor). Ele passou por todas as fases do tratamento, conheceu o Pastor, foi parar na fazenda, no tempo que o imóvel havia acabado de ser adquirido, e o Pastor estava cheio de ideias para fazer do mato plantações de todos os tipos de frutas. Lá, ele cavava os buracos para plantar e até participou da construção de um lago, praticando a *laborterapia* que é parte do processo e, conforme a visão do Pastor, ajuda as pessoas a manterem a mente ocupada, preocupada com outras coisas e não com o uso da substância.

Depois do tempo na fazenda, Barbeiro veio para a casa no Pela Porco, onde fez o curso, e passou por outras etapas até abrir sua barbearia. Alugou uma casa onde morou com a mãe de sua filha (que depois mudou-se para o interior). No entanto, com a chegada da pandemia e as frequentes medidas de restrições de circulação que fechavam todo o comércio, ficou difícil manter o aluguel e as despesas. Assim, ele voltou para a casa do Projeto Social, onde não tem despesa e pode juntar dinheiro para comprar sua casa própria.

Contudo, para estar na casa do projeto é preciso cumprir todas as regras. Por isso, ele organiza a sua rotina de acordo com as atividades da casa, acorda junto com os outros meninos, 5h30 da manhã, colabora em todas as tarefas, depois segue seu dia: *a diferença é que tenho mais liberdade que eles, posso sair em qualquer hora e ter celular, coisa que eles não podem*, ele relata.

Nesse momento, além do trabalho na barbearia, o rapaz tem dedicado tempo à prática de esportes e aos estudos. Fez o supletivo para completar o ensino médio e poder fazer o concurso para a polícia militar; já efetivou a inscrição e tem mantido uma rotina diária de estudos. Sonha em passar no concurso e estar do lado oposto ao que esteve em outro momento

da vida: *imagina eu que já trafiquei, roubei, usei drogas e depois estar do outro lado, eu que já fiz tanto mal a sociedade agora estar do lado que defende*, ele reflete.

Barbeiro acredita que tudo é possível para quem não é preguiçoso, e segue no seu propósito. Assim é possível sempre avançar e conquistar outros espaços, dessa forma, ele segue observando o seu entorno e agregando elementos à sua rotina. Um exemplo é quando ele viu que os jovens da igreja iam ao shopping, à praia, ao cinema, conversavam entre si e ele não fazia nada disso: no entendimento dele, essas práticas trazem outras perspectivas para a vida, ampliam o olhar e abrem a cabeça para pensar de outra forma e almejar estar em lugares diferentes – como por exemplo na polícia militar, ser destaque na igreja ao ter o nome citado pelo pastor no culto de domingo, praticar esportes como o skate e o surfe e, se o concurso não der certo, tentar um curso de Educação Física na Universidade.

Acerca dessa questão da preguiça e de mudar os caminhos, Barbeiro traz uma ideia interessante. Segundo ele, as pessoas usuárias de drogas, assim como ele o foi, para mudar de vida, como ele conseguiu, precisam mudar o rumo, buscar enquanto caminho para sustentar *a vida fora das drogas* outras atividades, inclusive de trabalho. Nesse sentido, ele faz uma crítica ao trabalho de reciclagem. Em sua perspectiva, isso está ligado ao uso, as pessoas reciclam só para isso, e precisariam buscar outra atividade que não remeta ao uso para conseguir o sustento além do básico e melhorar de fato a condição de vida. Para tanto, é necessário não só coragem para trabalhar, mas também aprender a fazer outras coisas.

Por enquanto, Barbeiro divide seu tempo entre o trabalho na barbearia e o caminho para a realização dos sonhos. O ponto comercial onde funciona a barbearia é bem antigo, já passou por pelo menos oito pessoas. Conforme me relatou Esse Menino – dono do ferro-velho – esses antigos donos tinham em comum a habilidade para cortar cabelos e fazer barbas, mas também a questão do uso de substâncias psicoativas que os levava a não sustentar o trabalho, como Barbeiro, e acabar fechando o negócio.

A localização da barbearia é muito favorável, pois fica na frente da rua e bem em frente ao ponto de ônibus. Dificilmente quem transita por ali passa por ela sem percebê-la. O lugar funciona seis dias por semana, de segunda-feira a sábado. A estrutura do local é bem simples: paredes cobertas com paletes de madeira, tonéis para decorar e algumas prateleiras na parede para acomodar os equipamentos, mais as cadeiras e bancadas indispensáveis ao trabalho. O atendimento é bom, o barbeiro sempre responde com cortesia e educação aos clientes, de modo que, mesmo quando a resposta é negativa, as pessoas aceitam de forma tranquila.

Os clientes são bem diversos em gênero e geração. Mulheres e homens, jovens e pessoas de mais idade, pessoas que aguardam no ponto de ônibus, moradores e trabalhadores

do entorno, além de transeuntes que aproveitam o espaço da porta da barbearia para proteger-se do sol e da chuva, pois a cobertura do ponto de ônibus é ineficiente.

Seguindo no acompanhamento da atividade do corte de cabelo, conheci Lutador (nome fictício atribuído a este interlocutor), praticante de MMA, um jovem que cometeu um ato de justiça com as próprias mãos e acabou sendo privado da liberdade durante alguns anos. Depois passou a viver em situação de rua e foi usuário de drogas até aceitar o convite do Pastor para ficar na fazenda. Lutador encontrou o Pastor em uma das ações que a igreja realizava no terminal de ônibus do Aquidabã.

Após aceitar o convite para ser cuidado no Projeto Social, Lutador mudou totalmente sua vida, que é de muito sofrimento. Ele exalta a palavra de Deus que conheceu no projeto, e os sonhos que cultivava no coração e na mente. Em suas palavras, *precisamos dominar a mente, o leão que temos dentro de nós*. Essa é mais uma história que o Pastor considera de sucesso e efetividade da metodologia de cuidado do Projeto Social. Lutador também está fazendo o curso de barbeiro.

O cenário para o corte de cabelo era organizado de forma diferente (em relação ao dia do abará). O portão estava aberto, e em cima da mesa estavam os equipamentos utilizados para os cortes de cabelo e barba, máquinas de cortar, pentes de vários tamanhos, tesouras, lâminas de aço e recipiente para descartá-las, escova de múltipla utilidade, gel fixador; um borrifador com água e uma mochila. Logo acima no parapeito do muro tinham outros frascos, um borrifador com álcool e um outro frasco parecido com gel, mas que não sei exatamente o que era, e uma extensão enorme que trazia energia de dentro da casa para alimentar as máquinas do lado de fora, toda a estrutura para a barbearia na rua, fazendo jus ao slogan do Projeto “*vem prá rua*” [sic].

Um pouco à frente do portão o Pastor posicionou a cadeira de barbeiro. Bem próximo dele estava Lutador, vestido de bermuda e camisa preta, usando um boné marrom. Em sua camisa havia algumas inscrições, na parte de trás, que remetiam ao MMA; na frente, dentre outras coisas estava estampado o desenho de um leão. Com um celular, ele fazia fotos e vídeos do corte, ao que o pastor advertia que não filmasse ou fotografasse o rosto de quem estava presente (sobre isso ele havia me dito que não tira fotos nem filma o rosto das pessoas durante as ações do projeto, apenas fotografa e filma no interior da casa, onde ele tem autorização das pessoas para fazê-lo). Todas as ações são registradas em formato de vídeo e/ou fotografias que vão para as redes sociais, movimentadas todos os dias com o material produzido nas atividades e com provérbios que o Pastor publica – os mesmos lidos pelos “alunos” pela manhã antes do café.

Além de Lutador, que produzia material para a comunicação do projeto, posicionado no primeiro degrau da escada estava um dos meninos da casa, com uma vassoura e um apanhador na mão. Ele varria a calçada à medida que o Pastor cortava o cabelo e estes se espalhavam pelo chão.

Há uma preocupação em manter todas as coisas em perfeita ordem e devidamente higienizado. Essas práticas corriqueiras de manutenção da vida cotidiana, que exigem disciplina com horários e divisão de tarefas, contrastam com a rotina de quem está em situação de rua e faz uso intenso de drogas. A intenção do Pastor é exatamente esta, mudar totalmente a rotina dessas pessoas, inserindo afazeres que em algum momento se tornarão, quem sabe, hábitos que desviarão sua atenção do uso de SPAs.

Foi o caso de Lutador, já citado, o fotógrafo e *filmmaker* que veio conversar comigo, saber quem eu era e de onde era. Apresentei-me e expliquei-lhe o porquê de estar ali, parada no sol, *jogando conversa fora* com Mestre. Ele achou interessante e falou do desejo de se profissionalizar. Passou então a contar um pouco de sua história e de como é difícil conseguir um espaço para viver daquilo que acredita e sabe fazer.

Lutador era “aluno” no projeto, passou por todas as etapas e hoje tem casa alugada dentro do Pela Porco (antes ele morava no Relógio de São Pedro). Mesmo tendo casa e aparentemente uma vida organizada, Lutador ainda passa por dificuldades. Ele relatou que faz as refeições no Projeto Social, reservando apenas para a noite uma refeição em casa. Contou como é difícil em época de competição, pois ele precisa perder peso de forma rápida e equilibrada, no entanto não conta com nutricionista, e chegou a passar mal por não ter uma alimentação adequada, que compense outros alimentos que são retirados da dieta. Ele contou um pouco do processo, de como precisa restringir a ingestão de água e aumentar o uso de creatinina, que, por um lado, ajuda a ganhar força durante a luta, mas, por outro, acaba prejudicando os rins. A categoria dele é peso leve, até 57kg, e ele normalmente pesa 63kg. Dentre outras questões, a fome em épocas de luta, a falta de recurso para custear um nutricionista e falta de alimentação adequada são fatores marcantes na vida de Lutador, que já chegou a desmaiar de fome e tem seus resultados como atleta impactados por esses atravessamentos.

Ele lutava boxe, mas depois migrou para o MMA, por conta de problemas de saúde, como fortes dores de cabeça, não conseguir dormir e sempre acabar parando na Unidade de Pronto Atendimento (UPA). De acordo com ele, *no boxe a pancada é toda na cabeça e nos rins*. Várias pessoas lhe sugeriram parar de lutar, mas ele resolveu migrar para o MMA. Nesse

esporte há a possibilidade de manobras no chão usando todo o corpo e as pancadas não são na cabeça. Tais características permitiram sua permanência nessa modalidade esportiva.

Suas atividades giram em torno do esporte. Ele treinou crianças por algum tempo e seu desejo é ter um projeto para continuar treinando crianças. Em seu ponto de vista, na favela tem muitas crianças que só precisam de oportunidade, *são crianças boas, se a gente não fizer nada é que elas acabam como as outras*. Ele pensa muito nas crianças, falou sobre isso algumas vezes. Acredito que a infância dele tenha sido difícil, mas também acredito que tenha a ver com o fato acontecido com a irmã dele de apenas 4 anos. Um fato extremamente complexo e violento que envolveu sua irmã e foi a causa de ele ter cometido um ato de justiça com as próprias mãos, que o levou ao cárcere e lhe causou ainda mais sofrimento. Uma experiência dolorosa que ele dificilmente esquecerá.

O tempo na prisão foi muito difícil e ruim. Ele se envolveu em uma rebelião no presídio, ficou preso em uma cela por uma noite no pau de arara, carregava muito ódio dentro de si e agia como *bicho*. Era assim que Lutador se sentia, um bicho. Segundo ele, os mestres contam que *todo mundo tem dois leões dentro de si, e aquele leão que for mais alimentado é o que vai crescer e dominar o outro*. No Projeto Social, Lutador alimenta o leão bom que tem dentro dele, e se ocupa fortalecendo outras pessoas que estão em situação parecida com a que ele já enfrentou. Envolve-se na rotina dos “alunos”, que é bem movimentada, ajudando-os a limpar toda a casa, separar todo material de doação que chega, fazer o almoço, auxiliar nas atividades voltadas para a rua e nas ações da Igreja de que precisam participar. Além disso, contribui dando aulas de MMA para os usuários que estão na casa, auxiliando-os a gastar energia e diminuir o estresse.

Lutador não gosta de sair à noite. Disse ter medo do desconhecido (ou do conhecido, tendo em vista que esteve em situação de rua na área do Aquidabã e, portanto, sabe bem o que acontece nas ruas após o pôr do sol). Comparou a noite com o mergulhar no fundo do mar, que guarda o desconhecido e imprevisível. *Você gosta de mergulhar?* ele me perguntou. *A noite para mim é igual a mergulhar, o fundo do mar é um desconhecido*. Ele prefere ficar em casa, durante o dia se dedica a projetos, treina os usuários do Projeto Social às terças-feiras, participa do corte de cabelos nas sextas-feiras e trabalha com o Barbeiro na barbearia.

A relevância das ações do Projeto Social é reconhecida, tanto pela comunidade do entorno – presenciei uma vendedora doar um valor para somar na compra do pão, Esse Menino (do ferro-velho) também doa qualquer coisa que chegue por lá e ainda esteja em bom estado – quanto pelos usuários, ao ponto de entenderem que precisam fortalecer para garantir a continuidade. Nesse sentido, ao terminar o corte de cabelo, um rapaz deixou uma doação

(depois soube do valor, três reais) após insistir muito. Inicialmente o Pastor não queria aceitar, mas o doador fez questão e disse: *eu sempre doo, o senhor está esquecido?* Enfim, o Pastor colocou o valor dentro da mochila onde estavam guardados alguns dos materiais. Ele saiu satisfeito e pareceu com autoestima elevada, animado por ter tido um momento de cuidado, e de tanta segurança que chegou até a dormir enquanto cortava o cabelo e fazia a barba.

4.2 O pequeno comércio: Mestre e seu carro de lanche

O ferro-velho, o local de observação onde tenho permanecido com mais frequência e maior tempo, tem dois portões, um grande de cor azul e outro menor, que se assemelha à entrada de uma garagem. Nesse tópico, apresentarei uma área dentro do espaço maior do ferro-velho, que se localiza no segundo portão, onde tem um cômodo coberto e em cuja frente fica situado um carro de lanche.

O carro de lanche de Mestre (nome fictício) é a mercearia da *maloca*. É o lugar no qual eles encontram os produtos e serviços necessários à vida cotidiana no espaço da rua. O carro é montado em cima de uma prancha de metal com rodas, fechado em três das quatro laterais e no fundo, ficando uma lateral aberta em que são acomodadas outras estruturas para permitir acondicionar os equipamentos e os produtos comercializados diariamente. O carro de Mestre tem estado na frente do ferro-velho há dois anos, exatamente o tempo da pandemia de Covid-19.

Na parte de cima do carro tem uma prateleira (suporte de micro-ondas) onde é colocada uma vitrine. Nela são expostos salgadinhos, bolo, pão misto, hambúrguer e mais o que estiver disponível no dia. Diariamente são duas opções de lanche, que o vendedor traz pronto de casa. Caso precise aquecer, ele o faz em uma chapa que fica guardada dentro do carro.

Abaixo da prateleira tem uma espécie de balcão, lugar das garrafas de café, com leite e sem leite. As medidas do café – que ele oferta de forma gratuita em alguns momentos pontuais, como presenciei algumas vezes – são duas, a média e o menorzinho. Por dia ele gasta um pacote de café para fazer cinco litros, e mais um litro de leite, além de alguns vasos com produtos de bomboniere.

Embaixo do balcão fica uma caixa de isopor, que me pareceu ser ilustrativa, pois a água, suco industrializado (em algumas ocasiões suco de fruta) e a cerveja comercializada por ele ficam acondicionados em uma geladeira dentro do cômodo no ferro-velho. Mais para dentro do carrinho ficam outros produtos mais vendidos e de embalagem menor, como as garrafas de

bombinha (aguardente de baixa qualidade em embalagem plástica de formato bojudado, com 500ml de produto), cigarros e uma caixa de isopor menor onde ficam geladinhos.

Mestre vende produtos que comumente ambulantes de ponto de ônibus comercializam: cigarro, cerveja, café, bebida alcoólica, doces e chicletes. Em algum momento colocou almoço (“quentinha”) *mas não deu certo, estava perdendo*. A venda foi descontinuada por conta do público; quem consome no carro de lanche dele não compra o almoço. E os clientes são a bússola de todo comércio, ditam o quê e como vai vender.

As mercadorias são adquiridas na feira de São Joaquim, local onde o preço é melhor. As compras são feitas de acordo com o dinheiro que entra e o status do estoque da mercadoria. *Às vezes vou uma vez na semana, se o dinheiro tiver curto vou duas vezes*. Os itens que mais vendem são a bebida alcoólica (especificamente cachaça), o café e o cigarro, e a reposição do estoque das outras mercadorias depende do seu ritmo de venda. A cachaça é um pacote com 12 garrafas de 500ml e o cigarro é o pacote com 10 carteiras (maços), produtos que ele fraciona de modo a atender à realidade econômica de seus clientes.

Em que pese o carro de lanche ficar em frente a um ponto de ônibus com um intenso movimento de pessoas que transitam pelo território, e ser local que dá acesso a ruas de bairros adjacentes, a maioria dos clientes de Mestre são, sobretudo, os usuários do espaço. *Quem compra mais na minha mão são eles*. Isso é fator decisivo na hora de optar pelo fracionamento diferenciado e precificação das mercadorias, assim como da qualidade dos produtos comercializados.

Os lanches, sucos de frutas e geladinho são confeccionados pela esposa de Mestre; o café, por ele; cachaças e cigarros são industrializados, mas as marcas do cigarro são sempre importadas – *só vendo cigarro importado* – ele sublinha, e a cachaça é de uma marca que as pessoas gostam (Gostosa). Inclusive, presenciei um cliente exigindo ver o rótulo, para atestar a veracidade da informação dada por Mestre, no tocante à marca da cachaça comercializada.

A quantidade da porção varia de acordo com o valor do dinheiro do cliente. O cigarro pode ser a unidade, metade da carteira ou a carteira inteira, com o preço variando entre cinquenta centavos (R\$ 0,50), dois reais e cinquenta centavos (R\$ 2,50) e cinco reais (R\$ 5,00). A cachaça é ainda mais fracionada; a garrafa *bojudinha* contém 500ml; a dose pode custar um real (R\$ 1,00) e a metade (a “*meiota*”) da garrafa dois reais e cinquenta centavos (R\$ 2,50). As doses vendidas são acondicionadas em garrafas de água e refrigerante reutilizadas, ou o cliente traz seu vasilhame reaproveitado de uma vez anterior. Em uma situação, Mestre solicitou ao cliente: *traga a vasilha*.

Mestre é um homem de cinquenta e nove anos, alto, casado, cabelos brancos curtos e barba curta branca. Usa sempre um chapéu, bermuda, camiseta e chinelo nos pés. Tem boa saúde e segura uma rotina bastante intensa para garantir o sustento da família, tendo como fonte de renda principalmente o carro que vende lanches e outros gêneros alimentícios na frente do ferro-velho no Pela Porco. Ele não é natural de Salvador, veio do interior do estado da Bahia ainda muito jovem, em 1974, e desde então transita pelo bairro, que tem sido seu lugar de residência e em muitas etapas da vida também seu local de trabalho. Principalmente na adolescência e juventude, quando ele ainda não tinha uma formação profissional e prestava serviços na feira ou, no mesmo local, colocava barraca para vender os mais variados produtos.

Mais adiante, Mestre fez curso de garçom e cozinheiro pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), atuando em vários estabelecimentos, na maioria deles como garçom. Segundo ele, ganhava mais nessa função, uma vez que além do salário tinha as gorjetas dos clientes e um sistema de pontuação que para o garçom é até 10 e para o cozinheiro 7, traduzindo-se de alguma forma no valor do salário. Mestre trabalhou com muita coisa na vida e em muitos lugares, dentre os quais em um dos maiores hotéis da cidade à época, o Othon Palace. Ele gosta de lidar com público e cozinhar. Na época que trabalhava na hotelaria, até treinou uma equipe para atuar na implementação de um hotel em uma praia do litoral baiano (Cabuçu).

Após alguns anos trabalhando em hotéis, Mestre conseguiu abrir seu primeiro restaurante em um bairro para os lados do Cabula. Depois, outro no bairro da Santa Rita. Por fim, alugou um ponto no Pela Porco, onde hoje funciona a loja Brunaldo, para estabelecer outro restaurante. Tudo transcorria bem com o funcionamento, até o território do Pela Porco passar por um processo de requalificação, no ano de 2019.

O município implementou um projeto de requalificação naquela área da cidade, implantando pista de corrida, ciclovia, jardinagem e tamponamento de etapas do rio que corta o centro da avenida. Na ocasião, a organização do território foi totalmente modificada, pois no canteiro central, além de caminhões que ofereciam frete, precisaram deslocar-se para outro espaço da cidade (a Rótula do Abacaxi). Também havia barracos dos usuários, que foram derrubados.

Em consequência, Mestre amargou o prejuízo do esvaziamento do movimento de clientes em seu restaurante, por conta do mau cheiro que a obra provocou, vindo do rio. Ele relatou que esse rio que divide as duas vias urbanas nasce na Barroquinha, e ainda chegou a vê-lo com águas limpas. Entretanto, há muito tempo virou um grande esgoto a céu aberto, e as máquinas o remexiam para implantar a estrutura necessária para o tamponamento. Para a

população em situação de rua sobrou a ação coercitiva do município para que esvaziassem o território. Porém, eles resistiram e se reorganizaram em outras áreas dali.

Ainda durante a realização das obras de requalificação (a obra foi entregue à população em agosto de 2020) veio a pandemia e, com ela, as medidas de isolamento que restringiram a circulação das pessoas nas ruas. Perante toda a situação exposta, o restaurante não resistiu à crise instalada desde lá e, assim como vários outros empreendimentos na cidade, Mestre precisou fechar o restaurante e devolver o ponto comercial. Para não ficar sem nenhuma fonte de renda e ter seu sustento inviabilizado, investiu mil e quatrocentos reais (R\$ 1.400,00) para confeccionar o carro de lanche com o qual trabalha hoje, e não tem despesas com aluguel nem contas de energia e água. Até o presente momento, não conseguiu regularização com a prefeitura, e seus custos diminuíram muito em relação ao restaurante. Segundo ele, o que não pode é parar, *o importante é não baixar a cabeça e continuar a vida.*

Embora Mestre não tenha mais patrão, tampouco horários fixos para disponibilizar algum tipo de serviço, como no caso de um restaurante, continua a ter uma rotina de trabalho bastante intensa. Acorda às 3h da manhã, faz dez litros de café (ele diz que doa mais do que vende, pois há *muita gente pedindo um cafezinho*), chega no ponto às 5h e fica até às 19h. Aos domingos, comercializa frango assado na porta de casa. Ele diz acalantar o desejo de ter uma lanchonete, trabalhar mais dois anos e ir morar no interior do estado. Lá, ele tem um terreno e pode construir uma casa para a família. No interior tem muitos parentes, tanto dele quanto da esposa, e podem ter uma vida mais tranquila. Ele ainda não é aposentado, e não sabe se conseguirá o benefício, pois quando trabalhou no hotel e churrascaria em 1986, os donos, com quem tinha um vínculo bem próximo, não recolheram o INSS e tal fato o impediu de acessar o direito à aposentadoria por tempo de serviço. No entanto, sua esposa está em vias de conseguir o benefício, algo que nutre as esperanças de conseguirem retornar para o interior.

Em razão de Mestre estar no espaço há muito tempo, conhece bem todas as pessoas que transitam por ali e qual o papel de cada um. Presenciou a formação e crescimento da *maloca*, muitas pessoas chegarem e partirem, e por conta das suas relações de trabalho e residência viu isso de vários ângulos. Atualmente, compartilha de muito perto o espaço com os usuários da *maloca* e tem uma convivência instável com estes.

Por conta dessa convivência, as interações entre Mestre e os *maloqueros* são constantes. Ele permanece no espaço durante muito tempo, conhece todo mundo e sabe dos limites que precisa impor para cada um, dependendo do perfil da pessoa. As mercadorias são comercializadas a todo tempo e de toda forma, sem deixar de vender, mas garantindo o recebimento do valor. Acontece de vender em confiança, para pagar depois, ou com valor a

completar, isso depende da conduta do usuário, da caminhada dele no território, no que diz respeito a honrar com a palavra empenhada quanto ao prazo para pagamento. Algumas pessoas compram para pagar ao fim do dia, após venderem o material coletado na reciclagem, ou na data de recebimento de algum benefício social. No território, o dinheiro circula com fluidez e de forma contínua, em razão da característica dos tipos de trabalho e consumo, e aqueles que cumprem com o combinado tem crédito e inspiram alguma confiança. Assim, o tratamento dispensado para as pessoas também difere de acordo com essas credenciais.

No decorrer do campo, em determinados momentos, senti a minha presença constranger as pessoas que chegavam para comprar “fiado”²⁰ ou solicitar dinheiro emprestado. Elas chegavam, colocavam uma quantidade de moedas na mão de Mestre e falavam o que desejavam adquirir bem baixinho, quase que em uma espécie de código. Algumas pessoas faziam seu pedido e eu nem conseguia escutar, apenas via Mestre pegando a mercadoria e entregando. Outras vezes, percebi essa comunicação mais contida por conta da incompletude do valor.

Por exemplo, a pessoa pedia um real de cachaça, mas só entregava noventa e cinco centavos, ou solicitava cachaça e cigarro, contudo o dinheiro não era suficiente para quitar os dois produtos. Esse movimento ocasiona a obtenção de dívidas, que serão pagas no decorrer do dia ou após o recebimento do benefício social. Outro movimento que percebi foi o de não chamar a atenção para uma dívida anterior, ao que logo Mestre alertava ao devedor sobre a soma dos valores, e este dizia “*eu tô ligado*”. No caso dos trabalhadores do ferro-velho, por vezes Esse Menino financia lanches e cachaça, valor a ser descontado deles no fim do dia, tendo em vista que estes recebem o pagamento pelo serviço prestado diariamente ao fim do turno de trabalho.

Outra questão bem marcada é a divisão do espaço. A entrada do ferro-velho é uma coisa e a frente do carro de lanche é outra. Mestre não permite que as pessoas se aglomerem na frente de seu ponto comercial, tampouco fazer tumulto. A *maloca* consome, mas tem suas especificidades no temperamento e modo de se comportar, por isso o tratamento dispensado a essas pessoas é diferenciado. Pude percebê-lo através das palavras utilizadas, do tom de voz e do olhar direto no olho (um modo de criar regras e manter a ordem).

Todos os usuários que se aproximam de Mestre para comprar são cumprimentados com um *bom dia*, pergunta-se o que a pessoa quer e despacha-se com brevidade. Apenas o tom

²⁰ Significa comprar para pagar depois, em confiança apenas na palavra de quem solicita a compra, termo muito usado nas negociações de compra e venda entre pequenos comerciantes locais.

de voz traduz cordialidade ou insatisfação, pois as palavras são quase sempre as mesmas. Se a pessoa chegar na frente do carro dele fazendo barulho, com tom de voz alto, *tumultuando* é imediatamente reprimida e convidada a se retirar. Mestre sempre justifica afirmando que se o usuário está *atribulado*, *se pique* e volte depois. A palavra *disgraça* também funciona como adjetivo a todo tempo, tanto para se referir à pessoa de forma amistosa quanto para desabonar e demonstrar insatisfação com a presença ou o comportamento.

Ainda que as interações sejam instáveis e mudem de rumo intempestivamente, a relação de Mestre com a *maloca é boa* atende às pessoas no que diz respeito aos produtos que comercializa, ao mesmo tempo que estabelece regras para a continuidade da negociação. Igualmente, presta outros serviços aos usuários do espaço, compondo e fortalecendo as relações.

Mestre tem contato com familiares dos usuários que estão ali e faz ligação para essas famílias quando essas pessoas desejam estabelecer contato com alguém de seu vínculo. Do mesmo modo, coloca seu telefone à disposição das famílias, para que elas liguem e consigam algum contato com esses usuários. Presenciei-o passando um recado a João: *sua mãe ligou aí, quer falar com você*, ao que João respondeu, *não vou falar com ela agora, estou sujo*. João é um jovem que faz uso de crack e trabalha com reciclagem, não visita a mãe com frequência, mas sempre que precisa falar utiliza o telefone e a internet de Mestre.

Por conta da assiduidade e da relação de Mestre no espaço, os serviços públicos que atuam por ali também utilizam seu contato de telefone para passar recados aos usuários. Mestre faz isso com a intenção, de algum modo, de ajudar aquelas pessoas a saírem dali e mudar de vida. Ele relata o quanto aquele espaço mudou, diz gostar dali, às vezes se aborrece, mas de maneira geral gosta, acha *divertido*. Ele se relaciona bem com os *maloqueros* do Pela Porco. Em suas palavras, *a maloca é boa, o ruim é o tráfico*. O modo como as pessoas que organizam o varejo de SPAs tratam as pessoas não é bom, são *meninos jovens, os mais velhos morreram tudo, a maloca faz o que eles querem, se acontecer qualquer coisa eles batem, isso não tá certo, eles não querem que chame a polícia pra nada, tem que chamar eles*.

O relato de Mestre demonstra como a população em situação de rua, de certa forma, também é refém do tráfico de drogas, precisando dar conta da organização e do funcionamento daquele espaço, providenciando o necessário para que as coisas funcionem de acordo com as orientações dadas por quem comanda o tráfico.

O entorno do carro de lanche é o pedaço²¹ de Mestre, ali ele faz as regras que norteiam as relações, não faz guarda de pertences para ninguém, vende fiado só para quem honra com a palavra e cumpre o combinado, nada de negociar com quem é *baratino*, ou seja, quem cria histórias e justificativas para não pagar no prazo. Inclusive, ele não vende para alguns usuários por conta de tensões suscitadas por questionar acordos que não foram cumpridos pela parte do usuário, ou ainda pela forma de se dirigir a Mestre com palavras de ofensas e causando confusão na frente do carrinho, algo que na visão de Mestre espanta outros clientes e desabona o espaço.

Mestre permanece ao lado do carrinho durante todo o dia, toma café e almoça sentado na cadeira ao lado do carrinho. Nas vezes em que precisa sair de forma bem rápida para comprar mercadoria ou resolver alguma outra questão, sua esposa fica tomando conta. Notei uma diferença na relação dela com os usuários: com ela, eles tentam burlar tanto quantidades quanto valores das mercadorias. No entanto, no retorno de Mestre a situação é reestabelecida. Observei ele ir cobrar de um usuário um valor restante de uma dose de cachaça, ao passo que chamava a atenção dela, por não lembrar o preço e não querer se indispor com o usuário, e do usuário, por tentar pagar menos aproveitando sua ausência.

4.3 Comércio: o ferro-velho e “Esse Menino”

No espaço do Pela Porco o ferro-velho tem uma centralidade. É por lá que circulam quase todos os usuários que frequentam ou vivem no entorno. Muito do dinheiro que chega às mãos dos usuários também advém de lá, pois é um local que absorve a mão de obra, da mesma forma que gera renda a partir da compra e venda de material reciclado.

Não é um ferro-velho muito grande em extensão. É composto por uma área aberta, onde ficam depositados os materiais, atrás de um grande portão azul. Em um segundo portão menor, marrom da cor da ferrugem, onde fica o carro de lanches de Mestre, há um cômodo grande coberto com telhas de zinco, similar a uma garagem, e muitos objetos: duas geladeiras, uma usada por Mestre e a outra pelos trabalhadores, um *freezer* e muitos outros materiais distribuídos pelo chão. Mais ao fundo, as paredes de bloco sem reboco e o chão de cimento grosso e irregular. O telhado tem goteiras em quase todos os lugares (estive lá em um dia de chuva).

²¹ “A noção de pedaço, por exemplo, supõe uma referência espacial, a presença regular de seus membros e um código de reconhecimento e comunicação entre eles”. (Magnani, 1996, p.13) “Quando o espaço – ou um segmento dele – assim demarcado torna-se ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações, recebia o nome de ‘pedaço’”. (Magnani, 2002, p. 21)

É uma estrutura que carece de manutenção de diversas ordens. Atrás desse cômodo tem outra construção de dois andares, onde funciona um escritório do proprietário. Não tive acesso a esse espaço, mas me parece mais bem estruturado – ao menos melhor conservado. As paredes do lado de fora estão rebocadas e pintadas. Essa divisão do espaço se dá por serem dois imóveis diferentes. A área aberta sempre foi um terreno, a área coberta era um restaurante e a proprietária aluga para o ferro-velho.

Quem fundou o ferro-velho foi o pai do proprietário atual, aqui denominado de Esse Menino. Hoje, o fundador tem mais de 60 anos e está aposentado morando junto com sua companheira em um sítio, indo de vez em quando ao ferro-velho para visitar. O genitor de Esse Menino sempre foi comerciante, tinha um restaurante, nada a ver com ferro-velho, mas em um momento de crise financeira, por volta do ano de 1995, um amigo falou sobre esse tipo de negócio e indicou um local no Pela Porco onde ele poderia colocar um ferro-velho. Um negócio pequeno, no qual ele só trabalhava com alumínio, em um espaço onde hoje é o hotel Guadalajara (no mesmo lado da rua). Nessa época, Esse Menino, ainda criança com 11 anos, já o acompanhava no trabalho.

Mais à frente, em 1997, ele visualizou o terreno onde hoje está o ferro-velho, maior que o espaço onde ele trabalhava, uma área já ocupada por pessoas em situação de rua. Esse Menino não soube contar como foi o processo de ocupar o terreno que já tinha barracos com pessoas morando. Com base nessa informação, podemos deduzir que as pessoas em situação de rua estão presentes no Pela Porco desde a década de 1990, em menor quantidade, e o território ainda não se configurava como uma cena de uso intenso de substâncias psicoativas. A mudança possibilitou uma ampliação do negócio, tanto em volume quanto em variedade de material, pois até aquela data o ferro-velho só trabalhava com alumínio.

No presente, pude contar pelo menos nove tipos diferentes de material comercializados no local. O ferro-velho hoje é administrado por um dos filhos (que aqui denominei de Esse Menino, nome fictício) do fundador. Antes de Esse Menino, o ferro-velho ficou sob a gerência de seu irmão mais velho, que ainda hoje trabalha no ramo, em um ferro-velho menor em outro bairro de Salvador e comercializa apenas alumínio.

O ferro-velho do Pela Porco é regularizado, tem documentação para funcionar, mas só compra o material, não tendo nenhum tipo de máquina para processar. Esse Menino diz estar pensando em modificar esse cenário, investir em uma máquina para prensar o material. Com isso, ele conseguirá diminuir a quantidade de atravessadores e ganhar mais.

O valor dos materiais é bem distinto. Varia desde o papelão, que é comprado por vinte centavos (R\$ 0,20) o quilo, até o cobre, comprado por vinte e cinco reais (R\$ 25,00) o quilo. O

ferro-velho negocia com quase tudo que possa reciclar: plástico, lata de alumínio, cobre, garrafa pet (um tipo de plástico), garrafa de vidro, papel branco, ferro, revistas e livros usados. Cada produto é comprado e vendido por um valor. Os preços costumam oscilar para mais ou para menos. Para saber por quanto vai comprar, Esse Menino sempre consulta o valor da empresa para quem ele vai vender, e ela o avisa com dois ou três dias de antecedência sobre a mudança nos preços. Segundo Esse Menino, o preço, principalmente do alumínio, varia de acordo com o dólar.

A carteira de clientes do ferro-velho é quase totalmente formada pelos usuários do espaço, em geral pessoas em situação de rua do entorno, salvo por um condomínio que junta material e pede para Esse Menino ir pegar, e algumas pessoas mais organizadas socialmente, sobretudo donas de casa que juntam material em suas residências e vendem para complementar a renda: *já é o dinheiro do pão*.

Esta especificidade da clientela do ferro-velho permite que Esse Menino tenha interações intensas com os usuários. A localização do empreendimento também é outro fator que facilita essas relações – o ferro-velho fica ao lado da casa de uso. A temporalidade da conexão com o território é longa, pois Esse Menino tinha 11 anos de idade quando chegou ao Pela Porco, e hoje tem 35 anos. Pude entender melhor essa relação a partir da presença e observação mais intensa no campo.

Da mesma maneira que seus clientes, os trabalhadores do ferro-velho, em sua maioria, são usuários do espaço (exceto por um trabalhador, primo de Esse Menino). Para tocar o ferro-velho são ao menos cinco pessoas trabalhando, número que varia de acordo com o volume de material comprado no dia anterior. Pela manhã, Esse Menino se senta na frente da balança, de onde ele acompanha o trabalho de separar e agrupar os materiais em grandes fardos, que em seguida são pesados e anotados. Dessa posição, Esse Menino também vai ditando o ritmo do trabalho, pressionando a acelerar o processo em função do caminhão que tem hora para chegar (o caminhão vem três dias na semana).

Os trabalhadores não são registrados em carteira. Sua remuneração é pelo dia trabalhado, sempre no fim de cada dia é efetuado o pagamento. A rotatividade dos trabalhadores é uma realidade constante, por conta de nem sempre as mesmas pessoas estarem disponíveis para aquele trabalho todo dia. Assim, observo o quanto os trabalhadores do ferro-velho mudam. Tem sempre uma pessoa diferente, seja nova ou regressa, com exceção de um trabalhador que está com ele há muitos anos e o rapaz que é seu primo e chegou esse ano.

Toda semana são pessoas diferentes. Além da carga de trabalho, as condições são bastante insalubres. Os trabalhadores não contam com uniformes nem equipamentos de

proteção e segurança, tampouco há adequação de equipamento de proteção individual (EPI), como luvas e botas. Em poucas circunstâncias observei o uso destes equipamentos, extremamente necessários para trabalhadores que estão a todo o tempo manuseando materiais que foram recolhidos do lixo. Em um momento o dono tocou nesse assunto, relatando que nem todos querem usar sapatos fechados.

O trabalho no ferro-velho é intenso. Precisa de muitos braços fortes, pois são fardos grandes e pesados. Lá só trabalham homens jovens. *Antes eu trabalhava com cinco pessoas, agora são três por dia, pago pra eles cinquenta reais por dia*, afirma Esse Menino, com exceção do Primo, que recebe por semana. O Primo não está em situação de rua, tem família em um bairro distante do centro, onde mora. É um jovem branco, de 18 anos, que não carrega no corpo os estigmas de usuário de drogas. Arrisco supor, portanto, que ou ele não faz uso de drogas ou, se o faz, não é um uso intenso, problemático. Ele exerce um papel de confiança no ferro-velho, pesando e precificando o material que chega, portando algum dinheiro trocado para seguir com a compra de material na ausência de Esse Menino, e toma conta do carro de Mestre quando este precisa sair.

Esse Menino é um homem adulto, que desde os 11 anos de idade tem contato com o ferro-velho e o Pela Porco. Não é casado e não tem filhos, estudou até completar o nível médio, não tem uma profissão de formação e sempre trabalhou com seu pai no ferro-velho. Em algum momento tentou fazer outra coisa, foi supervisor de vendas na AMBEV durante três anos, mas ele não gostou, *não deu certo*. Daí ele retornou ao ferro-velho onde está até hoje. A família dele é de um bairro longe do centro, já na saída de Salvador, onde ele mora atualmente.

Depois da experiência como supervisor na empresa de bebidas, Esse Menino se dedica totalmente ao negócio do ferro-velho. Primeiro foi em um menor, em Pirajá; em seguida, em 2005, trocou com seu irmão e assumiu a gestão do ferro-velho no Pela Porco. A rotina de trabalho é intensa, ele chega no trabalho por volta de 8h da manhã e fica por lá até 19h. O estabelecimento não chega a funcionar 24h, mas vai até 3h da manhã. Nesse turno, um outro primo é quem faz funcionar. Pelo que me disse, à noite é mais movimentado que o dia, ele acompanha tudo através de uma câmera.

No mais, Esse Menino fica com toda a parte administrativa, da gestão cotidiana do negócio e da organização das atividades dos trabalhadores. Ele não tem pessoas que o auxiliem na administração do negócio, tampouco instrumentos que o ajudem a organizar: *guardo tudo na cabeça*.

O funcionamento do ferro-velho é de segunda a sábado, entre 8 e 9 horas da manhã até às 3 horas da manhã do dia seguinte. A terça-feira é o único dia que ele não atende, é o dia que

Esse Menino separa para resolver questões pessoais e do ferro-velho. É também o dia de arrumar melhor o local onde ficam depositados o material que chega. Com o funcionamento durante o dia e adentrando a madrugada, algumas tarefas precisam ser bem definidas.

O turno diurno é para separar e pesar tudo o que foi comprado à noite. Ao mesmo tempo, acondiciona por categoria de material em grandes sacolas, que em seguida são transportadas por caminhão até a empresa onde o material é prensado. Daí é novamente vendido para a empresa que beneficia o material, esta última fora da Bahia. O caminho do material reciclado é bem longo, desde a coleta na rua até o beneficiamento passa por várias etapas e variadas empresas. As pessoas que chegam com o produto geralmente trazem separado por categoria, elas já sabem que cada produto é um valor e alguns materiais são testados, com o recurso de um ímã bem grande. Vi algumas vezes isso acontecer, principalmente para diferenciar alumínio de ferro e de plástico.

Outras classificações são acrescentadas ao material, tipo *pet suja*, quando as garrafas chegam ainda com resto de produto dentro e acabam pesando mais, *balde* identificando um tipo de plástico diferente da garrafa pet e de outros formatos, o preço também é diferente. Os equipamentos necessários ao trabalho são basicamente a balança, um caderno onde Esse Menino anota a quantidade de tudo que entra e os braços dos trabalhadores.

Fora isso, notei câmeras de segurança no local. Perguntei se eles já foram assaltados, ele contou que apenas uma vez e que pensa ter sido *armação de um segurança*, relatando que “*antes a gente pagava um segurança pra ficar aqui de noite*. Aproveitei para perguntar se ali é tranquilo e se o comércio costuma ser assaltado com frequência; ele me diz que não, *aqui é tranquilo, não tem assalto*, então deduzo que as câmeras são um mecanismo de controle do negócio quando ele não está no estabelecimento. Entendi que as câmeras ajudam o proprietário a estar ciente do que acontece em sua ausência, visto que o movimento é intenso e situações inusitadas acontecem, como as pessoas pegarem de volta o material que venderam e pelo qual receberam, e irem vender em outro ferro-velho. São muitas informações e nuances, é preciso ser muito sagaz.

Outra característica do negócio é a relação muito próxima com o dinheiro. É imprescindível estar portando dinheiro em espécie o tempo todo, pois a compra do material depende de tê-lo em mãos, dentre outras demandas peculiares ao território. Os usuários solicitam dinheiro para Esse Menino a todo o momento, por várias razões, e ficam devendo centavos sempre que Esse Menino não tem o valor exato para pagar. Assim, é preciso muita atenção para não quebrar, precisa lembrar quem pegou algum valor adiantado, quanto pegou e

descontar do valor a ser pago pela mercadoria coletada, além de quem pegou emprestado e o dia combinado do pagamento.

Da mesma forma, é necessário ter atenção aos valores emprestados a juros, que é pago quando as pessoas recebem o benefício social ou conseguem recursos a partir de outras fontes. São várias as formas de movimentação financeira, mas por ali o dinheiro gira em torno da cena de uso. Além das substâncias ilícitas, adquiridas junto ao varejo local, tem as substâncias lícitas, como cachaça, cigarros e lanches, vendidos no carro de Mestre e em outros estabelecimentos do território. Ademais, há os quartos alugados no hotel para diversos fins. Em suma, um ciclo de trabalho que faz circular certa quantia em valor monetário, mas de forma pulverizada. O Pastor relatou haver indivíduos que por mês ganham mais que eu, trabalhadora com carteira assinada.

Algumas pessoas pedem dinheiro adiantado *para ir trabalhar*, ou seja, sentem necessidade de fazer uso do crack antes de começar o trabalho de reciclagem. Acredito que o uso ajuda a suportar a dor de um trabalho extremamente exaustivo, além do peso, da insalubridade de remexer no lixo sem nenhum EPI, a questão das longas distâncias percorridas a pé, muitas vezes com um chinelo em péssimas condições.

O dinheiro é algo imprescindível. Em torno dele tudo se movimenta. Perguntei a Esse Menino qual o maior desafio de trabalhar ali. Ele não entendeu bem a pergunta e eu tentei traduzir como dificuldade, ao que ele prontamente me respondeu que era o dinheiro: “precisa ter dinheiro o tempo todo” e frequentemente chegam pessoas solicitando uma moeda, *é o dia todo assim, nesse movimento*. Precisa ter dinheiro para comprar a mercadoria, que é paga à vista e revendida a prazo, e há o dinheiro que as pessoas pedem adiantado – não só as pessoas que fazem coleta, mas também os trabalhadores do ferro-velho, que pegam adiantado para fazer uso e comer, *às vezes ficam devendo para o dia seguinte*. O uso ao qual me refiro não se limita ao crack, se estende a álcool e cigarros, que são as substâncias mais utilizadas naquele espaço. Aqui se aplica bem um ditado popular que diz: *dinheiro faz dinheiro*.

O dinheiro precisa circular diariamente, a todo momento. O público que frequenta o ferro-velho não está habituado a receber pagamento por mês – inclusive, Esse Menino falou sobre uma cooperativa que funciona ali bem próximo, na Sete Portas, e para a qual as pessoas não vendem nem se associam pelo fato de o pagamento ser mensal. Em geral, elas fazem o trabalho e esperam terminar para receber o valor. Esse Menino relata que *todo o dinheiro é para usar droga*. Tendo em vista que o uso se dá em vários momentos do dia, deduzo ser esta a motivação para as pessoas fazerem várias viagens coletando material durante o dia. O dinheiro

naquele ambiente é algo extremamente dinâmico, qualquer valor tem um potencial de compra e de troca. Isso vale para o dinheiro propriamente dito e para objetos diversos.

Sobre a fonte de renda, a coleta de material reciclável é uma delas, mas não é a única. Algumas pessoas, além de coletar, desempenham outras funções remuneradas. À tarde e à noite é quando tem o maior volume de pessoas reciclando. Elas costumam sair para percorrer a cidade em busca do material, e acabam indo e voltando várias vezes durante o turno de trabalho. Essas pessoas costumam ter jornadas laborais muito longas, pois trabalham quase todos os dias da semana e por mais de doze horas diárias. O próprio Esse Menino no ferro-velho tem uma jornada de quase doze horas de trabalho diárias, e as pessoas que trabalham para ele também. Algumas exercem suas atividades laborais no ferro-velho das 9h às 17h, e depois disso vão para a rua coletar material, que trazem para vender no mesmo ferro-velho em que trabalharam durante o dia. Em um momento Esse Menino relatou que olha as câmeras e sabe até que horas o ferro-velho funcionou:

Diamante recicla até 3h da manhã, eu vi nas câmeras, por isso que ele não consegue acordar cedo para o trabalho, já falei com meu primo que só atendesse ele até 1h, mas ele já me disse que se não atender ele aqui, irá vender em outro lugar, no ferro-velho do São Miguel. Este é o caso de um dos trabalhadores do ferro-velho, mas não é o único. (Trecho do diário de campo)

Diante do exposto, é possível notar sobreposição de relações e interações no espaço. Os usuários são trabalhadores e clientes, ao mesmo tempo que Esse Menino também é patrão e comerciante do material. Isso causa uma relação de proximidade e interação intensa e contínua. Como toda relação, tem pontos de rupturas e continuidades.

Além das relações econômicas, o ferro-velho é um ponto de apoio para os usuários. Eles têm na figura do dono uma espécie de *pai* (e assim muitos o chamam). Tal como em uma relação de pai e filho, há os momentos de descontração, mas também de tensão, de repressão e castigo. É com Esse Menino que muitos usuários buscam um momento de conversa para falar de si e de suas questões: *vou fazer um curso de psicólogo só pra ouvir vocês*, ele brinca. Uma escuta diferente da que os serviços ofertam, pois Esse Menino sabe da “verdade” deles, sobre o uso da substância, das histórias de família, das dificuldades em voltar para casa, de não ter documentos, do dinheiro que é mesmo para o uso. Para ele as pessoas não negam que usam de forma constante e do reflexo disso em suas vidas.

Em alguns momentos, Esse Menino também demonstra cansaço em ouvir as pessoas, falando quase sempre da mesma coisa, a *droga*. São muitos anos na lida com essas pessoas.

Tem dia que não estou com paciência para ouvir a mesma história, já conheço de todos daqui, e até algumas famílias. Já teve gente que morreu e a família veio buscar os documentos comigo, pois precisava enterrar e a pessoa não tinha nada, só o que estava comigo e eu devolvi para a família. Às vezes perco a paciência e digo a eles que vou embora, botar alguém pra ficar aqui no meu lugar, vou estudar, eles ficam doidos, dizem que sem mim não tem graça que eles vão para outro lugar (Trecho do diário de campo).

Mesmo com todas as questões inerentes ao trabalho e ao público de seu negócio, Esse Menino gosta da dinâmica do ferro-velho. Porém, relata o quanto a rotina é cansativa pela natureza do trabalho e pelo trato com as pessoas constantemente em uso de substâncias, sobretudo crack e álcool. *Eles só falam nisso o dia todo, o clima aqui é muito pesado, eles xingam e falam de droga o dia todo, é cansativo.*

Esse Menino é uma figura central, uma referência no espaço. Ele consegue construir relações e interagir com os usuários, que de certa forma contribuem para a manutenção do seu negócio, ao mesmo tempo que disponibiliza um tipo de cuidado, quando se dispõe a guardar documentos (a situação de rua facilita a perda e roubo de documentos e outros pertences), contatar familiares, ou mesmo quando é procurado pelas pessoas enquanto possibilidade de resolver questões do cotidiano que envolvam, principalmente, recursos financeiros e escutas.

Também é procurado por familiares na busca de notícias sobre usuários que costumavam ficar por ali. Certa ocasião, uma família o procurou para saber se ele havia guardado o documento de um usuário que havia falecido sem portar documentos, e a família não sabia como fazer para conseguir identificar e sepultar o corpo. Em uma relação recíproca, também recorre a alguns usuários quando precisa de algum serviço específico, como trocar dinheiro ou comprar coisas em estabelecimentos vizinhos. A todo tempo tem usuários procurando por Esse Menino, seja para visitá-lo, caso de usuários que estão abrigados em Unidades de Acolhimento Institucional (UAI) ou que alugaram casas em outros espaços, seja para buscar documentos que deixaram com ele em outro momento, para se queixar de outros usuários ou ainda relatar eventos que tenham acontecidos em sua ausência. Se alguém passar mal e precisar de atendimento médico, é ele quem chama o SAMU. Os serviços também o procuram para saber de usuários, seja porque há muito não são vistos no espaço, seja porque estão doentes e precisam de mais atenção com a saúde, ou para deixar recado sobre assuntos diversos. Esse Menino é presença marcante no espaço que denota movimento e resolução das questões. Alguns usuários chegam a dizer que só ele dá solução e consegue trabalhar junto com eles.

Há no dono do ferro-velho um sentimento de pertencimento àquele espaço. Sua figura também contribui para que o ambiente se organize daquele modo. Pergunto a Esse Menino

como é a relação dele com a *maloca*, ele responde: *atribulada, mas é boa*. Como assim atribulada? Ele repetiu: *atribulada, isso que você está vendo, acho que é por conta da droga, aqui é só isso o tempo todo, a galera só fala em droga*. Entendo que uma relação atribulada se dá nos conflitos provenientes de uma resposta negativa a um pedido de dinheiro, mas também na busca das pessoas por escuta ou da negativa à solicitação de algum serviço.

Apesar disso, ao perguntar se gosta do Pela Porco, ele diz: *sim, gosto de tudo, é agonia, mas gosto da maloca e do trabalho, já estou aqui há muito tempo, fico mais aqui do que em casa*. Tem algumas figuras que estão por ali há muito tempo, o acompanharam crescer. Outras, no entanto, desapareceram. Ele citou o nome de algumas e refletiu: *mas as pessoas mudam, muitas desaparecem, muitos já morreram, e sempre chega gente nova*.

Assim, ele vem acompanhando o crescimento da população em situação de rua no território e do movimento em seu negócio, que estima ser de cerca de 60% após a pandemia. Esse Menino relata que sempre teve pessoas nessa condição naquele território, todavia, nada comparado à quantidade que tem hoje, com uso intenso de substâncias. Ele atribui a chegada do crack nesse espaço ao início dos anos 2000²². Mestre relembra que mais ou menos em 2005 começaram a construir barracos no canteiro central e acentuar o uso daquela substância.

Atualmente, no contexto pós pandemia, Esse Menino relata que o movimento aumentou muito. O volume de material que ele movimenta é bastante grande. Perguntei-lhe qual sua percepção desse período, quanto à quantidade do material e ao perfil das pessoas que estão coletando itens recicláveis. Ele declarou que de fato o volume aumentou, e a quantidade de pessoas coletando esse tipo de material também. Pessoas com perfis muito diferentes, que moram em casa, não usam drogas, pessoas de todas as idades, adultos, jovens, idosos, pessoas que passaram a trabalhar só com isso e juntam em casa, muita gente diversa encontrando no *lixo* a possibilidade de viver.

No Brasil temos uma taxa de desemprego de 9,3%. São 10,1 milhões de pessoas desempregadas²³, dos quais 12,7% estão no Nordeste. Na Bahia essa taxa ficou em 15,5% (IBGE, 2022), ao mesmo tempo em que a desigualdade na capital baiana aumentou no último ano (Salata; Ribeiro, 2022). Tem se tornado cada vez mais frequente o relato de pessoas que estão em situação de rua por conta do desemprego. Sem salário, não têm como pagar o aluguel,

²² Malheiros aponta a chegada do crack no Pelourinho, espaço bem próximo ao Pela Porco, na década de 1990. Ainda segundo a autora, o consumo triplicou em 1997, com a principal área de consumo sendo o Centro Histórico. (Malheiros, 2020, p.143). Freitas (2003) realiza sua pesquisa no Pela Porco em 1997 e já trata do “avanço do comércio de crack” dentro do bairro.

²³ Dados do IBGE para o terceiro trimestre de 2022 (IBGE, 2022).

tampouco sustentar a família. A rua é uma possibilidade de vida, onde podem conseguir trabalhos informais, além de coletar insumos necessários à sobrevivência.

Retomando a questão do dinheiro, uma motivação para as pessoas “optarem” por recolher material de reciclagem é a rotatividade financeira. Dinheiro *fácil*, com acesso a toda hora, diariamente, basta que ela saia para a coleta. Tem um usuário que anda durante quase todo o dia indo e vindo (segundo o interlocutor, ele prefere fazer dessa forma, por conta do cansaço). E o lugar onde as pessoas coletam para vender no Pela Porco é “toda a cidade”.

Outro motivo para o aumento do movimento é a localização geográfica do estabelecimento. O local fica na rota de passagem das pessoas que andam em vários espaços da cidade. Com o acréscimo no movimento, Esse Menino estabeleceu um dia de organização do espaço, no qual não compra material das pessoas. Diferente dos outros dias, ele mantém o portão fechado e as pessoas dentro trabalhando. Mesmo sabendo que na terça-feira não há compra de material, as pessoas que coletam batem à porta do ferro-velho (durante a observação, notei apenas pessoas em situação de rua nesse movimento de insistir para vender mesmo sabendo que está “fechado”). Elas precisam vender e pegar o dinheiro.

Presenciei a negativa em parte para alguns usuários, estes insistiram em pesar o material e aceitaram receber mais tarde. Apesar disso, ficaram na frente do estabelecimento insistindo para receber o dinheiro. Esse Menino, por sua vez, deu o valor referente ao material – cinco reais – mas não cedeu à nova pressão de comprar de outras pessoas. Os “vendedores” utilizam das mais variadas estratégias para vender seu material, um usuário – homem, negro, adulto – se manteve sentado na frente do ferro-velho, em um momento chorou, tentando comover Esse Menino a comprar o material dele, algo que não se concretizou. Logo em seguida chegou outro usuário, relatando ter ido visitar o filho que sofreu acidente (bateu a moto de frente, depois soube que veio a óbito) e estava no hospital entubado. Contou que o filho estava em estado grave, ao mesmo tempo reclamou do fato de o ferro-velho estar fechado e ele precisar vender o material e acessar dinheiro. Para ele, Esse Menino disse sim, *vá lá e volte mais tarde*, o que significa dizer para ele ir coletar e retornar para vender.

Outra nuance do tipo do negócio diz respeito à procedência do material que aparece para a compra. Isso exige domínio do mercado em que atua, no que tange a identificar as especificidades das mercadorias. No Pela Porco, na negociação com ferro-velho Esse Menino já está há muitos anos, conhece todas as pessoas do território e aprendeu na vivência a lidar com várias situações – como, por exemplo, não cair na armadilha de comprar produto *bom*, rentável, mas fruto de ilícito, algo que o faria ter problemas com a polícia. Quando perguntei como ele lida com isso e como identifica que um material é ilícito, ele responde: *é a vivência*,

a gente sabe, veja que ele chegou aqui com 6kg de cobre, quem arruma seis quilos de cobre assim reciclando? Só pode ser de meio errado, eu não pego, digo logo que não pego. Eu insisti no assunto e citei o caso do metrô, ele insistiu:

eu não pego, vieram aqui me oferecer, eu não quis, o cara insistiu, logo vi que era do metrô, não deu outra, o ferro-velho de Pernambués comprou e a polícia bateu lá, o dinheiro que ele ia ganhar era bom, mas agora vai gastar dez mil reais de advogado e a cara ainda apareceu na televisão, não vale a pena (Trecho do diário de campo).

Uma questão que Esse Menino trouxe em uma de nossas conversas é a justificativa do senso comum para a permanência da população em situação de rua e usuários de drogas em determinado espaço. Em geral, pensam equivocadamente que as pessoas em situação de rua estão ocupando determinado espaço por conta deste ou daquele serviço, ou de ações da sociedade civil, como distribuição de quentinhas, por exemplo.

O ferro-velho sofreu com denúncias dos vizinhos do entorno, que é composto tanto por uma rua lateral com casas populares quanto por condomínios de classe média. Certa vez ligaram na prefeitura solicitando a interdição e posterior retirada do ferro-velho do local, justificando que a população em situação de rua só estava ali por conta da existência do ferro-velho. Tal afirmação Esse Menino ouviu de um fiscal da prefeitura que foi visitar o estabelecimento para verificar as denúncias.

Depois de algumas queixas dos vizinhos e fiscalizações da prefeitura, houve uma ocasião em que de fato o ferro-velho foi interditado e precisou fechar durante quinze dias. Isso deixou os usuários revoltados, pois ali é uma possibilidade de trabalho para eles, tanto dentro do espaço quanto vendendo para ele o material que coletam pela cidade. Nessa circunstância, houve protestos por parte dos usuários em relação aos moradores do entorno, que Esse Menino precisou mediar pedindo calma e sinalizando a resolução breve da situação.

Isso também acontece em relação aos serviços que atuam no território. O Programa Corra pro Abraço mantinha um equipamento no Pela Porco. Nele as pessoas podiam tomar banho, fazer uso do sanitário, ter acesso a insumos de higiene pessoal e redução de danos, bem como serem atendidas por uma equipe multidisciplinar que contava com assistente social, redutor de danos e psicólogo. Os vizinhos fizeram várias denúncias na prefeitura e chegaram a chamar uma equipe de televisão para colocar na mídia sustentando uma narrativa de que o Programa colabora para que as pessoas estivessem ali em situação de rua. Segundo Esse Menino, é recorrente a vizinhança construir recursos no sentido de retirar as pessoas daquele espaço. Durante a copa do mundo circulou uma informação – cuja fonte ele não soube dizer –

de que a prefeitura iria retirar todas as pessoas dali, ia colocar todo mundo em um ônibus e deixar em algum lugar, que ninguém dizia ao certo onde era. Mas o fato é que os usuários resistem, não só no Pela Porco quanto em outras cenas da cidade de Salvador.

No entanto, enquanto pesquisadora e trabalhadora de um serviço que circula por outros espaços da cidade onde ficam concentrados este grupo social, noto que essa permanência se dá menos pela filantropia praticada pelos vários atores sociais e muito mais pelas relações e interações que se formam no entorno. É essa rede que permite que as pessoas consigam trabalhar, acessar serviços públicos, uma possibilidade de sobreviver e, a partir disso, também fomentam a sobrevivência de outros, tanto de comerciantes locais – como é o caso do ferrolho, do carro de lanche, do guardador de carro, da ação de descarregar caminhões – quanto da elaboração e implementação de políticas públicas, necessárias para mitigar as desigualdades sociais historicamente construídas da qual este grupo social advém. Além do mais, percebo que esta é igualmente uma mão de obra aproveitada para vários serviços de remuneração exígua, sobretudo aqueles que outras pessoas não se submetem a executar.

4.4 O Estado: SEAS, Consultório na Rua e Corra pro Abraço

Para além dos atores descritos até aqui, também compõem a teia de relações os serviços públicos ligados ao Estado e Município, que desenvolvem trabalhos no espaço prestando serviços voltados para os usuários em situação de rua. Na esfera do município é possível contar com o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), que está na estrutura da Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer – SEMPRE, e o Consultório na Rua, que está alocado na Secretaria Municipal de Saúde dentro do Distrito Sanitário de Brotas. Além das equipes de Abordagem Social há a equipe de Ação, que atua em conjunto com a LIMPURB e a Guarda Municipal.

Dentro das ações do governo do Estado em direção a estes usuários existe o Programa Corra pro Abraço, que atua no Pela Porco desde 2017. Todas estas iniciativas são garantias de direitos conquistados pela luta do Movimento da População em Situação de Rua (Movimento Pop Rua) e estão dispostas na Política Nacional para a População em Situação de Rua, que visa a garantia de direitos e respeito à dignidade humana deste grupo social, responsabilizando e atribuindo papéis a todos os atores sociais, incluindo estados, municípios e federação, igualmente envolvendo-os no cuidado a esta população extremamente vulnerabilizada. A Política Nacional da População em Situação de Rua foi instituída a partir do decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, e

Considera população em situação de rua como um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009).

Além da Política Nacional da População em Situação de Rua, que trata especificamente da garantia de direitos para o referido público, outros serviços como o SEAS e o Centro Pop são parte na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que, por sua vez, estão dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Estas tipificações tratam também das especificidades de grupos sociais vulnerabilizados.

4.4.1 Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS)

O SEAS está na estrutura da Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE), e dentro dela estão os serviços socioassistenciais que atendem especificamente à população em situação de rua. Eles estão dentro da Diretoria de Proteção Social Especial, organizado em setores/coordenações para gerenciar Unidades de Acolhimentos (UAIs), Central de Vagas para as UAIs, Centro Pop, dentre outras Políticas Sociais para a População em Situação de Rua.

Aqui me interessa de forma mais detida o SEAS, pois há uma atuação diária no espaço do Pela Porco, e por algumas vezes acompanhei a atuação da equipe. Nas proximidades do Pela Porco tem um Centro Pop, que oferta café da manhã, banho e vagas para as UAIs. Porém, não é um serviço que aparece no relato dos usuários enquanto um suporte utilizado amplamente e com frequência.

A Abordagem Social – como o SEAS é comumente conhecido – é classificado dentro da tipificação dos serviços socioassistenciais como média complexidade, tal qual os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) e o Centro Pop. A equipe da Abordagem Social é multidisciplinar, composta por Coordenação, Psicólogos, Assistentes Sociais e Educadores Sociais, constituindo mais de setenta profissionais para atender toda a cidade de Salvador. A ação na cidade é dividida em plantões e o *território* é dividido em áreas complexas, que são as de maior incidência – como os Viadutos (a exemplo do Politeama), o Pela Porco e o largo dos Mares. Em outras áreas da cidade, as equipes são nomeadas de acordo com os bairros e a demanda provocada pela sociedade em geral.

O Pela Porco é uma área complexa tanto pela concentração de pessoas quanto por ser uma cena de uso exposta em uma área central da cidade. Por isso, a Abordagem Social vai ao espaço todos os dias. Independentemente de ser acionada, a equipe aborda os usuários e faz o acolhimento a partir da escuta, faz acompanhamentos dos usuários a outros serviços – por exemplo, emissão de documentos, inscrição ou atualização de CadÚnico – assim como acompanhamento conjunto com os serviços que atuam no *território*. A equipe disponibiliza vagas nas UAIs, o que nem sempre é aceito pelos usuários. Muitos já passaram por questões dentro destes espaços de convivência coletivo com regras e dinâmica de funcionamento nem sempre sustentados pelos usuários, para além das relações entre os próprios usuários e entre eles e a equipe. Ouvimos muitos relatos de violência dentro das Unidades, inclusive com o acionamento do guarda civil municipal, que chega de forma truculenta, frequentemente agredindo usuários e os colocando para fora destas Unidades de Acolhimento. Por todas estas questões, muitos não desejam ir para as UAIs. Alguns têm um histórico de passagem por várias delas na tentativa de receber o auxílio moradia para alugar um “quartinho”.

No Pela Porco, desde o início da reforma a Abordagem mantém uma rotina de visitas diárias. É perceptível o interesse do município em retirar aqueles usuários dali, muitas tentativas foram feitas nos últimos cinco anos. Na reforma, eram oferecidas a todo tempo vagas nas Unidades de Acolhimento para aqueles que desejassem sair; em outros casos, foi possível articular, sem a passagem pela Unidade, o recebimento do auxílio moradia. Depois da entrega da obra tivemos outra grande ação de retirada das pessoas em um processo nítido de higienização por parte do município. Esta ação, ocorrida em 2022, gerou uma mobilização por parte do Movimento Pop Rua, que acionou a Defensoria Pública do Estado (Núcleo Pop Rua). Nesse contexto, o Ministério Público “instaurou um processo administrativo para investigar a ação de limpeza”. Na ocasião, a SEMPRE envolveu toda a estrutura da secretaria e a guarda civil municipal, no intuito de retirar de forma compulsória os usuários que ficam embaixo da marquise.

Após esta ação de limpeza, além da visita da Abordagem Social, o município mantém a equipe de Ação – que também está na estrutura da SEMPRE – todos os dias tensionando os usuários para que deixem o espaço. Eles chegam acompanhados de um caminhão da limpeza urbana e, muitas vezes, da guarda municipal. A atuação consiste em constranger os usuários a entregar seus pertences, aquilo “que está sobrando”, “o lixo”, aquilo que eles não querem, para evitar acúmulo. Igualmente, obrigam os usuários a desmanchar os barracos construídos de lençóis. Todos os dias – às vezes, em dois horários diferentes – o “caminhão da Granero” passa para recolher coisas. Há vários relatos de usuários que perderam suas mochilas com medicação,

roupas e documentos por não estarem no espaço na hora da ação. Isso acontece porque qualquer coisa que “não tenha dono” ou o dono não esteja presente no momento é jogado no caminhão da Limpurb.

A equipe de Ação existe há muito tempo,

Como a Abordagem foi pensada lá nos primórdios, muitos anos, milhões de anos atrás, para atender uma demanda de gestão, limpeza, higienização, o que aconteceu? Criaram assim uma equipe de Abordagem Social, estava lá na atribuição, estava garantida por lei, mas quem deu o formato foi a gestão. (Trecho de entrevista).

A partir do relato de uma interlocutora que atua na Abordagem, o que se pode compreender é que a Abordagem Social, pelo menos em Salvador, começa sua atuação a partir do viés higienista de retirar, fazer desaparecer pessoas que a gestão pública não se orgulha de ter na cidade, sobretudo nos lugares de grande circulação. À medida que a lei nacional vai tipificando os serviços, a gestão se obriga a humanizar o atendimento que chega na ponta, embora o viés higienista não deixe de existir e a equipe de Ação ainda esteja em pleno funcionamento. Nesse cenário, manter apenas o trabalho de acolhimento não é suficiente para responder à provocação constante de outros atores sociais acerca da presença de tantos usuários em situação de rua na cena do Pela Porco, afinal a existência destas pessoas é incômoda para a gestão, que não consegue “resolver” uma questão que cresce a cada dia. *Então, assim, é um lugar de uso, é muito visível, então existe uma cobrança.*

O nosso trabalho é bom, a gente tem uma boa receptividade da galera, então a gente consegue acolhimento, a gente consegue tirar a galera para resolver documentação. Já teve situações de eu pegar assistido e combinar com a família de fazer visita para a mamãe, outro município ali, fazer a visita, a gente voltar com ele. É porque é uma pessoa idosa. Já teve situação de a gente articular e sempre, né, articulação com a rede, e junto com o consultório na rua, que é o equipamento que está mais próximo ali da região, fazer os atendimentos de saúde, fazer acertos com os assistidos, com relação ao acompanhamento de saúde. (Trecho de entrevista).

A Abordagem Social, assim como os outros serviços que atuam no espaço, se conectam e, nesse sentido, buscam envolver outros atores. O Pastor é uma das figuras que mais aparecem no relato da interlocutora, apontado pelos usuários como uma pessoa com quem eles podiam contar para um banho, café da manhã, guarda de documentos; analogamente, sempre que necessário o Pastor aciona a Abordagem para atender alguns casos.

Algo de diferente trazido por esta interlocutora é a não aproximação com o ferro-velho. A equipe coordenada por ela evitava articular com o estabelecimento por conta de uma ação da polícia em curso na cidade em direção a todos os ferros-velhos. A equipe foi buscada pela

polícia para participar na ação; o trabalho da Abordagem seria dialogar com os usuários para que se retirassem de lá. Diante da recusa da equipe em participar dessa atividade, foi pensado outro tipo de intervenção, condicionada à demanda explícita de algum usuário pela presença da Abordagem, que iria ao local apenas *depois da saída da polícia*, conforme relatou a interlocutora. Assim, percebe-se o quanto as equipes que prestam os serviços não querem sua atuação associada à polícia ou à guarda municipal. Sobre a ação da polícia contra os ferros-velhos, no Pela Porco não aconteceu, mas outros foram fechados – como na Gamboa e na Ladeira da Preguiça.

Outro ator do espaço que é um diferencial no trabalho da Abordagem é a Cesta do Povo. A equipe utiliza o supermercado para usar o banheiro e beber água, sendo também acionada pela equipe de segurança para atender, sobretudo, mulheres que aparecem no estacionamento com crianças *mangueando*. Famílias com crianças e idosos têm prioridade para acolhimento institucional.

As equipes que trabalham com usuários de drogas em situação de rua de algum modo pontuam o preconceito, a discriminação e o racismo sofrido pelos usuários – estendidos aos profissionais que lidam com eles. Em vários momentos o trabalho dos técnicos dos serviços é lidar com o racismo institucional e tensionar para que o atendimento devido seja prestado com dignidade. No posto de saúde que fica em frente à cena, os usuários não se sentem seguros para buscarem sozinhos o atendimento de saúde. Tal situação apareceu com frequência nos relatos dos interlocutores do Consultório na Rua, mas também no relato da Abordagem Social e Corra pro Abraço. Quando perguntei sobre a percepção acerca do entorno da cena com os usuários, obtive a seguinte resposta:

Uma banquinha do lado da rua na época, que a gente também tinha uma boa relação, então quando a gente procurava a saúde dos assistidos, o pessoal dava informação era tranquilo. Agora, o que eu percebi era que o pessoal do posto de saúde tinha uma certa resistência com a população em situação de rua. Você chegava, quando eles olhavam, achavam que eram pessoas em situação de rua, lá no fundo e o fato de ser no fundo me incomodava muito. Lá no fundo é a última sala do posto, parece que não tem lugar para achar a volta lá no fundo, sabe? Que era para o atendimento com o pessoal do consultório da rua. Do consultório da rua, o pessoal fica lá, lotado no posto, mas lá no fundo. E aí eles não querem atender, eles não entendem que tem que ficar no fluxo deles também, que não deixa de ser um cidadão, não deixa de ser uma pessoa, mas querem tudo direcionado para lá e tal. Então assim, a relação com o território era muito boa com os equipamentos em torno, tirando o centro pop, o Conselho do Tutelar, mas no mais era um local tranquilo. (Trecho de entrevista).

4.4.2 O Programa Corra pro Abraço

O Corra pro Abraço foi criado em 2013 enquanto projeto, na esteira das ações mobilizadas pelo evento que viria no ano seguinte, a copa do mundo de futebol de 2014. O Estado precisava pensar o que fazer com os usuários que ocupavam todo o Centro Antigo de Salvador (CAS), por onde circulariam centenas de turistas. Em 2016, o projeto se torna Programa e é ampliado para dois outros municípios, Lauro de Freitas e Feira de Santana, ao mesmo tempo em que insere novos públicos. Em 2017 se dá a implementação de núcleos para atender a juventude em quatro bairros da periferia de Salvador, com um perfil de jovens atendidos bem próximo ao que encontramos na rua, em situação de extrema vulnerabilidade e risco social.

Até 2022 o Programa estava alocado na antiga Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), tendo como objetivo a promoção da cidadania de pessoas que usam drogas, estão em situação de rua e outros contextos de vulnerabilidade social. As estratégias base eram a redução de danos físicos e sociais, a arte-educação e a educomunicação. Organizado em núcleos, o Programa desenvolve ações na rua, nas praças onde historicamente concentram-se pessoas em situação de rua, nas cenas de uso de drogas do centro da cidade de Salvador e nas audiências de custódia, este era o desenho até 2022.

Em 2023 o *Corra* – como é conhecido pelos usuários – passa por algumas mudanças, a começar pela secretaria onde está alocado dentro do governo do estado. Agora, o programa passa a estar dentro da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES), através da Superintendência de Políticas sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis (SUPRAD). Também foi ampliado, retomando Feira de Santana e chegando em Vitória da Conquista. Em Salvador, segue na atuação junto aos jovens em dois bairros que sofrem toda sorte de violências, na Vara de Audiências de Custódia (VAC), com as equipes de rua atendendo nas praças e nas cenas de uso. Neste convênio, o Programa ganha duas outras frentes: o Observatório Baiano de Políticas sobre Drogas, que vai produzir informações com base nos dados coletados pelos técnicos durante os atendimentos, e o Centro de Referência em Redução de Danos e População em Situação de Rua Maria Lúcia Pereira. Atualmente o *Corra* desenvolve ações em três cenas de uso de Salvador, dentre elas o Pela Porco, onde atua desde 2017 com uma equipe de extensão²⁴ que visita o espaço uma vez por semana e faz busca ativa dos usuários para seguir com os acompanhamentos.

²⁴ Equipe multidisciplinar formada por Redutor de Danos, Assistente Social, Psicólogo e Educador Jurídico, que faz um trabalho itinerante, elegendo um trajeto e percorrendo de acordo com a disposição das pessoas no espaço, distribuindo insumos de redução de danos como água mineral gelada, preservativos, lubrificantes, absorventes e disponibilizando atendimento psicossocial de acordo com o desejo dos sujeitos, através da escuta singularizada.

Houve um tempo em que o Programa contava com um equipamento fixo no espaço: um contêiner, denominado Unidade de Apoio na Rua (UAR), que disponibilizava para os usuários banho, água potável e gelada, kits de higiene, uso do sanitário, além da equipe multiprofissional. Este equipamento foi retirado na época da reforma e após esta, não foi permitido pelo município seu retorno.

Por ser um Programa de Redução de Danos (RD), o *Corra* pauta toda a sua metodologia de trabalho e estratégias de ação na Política de Redução de Danos, que preconiza o respeito à vida, o acesso e garantia de direitos de todos os humanos, em qualquer condição. A RD é uma “estratégia que busca diminuir as consequências negativas associadas ao uso de drogas” (Hart, 2021, p.81), constituindo “um conjunto de abordagens e políticas públicas sanitárias para reduzir as consequências negativas associadas a diversos comportamentos humanos” (Macrae *et al*, 2023, p.156). A redução de danos foi experimentada originalmente na Inglaterra, na primeira metade do século XX, com médicos que prescreviam doses de controle de drogas para aquelas pessoas que sofriam com os efeitos da abstinência. No entanto, na época, este modelo de tratamento não obteve êxito devido às características à frente de seu tempo. Não muito diferente de hoje, a abstinência ainda é vista por alguns como a única forma de cuidado e tratamento para quem faz um uso problemático de drogas.

Décadas depois, a redução de danos retornou à cena no final do século XX, com o espalhamento do HIV/AIDS. Há notícias de que um programa de troca de seringas foi implementado em 1984 na Holanda, por usuários de drogas injetáveis – uma solução dada a partir de quem sofre as consequências do problema. Aqui no Brasil, ela chega ainda na década de 1980 com o mesmo intuito de prevenir a contaminação do HIV/AIDS por usuários de substâncias injetáveis.

De lá para cá, a Redução de Danos (RD) foi bastante ampliada, saindo do viés apenas médico, sanitarista, e englobando o entendimento de que o sujeito que faz uso abusivo de drogas é formado por um todo complexo. Nessa perspectiva, vários elementos da dimensão da vida são disparadores do uso problemático; é preciso compreender também a relação que estes sujeitos desenvolvem com as substâncias. A RD, ao menos a praticada no Brasil, abrange desde uma estratégia para diminuir o uso e/ou os efeitos da substância até um acesso a bens culturais enquanto redução de danos, que são físicos e sociais.

É nesse contexto que se situa a atuação do Programa no Pela Porco. O pilar do *Corra* é a redução de danos em uma concepção alargada, que leva em conta o biopsicossocial das pessoas atendidas, entendendo que dificilmente os problemas com o uso se limitam exclusivamente à substância.

A estratégia da redução de danos é bem interessante para ações em cenas de uso, pois permite lançar mão de variadas formas de fazer. De modo geral, nestes espaços as pessoas se encontram em condições ainda mais adversas e de alta complexidade, a ponto de, em muitos casos, não conseguirem sustentar um cuidado de saúde ou saída do espaço para emissão de um documento ou inscrição para um benefício. Os serviços que atuam nestas cenas são de baixa exigência, o que significa atender o sujeito da forma como ele se apresenta e buscar estratégias para sustentar um autocuidado que lhe permita, minimamente, um bem-estar dentro daquilo que é possível no momento.

Nesse sentido, é desejável técnicos que estejam dispostos a sentar no chão ao lado do usuário, escutá-lo um dia por vez, no intuito de construir uma vinculação. Um acompanhamento cauteloso e persistente, com pactuações comedidas e dentro daquilo que é possível, respeitando o desejo do usuário, visando sempre o acesso a direitos e o entendimento de que todas as pessoas são cidadãos e sujeitos de direitos. Desta forma, o *Corra* consegue desenvolver um trabalho junto às pessoas que são cotidianamente invisibilizadas, estigmatizadas e deixadas à margem social. Embora com todas estas questões, estes sujeitos conseguem encontrar vias de vida nestes ambientes hostis.

Destarte, os usuários buscam estratégias para seguir e o trabalho das equipes tem um papel muito importante nesse processo, disponibilizando cuidado continuado para *aqueles que nem sempre se sabe como cuidar ou não se deixam cuidar*, ou, ainda, tem dificuldade em se deixar cuidar, como é o caso dos usuários de drogas e em situação de rua. Para estes é preciso investir no acompanhamento e no compartilhamento das ações, para criar uma borda que consiga alcançar e de alguma forma cercar esses sujeitos de modo também a fazê-los refletir, ainda que de forma muito precária, que mesmo com toda a fragilidade imposta pela situação de rua e o uso de drogas ele é sim ser humano e tem direitos. Durante a entrevista, uma das interlocutoras relatou o quanto era importante a diversidade dos serviços no Pela Porco – na época eram três – bem como o comprometimento dos profissionais.

O *Corra* vinha com a estratégia do curso de redução de danos, com as oficinas, o Consultório na Rua estava muito presente com as questões de saúde, o Ponto de Cidadania com a questão da higiene diária das pessoas, então eu acho que tinha uma efervescência maior de cuidado, de vinculação também, sabe, eu acho que a trajetória também dos profissionais era outra, eu acho que até a concepção de cuidado dos profissionais antigamente era outra, era mais, não sei, na minha concepção era uma coisa mais próxima do assistido, mais continuada, mais intensificada, por entender aquele território como um território de cena de uso, né, de muita vulnerabilidade, eu acho que o acompanhamento era muito mais próximo e o acompanhamento entre os serviços era muito mais articulado. (Trecho de entrevista).

Esse cuidado e acompanhamento não se dá unicamente envolvendo os serviços. Todo o entorno é parte, há uma *rede* que se configura na relação de todas as pessoas e coisas, que interagem movimentando o espaço e criando uma dinâmica particular do Pela Porco. Antes da reforma, no canteiro central havia alguns barracos, um deles se destacava tanto pela inventividade do dono²⁵ quanto pelo uso que os usuários faziam da casa. Lá funcionava como ponto de referência para os serviços e um lugar de suporte para todos os usuários que transitavam pelo Pela Porco. *Então a casa de Dedé era um espaço de uso protegido, digamos assim, tinha as pessoas ali na vala que ficavam também fazendo uso de substâncias, as pessoas dormiam ali no entorno e dentro da casa.* Era um local de descanso, os serviços deixavam lá insumos como água, preservativos e lubrificantes. Sempre encontrávamos mulheres por lá, fazendo uso, ou por vezes com algum problema de saúde e encontrando ali um cuidado e uma possibilidade de descanso. Às vezes outros usuários indicavam ao serviço que precisavam *chegar na casa de Dedé*, pois havia alguma pessoa lá doente, precisando de alguma coisa.

A casa de Dedé também era o lugar que os serviços contavam para organizar atividades com os usuários. Lembro de uma sessão de cinema que o *Corra* realizou, usando a lateral da casa para projetar a imagem e a energia para ligar os equipamentos. As pessoas sentaram-se no chão e apreciaram o filme. Com a reforma, esse barraco desapareceu, no entanto, um outro se consolidou e cumpre um pouco a função de ser um local de uso protegido. É organizado por uma mulher e não tem um fluxo de usuários tão intenso quanto tinha o de Dedé.

4.4.3 O Consultório na Rua

O Consultório na Rua é uma iniciativa de atenção à saúde de pessoas que vivem em situação de rua, expostas ao uso de substâncias psicoativas, idealizado pelo Prof. Antônio Nery Filho no ano de 1995, através do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD/UFBA). A ideia do consultório é cuidar das pessoas como elas se apresentam, respeitando o modo de vida de cada um, adotando estratégias de cuidado sempre em consonância com a subjetividade dos sujeitos. Em 2011 a estratégia foi instituída pelo Ministério da Saúde dentro da Política Nacional de Atenção Básica.

A estratégia Consultório na Rua foi instituída pela Política Nacional de Atenção Básica, em 2011, e visa ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços

²⁵ Toda semana tinha um elemento diferente, seja uma porta que mudava de lugar ou objetos de decoração reaproveitados e modificados pelo dono ou criados por ele, como uma escultura de isqueiros.

de saúde, ofertando, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde para esse grupo populacional, o qual se encontra em condições de vulnerabilidade e com os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados. Chamamos de Consultório na Rua equipes multiprofissionais que desenvolvem ações integrais de saúde frente às necessidades dessa população. Elas devem realizar suas atividades de forma itinerante e, quando necessário, desenvolver ações em parceria com as equipes das Unidades Básicas de Saúde do território. (Política Nacional de Atenção Básica, 2012, p.62).

Salvador conta com cinco equipes de Consultório na Rua – Centro Histórico, Itapagipe, Brotas, Gamboa e Itapuã – organizadas dentro dos distritos sanitários que cobrem as áreas da cidade onde se costuma ter concentração de população em situação de rua. A equipe do Consultório que atende no Pela Porco está sob a coordenação do distrito sanitário de Brotas e atua no espaço desde 2016.

Para entender de que modo um serviço de saúde, que tem sua sala de atendimento prioritariamente na rua, funciona e se conecta com outros atores, entrevistei dois trabalhadores: uma técnica que esteve na equipe desde sua formação, 2017, até o ano de 2023, e um outro técnico que entrou na reformulação da equipe durante o contexto pandêmico e permaneceu até 2023.

Percorrer o espaço por onde os usuários se concentram, para as equipes que ali atuam, é fazer o campo (assim nomeiam os interlocutores dos serviços). O trajeto é traçado todos os dias, dependendo da dinâmica e necessidade dos usuários. Uma estratégia muito relevante que acaba por delinear como vai ser a atuação do serviço e a relação dos técnicos com os usuários é o modo como estes vinculam ou não. O vínculo é o que liga os atores e ajuda a estabelecer uma relação de confiança, então a forma com que se adentra ao *campo* é bem importante.

Antes de trabalhar no consultório na rua, eu jamais ia passar ali, eu ia dar um bom dia para aquelas pessoas. Ou melhor, eu não ia nem passar por ali. Eu ia até ter medo daquelas pessoas. Então o consultório na rua me ensinou muito, talvez até a ser educada. Me ensinou a ser educada e a entender o que é um bom dia. E como esse bom dia é importante para eles. Passe em qualquer lugar de uma pessoa em vulnerabilidade, olhe para ele e dê um bom dia. (Trecho de entrevista com técnica do Consultório na Rua).

O vínculo ou a vinculação “é uma tecnologia leve de cuidado em saúde. É utilizado primariamente no sentido de algo que une, ata ou liga pessoas, apontando para interdependência, interações continuadas baseadas no afeto, confiança e respeito” (Macrae *et al*, 2023, p.172). Assim, olhar no olho e cumprimentar os usuários de forma educada e cortês é dar o primeiro passo para estabelecer o vínculo e, em seguida, um processo de cuidado.

É possível, baseada em uma relação de confiança, conhecer e compreender as várias

histórias de pessoas que se tornaram usuários abusivos de drogas e concentram todo ou quase todo o sentido de suas vidas no uso de drogas, e não em tantas outras dimensões da vida. Cada usuário na cena do Pela Porco tem uma história, que na maior parte das vezes conta uma trajetória marcada por violência, privações e violações de direitos, em alguns casos agravados ainda mais por conta do uso e das condições precárias que configuram a situação de rua.

Nessa perspectiva, as equipes não se restringem a sua função principal, seja saúde ou assistência psicossocial. A partir do vínculo, a escuta atenta é fundamental não só para identificar qual demanda o usuário traz, mas acima de tudo o que ele de fato deseja que seja priorizado. Muitas vezes não é o cuidado com uma *ferida aberta na perna*, mas sim um telefonema para um familiar, um momento de atenção, um abraço.

Então acho que o consultório na rua não é direcionado só para ver a saúde [física]. Acho que é um conjunto de coisas. Às vezes não é cuidar de uma ferida, não é dar uma medicação. É o sentar, é você ouvir. É você dar um abraço. (Trecho de entrevista).

A equipe do Consultório na Rua se diferencia dos outros serviços por conta de sua permanência no espaço. Enquanto outros serviços fazem visitas pontuais – o *Corra*, por exemplo, vai uma vez na semana e faz buscas pontuais de usuários e abordagem em alguns momentos do dia – o trabalho do Consultório na Rua se dá de segunda a sexta-feira, até 19h. A base de apoio da equipe é no posto de saúde Mário Andrea, que fica bem em frente à cena de uso. Apesar da proximidade, não é sempre que os usuários conseguem frequentar o posto de saúde e acessar plenamente o que é ofertado para toda a população. Alguns usuários não conseguem chegar no posto e são atendidos no instante do *campo*, seja por estarem fazendo um uso intenso e não desejarem sair da cena naquele momento, seja por terem vivenciado experiências de violência no posto – algo comum.

Não é raro eles passarem por experiências como a negação do atendimento para fazer um curativo ou para ser atendido por uma especialidade. Ao chegar ao posto, “se não for acompanhado por um técnico do Consultório não é atendido” ou a equipe é acionada com a justificativa de que o usuário é do Consultório e não do posto de saúde. Em um trecho de entrevista, um dos interlocutores parafraseia o que ouviu de uma pessoa funcionária: *É que chegou um usuário seu. Não é de vocês? Então não é usuário do posto. Qualquer intervenção que fosse ser feita é um curativo, que fosse semanal, mas eu só vou atender a partir do momento que estiver com vocês*. Dessa forma, fica explícito o não reconhecimento dos usuários como sujeitos de direitos que podem sim usufruir do atendimento, independente da presença da equipe

do Consultório na Rua, que é específica para atender a população em situação de rua.

Além disso, em qualquer situação no posto de saúde, no caso de usuários chegarem um pouco mais desorganizados, a equipe é convocada para fazer a mediação, sem contar os casos em que apenas o fato de uma pessoa estar com aspecto de situação de rua a fazia não ser atendida.

Então tem um usuário de vocês aí que está bagunçando na farmácia, ou a pessoa está lá sentada para fazer o curativo e passa a manhã toda sem ser atendido. Aí a gente precisava intervir com essa pessoa, né? O que foi que aconteceu aí? Paramos pra ver e a pessoa não foi atendida e não tinha nenhuma razão. (Trecho de entrevista).

Após alguns episódios de negação de atendimento, muitos usuários se negam a ir ao posto sozinhos. Para amenizar tal situação, a equipe adota a estratégia da busca ativa, ou seja, ir ao *campo* encontrar o usuário e levá-lo ao posto de saúde ou a outra demanda. Esta busca ativa é também feita por outros serviços que não necessariamente de saúde, depende do vínculo que o usuário tenha com algum técnico de qualquer serviço.

A busca ativa é uma estratégia muito importante para o acompanhamento do cuidado dos usuários. Como já dito, muitos não conseguem acessar os serviços de saúde e/ou não sustentam o tratamento de algumas infecções que são de longo prazo, como a tuberculose, HIV, sífilis, dentre outras. Estas são bastante presentes entre os usuários do Pela Porco, alguns sabem que convivem com alguma destas infecções e não tratam ou tem um histórico de interrupção no tratamento. Ainda há aqueles que só ficam sabendo ao aceitarem se submeter a uma testagem.

A negação ao tratamento também está ligada ao estigma atribuído aos portadores destas infecções e à dificuldade de tomar as medicações na rua. Algumas medicações têm efeitos como o aumento da fome, e a insegurança alimentar é fator desfavorável. De modo análogo, a ausência de um lugar para guardar as medicações é um obstáculo, tendo em vista que os Centros de Diagnóstico e Tratamento, como o CEDAP, SEMAE, CTA²⁶, dispensam a medicação para um período determinado de meses.

Para tentar, em alguma medida, garantir o tratamento daqueles que em qualquer tempo decidem por iniciar ou retomar com a medicação, as equipes, não só o Consultório, recorrem à rede, mantém uma parte dos medicamentos na sala do posto de saúde e todos os dias, de segunda a sexta-feira, buscam a pessoa para tomar o remédio ou o levam até ela, deixando outra parte em um lugar de referência. Esse lugar pode ser o ferro-velho, que funciona em horário mais

²⁶ CEDAP – Centro Estadual Especializado em Diagnóstico, Assistência e Pesquisa; SEMAE – Serviço Municipal de Assistência Especializada; CTA – Centro de Testagem e Aconselhamento Marymar Novais.

amplo que o posto de saúde, pode ser D. Maria, que faz jogo do bicho no ponto de ônibus e guarda documentos para alguns usuários, ou pode ser o dono do hotel onde aqueles que têm recursos pagam diárias.

Estas referências também noticiam para os serviços se de fato as medicações estão sendo ministradas ou não, e em qual estado o usuário se encontra, no caso daqueles que levam um tempo sem ser encontrados pelos serviços. Isso é possível porque muitos destes usuários prestam algum tipo de trabalho ou favores, mantêm relação de confiança e/ou afeto para com estes que a rede de serviços intitula de referências dentro do *campo*.

Para as equipes, o acompanhamento é uma ferramenta de cuidado de muita relevância, tendo um efeito bastante significativo na vida dos usuários. Através do acompanhamento é possível organizar várias questões, desde uma série de documentações até o cuidado com a saúde ou a retomada ou fortalecimento de um vínculo familiar. O acompanhamento, na maioria das vezes, é compartilhado dentro e entre as equipes, revezando os técnicos, para que de forma paulatina as carências sejam, de alguma forma, mitigadas.

Um caso de usuário do Pela Porco que ilustra bem o acompanhamento da equipe do Consultório é o de Bracinho. Bracinho era um usuário que tinha um fixador no braço, que certamente já estava com ele há muito tempo, não tinha mais nenhuma função e precisava ser retirado. A equipe, a partir de duas técnicas, foi fazendo um investimento no acompanhamento, que envolveu aproximação, vinculação e escuta, a partir da qual vai se construindo o caminho do cuidado. Os primeiros contatos nem sempre são fáceis e amistosos, e o “vou ali fumar um” é uma oportunidade para fugir de uma conversa com os serviços. Por isso, o tempo e a persistência são parceiros importantes.

Bracinho transitava por todo o Pela Porco, mas fazia uso em seu *escritório* (o escritório dos usuários do Pela Porco é um espaço entre a ponte e o rio que, ao longo do tempo, se tornou esgoto). Desse modo, sempre que a equipe não o encontrava na marquise, outros usuários indicavam sua presença no escritório, e da ponta da ponte a equipe o chamava: *Bracinho, estamos aqui, tá na hora*. Ao que ele respondia: *Já vou minha mãe*. E assim conseguiram fazer o percurso para retirada do fixador: primeiro um raio x, depois os exames, documentação e outros serviços, Certidão de Nascimento, RG, Cartão do SUS etc. até conseguir interná-lo para retirada do fixador.

Quando a gente chegava: “Minha mãe, vou ali no escritório”. Era embaixo [embaixo da pista, na vala do esgoto]. Aí ia fumar um. “Eu vou fumar um” e a gente vai sair. Foi uma luta. Pra levar pra fazer raio X. Até a gente internar. (Trecho de entrevista).

4.5 O Varejo local

Historicamente as drogas fazem parte da rotina da humanidade. Elas estão presentes no cuidado à saúde, no prazer, na busca por diversão e relaxamento e em rituais religiosos com as mais diversas funções, desde a cura de doenças físicas e espirituais até a elevação do espírito. As drogas “Acompanhavam a organização socioeconômica da época, eram um bem coletivo e não ocasionavam qualquer problema social. Embora úteis para a comunidade, não representavam valor econômico, isto é, as drogas agregavam somente valor de uso.” (Calvete; Souza, 2020, p. 405).

“As drogas são fonte de prazer”, mas não somente. Elas funcionam, em muitos casos, como suporte para a conservação da vida, nos momentos de dificuldade para dormir ou em condições de privação de comida. São usadas quando é preciso aguentar, além do trabalho pesado que exige força física (feitos “na força do ódio”), o frio, as dores físicas provocadas por alguma enfermidade e as dores que estão na mente e no coração. Para aguentar a pobreza extrema e a situação de rua, enfim, a droga funciona como uma pílula universal, remédio para vários males da vida.

Dessa forma, com tantas utilidades, ocupando tantos lugares na vida dos seres humanos, as drogas não ficariam de fora do capitalismo no mundo globalizado. São mercadorias que, devido ao caráter ilícito, agregam ainda mais valor econômico. Por isso, proibir o uso e o comércio não significa extinguir do mercado tampouco aplacar o consumo – de fato, as drogas seguem sendo altamente consumidas e tendo grande custo. A proibição resultou no grave problema do tráfico de drogas, que cria suas leis de mercado envolvendo desde a cadeia produtiva até o consumidor final. É um mercado em crescimento que responde pela circulação de um grande volume de dinheiro no mundo.

Segundo o relatório *Estimating Illicit Financial Flows Resulting From Drug Trafficking and Other Transnational Organized Crimes*, de 2011, o crime organizado teria gerado, em 2009, o correspondente a 1,5% do PIB mundial, sendo o narcotráfico a atividade criminal transnacional com maior rentabilidade (UNODC, 2011a). Em 2003, o mercado global de psicoativos ilegais foi estimado em 12,8 bilhões de dólares a preço de produção, em 94 bilhões de dólares a preço no atacado e em 321,6 bilhões de dólares a preço no varejo. Esse último valor corresponde a quase 1% do PIB global do mesmo ano, além de superar o PIB de 88% dos países avaliados pelo World Bank (UNODC, 2005). Essas estimativas foram calculadas a partir do trabalho desenvolvido pela United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), com base na união de informações disponibilizadas por diversos países do mundo. (Calvete; Souza, 2020, p. 417)

Os usuários do Pela Porco, assim como de outros espaços da cidade, *estão submetidos*

ao tráfico, cumprem algumas funções e têm um papel ali. Durante as entrevistas com os trabalhadores dos serviços isto apareceu de forma acentuada, mas não apenas nestes relatos. Os usuários assumem funções na guarita, fazendo favores a quem chega para comprar e não pode ou não quer adentrar a *favela*.

As questões econômicas e sociais são relevantes dentre os fatores que favorecem com que os usuários se *envolvam* com o varejo de drogas. A falta de oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, de renda, a proximidade dos contextos domiciliares com os pontos de varejo, acrescido de uma variação no consumo de drogas, são fatores comuns nas histórias de vida dos usuários.

Para a manutenção da ordem, precisam manter a organização do espaço e não podem chamar a atenção da polícia. Os usuários não podem brigar entre si, incluindo os casais; não pode ocorrer roubos nem geração de dívidas; a quantidade de coisas que ficam acumuladas também é controlada para não gerar bagunça, os barracos montados são monitorados tanto na marquise quanto atrás da feirinha do hortifrúti, e assim por diante. Em contexto semelhante, ao investigar os mercados de drogas em bairros de Salvador, Lima (2019) traz relatos sobre as regras de gestão do tráfico e dos mecanismos de poder de que lançam mão para garantir a proteção do mercado e conseqüentemente da mercadoria.

O fundamento estrutural e estruturante da setorização ou divisão funcional é a prática da governança, uma necessidade de gerir e disciplinar as condutas e controlar os riscos impostos às relações de poder e à economia da organização. Conseqüentemente, para cada função e para cada papel são estabelecidos parâmetros comportamentais e essas condutas, que engendram expectativas mútuas, são amplamente vigiadas através de mecanismos de segurança e vigilância criados para este propósito, no conteúdo e na forma dos mercados de drogas ilegais. Esta estratégia, em desenvolvimento e consolidação nestas organizações criminais, tem como motivo e sentido real a produção de maneiras de agir e de maneiras de pensar no contexto de uma realidade social específica. (Lima, 2019, p.136).

Se acontece alguma coisa diferente do que foi determinado, os usuários são responsabilizados. É o caso de mulheres que *levam um pega* porque traíram o marido ou brigaram por ciúmes. Com os homens acontece da mesma forma. Assim, o Consultório na Rua já atendeu vários usuários extremamente machucados, com membros quebrados, rosto bem contundido. A violência física é uma das formas de demonstrar poder e explicitar o que pode acontecer com qualquer um que “sair da regra” imposta pelo tráfico, o código de conduta é posto e disseminado, todos que transitam por ali estão cientes. Se chega alguém novo, são os usuários que *dão a ideia* de como as coisas funcionam, o que pode e o que não pode. Ali, o “dever é não falhar, sob pena de sofrerem sanções hierárquicas, que podem implicar até mesmo,

em última instância, na perda da própria vida”. (Lima, 2019).

Eles não podem roubar naquela área, não podem roubar. Eles, marido e mulher, brigar é motivo do tráfico agir. Briga entre eles, entre eles a gente não vê muita confusão não, mas com o tráfico sim. A gente já viu vários serem chamados e violentados porque saíram da regra, que o tráfico, como se diz, ele impõe, ele impõe regras. (Trecho de entrevista).

O conteúdo destes códigos de conduta é formado por normas constantes nas regras morais e no ordenamento institucional-legal (condenação à pedofilia, ao estupro, ao furto, ao roubo, a talaricagem ou adultério, ao dedodurismo, a violência contra a mulher etc.) e em sanções não convencionais que incluem execuções com ou sem o uso de armas de fogo, espancamento letal e não letal, expulsões, indenizações em dinheiro e advertências. Estes mecanismos de normatização informal somente se desenvolveram em espaços sócio-urbanos segregados e marginalizados, o que representou, de acordo com Souza (2008, p.51 91), desigual distribuição da violência, ou melhor, sua concentração nos lugares de residência das classes populares. (Lima, 2019, 184).

Houve um momento do ano de 2022 em que havia vários barracos atrás da feirinha do hortifrúti. Ao menos quatro usuários tinham seus barracos construídos com madeira e outros materiais reaproveitados, a presença destes usuários atraía para lá os serviços. O Programa Corra pro Abraço e o Consultório na Rua observaram que, além das pessoas em situação de rua, outros usuários dividiam o espaço com funções determinadas pelo tráfico e havia um movimento de clientes. A presença dos serviços atrapalhava a dinâmica do varejo e, algumas vezes, os usuários nos recebiam na entrada já falando: *olha hoje não dá pra vocês ficarem aqui, ou pode chegar, mas não demorem, melhor não ir, a polícia acabou de sair*. O tráfico estabelece fronteiras pretendendo reservar um mercado consumidor, embora contribuam para o isolamento de alguns estratos sociais, limitando a circulação das pessoas na cidade.

Para a manutenção de relações de poder e de estruturas econômicas, estas estruturas criminais desenvolveram arcabouços normativos que incorporaram modos de ser, de agir e de pensar, normatizaram a estrutura organizacional, sujeitando indivíduos às normas específicas voltadas para a gestão de recursos materiais e imateriais ilegais. (Lima, 2019, p. 136).

Em outra ocasião, uma usuária nos relatou que havia recebido a ordem para desmanchar todos os barracos, mas que ela estava dialogando para se manter ali. Na semana seguinte, ela nos disse que estava tudo bem e que iria poder ficar, no entanto, na mesma semana, durante a madrugada, todos os barracos foram derrubados e os usuários expulsos. Em que pese aparecer no relato dos usuários a preferência por ficar no Pela Porco e a “tranquilidade” em relação a outros espaços da cidade, o tráfico costuma agir com muita violência. Reiteradas vezes é atribuída aos usuários a função de reproduzir essa violência com outro que porventura

desobedeça às regras ou levar a queixa e depois a pessoa para que seja cumprida a punição determinada. A violência é um recurso multifacetado. É uma linguagem utilizada amplamente para mediar e resolver conflitos, impor ordem, demonstrar poder, decretar a vontade do grupo que opera no momento. Em algumas ocasiões, alternam-se os grupos que gerenciam o varejo local, no entanto, a linguagem da violência é universal, todos a utilizam em larga escala.

As coisas se organizam a partir do tráfico ali, né? Já houve momentos de ter mais gente na feirinha, por conta de uma questão do tráfico, que é uma questão que eu acho que ali é o grande pilar, né? Então, por exemplo, as pessoas que são guaritas já têm uma certa importância ali, e já tem uma certa incumbência daquele corredor, né? (Trecho de entrevista).

O corredor ao qual o interlocutor se refere fica ao longo da marquise, onde cada um tem seu pedaço, e alguns usuários são responsáveis por manter a organização, principalmente, para não chamar atenção da polícia – tudo que o tráfico não quer. Dessa forma, os usuários são oprimidos e violentados tanto pelo tráfico quanto pela polícia. Esta, quando chega, também comete agressões físicas em busca de retirar deles informações acerca do varejo, que, embora não aconteça na marquise, se movimenta a partir dela. A marquise do Pela Porco é um “espaço urbano dedicado a venda e consumo de drogas”, mas não apenas isso. Outras dinâmicas se desenvolvem no espaço que é “apoderado e regrado por um grupo”. Embora comercialize produtos ilegais, nacionalmente regulados e sob vigilância constante, esse grupo encontra brechas para administrar espaços que teoricamente estão sob a gerência do Estado, com regras e códigos de condutas paralelos, demonstrando pelo instrumento da força e violência o poder de se impor e lucrar pondo em risco a vida de outros que em algumas circunstâncias nem são consideradas passíveis de luto.

Para além de um problema social, as drogas e, conseqüentemente, sua comercialização através do tráfico é uma questão econômica, um negócio extremamente lucrativo. “As drogas são antes de tudo uma mercadoria”, um produto, portanto, com valor de troca atribuído a elas. Por isso, apesar de constituírem um comércio ilegal, com alto risco, é difícil dismantelar esse complexo e intrincado esquema de produção e comercialização que gera elevadas possibilidades de lucro.

CAPÍTULO V

A TRAMA DA SOBREVIVÊNCIA: TERRITÓRIO E SOBREVIVÊNCIA NA MALOCA DO PELA PORCO

Neste capítulo, apresento uma possibilidade de análise, uma reflexão acerca dos dados etnográficos com os quais me deparei no Pela Porco. A hipótese é que o emaranhado de relações, interações e entrelaçamentos entre todos os usuários do espaço, estejam eles em situação de rua ou não, formam uma malha, ou trama, que sustenta a manutenção da vida de todos no espaço que integra o Centro Antigo de Salvador.

Viver nas ruas constitui um modo de vida composto por cotidiano e estratégias de sobrevivência, em que a rua é o “grande arsenal de recursos” (Vieira, 1995). Nesse modo de vida há formas específicas de utilização da cidade e de apropriação dos recursos urbanos para garantir a sua sobrevivência. Inicia-se, na rua, um novo processo de socialização. Na rua a formação de grupos é uma estratégia de segurança e de sobrevivência. (Escorel, 1999, p. 151).

No espaço do Pela Porco, a formação da malha se dá pelo encontro, interação e colaboração entre os mais distintos elementos: os usuários como um todo, incluindo aqueles que estão em situação de rua e fazem uso de substâncias psicoativas; os serviços públicos, tanto os específicos para os usuários em situação de rua quanto para os demais; as coisas não humanas, como o material reciclado, as substâncias psicoativas lícitas e ilícitas que são comercializadas e consumidas no local; o tráfico de drogas, que mobiliza postos de trabalho e organiza a dinâmica do espaço ditando como muitas das coisas devem funcionar e como os humanos usuários devem se comportar; a Igreja Batista, através do Projeto Metanoia; a sociedade civil com o dom, os moradores que utilizam dos serviços dos usuários e de todo o comércio do entorno, e de tantos outros elementos que aqui não darei conta de descrever e localizar o papel que desempenham.

Após um trabalho de campo que incluiu observações, conversas guiadas por roteiros de entrevistas, conversas informais, aplicação de questionários e entrevistas com trabalhadores de serviços, chegamos ao último capítulo dessa versão da história que me dispus a contar, mediante a etnografia, pensando com Geertz (2022) que

Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheios de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (Geertz, 2022, p. 7).

O objetivo aqui é construir a partir dos dados etnográficos um texto antropológico, uma ficção no sentido de “algo construído”, “algo modelado”, uma interpretação de terceira mão acerca das tramas, dos emaranhados de linhas de vida entrelaçadas, que também são linhas de fuga, que formam o espaço do Pela Porco. Neste capítulo, foco na análise dos dados etnográficos coletados em campo, destacando conceitos que parecem alinhar-se com esses achados, organizados em tópicos que me desafiaram a não me alongar excessivamente na reflexão.

5.1 A Maloca como território imposto e vigiado

Historicamente o Pela Porco, assim como outros lugares de habitação popular, é construído coletivamente, com muito empenho e resistência de seus ocupantes, que não se retiraram mesmo em longevas condições precárias, sem estrutura básica como água tratada, infraestrutura sanitária, de saúde e educação. É um espaço onde se sobrepõem vários lugares que se relacionam e coexistem formando uma paisagem. A paisagem, pegando de empréstimo as palavras de Tsing (2019, p. 17), “é um ponto de encontro para os atos humanos e não humanos e um arquivo de atividades humanas e não humanas do passado que observamos hoje”.

A paisagem do Pela Porco que salta aos olhos configura-se, por um lado, em um aglomerado de casas domiciliares e comerciais; por outro, além das casas comerciais, destaca-se a *Maloca*. Em um olhar apressado, a *Maloca* é apenas uma reunião de pessoas em situação de rua que fazem uso abusivo de drogas. Não qualquer droga, mas o crack, que impõe sobre as pessoas que o consomem uma marca social estigmatizante, socialmente debilitante. E é dessa forma que os usuários de crack são vistos pelo senso comum, marcados com o “estigma enquanto uma situação do indivíduo não habilitado para uma plena aceitação social” (Goffman, 1988). Ao adentrar no espaço, observamos conformações que organizam a permanência dos usuários e articulam as relações sociais.

Nessa conjuntura, adentrei o campo tendo em mente a categoria de espaço como norteadora da pesquisa. O espaço é geográfico, físico, mas também é social – portanto, um produto “concebido, vivido e percebido” pela ação humana no tempo. Tal entendimento coloca as coisas em relação e conseqüentemente em conflitos, em diálogo, em confronto, enfim, uma reunião onde o habitar é possível. A categoria de espaço oportuniza pensar o modo como o grupo social que ocupa determinado lugar o produz ou se apropria dando um sentido diferente daquele para o qual foi idealizado. No caso aqui pesquisado, o Estado pensa a via pública

enquanto espaço coletivo de prática de atividade física e de passagem, enquanto os usuários se apropriam dele e instalam uma cena de uso, transformando-o em local de permanência ao invés de passagem.

O espaço está sempre sendo feito, porque ele é um conjunto de relações sociais-sempre dinâmicas – que se estabelecem numa materialidade (ou natureza primeira). Isto quer dizer que o espaço não é uma coisa, mas um conjunto de relações entre as coisas. Produzir espaço significa, portanto, colocar em relação coisas. (Uriarte, 2014, p. 116).

E é assim que é o Pela Porco, um lugar que muda a cada dia em decorrência das relações entre todas as coisas que estão presentes, forças que interagem e produzem o Espaço que observamos na paisagem. Entretanto, ao adensar o trabalho de campo, quando a relação com os usuários fica mais próxima e é possível entender de forma mais concreta quais nuances se apresentam nas relações entre todas as coisas, humanos e não humanos, há um sentimento de pertencimento, de identificação com aquele espaço, o que nos dá elementos para compreender o Pela Porco enquanto território.

Assim um espaço se torna território quando ele é formal ou informalmente delimitado e quando no interior de suas fronteiras se reproduz socialmente uma população, com regras específicas que normatizam sua interação; estas regras supõem relações de poder no interior grupo ou entre seus vários subgrupos. (Montoya Uriarte, 2023, p.4).

Refletindo acerca da *Maloca* do Pela Porco e suas dinâmicas, podemos percebê-lo enquanto território, que é “dialético, espaço humano habitado, o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (Santos, 1999, p.7). É também (ou principalmente) espaço de poder, de disputa, conforme a concepção de Haesbaert na qual “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem estritamente cultural” (Haesbaert, 2007, p.27). Além disso, existe um sentimento de pertencimento dos usuários ao território, o que aparece no relato de muitos com quem conversei em falas como: “*o Pela Porco é família*”, “*aqui é tranquilidade*”. Nesse sentido, o território funciona “enquanto protetor do indivíduo, o lugar da sua rede de sociabilidade, da repetição cotidiana das rotinas e dos encontros. A coisa onde o que é nosso ganha significações (Fernandes, 1997, p. 322).

O território é um espaço vivido que ganha significações a partir de quem o ocupa. No caso do Pela Porco, os ocupantes que ficam em evidência são os usuários de drogas em situação

de rua que sustentam ali a cena de uso. Em outras palavras, “é um território sob mira”, “acossado”, visto pela cidade enquanto marginal, que desencaminha e produz “zumbis”. O território, como afirmam Guattari e Rolnik (1986, p. 323 *apud* Montoya Uriarte, 2023, p. 4), “pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no meio do qual um sujeito se sente ‘em casa’”.

Os usuários do Pela Porco se comportam da mesma maneira, apreendem modos de circular entre os serviços públicos e os projetos sociais da sociedade civil, criam circuitos e táticas de negociação que lhes permitem, minimamente, mitigar as necessidades do cotidiano e se manter no espaço em que constroem sentido de território e uma territorialidade. Aqui, territorialidade é entendida “como esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo assim em seu ‘território’, *homeland*” (Little, 2002, p. 253). De modo análogo, compreendo “Território enquanto espaço, tempo que permite a sobrevivência de grupos sociais” (Ther-Ríos, 2012). Toda essa movimentação dos usuários é controlada e gerenciada não apenas pelos operadores estatais, mas também pelo tráfico de drogas, que exerce papel importante no estabelecimento de uma “mobilidade gerenciada” e de fronteiras com limites bem definidos e vigiados.

O Pela Porco é um território socialmente diferenciado por sua localização, pelas pessoas que o ocupam, pelo tipo de construção e estrutura que o constitui. Ao mesmo tempo, apresenta uma justaposição com espaços colados a ele, a exemplo da Vila Laura, bairro de classe média composto por condomínios. Essas são características do espaço geográfico, parte da cidade de Salvador, que pode ser compreendida como uma “cidade fragmentada”, isto é, “uma mistura de usos desconectados, mal articulados pelas infraestruturas de transporte”, que “é produzida em parte pela ação (ou inação) do Estado, do mercado imobiliário e, sobretudo, pela ação da população pobre” (Vasconcelos, 2022, p.22). A população pobre se vê impelida a habitar e resistir em determinados espaços da cidade onde há problemas de transporte, infraestrutura, saneamento básico, sem contar a necessidade de lutar pela manutenção do grupo no espaço quando a localização gera interesse imobiliário. No caso estudado acontece um pouco de cada situação, pois o Pela Porco é geograficamente bem localizado e não é espacialmente segregado, na medida em que se tem uma relação com seu entorno e o conjunto da cidade – embora seja um espaço segmentado, discriminado econômica e socialmente.

O espaço urbano caracteriza-se, em qualquer tipo de sociedade, por ser fragmentado, isto é, constituído por áreas distintas entre si no que diz respeito a gênese e dinâmica, conteúdo econômico e social, paisagem e arranjo espacial de suas formas. Essas áreas,

por outro lado, são vivenciadas, percebidas e representadas de modo distinto pelos diferentes grupos sociais que vivem na cidade e fora dela. (Corrêa, 2022, p. 39).

É nesse espaço urbano diferenciado por classe e cor que se situa o Pela Porco. Seus usuários “constituem o conteúdo segregado daquela área”. O conceito de segregação foi cunhado em uma realidade diversa da nossa, muito para remeter à separação geográfica de grupos sociais geralmente estigmatizados, tais como pessoas negras e judeus, historicamente colocados à margem, agrupados em espaços que não permitiam a relação com o conjunto da cidade.

Na contemporaneidade esse conceito tem sido aplicado de forma ampla e irrestrita a contextos sociais, não tendo em conta as questões geográficas de onde ele se origina. Dessa forma, comumente encontramos a segregação sendo atribuída a contextos sociais formados por grupos sociais marginalizados, diferenciados pela cor da pele, localização do bairro de residência, serviços disponíveis, tipo de moradia, falta de acesso a políticas e situação econômica. Nessas circunstâncias, a capacidade de consumo acaba sendo central para considerar se um grupo sofre segregação ou não. Levando isso em conta, considero que o Pela Porco é socioespacialmente segregado, tendo em vista o acesso restrito dos usuários aos serviços públicos, a circulação urbana e ao consumo de alguns bens e serviços. Nesse sentido, Sposito (2022) nos chama a atenção para a necessidade de ampliação do conceito na contemporaneidade, com outros fatores que devem ser levados em conta. Nessa perspectiva, a autora adota a ideia de fragmentação, a qual agrega não só a questão geográfica, mas igualmente a da “esfera da vida social nas cidades, com ênfase nas articulações entre elas e observando-as no espaço e no tempo”.

Não se trata apenas de constatar a cidade fragmentada, em função de discontinuidades territoriais no tecido urbano ou da presença de muros e de sistemas de segurança, o que podem ser indicadores fortes, mas não são *per se*, o processo de fragmentação, visto que para entendê-la são necessárias, de um lado, a perspectiva do tempo, de outro, a observação das articulações entre escalas e, por fim, o mais importante, deve-se frisar que os aspectos observados podem resultar em redefinição das ações econômicas e sociais, das práticas espaciais, bem como dos valores que sobre o urbano são reformulados. (Sposito, 2022, p.83).

5.2 Território imposto pelo Estado

Em torno da proibição das drogas foram criados no Brasil vários aparatos legais para que o Estado se mantenha no papel de regulador. A estrutura é criada para atender as demandas de uma perspectiva que tem o proibicionismo como norteador das Políticas de Drogas. Isso não

é uma particularidade do Brasil: em todo o mundo foram criadas convenções internacionais sobre drogas, sob a égide da ONU, com o intuito de regular e controlar determinadas substâncias. A primeira se deu em 1912, sobre o ópio, e buscava criminalizar e proibir sua importação. Durante todo o século XX as convenções se seguiram incluindo outras substâncias, ampliando assim o proibicionismo. Dentre essas convenções, a de 1961 – capitaneada pelos Estados Unidos – foi relevante porque

determinou que os Estados criminalizassem, de forma mais ostensiva, [...] o cultivo e a produção, fabricação, extração, preparo, posse, ofertas em geral, ofertas de venda, distribuição, compra, venda, entrega de qualquer espécie, corretagem, expedição, expedição em trânsito, transporte, importação e exportação de entorpecentes. (Karam, 2015, p. 8 *apud* Compasso, 2024, p. 22).

Todas essas convenções e/ou regulamentações acabam produzindo dualidades no que diz respeito ao encaixe das pessoas em grupos como consumidor/produtor ou doença/crime. Esse modelo produzido pelos Estados Unidos foi exportado para outros países da América Latina, incluindo o Brasil. Aqui, as Políticas sobre Drogas estão conectadas com as Políticas de Segurança Pública. Desde 1914 o Brasil cria legislações contra as drogas, ora tratando como tema de saúde pública, ora criminalizando o usuário. A lei mais recente é nº 11.343/2006, que estabelece uma série de ações:

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAS). Prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas. Estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas. Define os crimes relacionados às drogas ilícitas. (Compasso, 2024, módulo 3, p.14).

Esta mesma lei institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD):

Art. 3º O SISNAD tem a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com:

I - a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas;

II - a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas. (Compasso módulo 4, 2024, p.15).

As leis são parte das estratégias de controle do Estado:

O SISNAD tem como finalidade formular, planejar, coordenar e organizar ações direcionadas ao enfrentamento e à prevenção do uso de drogas, além do tratamento e da reinserção social de usuários. Nesse contexto, é relevante termos conhecimento das

mudanças legislativas recentes sobre o SISNAD, inseridas pela Lei nº 13.840/2019, que incluiu dois novos parágrafos ao art. 3º: § 1º Entende-se por SISNAD o conjunto ordenado de princípios, regras, critérios e recursos materiais e humanos que envolvem as políticas, planos, programas, ações e projetos sobre drogas, incluindo-se nele, por adesão, os Sistemas de Políticas Públicas sobre Drogas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. § 2º O SISNAD atuará em articulação com o Sistema Único de Saúde – SUS, e com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. (Compasso módulo 4, 2024, p.16).

Como se percebe, a questão das drogas segue sendo tratada de maneira dual, médico-criminal, ou seja, ou se é usuário e doente ou se é criminoso. Tanto o SISNAD quanto o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), instituído em 2018, estão subordinados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Em que pese o SISNAD prever uma ação intersetorial, conjunta com várias outras pastas, a segurança tem um papel centralizador. A criminalização e a repreensão ditam o modelo de ação pautado na guerra às drogas, que em verdade acaba por criminalizar de forma geral grupos historicamente vulnerabilizados, compostos por pessoas pobres, negras e moradoras das periferias dos centros urbanos.

O Estado, do seu lugar de poder regulador, cria leis que determinam o que é legal e ilegal, lícito e ilícito. Tais determinações, conseqüentemente, criam desvios e desviantes. As drogas não são exceção: sendo substâncias que causam alterações no organismo e que podem ou não ter efeitos psicoativos, elas são reguladas e controladas pelo Estado que, a grosso modo, em uma visão desatenta, é quem tem o poder de decidir o que pode ser consumido livremente e aquilo cujo consumo é terminantemente proibido. Analogamente, a instituição estatal regula o porte, a produção, a comercialização e tudo que se relacione com as substâncias interditas para determinados fins. Em suma, o Estado cria as estratégias para garantir ou tentar manter o que estabelece em formato de lei.

Em um olhar mais atento nota-se que as drogas são um grande negócio, constituindo um mercado que movimenta um grande volume de recursos financeiros. Nessa economia paralela presente em todo o mundo, enquanto alguns ganham muito dinheiro, outros ganham pouco e perdem a vida prestando serviços para os grandes produtores e comerciantes de drogas. Frequentemente, os trabalhadores da ponta desse comércio também fazem uso das substâncias que, por sua natureza ilícita, os colocam em uma situação de perigo, controle e vigilância.

A Política Pública funciona como mecanismo de controle e manutenção do lugar social. A estratégia de colocar os serviços na cena de uso leva cuidado para pessoas que, de outro modo, não conseguiriam acessar minimamente aquilo que lhes é de direito. Ao mesmo tempo, tais programas garantem que o grupo não se espalhe para outros pontos, tendo em vista que os usuários se agrupam em espaços onde possam acessar insumos e serviços que permitam

garantir uma sobrevivência mínima. Essa estratégia do Estado é utilizada em outras cenas de uso pelo Brasil.

Ao mesmo tempo em que buscam o “fim da Cracolândia”, a trama institucional armada também se alimenta da sua existência e necessita da contenção da população usuária de crack em um mesmo local para viabilizar o seu trabalho. As atuais políticas idealizam “acabar com a Cracolândia”, mas também produzem uma fixação territorial das populações que circulam na região. (Fromm, 2017, p.13).

Estudos em cenas de uso de drogas desenvolvidos, sobretudo, na cracolândia da cidade de São Paulo (Oliveira, 2012; Magalhães, 2015) tratam, dentre outros, da “ideia de fixação territorial” dos usuários em um espaço onde posteriormente são instalados dispositivos da rede de serviços que disponibilizam atendimentos diversos. Um dos casos trazidos é o “De Braços Abertos” e o “Recomeço”, que ofertam desde atendimento psicossocial, vagas em hotel e hospital até postos de trabalho. Sem mencionar a polícia e a guarda municipal, todos os serviços públicos do Estado buscam estratégias para estar próximo desse grupo social indesejado, em uma tentativa de os manter sob controle e vigilância, principalmente com a justificativa de tentar extinguir o fluxo. Além dos dispositivos que prestam serviços públicos, há sempre alguma instituição religiosa. Isso acontece não só em São Paulo, no entorno da Cracolândia, mas igualmente em Salvador, no Pela Porco e no Centro Histórico, e Oliveira (2012) aponta movimento semelhante em São Carlos/SP.

Embora de maneira geral sejam serviços que visam disponibilizar assistência e cuidado, o que os autores apontam é que esses programas assistenciais também são estratégias de fixação desse grupo em um determinado espaço, o que viabiliza a coerção e o controle através dos “operadores estatais”. Estes tentam por meios diversos restringir a circulação dos usuários e mantê-los sob vigilância constante, permitindo ao Estado conhecer quem são e como se comportam. A “Cracolândia não é um espaço isolado e segregador, mas sim um lugar que possibilita conexões urbanas diversas, inclusive por meio da teia de agências governamentais”. (Nasser, 2016, p. 66).

O Pela Porco não é uma cena com o fluxo da cracolândia paulista, porém, percebo algumas semelhanças, principalmente no que diz respeito aos serviços públicos que atuam no local. Na condição de “operadores estatais”, eles mantêm os usuários fixados ali, ao mesmo tempo em que se empenham em dispersar o fluxo. Os serviços têm uma rotina de trabalho no espaço, tanto os serviços da Assistência quanto os da limpeza e da segurança pública, além da Igreja com seu projeto social. Assim como acontece em outros locais que concentram usuários em situação de rua, as ações do Estado “pulverizam e espalham”, mas não resolvem a questão.

Mattar (2017) chama a atenção para essas duas formas de gestão do espaço em tensão. De um lado, a prática policial de dispersar os usuários de crack pela malha urbana e, de outro lado, a necessidade de uma forma de atuação mais localizada das instituições de cuidado que corrobora para uma fixação territorial do fluxo. Assim também ocorre com grande parte de meus interlocutores e interlocutoras que conheci na região da Cracolândia. Eles circulam e se apropriam com destreza de distintos códigos-territórios (Deleuze & Partner, 1998; Perlongher, 2012), de modo a combinar a circulação constante pelos programas com resistência territorial. (Fromm, 2017, p. 9).

É o mesmo Estado que põe no território uma equipe do Consultório na Rua, mas que se recusa ou coloca muitas dificuldades para prestar o socorro que é de direito quando um usuário precisa do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Ouvi relatos de trabalhadores de serviços que precisaram tensionar a gestão para garantir que a ambulância levasse um usuário sem acompanhante, por exemplo, assim como um usuário contou que se colocou na frente de uma ambulância para obrigá-la a parar e prestar atendimento a alguém que estava tendo uma crise convulsiva. De certa forma, os burocratas da rua decidem quem é o cidadão passível de receber política pública.

Outro demonstrativo são as ações dualistas do município. Por um lado, disponibiliza-se uma equipe que oferta a política de Assistência Social, auxílio aluguel, inscrição no Cadastro Único, transporte e companhia para ir em outros serviços providenciar documentos. Por outro lado, dispensa-se um tratamento higienista altamente violento e discriminatório na figura da guarda municipal e da empresa de limpeza urbana. O Estado está sempre na dicotomia presença/ausência: tem limpeza da via urbana, mas não tem banheiro público disponível para os usuários; a oferta da água potável só se dá na presença dos serviços, funcionando como um elo entre os representantes da política e os usuários - “Aceita uma água?” geralmente é o início da conversa na abordagem aos usuários na rua - o direito ao banho é totalmente ignorado, a não ser que o usuário ande alguns metros até o Centro Pop da Rua Djalma Dutra. E enquanto o Estado organiza suas estratégias dicotômicas, os usuários criam táticas para sobreviver em meio a tantas adversidades.

5.3 Território psicotrópico

Sobreviver na rua, em uma cena de uso, não é das tarefas mais fáceis. Manter corpo e mente em condições de realizar as demandas impostas pelos atravessamentos de ser usuário em situação de rua requer diversos modos de fazer, maneiras de estar e fazer daquele território algo viável ao desenvolvimento da vida privada no espaço público. Para isso, é necessário

desenvolver táticas, astúcias para utilizar, manipular e alterar estratégias impostas que operam mapeando, impondo e produzindo (Certeau, 2014), mas que não mudam necessariamente os rumos das coisas. Nesse ínterim, o Estado implementa suas estratégias, o tráfico de drogas cria suas táticas para seguir com seu negócio – que é extremamente lucrativo – e os usuários estão ali em um outro nível de estratagemas. Nessas relações eles são a parte mais fragilizada, embora extremamente atuante e significativa no espaço da rua e na manutenção tanto do Estado quanto do tráfico de drogas.

Chamo de estratégia o cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças, é organizada pelo postulado de um lugar de poder, elaboram lugares teóricos, capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo. (Certeau, 2014, p.93-96)

Denomino, “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro, é determinada pela ausência de poder, são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo- as circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um golpe. As táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de poder. (Certeau, 2014, p.96-97).

A cena de uso não é apenas o lugar do uso, é também um “entreposto comercial de psicoativo”, um território psicotrópico que, segundo Fernandes (1997), é diferente de um “território das drogas opaco, imperceptível”, que acontece dentro de espaços privados. Ao contrário, “os territórios psicotrópicos se estabelecem nas ruas, do lado de fora, em espaço público”. (Fernandes, 1997, p. 327). “Um território psicotrópico é um local em que se desenvolvem práticas ligadas à venda e uso de drogas, estando espacial e socialmente à margem da cidade normatizada e comumente ligado a lugares de exclusão social, sendo alvo frequente de repressão policial e de estigmatização social.” (Raupp; Adorno, 2015, p. 805). São “lugares tidos como perigosos, onde as pessoas em estado de consciência alterado” são capazes de cometer qualquer ato de violência com o intuito de seguir consumindo drogas. Porém, não se restringe a isso:

Para além de todo sofrimento social também condensado ali, são produzidas redes de relações, de alianças e de trocas que minimizam dores e que fazem circular ajudas mútuas, afetos e também informações. Relações que produzem fluxos e vínculos interpessoais e com o espaço, além de produzirem regulações, ordenamentos e refúgios possíveis. (Fromm, 2017, p.13).

O uso e o comércio têm suas especificidades. Na marquise acontece o uso indiscriminado durante todo o dia, os usuários sentem-se “seguros” para fazer o consumo não só do álcool e tabaco, que são lícitos, mas também das substâncias ilícitas. Embora seja um espaço aberto, localizado no centro da cidade, o uso é feito sem nenhuma restrição – no máximo os usuários buscam esconder-se atrás de um lençol ou papelão. Ali é partilhado entre os pares conhecimento sobre a droga, o ambiente, as sensações e o controle social imposto pelo grupo. O mesmo não pode ser dito a respeito da venda da droga. Para o *varejo* é organizado toda uma estrutura da qual os usuários são parte importante, não apenas por serem clientes do “entrepósito comercial” com alta frequência e poder de compra que se renova cotidianamente, mas também como prestadores de serviço, cumprindo funções na organização.

Os usuários fazem as vezes de “seguranças” do território para que não aconteçam atritos entre eles e assim não incomodar os vizinhos, que podem acionar a polícia. Também há cuidado para não se chamar atenção das viaturas policiais que fazem rondas constantes no local, geralmente a *chocolate*²⁷. A função de *guarita* é confiada a pessoas com características específicas: agilidade no olhar e nas pernas, atenção, comunicação rápida e efetiva, além de ser *queixo duro* no caso de ser abordado pela polícia.

Diferente do que Montoya (no prelo) localiza na Ladeira da Preguiça – um território perpassado pela droga, mas que não necessariamente constitui um território da droga – a cena de uso do Pela Porco é sim um território psicotrópico onde as relações e interações se organizam em torno das substâncias ilícitas. Como bem descreve o dono do ferro-velho: *aqui é droga o dia todo, não tem outro assunto*. Assim, é o Pela Porco, um território de venda, consumo e negociações em torno das drogas, de onde emergem muitas situações de violência e violações, mas que igualmente produz nos usuários um sentimento de pertencimento, de familiaridade e de encontro com seus pares.

O tráfico de drogas, em grande medida, é quem organiza, gerencia e controla os espaços que compõem o território do Pela Porco, determinando quem pode ficar e em quais condições. Isso acontece em relação a todos os atores, incluindo os relacionados à presença do Estado. Um exemplo são as várias ocasiões em que os serviços são convidados a se retirar ou a não permanecer por muito tempo em um atendimento, por conta de situações de tensão provocadas pela polícia, por disputa de território, por desentendimentos entre os usuários,

²⁷ Assim é denominado pelos usuários a guarnição da polícia das Rondas Especiais (RONDESP), que têm a cor marrom escuro (chocolate) em seus veículos e no fardamento dos policiais.

dentre outros. De forma velada, há uma espécie de negociação entre todos os atores: cada um desempenha seu papel sem atravessar nem comprometer o outro, todos são relevantes, peças de uma mesma engrenagem. O Pastor disponibiliza cuidado e assistência para os usuários, sob uma perspectiva diferente dos serviços do Estado, inclusive por ser fixo no território; o ferro-velho garante dinheiro circulando durante quase vinte e quatro horas por dia; o carro do lanche comercializa produtos complementares ao uso. Em síntese, é uma grande roda que gira no entorno da cena.

Pressuponho, ancorada nas observações de campo, que também para o varejo de substâncias psicoativas é interessante manter os usuários de drogas em situação de rua por ali, ainda que sob controle, pois estes são fonte de renda. Eles fazem girar a economia através da circulação do dinheiro no ferro-velho, no carrinho de lanche, no consumo das drogas, na prestação de serviço de guarita, no serviço prestado como avião para quem passa por ali para adquirir a droga, mas não quer ou não pode *subir a favela*. Para além da conservação dos usuários no espaço, acredito que para o tráfico de drogas também é interessante a preservação do fluxo das coisas, pois isso colabora para uma sensação de que está tudo na mais perfeita ordem, todas as coisas em seu lugar seguindo as interações, cruzando-se no emaranhado da vida cotidiana. Estas são táticas do varejo para permanecer no espaço e subjugar os usuários, que mesmo em um nível de submissão também adotam táticas para manter o uso e a vida no Pela Porco.

Nem todos os usuários trabalham para o varejo, embora todos de alguma forma acabem se relacionando e interagindo com ele, principalmente por conta da situação de rua, na cena de uso. O que ocorre é que todos estão sob a gerência do varejo, nos “territórios que são áreas controladas na base da pertença e da exclusividade de uso” (Fernandes, 1997, p. 145). Desse modo, as pessoas usuárias estão sempre oprimidas entre os burocratas da linha de frente (aqui me refiro à polícia) e o varejo de drogas, que em muitos momentos assume um papel de proteção, produzindo uma espécie de dívida para o usuário que não é paga com dinheiro, mas com a confiança e lealdade. “Essa é a forma que o estado faz: se virem”. E de fato, os usuários se viram negociando sua presença com o tráfico, numa troca constante que envolve, principalmente, consumo de drogas e segurança. O *varejo* de drogas gera para os usuários recursos traduzidos em substâncias ilícitas, em dinheiro e em proteção, pois estar no território é estar seguro, sob a guarda de uma gestão que vai permitir a permanência dele com a condição de que obedeça às regras e contribua com o bom andamento da dinâmica imposta, baseada na demonstração de força e poder.

Os postos de trabalho do varejo não se restringem à venda. Eles incluem a segurança no sentido de proteger o produto, defender e reservar o mercado para determinado gerente, garantindo o lucro. *Guarita* e *avião* são outros postos. Diferente de outras *bocas*, na marquise da cena de uso e comercialização do Pela Porco só ficam as drogas destinadas ao consumo individual em poder do usuário. Isso se dá pela vulnerabilidade do local, uma vez que a polícia pode chegar a qualquer momento e efetivar uma abordagem, gerando prejuízo certo. A relação de poder entre o varejo e os usuários é bem marcada, há quem manda e quem obedece.

A cena pressupõe o uso e, conseqüentemente, uma relação econômica. Contudo, essa relação – que em outras circunstâncias caracterizaria uma interação de cliente e fornecedor – acaba sendo um pouco mais complexa no Pela Porco. O que é observável é o papel importante de quem usa, o cliente, que no caso é mantido na cena e tem facilitadas as condições para o consumo: pode pagar com trabalho, pode deixar o cartão do benefício penhorado, pegar um valor emprestado e pagar com o dobro, dentre outras possibilidades. O fornecedor sabe que todos os recursos serão consumidos ali, aquela clientela está garantida.

Os usuários não são passivos e inertes; eles também adotam táticas que lhes permitem sobreviver física e economicamente driblando, principalmente, o Estado e o tráfico de drogas. Além disso, desde que essas pessoas se deparam com a situação de rua, aprendem meios para lidar com essa condição e se manterem vivas. Nesse contexto, são recorrentes as perguntas “como veio parar aqui?” e “como faz para viver?”.

Ouvi respostas de algumas pessoas sobre o que as fizeram parar na rua e, em consequência, acentuar o uso de drogas e a relação com o tráfico. Em muitos casos, o envolvimento com o mercado de drogas está diretamente ligado à intensificação do uso e ao rompimento de vínculos com familiares e seus territórios de origem. As histórias de vida são atravessadas por violência em casa, situação de pobreza e uso de drogas, motivações frequentes que aparecem em outras narrativas. Melo (2017) traz relatos da história de vida de pessoas em situação de rua que apontam os motivos pelos quais foram parar na rua, longe de seus bairros de origem, e as questões giram em torno da falta de frentes para vender sua mão de obra, falta de qualificação profissional, uso problemático de drogas. Todos esses fatores os empurraram para trabalhar no “mundo do crime” e os “desacertos” dessas frentes de trabalho os obrigaram a deixar seus lugares por suas vidas estarem em risco.

Esse processo de desterritorialização e (re)territorialização segue na rua, por motivos bem parecidos. Muitos usuários precisam trocar o território por conta de dívidas, por desobedecer a alguma regra, por contrariar a vontade de alguém – que pode ser outro usuário,

com mais poder que ele – e essa mobilidade se dá mesmo nos casos em que não há envolvimento direto com o tráfico.

5.4 Território vigiado, mobilidade controlada

O comércio de ilícito convive “pacificamente” com o Estado, tanto na figura dos serviços de cuidado e garantia de direitos, socioassistenciais, quanto da polícia – que, pelo seu papel repressor, de braço armado do Estado e de preservação da ordem pública, teoricamente teria a função de refrear toda essa atividade. A presença da polícia se dá durante rondas, que por vezes pode acabar em abordagens aos usuários. Quando acontece a abordagem é sempre no sentido de saber da droga e qual o papel da pessoa ali na cena, se usuário ou traficante. As agressões ocorrem no intuito de retirar algum tipo de informação ou vantagem dos usuários, nunca no sentido de acabar com a cena e conseqüentemente com o uso público das substâncias. Além das agressões ocorrem intimidações e ameaças, tanto que os usuários já sabem qual tipo de comportamento precisam adotar de acordo com a identificação da viatura, tendo em vista que os policiais costumam trabalhar com a mesma equipe e veículo.

Os usuários também buscam táticas para lidar com a presença do Estado, seja a polícia ou os serviços sociais. No “território psicotrópico”, convivem o tráfico e o Estado cada qual a seu tempo e lugar. Sendo o lugar “a ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência (...) é portanto uma configuração instantânea de posições” (Certeau, 2014, p.184), no Pela Porco diferentes atores utilizam de formas diversas a presença dos usuários para manutenção da situação posta. Tal aproveitamento não é apenas desses indivíduos, há também o comércio local que, em alguns casos, se mantém por conta da presença dos usuários. Assim, convergem vários fatores que favorecem a participação de todas as coisas nas relações.

Neste contexto a polícia tem um papel central. Ela é a representação do Estado com ação mais incisiva nos territórios psicotrópicos, constituindo o braço armado que usa a força e a violência para concretizar a política de guerra às drogas. À polícia cabe repreender, prender, matar e torturar. São muitos os relatos de se ter levado um *pega* de policiais que tentam obter informações sobre o varejo ou simplesmente fazer extorsão. Nesses momentos, costumam recorrer ao estigma de usuário para justificar a presença na cena de uso e o porte do cachimbo. A justiça e a sociedade costumam fazer vista grossa a todas essas transgressões, principalmente por conta de a quem ela se destina. Nessa perspectiva, os usuários em situação de rua são não pessoas, não são cidadãos de direito. Eles têm sua humanidade retirada devido à situação em que se encontram e do uso problemático com as drogas. Desse modo, a ação da polícia está

dentro das estratégias de morte do Estado para com esse grupo social, configurando uma necropolítica.

A polícia está associada à produção de segurança nas democracias, mas, paradoxalmente, ao mesmo tempo que é uma garantia do exercício da liberdade, ela é uma potente, e sempre presente, ameaça a essa liberdade, ou seja, ela é produtora também de insegurança para o cidadão. A organização policial e o poder discricionário de seus agentes merecem mais atenção analítica. Os imperativos da situação ajudam a explicar por que, apesar de os agentes terem pouca autoridade formal, eles dispõem de considerável discricção sobre as regras e os procedimentos que serão aplicados e sobre os bens e as sanções que serão distribuídos. (Oliveira, 2012, p. 1556).

À primeira vista a rua pode parecer uma expressão de liberdade, de circulação por onde a vontade queira orientar. No entanto, isso não é verdadeiro. As fronteiras são impostas e elas não são necessariamente geográficas: são também simbólicas, traduzindo disputas de poder onde a parte mais vulnerável é a dos usuários. Isso não significa que eles não produzam a partir do imposto táticas para romper, transitar entre as fronteiras.

As fronteiras são instrumentais e são sempre expressão do poder de quem as define. Por sua vez, a violação das fronteiras ou é expressão de um poder emergente que se pretende sobrepor ao poder existente, ou é expressão daqueles que, sem terem poder para redefinir ou eliminar as fronteiras, as atravessam sem autorização de quem as controla. Sendo instrumentais, as fronteiras são muito mais que linhas divisórias geopolíticas. São formas de sociabilidade, exploração de novas possibilidades, momentos dramáticos de travessia, experiências de vida fronteiriça, linhas abissais de exclusão entre ser e não ser, muros de separação entre a humanidade e a sub-humanidade, tempos-espacos de exercício de poder arbitrário e violento. (Boaventura, 2019, p.3).

No questionário aplicado com os usuários tem uma pergunta sobre circulação: Por onde você circula com mais frequência? Das dezoito respostas, dez afirmaram circular no Pela Porco e seu entorno. Quem trabalha com reciclagem anda pelos bairros vizinhos no circuito da coleta, outros usuários complementaram a resposta com *nos lugar que é igual, do mesmo daqui*, em uma referência à facção que comanda o território. Essas respostas indicam a limitação da mobilidade dos usuários pelo tráfico. Eles não podem circular nem deixar circular por onde não é *dos iguais*, e se não é meu igual/amigo é meu inimigo. *X 9, está de olho para delatar* e precisa ser punido, levado a julgamento. Por outro lado, também não podem circular em todos os lugares por serem quem são. Com todos os marcadores negativos, se tornam suspeitos e são abordados pela polícia de forma truculenta, mesmo estando apenas de passagem pela rua, que é pública e onde, teoricamente, todos podem ir e vir sem problemas.

São organizados códigos que garantem a identificação dos usuários para além de seus nomes e rostos. Dos códigos, os mais conhecidos são as letras e os números, apropriados de tal forma que os usuários não mencionam sob hipótese alguma nada que tenha relação com o inimigo. Um exemplo disso é o bairro do Dois de Julho, que em um determinado território virou Três de Julho, ao ponto de a equipe de Arte-Educação do Programa Corra pro Abraço pensar as atividades de forma que no desenrolar não precisassem nomear nada por número e iniciais. Todo o cotidiano se organiza em relação à dinâmica imposta pelo tráfico. No Programa, quando fazemos qualquer atividade de acesso a bens culturais²⁸ ou acompanhamento a serviços de outros territórios, as perguntas sobre circulação são fundamentais: “você circula pelo Comércio?”, “você pode ir na Gamboa?”, às quais obtém-se respostas do tipo: *posso sim, não entro em nada; conheço todo mundo lá ou não posso, os cara fica de olho*, ou ainda *não entro em nada, mas sabe como é, né?*.

Nesse sentido, “as liberdades, de ir e vir, de movimentação do capital, movimentação de bens, liberdade dos serviços e de quem pode prestá-los, liberdade das pessoas de se movimentar” (Mbembe, 2019, p. 2) são bem delimitadas. Quem circula por um território não pode ir visitar um parente em outro, e se por qualquer motivo for posto para fora, seu estabelecimento em outro território também fica comprometido por conta de sua origem. No caso dos territórios psicotrópicos, há fronteiras bem demarcadas, limites do espaço que pertencem a um grupo que orienta toda a organização e dita as regras a serem seguidas por todos que desejem estar por ali. Esse fato tem afetado não apenas as pessoas que estão em situação de rua e são usuárias de drogas, mas também moradores em geral dos bairros periféricos, onde a situação é a mesma e não se restringe a Salvador. Nesse sentido, Melo apresenta situações parecidas em outros estados do Brasil.

Os usuários de drogas nas periferias têm grandes chances de estabelecer relações sociais com pessoas diretamente envolvidas com o tráfico, e, conseqüentemente, com os códigos e disciplinas constitutivas dessas relações. A disciplina do mundo do crime incide diretamente no cotidiano dos usuários nas periferias, pois, mesmo quando não atuam diretamente em suas atividades, precisam se adequar a sua lógica e etiquetas. (Melo, 2017, p.27).

No Pela Porco acompanhamos um movimento de organização do espaço feito pelo tráfico muito antes das ações de higienização do município, que retira os pertences dos usuários sob a justificativa de manutenção da limpeza e, de certo modo, demonstra à sociedade um

²⁸ Ação do Programa Corra pro Abraço que visa mediar o acesso do público atendido a equipamentos que disponibiliza bens culturais como cinema, teatro, museus, dentre outros.

trabalho no sentido de resolver a questão daquelas pessoas naquele espaço. Embaixo da marquise a equipe costumava encontrar um ambiente montado com vários colchões espalhados, sofás, barracas feitas de lençóis e de papelão, roupas, mochilas e outras coisas, tudo organizado em microespaços que pertenciam a um determinado usuário. Na semana seguinte não havia mais nada e as pessoas estavam mais espalhadas, parecendo soltas. Ao perguntar a um usuário que sabíamos ocupar a posição de guarita, ele nos informou que *estava muito bagunçado, feio, que não podia ficar mais nada ali*, foi tudo jogado fora. O varejo havia determinado a limpeza, pois quanto mais gente e pertences, mais os poderes públicos são acionados e isso não é bom para os negócios do tráfico.

Há uma tentativa de controle e gerenciamento do comportamento, da mobilidade e da liberdade dos usuários, para que sigam no território e nas condições precárias que a situação de rua ocasiona. pois se para o tráfico o usuário é importante porque *coloca dinheiro no bolso dele*, para o Estado serve principalmente como mote político de que cuida de todos, independente da situação, e sobremaneira dos mais pobres e em situação de risco social. Embora, para o Estado, esse grupo social precise ser controlado e vigiado, igualmente para o tráfico

certas categorias da população são vistas o tempo todo como possível ameaça, não apenas para si mesmas e sua própria segurança, mas também para a segurança dos demais. Acredita-se que essa ameaça pode ser reduzida se os movimentos dessas pessoas forem limitados e se elas forem domesticadas e submetidas a algum tipo de reforma. Segurança e liberdade passam a ser definidas como um direito de exclusão. (Mbembe, 2019, p.3).

O conceito de “mobilidade gerenciada” é mobilizado por Mbembe para refletir acerca da mobilidade - ou a falta dela - de populações historicamente colonizadas, através das fronteiras impostas por países hegemônicos, regulando a mobilidade através das migrações. Aqui tomo de empréstimo a ideia de mobilidade gerenciada e fronteiras para pensar a circulação, ou a limitação dessa, dos usuários em situação de rua.

No quadro da mobilidade gerenciada, certas categorias da população são vistas o tempo todo como possível ameaça, não apenas para si mesmas e sua própria segurança, mas também para a segurança dos demais. Acredita-se que essa ameaça pode ser reduzida se os movimentos dessas pessoas forem limitados e se elas forem domesticadas e submetidas a algum tipo de reforma. (Mbembe, 2019, p.3).

Apesar de não estancar a mobilidade dos usuários, o aparato da polícia e do tráfico de drogas é bastante contundente. Em algumas situações, os usuários são postos para correr de um lugar, e esse tipo de mobilidade que obriga a mudança das pessoas caracteriza a instabilidade

dos territórios que concentram usuários em situação de rua. Em outras palavras, é uma liberdade gerenciada por quem de formas distintas exercem poder sobre eles.

5.5 Sobrevivência precária e assistida

5.5.1 Espaços de trabalho

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo - braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. (Marx, 2014, p.211).

De todos os clássicos das Ciências Sociais, indubitavelmente, Marx é o autor mais citado para a reflexão e análise crítica no que diz respeito à relevância do papel do trabalho para os seres humanos. Toda a história da humanidade é permeada pelo trabalho, por meio dele construímos a história da humanidade. Penso que, de fato, é o autor que melhor traduz a situação, ao menos para nós que detemos apenas a força de trabalho para garantir a sobrevivência.

Para Marx, quanto mais riqueza o trabalhador produz, mais pobre ele fica. Em uma sociedade capitalista, o trabalhador se torna mercadoria barata que vende a sua força de trabalho apenas para a sua subsistência. Esse processo ocorre porque as coisas, ou melhor dizendo, os objetos passam a ter mais valor que os homens, ou seja, quanto mais a mercadoria se valoriza, mais o homem se torna desvalorizado e desacreditado. (Almeida, 2015, p. 26).

O trabalhador é alienado do produto do seu trabalho. Os usuários vivem essa alienação de forma ainda mais acentuada, pois os principais postos de trabalho são recortes mínimos dos quais não se tem nenhuma ideia de totalidade. Assim como as pessoas que não são donas dos meios de produção de qualquer natureza, os usuários em situação de rua têm como recurso de sobrevivência na rua vender sua força de trabalho, o que em algumas circunstâncias significa literalmente dar a vida para defender a mercadoria do patrão. Por conta das condições precárias na qual se encontram e de vários outros fatores relacionados à educação - a maioria tem dificuldade de leitura e escrita - qualificação profissional, documentação, dentre outros, o leque de possibilidades de trabalho é restrito. Outro fator de dificuldade de inserção é a experiência de vida de cada pessoa e questões específicas, como problemas de saúde, física e mental. São muitos os fatores que dificultam e restringem os postos de trabalho, sejam formais ou informais, porém, nestes últimos as chances de participação dos usuários são maiores.

No Pela Porco a variedade dos postos de trabalho é insuficiente. O ferro-velho e o varejo de drogas são os que mais geram renda no espaço. Evidentemente, há outros *corres*, no entanto, depende muito mais da disposição e das condições físicas das pessoas. Alguns não conseguem carregar fardos pesados, por questões de limitação física ou problemas de saúde, então não se arriscam a descarregar caminhões ou carregar materiais de construção. Outros já sofreram acidentes na coleta de material reciclável e preferem “manguear” ou aguardar uma oportunidade de limpar algum lugar ou jogar um lixo fora. As “vagas” que se apresentam para a população em situação em Salvador são precárias, no entanto, isso não é uma particularidade daqui, Silva (2006) encontra o mesmo cenário em outras cidades do Brasil. Em seus estudos, a autora faz um apanhado da relação das pessoas em situação de rua e os postos de trabalho que elas conseguem acessar, e encontra as mesmas ocupações que observo no Pela Porco: catação de material reciclável, mendicância, lavar e vigiar carros etc. Ela relata que as condições de trabalho são ainda mais precarizadas em relação àquelas pessoas que são pobres, mas não estão em situação de rua.

Mais do que local de moradia e sociabilidade, o espaço público apresenta-se para os moradores de rua como ambiente ecológico no qual buscam prover a sua subsistência cotidiana. Os lixos opulentos da sociedade sedentária, aparecem, assim, como fontes de coleta de alimentos e de objetos que ora são usados diretamente pelos coletores, ora são revendidos, num biscate desvalorizado, mas que beneficia a empresa e o comércio da reciclagem.

Além da coleta, a sobrevivência destes grupos depende da caridade de indivíduos e instituições (religiosas e leigas), a que têm acesso muito mais facilmente nas ruas centrais do que nas vilas da periferia. No Centro, a pobreza está à mostra e incomoda a consciência dos cidadãos privilegiados. que se mobilizam para auxiliar os despossuídos. (Magni, 1997, p. 37).

De todo modo, todos estes postos de trabalho geram renda com valores de remuneração muito baixos, e a justificativa que mais ouvi foi “*o dinheiro é para usar droga*”, “*gasta tudo em droga*”, “*nem adianta dar dinheiro*”. Assim, os contratantes sentem-se muito confortáveis em ofertar um valor menor em comparação ao que outros trabalhadores cobrariam, já supondo a destinação do dinheiro para o consumo de drogas. Por outro lado, contam com essa força de trabalho para ter custos com mão de obra diminuídos, pois sabem que os usuários, por estarem em situação extremamente fragilizada, aceitam qualquer valor para desenvolver os trabalhos mais pesados e insalubres.

Muitas vezes a seletividade de alguns usuários em não aceitar algumas propostas os faz serem tachados de preguiçosos e vadios. Tal fato acontece desde sempre com a população empobrecida (e predominantemente negra): Fraga Filho (1994) relata uma situação bem parecida que ocorria no século XIX com os recém-libertos, que eram chamadas de mendigos e

vadios por não aceitarem ou desconfiarem de algumas propostas de trabalho, situações análogas à escravidão da qual haviam acabado de sair, ao menos formalmente. Por isso, muitos preferiam viver da mendicância. E assim acontece hoje: as condições de trabalho impostas aos usuários são semelhantes à escravidão, não se tem registro em carteira ou qualquer vínculo trabalhista, tampouco equipamentos de proteção individual (EPIs); instrumentos de trabalho também não são os mais apropriados. No caso do ferro-velho nada é fornecido, sob duas justificativas: a primeira é que os usuários vendem tudo que chega as suas mãos; a segunda é que conseguem por meio de doação (sapato, calça, por exemplo) ou que não usam (no caso de luvas, óculos de proteção).

São longas jornadas de trabalho, muitas vezes inconscientes. Os usuários circulam o dia inteiro entre circuitos de catação, venda do material coletado, uso de drogas e catação novamente. Um dos trabalhadores do ferro-velho, o mais antigo, trabalha das 9h às 19h lá dentro, separando e empacotando material, e depois disso circula no entorno do Pela Porco coletando mais material e trazendo para vender no ferro-velho até 1h da manhã. Esse relato foi dado pelo patrão, dono do ferro-velho, que ao chegar em casa acompanha toda a movimentação através das câmeras de monitoramento. Embora as jornadas de trabalho sejam longas, os recursos auferidos com a remuneração do trabalho não os permite acumular valores, tudo é consumido no entorno da cena de uso.

Se o “comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar” (Marx, 2014, p. 211), é literalmente o próprio corpo dos usuários que é consumido - em alguns casos a vida é consumida, apropriada e em algum momento finalizada no posto de trabalho. Igualmente, o meio de trabalho dos usuários em alguns momentos é a própria vida, além de um celularzinho ou rádio de comunicação. Isso é verdadeiro principalmente quando o patrão é ligado ao varejo local. A vida dos usuários em situação de rua não é considerada, afinal, eles são o exército de reserva do varejo. Quando uma pessoa morre (na maioria absoluta das vezes por morte violenta), ela é imediatamente substituída, não há risco de o posto de trabalho ficar vago, tanto por não haver sinal de esgotamento das pessoas nesta situação quanto por estas não terem outras oportunidades, estando isoladas e excluídas.

O perfil dos usuários do Pela Porco é semelhante aos de outros pontos da cidade no que diz respeito ao acesso a postos de trabalho. Nesse aspecto, Dultra (2018) descreve os *corres* dos usuários que ela acompanha no espaço que compreendem o Pelourinho e Comércio:

Suas atividades, por isso, se reservam ao ethos da rua, com trabalhos informais de curta duração, precários, como catadores de papelão e alumínio, guardadores de carro, vendedores de água, descarregadores de caminhões, carregadores de feiras, pequenos

serviços de manutenção, e, se têm sorte, trabalhadores da construção civil (Dultra, 2018, p.39).

Assim como no caso analisado por Fernandes (1997), aqui também “o isolamento social e a falta de recursos econômicos é aproveitada pelo tráfico de drogas”. O varejo se aproveita da situação dos usuários para recrutar a força de trabalho e remunerar de forma precária, mas ainda assim é um posto de trabalho que recruta e faz girar a “economia informal”.

Dowdney (2004) salienta que a adesão ao tráfico de drogas que, a princípio, pode ser entendida como uma “escolha voluntária”, carrega em si uma opção, mas, conforme salienta, entre alternativas escassas.

Pode-se conceber que o mercado ilegal tem surgido como resposta à marginalidade econômica. Do exposto, podemos constatar que, apesar de seu caráter ilegal, o tráfico participa da atividade geradora de capital, detendo um forte e organizado esquema de produção e mercantilização de drogas, configurando-se, hoje, uma prática atrativa, tanto pela possibilidade de acúmulo de capital, quanto pelo reconhecimento social que proporciona aos traficantes, numa forma de sociabilidade extremamente peculiar. (Faria; Barros, 2001, p.536-538).

A sensação de ocupar um lugar de poder também é verificada entre os usuários que ocupam algum posto de trabalho no varejo, independentemente do valor pago e da forma que se paga, muitas vezes em drogas e outras em dívidas. “Pelo prisma ideológico burguês, o trabalho é a medida das possibilidades de sucesso e mesmo do grau de respeitabilidade das pessoas” (Biondi, 2018, p.51).

5.5.2 A Economia do Pela Porco

Economicamente, a pobreza tem definições e categorizações múltiplas. Na economia do bem-estar, pensava-se pobreza enquanto privação de bens; em seguida, percebe-se que a pobreza tem uma dimensão multidimensional e está diretamente relacionada com a sociedade na qual o indivíduo está inserido. Ademais, para pensar a pobreza é imprescindível agregar indicadores de várias dimensões da vida que não apenas renda (principalmente a partir do acesso à alimentação) e capacidade de consumo.

“Em termos econômicos, a pobreza é conceituada como uma situação de privação, a qual pode ser em termos materiais, sociais, culturais, ou de acesso a determinados recursos. Além disso, a pobreza pode ser caracterizada como de natureza absoluta, relativa ou subjetiva.” (Martini, 2009, p.7). Segundo Hagenars e De Vos (1988 *apud* Martini), as categorizações têm relação com consumo e sobrevivência, com possuir menos recursos financeiros em comparação

a outras pessoas da sociedade onde se está inserido, ou ainda ter menos do que avalia suficiente para suprir suas necessidades.

Na atualidade, o índice mais utilizado para classificar os níveis da situação de pobreza é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) criado em 1990 e atualizado ano a ano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que em 1997 criou outra métrica, o Índice de Pobreza Humana (IPH), utilizado no Brasil pelo IPEA (2007).

De maneira geral a renda é importante para compor todos esses índices, embora outros elementos sejam acrescentados considerando a complexidade das realidades de cada país e a diversidade de necessidades dos seres humanos.

No Pela Porco as pessoas usuárias vivem em situação rua, ou seja, de pobreza ou abaixo da linha de pobreza, por não ter condições para manter minimamente suas necessidades nutricionais, com renda muito variável e inconstante. Alguns recebem benefícios sociais, outros sobrevivem apenas dos proventos advindos de trabalhos informais, mas todos, em alguma medida, conseguem dar conta das necessidades básicas muito por conta das doações recebidas cotidianamente. No entanto, isso não significa que esses usuários estão fora do sistema capitalista, cuja maior marca é o consumo e o dinheiro, sua forma mais expressiva.

O objetivo imediato da vida é “ganhar dinheiro”, seja na forma de renda salarial, seja na forma de renda capitalista; seja na forma de trabalho remunerado, seja na forma de remuneração do trabalho alheio. É claro que, para os destituídos de meios de produção – no caso, a ampla maioria da população, o proletariado –, a questão de se “ganhar dinheiro” torna-se bem mais dramática. (Biondi, 2018, p.49).

Tanto “ganhar dinheiro torna-se dramático” quanto conseguir acessar bens de consumo com os valores auferidos. Entretanto, o capital acaba se adequando a todas as situações, é possível criar condições e capacidades para este grupo não deixar de girar a roda do comércio. Afinal, “o mercado enquanto organizador de carências” providencia as estratégias para que todos, dentro de suas possibilidades, participem e colaborem com o sistema posto.

Como mencionado anteriormente, os usuários em situação de rua têm dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Os tipos de trabalho que acessam são de baixa remuneração, por conta da falta qualificação profissional, baixa escolaridade, dentre outros motivos, e em geral enfrentam dificuldade para serem inseridos ou reinseridos no mundo do trabalho formal. “Como a estrutura econômica do Brasil é hoje, mais do que no passado, assentada no setor de serviços, e num contexto em que a sociedade é em sua maioria urbana, a possibilidade de os pobres poderem superar essa condição por meio de inserção no mercado de trabalho fica limitada.” (Ribeiro; Raitano, 2020, p.14). Além disso, os usuários do Pela Porco têm como

agravante a situação de rua, que os coloca em uma condição de pobreza que os fragiliza ainda mais, gerando uma descredibilidade de suas personas. Todos esses fatores não contribuem em nada para perspectiva de mudança de lugar social.

Nesse contexto, a informalidade não é apenas do mercado de trabalho, é também econômica e se torna mecanismo de manutenção do lugar social dos usuários. A informalidade nas relações econômicas não é uma particularidade do Pela Porco, desde sempre as pessoas com poder aquisitivo limitado lançam mão de táticas para acessar bens de várias naturezas. Isso se dá de maneira mais comum com pequenos comércios, nos quais as relações são baseadas na confiança sustentada pela “caminhada” de cada um e a palavra tem valor. São expressões destas táticas o fiado, a venda de produtos a retalho, o pagamento parcial de produtos, o dinheiro emprestado a juros, assim como o empenho de algum bem - no caso dos usuários, geralmente documentos ou cartão do recebimento de benefício social.

Por outro lado, o comércio “informal” possui estratégias mais flexíveis e adaptadas aos consumidores de rendimentos baixos (venda de cigarros e não de maços, de montinhos de bens alimentares e não ao peso, etc.), o que implica a segmentação do mercado do lado da procura e da oferta: são os pobres aqueles que se cruzam na relação de compra e venda nestes mercados. Estas actividades estão mais próximas das pessoas e estruturam redes sociais de interesses que ultrapassam os tradicionais elementos de afinidade entre os cidadãos, como sejam as identidades étnicas, linguísticas ou outras. (Mosca, 2009, p.7)

Os que empreendem na cena de uso não são grandes comerciantes ou acumuladores de capital, mas sim trabalhadores que tiram seu sustento do comércio que funciona no entorno da cena de uso e veem nos usuários uma forma de lucrar utilizando táticas que aproveitam o potencial de consumo daquele público. Apesar de não serem vistos como clientes nem serem tratados com pompa e respeito, são eles, os usuários, que garantem a manutenção do funcionamento de alguns tipos de negócios. Nesse contexto, as regras estão postas e normalizadas pelos envolvidos, quem toma um valor emprestado já o faz sabendo quanto precisará pagar e a data acordada entre as partes, o prazo pode ser estabelecido de acordo com o recebimento do benefício ou do turno de trabalho. As regras do jogo estão expostas, a confiança na palavra e no comportamento norteiam as relações econômicas informais, embora todas as pessoas tenham fontes potenciais para garantir a quitação da dívida, a dívida é um modo de sobrevivência e tática de consumo.

O que observo no Pela Porco é uma “economia da dívida”, constituída não apenas pela “presença ou ausência de dinheiro”, mas sim por “uma intrincada rede de relacionamentos, na

qual há confronto ou diálogo. (...) É um campo complexo que abrange a situação social e as identidades dos devedores, o seu género ou a sua cultura.” (Gutiérrez, 2006, p.1).

A dívida é uma forma dos comerciantes obterem lucro de forma rápida e efetiva, que funciona devido a relações estabelecidas pela confiança e “caminhada” de cada um. Se é uma pessoa que já quebrou um combinado o crédito dela é suspenso, ao menos por um tempo, até que prove ser capaz de sustentar o acordo novamente. De uma forma ou de outra, sempre há o pagamento, a dívida nunca ou dificilmente deixa de ser paga. “Toda propriedade é capital – e não simplesmente propriedade. Dívidas também são capital, como cada empréstimo de Estado demonstra. Todo capital é igual, e é incorporado naqueles certificados impressos que sobem e caem em valor na bolsa de valores.” (Hilferding *apud* Biondi, 2018, p.53).

A dívida, a venda a retalho, o pagamento parcial ou adiantamento de parte do pagamento são as táticas utilizadas pelos usuários e comerciantes para fazer o dinheiro circular na cena de uso. Nessa lógica, quase todas as coisas são passíveis de negociação na rua, tudo, ou quase tudo, tem valor econômico, quase sempre tem alguém com alguma moeda para pagar ou deixar fiado um produto cuja procedência varia desde coisas achadas durante a reciclagem até doações, pequenos furtos ou drogas. A dívida também é uma das principais táticas de venda, circulação de mercadoria e dinheiro do tráfico de drogas.

5.5.3 O dom religioso

Quando se trata de populações extremamente vulnerabilizadas, em situação de pobreza que compromete a manutenção da vida, a caridade e a filantropia comumente se manifestam. Em outro tópico deste trabalho expus acerca de circuitos da população em situação de rua na cidade de Salvador. Esses circuitos são estabelecidos e sustentados através de doações, em grande medida por meio de pontos fixos e móveis onde são disponibilizados insumos indispensáveis à vida, dentre outras ofertas. De forma geral, essas ofertas são realizadas por grupos, em sua maioria religiosos de várias denominações.

No Pela Porco, especificamente, de modo contínuo há o Projeto Social do Pastor, ligado à Igreja Batista, que atua há pelo menos sete anos e vem se solidificando, além dos grupos que passam em carros distribuindo a *larica*, roupas, outros que percorrem a marquise distribuindo pão com café, oração e propostas de internamento em Centros de Recuperação.

O espaço do Projeto Social é idealizado e coordenado pelo Pastor, que dá todas as diretrizes de gestão para o funcionamento do Projeto e da vida dos usuários que aceitam a proposta de viver sob sua direção. Embora o Pastor seja essa referência, ele não toca a *obra*,

sozinho. Baseando-me em seus relatos, pude perceber que para sustentar todas as ações é preciso muitos braços, sejam eles representados pela força física e doação do tempo, seja pela doação de valores em dinheiro para financiar os custos do Projeto. Ou seja, tem envolvimento de pessoas da Igreja que doam seu tempo, seus braços para cozinhar em datas comemorativas, as doações que chegam por particulares que levam itens na porta do Projeto, ou doam dinheiro diretamente na conta do Pastor. A Igreja é a principal mantenedora, através de um bazar em que toda a renda obtida é revertida para o Projeto.

Fica demonstrada toda uma “trama das relações sociais” operacionalizada pelo dom/dádiva, pela troca, tendo em vista que “é preciso pensar na dádiva não como uma série de atos unilaterais e descontínuos, mas como relação, a dádiva não é uma coisa, mas uma relação social” (Godbout, 1999, p.16) que, guardadas as devidas proporções, “põe em ação, em certos casos, a totalidade da sociedade e de suas instituições”.

“A dádiva nada mais é do que um sistema das relações sociais de pessoa a pessoa (...), é um sistema de circulação de coisas imanentes aos próprios vínculos sociais” (Godbout, 1999, p. 27-77). Na modernidade, isso difere do tipo de sistema inicialmente desenvolvido por Mauss, em que o ciclo de dar, receber e retribuir se completava na circulação das coisas em torno de atores com vinculação mais próxima e com uma obrigação de retribuir a dádiva recebida. A situação que tratamos aqui é da dádiva entre estranhos, pessoas que não têm vinculação próxima mas constroem uma relação a partir da dádiva, da doação de dons, sejam eles coisas que alimentam ou vestem o corpo, como palavras que trazem esperanças para a alma dos usuários.

Jacques T. Godbout define dádiva como “qualquer prestação de bem ou serviço, sem garantia de retorno, com vistas a criar, alimentar ou recriar vínculos sociais entre pessoas” (1999, p. 29). Outros autores como Godelier (2001) e Caillé (1998) defendem a dádiva como um terceiro paradigma da Sociologia, para dar conta da complexidade que envolve humanos e não humanos, tendo em vista que esta é pautada nas relações e vínculos sociais pessoa a pessoa, nas práticas sociais, valorizando a solidariedade e laços coletivos produzindo e reproduzindo sociedade. Segundo os autores mencionados, a dádiva está presente em todas as sociedades, sejam elas tradicionais ou modernas: “o dom existe em toda parte, embora não seja o mesmo em todo lugar”. De modo geral, ele existe onde há circulação de coisas e prestação de serviços - excluindo o Estado e o Mercado, instituições nas quais se estabelece o lucro em vez da dádiva. De fato, o Estado é um prestador de serviços, um gestor de produtos que, de uma forma ou de outra, recebe um valor em contrapartida, na forma de imposto, por exemplo.

Já o dom estabelece uma relação dupla de quem dá com quem recebe, mas não se restringe a esse círculo. Godelier aponta algumas pistas que nos auxiliam a pensar sob a luz do

paradigma da dádiva os gestos de solidariedade que acontecem no Pela Porco, tentando responder à pergunta: por que aquelas pessoas doam para outras que não teriam condições de retribuí-las de forma equivalente?

Dar é transferir voluntariamente algo que nos pertence a alguém de quem pensamos que não pode deixar de aceitar. Logo, o dom é um ato voluntário, individual ou coletivo, que pode ou não ter sido solicitado por aquele, aquelas ou aqueles que o recebem. Dar parece instituir simultaneamente uma relação dupla entre aquele que dá e aquele que recebe. Uma relação de solidariedade, pois quem dá partilha o que tem, quiça o que é, com aquele a quem dá, e uma relação de superioridade, pois aquele que recebe o dom e o aceita fica em dívida para com aquele que deu. Através dessa dívida, ele fica obrigado e, portanto, encontra-se até certo ponto sob sua dependência, ao menos até o momento em que conseguir “restituir” o que lhe foi dado. (Godelier, 2001, p.22-23).

A citação acima nos oportuniza refletir a respeito de vários movimentos em torno dos “atos voluntários” que acontecem no Pela Porco, seja pelo Projeto do Pastor, por grupos em carros ou pessoas individuais. Apoiada nas observações de campo entendi que, de forma geral, as doações voluntárias estão intimamente ligadas à religião. Os grupos e indivíduos que se conectam com a dimensão espiritual através do dom veem nele uma forma de retribuir o que lhes foi dado. “A prática do dom estende-se, portanto, além do mundo humano e torna-se elemento essencial de uma prática religiosa, ou seja, das relações entre humanos, os espíritos e os deuses que, eles também, povoam o universo. O dom transforma-se aqui em um sacrifício aos espíritos e aos deuses.” (Godelier, 2001, p.161).

No caso da dádiva doada aos usuários em situação de rua, além do alimento do corpo, como comida, roupas e calçados, é ofertada também a “palavra de Deus”, a promessa da salvação, da vida eterna e do amor divino. A palavra é um instrumento de doação de esperança, de oportunidade de mudança de vida, se seguido o caminho “certo”. No projeto do Pastor, antes de distribuir a alimentação, seja o café da manhã ou o abará do fim da tarde, é feito um momento de oração ou pregação “para agradecer a Deus pelo alimento”. Da mesma maneira, alguns grupos abordam os usuários disponibilizando a *larica* e a palavra de Deus. Na contramão, os religiosos de matriz africana, muitas vezes fazem sua doação no anonimato, com receio de sofrerem preconceito religioso, algo que de forma recorrente presenciei por ocasião de datas em que tradicionalmente é distribuído caruru, por exemplo, quando alguns usuários dizem que não vão “pegar” porque não comem oferenda.

(...) a arte da conversação deve permitir que cada um fale. Deve, portanto, conceder a cada um o prazer de dar aquilo que, embora aparentemente não custe nada, não deixa de ser menos precioso: palavras, palavras simples, palavras bonitas ou então feias, ou idéias raras, fórmulas bem elaboradas que tenham a chance de permanecer no espírito

dos interlocutores. A regra é que ninguém deve monopolizar a palavra e que, se alguém a conservar durante algum tempo, que seja para carregá-la ainda de mais valor quando ela for devolvida. (Godbout, 1999, p.21).

Dar, receber e retribuir são os três pilares da dádiva. No caso do Pela Porco, quem recebe são pessoas usuárias de drogas em situação de rua, que, certamente, ou ao menos naquele momento, não tem condições de retribuir. Assim, a coisa dada toma outros caminhos. Para quem doa, prevalece o sentimento de compaixão de ter ajudado um *irmão de rua*, alguém que sem aquela ajuda talvez não tivesse como se alimentar. Há também o intuito de retribuir um pouco do que o sagrado lhe propiciou, ou cumprir uma missão de servir ao *Senhor* cuidando de outros menos favorecidos. Nessa perspectiva, quem irá retribuir o bem é *aquele lá de cima*. Por outro lado, os usuários fazem circular a dádiva de outra forma, seja repartindo uma marmita doada com outro que não teve a mesma sorte, ou repassando uma roupa para aquele que está querendo tomar banho e não tem roupa limpa, ou a sandália está muito estragada. Desse modo, “a dádiva serve, antes de mais nada, para estabelecer relações” e fortalecer os vínculos não só entre os humanos, mas com o sagrado que preconiza a partilha e a solidariedade principalmente com aqueles mais fragilizados.

“O dom é um mecanismo que faz circular os bens e as pessoas”, além de envolver e agregar ações na direção de grupos sociais marginalizados, estigmatizados, que comumente suscitam a pena, mas igualmente o medo e repúdio pelas condições e o modo como os usuários se apresentam. Por outro lado, penso que quem doa também tem interesses, sejam eles espirituais (pagando promessas por graça alcançada, ou atendendo ao chamado de Deus para cuidar de pessoas em retribuição a sua vida de sucesso) ou econômico (a igreja recebe doações para serem transformadas em comida, vestimenta, cursos e outros serviços prestados aos usuários, ao mesmo tempo atrai novos fiéis). Destacam-se também as relações de poder: quem doa está em um patamar diferente de quem aceita receber. “São esses códigos que evidenciam ao etnógrafo os regramentos que orientam sociabilidades em torno da ajuda e proteção, invalidando as argumentações corriqueiras de que “na rua é cada um por si”. (Claudino, 2015, p. 343).

5.5.4 Os laços familiares

Os motivos pelos quais as pessoas se encontram em situação de rua são diversos e incluem violência doméstica, situação de pobreza que compromete o suprimento das necessidades dos componentes do grupo familiar, falecimento dos pais ou de alguma das partes,

abandono familiar, violência sexual. Dentre as motivações, todavia, uma das causas que mais aparecem são questões relacionadas à família, que levam ao rompimento ou fragilização desse vínculo. A rua é uma alternativa de vida possível, embora seja um ambiente adverso e de relações ainda mais complexas do que as desenvolvidas dentro da família consanguínea, dividindo o mesmo teto.

A construção da instituição familiar enquanto valor é, de certo modo transferida para a rua. O que observo é que, sendo a rua a casa para esse grupo social, a reprodução dos elementos que compõem uma casa norteia a vida. Consequentemente, a ideia de família está presente.

Sobre o tema, autores como Escorel (1999), Gregori (1997), Vogel e Mello (1991) e Magni (1997) retratam, na década de 1990, de forma mais localizada, a família na rua como sendo composta em sua maioria por mães com filhos ou casais com filho. De forma geral, eles acabam nessa situação por conta da pobreza acentuada, quando a renda familiar não é suficiente para custear as necessidades do grupo, quando a capacidade de prover é ínfima. Já no caso do Pela Porco, quando falo da família da rua refiro-me àquela que, apesar de construída com os valores, atribuição de papéis e relações da família consanguínea, é formada pelas pessoas que compartilham a experiência da situação de rua e do uso de drogas. São novas composições familiares, mediadas por relações de afeto, confiança, cuidado. “A contemporaneidade brasileira dos arranjos familiares e do valor da família é, assim, também pensada e suposta como plural” (Machado, 2001, p.17).

Na rua, assim como não se abandona em definitivo as vinculações familiares, também não se deixa de constituir novos vínculos que remetem aos de origem familiar, seja em sua organização interna, na definição de papéis ou na proximidade afetiva pela qual os partícipes adquirem nomeações familiares. Estes novos vínculos – proporcionados pela acolhida que a vida nas ruas oferece – estruturam uma relação familiar cunhada a partir de experiências compartilhadas ou situações críticas que comprovam lealdade entre os envolvidos, como demonstrações de defesa e proteção em casos de discussões, brigas ou companheirismo em situações de risco. (Lemões, 2012, p. 131).

Quem está em situação de rua também tem família e preza pelos valores que isso envolve, fazendo questão de demonstrar. Na rua se estabelecem outros pais e mães, como no caso de alguns profissionais dos serviços que, ao desenvolverem um vínculo mais próximo, acabam sendo chamados de mãe por alguns usuários: “*ô minha mãe, só a senhora pode me ajudar*”. Analogamente, o dono do ferro-velho é chamado de pai, pois ele *fortalece a maloca* de várias formas e é a ele que os usuários recorrem em caso de uma necessidade ou de algo que precise de uma resolução rápida. Mas a relação com o pai da rua também tem seus momentos

de conflito e discordância; há vezes em que o filho erra e precisa ser repreendido, aconselhado ou punido pelo erro que cometeu.

As pessoas que praticam a dádiva da distribuição de comida, em alguns casos, também acabam se tornando pais e mães - uma relação afetiva utilizada, inclusive, como recurso para comover, conquistar as pessoas e poder acessar de forma mais breve e afetiva aquilo que desejam.

Um caso bem marcante de Mãe da Rua ou dos Maloqueiros é Maria Lúcia Pereira, fundadora do Movimento de População de Rua (Pop Rua) da Bahia, e coordenadora do Movimento Nacional da População de Rua. Ela viveu 16 anos em situação de rua, em Salvador, e depois se envolveu na luta por conquistas e garantias de direitos específicos para a população de rua. Mesmo tendo feito a passagem em 2018, até hoje ela é mencionada como mãe de muitos. Ouvi diversas vezes frases como *minha mãe Maria Lúcia* ou *Maria Lúcia mãe de todos nós, se temos isso é por causa da luta de mãe Maria Lúcia*. Há um vínculo e uma relação muito forte, por conta do entendimento de que a luta dela era por coisas mais concretas e de longo prazo para a população em situação de rua, enfim, uma luta por direitos humanos.

Na rua há a reprodução da casa e da família. Nesse sentido, são atribuídos papéis sociais a pessoas que demonstram um perfil de acolhimento, cuidado, respeito e sensibilidade com a situação do outro – seja ele experiente quanto à situação de rua ou novatos que acabam de chegar e ainda não compreendem a dinâmica de funcionamento da rua, as regras para sobreviver no espaço. “Tais trocas, expressas no ‘compartilhamento de substâncias’ como a comida, o calor dos corpos, a lealdade, as preocupações afetivas e cuidados mútuos, sublinham a constituição de parentesco entre os pares, a partir de relações de caráter difuso e duradouro, partilhadas no seio de uma trajetória comum”. (Lemões, 2012, p.40).

Embora a referência da família consanguínea na maioria dos casos não seja totalmente perdida - durante a aplicação dos questionários, quando perguntado se tinham família, todos responderam com ênfase “tenho sim” - o vínculo é no mínimo fragilizado, como ficou evidente nas respostas sobre a frequência do contato com os parentes consanguíneos. Fato que igualmente é apresentado em Escorel (1999): “A referência à existência de uma família na periferia ou no interior do estado não significa exatamente ter uma casa, ter para onde ir” ou ter a quem recorrer em um momento de aperto. De maneira geral, não significa ter para onde retornar e acaba sendo uma casa com referência de família muito no sentido de não ser só, de ter parentes. Contudo, não necessariamente os usuários podem contar com eles, e raramente desejam voltar a conviver com estas pessoas e nestas casas, muitas vezes pela situação de pobreza da família, “quando passam de uma pobreza abrigada à pobreza desabrigada”.

Ao olhar para o quadro sociofamiliar constituído com base nos fragmentos de informações fornecidas pelos interlocutores, tem-se a percepção de que, ao invés de afirmarmos o “desmantelamento relacional e o abandono familiar” como pano de fundo explicativo para a situação de rua, podemos complexificar a interpretação, ao considerar a multiplicidade de fatores que incidem sobre a questão e, principalmente, a continuidade dos vínculos familiares apesar da (e além da) situação de rua. (Lemões, 2012, p.35).

No Pela Porco, foi possível acompanhar o caso de uma família em situação de rua composta pelos pais, usuários de drogas que já frequentam o Pela Porco há muitos anos, e uma criança de uns dois anos de idade. Os pais se conheceram na cena de uso e depois do bebê passavam temporadas entre a casa e a rua, deixavam o bebê em casa com familiares, depois passaram a trazer a criança. Os dois trabalhavam como catadores, por vezes vi a mãe chegando ou saindo para a coleta com o bebê dentro do carrinho misturado aos materiais coletados. Ficavam no movimento de ir para a rua e voltar para o bairro, permanecendo na rua até juntar uma determinada quantidade de material e garantir o retorno com uma certa grana. Por vezes saíam do bairro endividados, em uma dessas saídas ficaram impedidos de voltar por não terem conseguido pagar a dívida.

Então organizaram um espaço embaixo da marquise para ser da família. Naquele trecho específico deixavam os pertences deles, algumas roupas e brinquedos da criança, e os outros usuários ajudavam a cuidar, seguravam na mão para que a criança não corresse para a pista, em alguns momentos passeavam pelo entorno e compravam doces, ao mesmo tempo que outras pessoas, principalmente dos serviços, do ferro-velho e da barraca de lanches alertavam os pais sobre ser a rua, sobretudo uma cena de uso, inadequado para uma criança tão pequena. Eles preocupavam-se com as possíveis consequências caso houvesse uma denúncia ao juizado de menores, o que implicaria o risco de perderem a guarda da criança.

Essa situação perdurou por muitos meses. O casal chegou a montar embaixo da marquise uma barraca onde comercializavam cigarros, sucos industrializados, salgadinhos de pacote, cigarros, dentre outras mercadorias. Acabou que a situação no espaço ficou insustentável para eles continuarem com a criança, o que os fez retornarem para o bairro.

Estar na rua é situacional. Para alguns usuários, por exemplo, é permitido fazer o movimento relatado acima, ir e voltar, cambiar entre a rua e a casa, entre a família consanguínea e a da rua. Por vezes são criadas pontes entre a casa e a rua, como no caso de filhos criados por outros parentes, em sua maioria mulheres. É quase sempre uma mãe, irmã ou avó que cuida dos filhos de outras mulheres em situação de rua. No Pela Porco, algumas mulheres ficam nessa ponte e visitam os filhos em casa.

Nesse cenário, dois casos me chamam mais atenção. O primeiro é o de uma usuária que convive com HIV tanto ela quanto seu companheiro. Ela está no Pela Porco há mais de dez anos, e tem dois filhos que moram com sua mãe no bairro. O benefício que recebe fica em poder da mãe, sendo o recurso o que ajuda a prover o sustento das duas crias. Sempre que pode, ela leva algo mais e, além das visitas, fala com os filhos pelo telefone, conseguindo manter um vínculo bem próximo a partir do movimento de ir ao bairro. Porém, ela não quer que os filhos a visitem na casa de uso e a vejam “naquela situação”.

O outro caso é bem parecido. Quem cria as crianças é a avó, que também a criou e tem por ela muito amor, mas por conta do uso não consegue se manter em casa. Passa temporadas na rua e quando, em geral, acontece alguma situação de violência ou de *treta* com outro usuário, ela vai para casa passar um tempo.

Em outros casos, assim como relatados em pesquisas anteriores, pessoas nasceram e cresceram na rua, já estão na segunda ou terceira geração em situação de rua e, por vezes, precisam trocar de território por conta de conflitos com outros usuários ou com o varejo local. Tem um caso no Pela Porco de um pai e seu filho, que ficavam juntos. Em dado momento o filho sumiu e o pai não sabia por onde ele andava e sempre nos perguntava (aos trabalhadores do Corra pro Abraço) se não o tínhamos visto pela cidade. Depois de muito tempo o encontramos no Comércio com uma guia de lápis decorado. O rapaz nos presenteou com alguns dos lápis e contou que esteve preso, “*mas agora estava de boas*”, entretanto, ainda não podia voltar para o Pela Porco.

O papel da mãe e do pai enquanto cuidadores, protetores, provedores, ainda que ainda que não tenha sido exatamente vivenciado dessa forma no ambiente doméstico, é reconstruído na rua e atribuído àquelas pessoas que demonstram afeto, cuidado e preocupação. Surge então um sentimento mais coletivo de organização do grupo, que se expressa na defesa de quem está com razão ou se comportando de modo menos conflituoso, buscando amenizar os enfrentamentos ou participar como mediador de situações adversas. A ideia de família enquanto grupo se mantém na rua, a convivência entre iguais e os papéis sociais são atribuídos a partir da personalidade, do comportamento de cada indivíduo e do compartilhamento da mesma situação social. Assim, laços de confiança entre os pares se estabelecem muito a partir da *caminhada* de cada usuário. As coisas coletadas, as dádivas, são repartidas a todo tempo, numa divisão de bens construída a partir da inconstância que a situação de rua coloca, a “expressão da casa na rua”.

Uma vez inserido num grupo de rua, o indivíduo firma alianças de camaradagem e solidariedade, além de tomar conhecimento de lugares que disponibilizam determinados recursos. A partir de então, a base está formada e outros pontos de apoio podem ser tecidos na multiplicidade das relações informais e não planejadas”. O fato é que a formação de grupos é fundamental desde o ponto de vista da sobrevivência física até a constituição de relações de proteção e segurança também atreladas ao sentimento de pertencimento. (Lemões, 2012, p.126).

Diante das adversidades, as relações de solidariedade na rua são imprescindíveis para a manutenção da estadia no território e com o grupo. Quem não considera ou desrespeita o outro não conquista credibilidade e coloca em risco sua permanência.

5.5.5 Assistência do Estado

O Pela Porco é um território sob mira e controle diversos. Além do controle social advindo da população do entorno, há um monitoramento mais intenso da parte do Estado, que chega de modo emblemático na forma de repressão e cuidado. Este último aparece nas seguintes figuras: (i) serviços que realizam a Política Pública ofertando aluguel social e abrigo em Unidades de Acolhimento, marcando presença todos os dias no território, construindo vínculo e trabalhando a “mente” dos usuários para que compreendam que sair dali é o melhor a fazer; (ii) equipes de saúde formadas por profissionais de múltiplas áreas que atendem *in locu*, fazendo pequenos curativos, fortalecendo os acompanhamentos de saúde, registrando quais são as doenças e infecções presentes naquela população e, por consequência, sustentando os dados governamentais acerca dos problemas e das condições de saúde daquele grupo; (iii) equipes multidisciplinares com ofertas ligadas à assistência e acesso à justiça, que articulam o cuidado com as equipes anteriores e também mantêm o Estado informado sobre as principais demandas da localidade, fornecendo, igualmente, dados sobre o perfil dos usuários e do território por meio de relatórios de prestação de contas obrigatórias; (iv) presença diária das equipes de limpeza, que tem a função de retirar todo o “lixo” acumulado ao longo da marquise, ação que conta com a empresa de limpeza urbana e da guarda civil municipal – esta gerenciando a “tranquilidade” e “sucesso” da ação; (v) por fim, a polícia se faz presente com frequência e mantém relações e interações distintas tanto com os usuários “da pista” quanto com os traficantes que organizam o mercado de drogas local.

Todas estas estratégias do Estado estão presentes no território revestidas de Política Pública. Em um país extremamente desigual, as Políticas Públicas são largamente utilizadas para mediar o acesso a direitos de pessoas que se encontram em situação de precariedade social e econômica. Ao longo da história do Brasil, movimentos da sociedade obrigaram o Estado a

criar mecanismos e ações públicas para atender de forma localizada a grupos específicos ou de forma ampla a qualquer cidadão, como é o caso da Política Nacional para a População em Situação de Rua (decreto 7053/2009), da Política Nacional de Assistência Social (1998) e do SUS (1988). A Política Pública é o Estado junto aos cidadãos. Ela chega ao destino final com a colaboração dos executores da Política em vários níveis, no entanto, aqui nos interessam os agentes da ponta, aqueles que dão corpo e movimento ao que está descrito no papel enquanto lei.

Na execução da Política do Estado estão o que alguns autores denominam de burocratas da linha de frente, que representam “o Estado perante o cidadão”. São eles quem de fato fazem a Política acontecer na prática dentro das condições que o contexto e o público objetivo da política lhes permitem executar.

A ação dos burocratas da linha de frente é mais uma variável na equação da aplicação das políticas, porque são eles que de fato traduzem os programas em bens e serviços concretos, quer dizer, os cidadãos são beneficiados ou punidos pelo poder público por meio dos funcionários que trabalham nos guichês; nos consultórios; nas salas de aula; nos pátios dos presídios; nas esquinas das ruas. Todavia, o agente da base tem de ir além da execução dos programas, porque muitas vezes os formuladores deles não sabem o que querem atingir com eles ou não sabem como alcançar os objetivos deles. (Oliveira, 2012, p. 1553).

Diferente das autoridades políticas e da alta administração, os atores na ponta do sistema não veem os cidadãos como abstrações, mas como indivíduos concretos, nos encontros face a face. (Oliveira, 2012, p.1557).

Os burocratas da rua ou da linha de frente são os funcionários do Estado que executam na ponta a política pública, pensada no alto escalão por pessoas que, na maioria das vezes, não conhecem em nenhum grau a realidade na qual a política será implementada ou o público que ela deverá alcançar. Esses representantes do Estado são tanto os trabalhadores de Programas como o Corra pro Abraço, que está dentro das ações previstas no SISNAD, e das equipes do SEAS, executores da política de Assistência Social, quanto da segurança pública, aqui na maioria das vezes representadas pelas polícias Civil e Militar.

Os operadores da política pública na ponta são trabalhadores que prestam serviço ao município e, em sua quase totalidade, são do serviço terceirizado, ou seja, com vínculo empregatício precarizado e salários incompatíveis com o trabalho que realizam. Esses atores operam as políticas de assistência e saúde, sejam elas amplas ou específicas. Já os que estão a serviço do governo do Estado dividem-se em dois blocos: um engloba os que operam a política no âmbito da justiça e dos direitos humanos, enquanto outro abrange a esfera da segurança pública. Os primeiros são prestadores de serviços ao Estado através de termos de colaboração

em que empresas fazem a gestão de recursos públicos para executar políticas públicas. Por isso, em sua maioria, são trabalhadores contratados por essas organizações. Em contrapartida, os últimos são todos servidores efetivos do Estado e, embora o vínculo de trabalho seja seguro e menos vulnerável, ainda enfrentam condições de trabalho precárias e baixos salários. São estas figuras que estão de fato mais perto do público, sendo ouvidos e ouvindo a população. Como resultado, acabam acolhendo todas as frustrações com políticas que não são efetivas.

Dito isso, retorno à realidade do Pela Porco. Os burocratas que lá atuam precisam decidir para além do que está na letra da lei da Política Pública, uma vez que quase sempre as condições não se adequam ao perfil do público e realidade dos cidadãos, pois são pré-estabelecidas.

O poder discricionário dos operadores que atuam nos guichês, nas enfermarias, nas salas de aula e nas ruas é decisivo na execução das políticas públicas. Os recursos oferecidos pela organização estão em geral aquém dos necessários para o bom desempenho das tarefas e as regras formais não dão conta de todos os casos concretos, o que exige a intervenção discricionária dos atores do baixo escalão para que a agência funcione, distribua os bens e preste os serviços, ou seja, esta discricionariedade é condição necessária para que a política pública seja concretizada. A questão que se põe é a de como estabelecer os limites dela, a fim de que a accountability e a responsiveness sejam asseguradas. (Oliveira, 2012, 1569-1570).

No Pela Porco os burocratas da linha de frente estão a todo tempo interagindo e trocando informações no que concerne aos usuários, pois se um deles precisa de um atendimento que demanda um documento específico, a busca é para se certificar que esse documento não esteja guardado em outro serviço. Embora não esteja dentro das atribuições guardar documentos de usuários, em alguns casos isso se faz necessário para evitar que a pessoa os perca rapidamente. Por outro lado, alguns outros operadores dificultam o acesso das pessoas às políticas, fazendo com que esta, ao invés de incluir, acabe reproduzindo exclusão. Um exemplo disso é condicionar o acesso a determinadas documentações, como só agendar o exame no posto de saúde se o usuário possuir cartão SUS, ou só poder exercer o direito ao voto se realizar a biometria – sendo que, para realizar a biometria, é preciso estar com os documentos de Carteira de Identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF), este último obrigatoriamente atualizado.

5.6 O social reinventado

No dicionário online de português (2024) a palavra social significa: “Sociável; que prefere estar na companhia de outras pessoas; que diz respeito à sociedade e aos cidadãos que dela fazem parte”. Já no dicionário de Sociologia

O termo social pode ser aplicado a tudo que se relaciona com sistemas sociais, suas características e a participação das pessoas neles. Quando dois amigos conversam, seu comportamento é social na medida em que se valem da cultura no que interessa à linguagem, às expectativas recíprocas, à compreensão de ambos do que constitui uma amizade e assim por diante. Note-se que o social não é simplesmente algo que envolva ou afete muitas pessoas. (Johnson, 1997, p.36).

Assim, entende-se que o social é um conjunto, um sistema interdependente composto por relações, um sistema social que por sua vez forma a sociedade. Nessa linha de raciocínio, o Pela Porco é um espaço de socialização onde se compartilham os códigos singulares das pessoas que são usuárias em situação de rua. Compreender o modo de funcionamento desse coletivo passa por estabelecer relações e descrever as interações no cotidiano do contexto da rua. De todo modo, o que se assimila de imediato é que sozinho as coisas ficam ainda mais difíceis, é preciso contar sempre com a colaboração de outras pessoas, sejam elas usuárias do território ou não. Essa colaboração pode ser para comer, vestir-se, trabalhar, conseguir uma medicação, um atendimento de saúde ou manter um vínculo familiar. Logo, é preciso estabelecer laços, entender como a rede funciona e os modos de ser fio da grande teia social. É preciso ter disponibilidade para se submeter às regras e manter sempre ativo o espírito de solidariedade e empatia, caso contrário as coisas não acontecem *pelo certo*.

A composição do sistema social do Pela Porco conta com ao menos três elementos de sustentação que foram tratados no decorrer deste capítulo: o dom religioso, os laços familiares e a prática de troca de favores, essa última entendida aqui como uma forma de dom. Nesse cenário, destaca-se a prática religiosa da doação – seja ela de insumos indispensáveis ao corpo físico (comida, água, vestimentas) ou de salvação da alma, ofertada através da *palavra de Deus*, a bíblia. Neste caso, é oferecida também a oportunidade de renascer ao livrar-se da droga nos centros de recuperação ou comunidades terapêuticas que, na maioria das vezes, são geridas por religiosos que acreditam na cura do vício somente por intermédio de Deus na vida da pessoa. Dessa forma, em muitas destas instituições o cuidado é pautado tão somente na fé, na força de vontade do usuário de parar o uso.

A ação dos religiosos é necessária e complementa outras que acontecem no território, visto que os serviços públicos que visitam o Pela Porco não disponibilizam alimentos e o fluxo para as comunidades terapêuticas são mais burocráticos. A doação é um meio para construir e

fortalecer vínculos, se relacionar com pessoas que naquele momento estão em lugar de desigualdade, precisando do que é doado. Além disso, quem doa também fortalece seu vínculo e relação com Deus, ao dar ao outro menos favorecido aquilo que lhe foi concedido como dádiva pelo divino. Em suma, é uma forma de retribuir.

No Pela Porco a família é remontada, redimensionada de acordo com as relações e interações estabelecidas. Vimos que há a família da rua formada por pessoas que têm afinidade, outras que se tornam referência de cuidado, de poder dentro do território. Por outro lado, os laços familiares consanguíneos nem sempre são totalmente quebrados. Através da troca de favores, os usuários conseguem manter contato com familiares mediante o telefone de Mestre ou de Esse Menino. Na cena se constroem mães, irmãos e pais que atuam como figuras de referência para os usuários. Dessas pessoas são aceitos conselhos, proteção, favorecimentos, além de um sentimento de parceria.

Outro ponto que merece destaque ao lado da família, da doação e dos religiosos é a vizinhança da cena, que também é parte deste sistema. Com a aplicação dos questionários, pude perceber que a troca de favores e prestação de serviços são os elos que com mais frequência ligam os usuários, os moradores do bairro e os comerciantes do entorno. As interações se dão a partir das necessidades, sejam elas dos usuários precisando de qualquer *moeda* ou do morador que precisa colocar em casa material de construção ou botar fora uma quantidade de lixo. Essas relações não dependem dos representantes do Estado e sem elas os usuários dificilmente conseguiriam permanecer naquele espaço da cidade.

Todos, humanos e não humanos, formam o social e têm papel importante na sustentação da vida e na constituição da sociedade. O que se buscou demonstrar neste capítulo foi a forma como os usuários no Pela Porco se envolvem e são envolvidos de modo a formar um emaranhado de fios que se complementam e sustentam diversas pontas. Nesse sentido, todos os fios têm papel importante, tanto Estado quanto Sociedade Civil – embora a sociedade tenha papel preponderante, considerando que o Estado não alcança todos os grupos sociais como deveria, ao mesmo tempo que tem uma presença intermitente. Desse modo, entendo que as ações mobilizadas pelo dom, “que é meio de circulação de bens e de pessoas”, e vínculos que fortalecem as relações são parte relevante da estrutura social, configurando em grande medida o território que se forma no Pela Porco.

CONCLUSÃO

O território do Pela Porco cria uma paisagem no sentido elaborado por Tsing (2019), quando afirma que “paisagens são o sedimento concreto de fluxos vitais, condições atmosféricas, sonhos, memórias e representações”. Uma paisagem que se aproveita de locais em ruína para se estabelecer e produzir identidade caracterizando um grupo social. Pessoas em situação de rua usuárias de drogas têm ocupado espaços da cidade que já foram utilizados em demasia, explorados, danificados, depois abandonados e deixado à própria sorte, em geral locais no Centro Antigo (CAS) que viraram ruínas ou amontoados de escombros. Para Scudeller (2023), esse esvaziamento da função do centro antigo tem relação com o processo de expansão da cidade, quando há um deslocamento da classe alta para outros pontos da metrópole. Nessa abordagem, o que primeiro se degrada no centro não é seu ambiente físico, mas sua localização, que vai entrando em estado de ruína.

As paisagens globais de hoje estão repletas desse tipo de ruína. Ainda assim, esses lugares podem ser animados apesar dos anúncios de sua morte; campos de ativos abandonados às vezes geram novas vidas multiespécies e multiculturais. Em um estado global de precariedade, não temos outras opções além de procurar vida nessa ruína. (Tsing, 2019, p.7).

Essa ocupação se dá tanto em construções históricas que, em ruínas, tomadas por escombros, são ocupadas e reorganizadas para servirem de habitação, quanto nas ruas, vias públicas com pouco trânsito de pessoas ou estruturalmente abandonadas pelo Estado. Os lugares são assim apropriados e usados para outros fins, ou para o mesmo fim enfrentando outras condições. Em geral, acabam se tornando espaços degradados de onde em algum momento pessoas foram expulsas ou desencorajadas a morar. Logo, se não há casas ou gente morando, o lugar não é povoado e se torna um deserto “sem vida”, sendo ocupado por aqueles que, rotulados como moradores de rua, reinventam os espaços onde outras pessoas não se arriscariam em morar – de um lado, pela situação das construções, de outro, pelas condições e esvaziamento das ruas. A degradação destas áreas também as tornam ambientes insalubres e pouco convidativos ao trânsito. Contudo, como bem afirma Tsing (2019), “Paisagens têm histórias particulares e possibilitam emergir modos de vida que não condizem com os padrões expressos pelos conceitos de espécie ou sociedade.”

O espaço é o conjunto das relações que produzem paisagens urbanas, e das relações no Pela Porco emerge um modo de vida que oportuniza aos usuários – pessoas que socialmente não são aceitas devido serem estigmatizadas pelo uso, pela situação de rua e até mesmo pela

questão da saúde mental – viver de acordo com o que é possível. A partir dos eventos diários, o tempo para quem vive na rua é o tempo do momento presente. “O que se desprende dessa experiência rememorada é que é possível viver sem habitar casas e, portanto, sem contrapor casa e rua.” Em suma, “habitar o espaço público”.

O Estado, que representa as ideias dominantes, tenta apagar, esconder, invisibilizar os usuários. No entanto, a permanência deles na paisagem do Pela Porco não deixa a sociedade esquecer de toda a desigualdade posta, principalmente pela condição econômica, política e de poder. Os usuários resistem na paisagem, transformando espaços abstratos em espaços vividos, apropriados e adaptados à vida privada. Contudo, a presença desses atores não é acatada, não apenas pela situação de rua, mas sobretudo pelo uso de drogas ilícitas. O fato de os usuários consumirem crack, uma droga tida pelo senso comum como mais destruidora, que leva quem usa a “cadeia ou caixão” ou ao estado de “zumbis”, potencializa o desprezo a essas pessoas. O resultado desse uso é a produção de corpos franzinos e comportamentos socialmente rejeitados, desenhando uma paisagem composta por uma cena de uso, ou seja, um ambiente em ruína, degradado, “sem condições de habitar”. Um desafio à sociedade e ao Estado, que historicamente produz estratégias para manter sob controle grupos sociais oprimidos, subalternizados, violentados e, ainda assim, tidos como “perigosos”.

O Pela Porco não está situado em uma ruína, pelo menos não no sentido de um prédio em processo de destruição, tomado por escombros. Aqui, as ruínas significam um espaço precarizado, carente de estrutura, arruinado pela insuficiência de uma gama de Políticas Públicas. Ainda assim, o lugar é reconfigurado e ressurgido pelo social, que se reinventa para que os fluxos se formem e a vida siga em frente. A *maloca* é uma perturbação da paisagem que “abriga a vida” de muitos usuários. Ora, se “todas as formas de perturbação podem abrigar vida”, “encontrar vida em paisagens arruinadas” é o que os usuários fazem: eles se adaptam a viver em espaços que outros seres humanos acreditam ser inviáveis; produzem vida em meio ao caos, ao lixo, no concreto das vias públicas ou nas “carcaças” de prédios em decomposição. Mesmo nas ruínas, cada ente, seja ele humano ou não humano, tem papel na manutenção da vida, na movimentação e mobilização para que o espaço seja conservado em atividade e se construa enquanto território no qual as pessoas criam conexões, interações que as identificam entre si e as diferenciam de outros sujeitos usuários em situação de rua, habitando outros espaços e partilhando de outras relações.

O capitalismo vive de oportunidades, e os produtos ilegais são uma grande oportunidade para ganhar muito dinheiro e enriquecer quem está no topo da pirâmide. Para pessoas usuárias de drogas, o que fica é o lugar de prover essa riqueza e expandir o mercado a

partir de seu uso e da prestação de serviços para o tráfico de drogas – o que muitas vezes custa a vida. Manter algumas drogas no rol da ilicitude garante para alguns altos lucros e poder, e fomenta um mercado composto também por armas. Ademais, o sistema carcerário produz morte e ruínas para quem está na base do grande sistema que o proibicionismo opera, através da Política de Guerra às Drogas. Em geral, são pessoas negras em situação de extrema pobreza as mais afetadas, pois muitas vezes são alcançadas antes ou de forma mais efetiva pelo tráfico de drogas e pela Política de Segurança Pública do que pelas Políticas Públicas. Assim, lhes é negado o acesso a direitos básicos para viver com dignidade, com o sentimento de ser um cidadão de direitos e ser humano. Nesse contexto, não restam muitas oportunidades em territórios com a presença marcante dos operadores do mercado de drogas.

No caso aqui apresentado, os usuários em situação de rua, como descrito ao longo de todo o trabalho, desenvolvem táticas de sobrevivência. As artimanhas para lidar com as adversidades se entrelaçam com a Política operada pelos burocratas do Estado, com ações da sociedade civil através das diversas formas de dádiva que viabilizam o acesso cotidiano a insumos para a manutenção do corpo e da alma, com o comércio local que aproveita da mão de obra de baixo custo e, em contrapartida, tem que lidar com a instabilidade desta prestação de serviço, e, por fim, com o tráfico de drogas que, por um lado, organiza as regras e impõe o poder instrumentado pela violência e, por outro, tem nos usuários seus clientes cativos — mesmo que não dispensem a eles o tratamento e pompa que esse status merece.

Os usuários fazem no território do Pela Porco movimento similar ao dos guaiamuns petroleiros (Buti, 2019) e dos cogumelos matsutake (Tsing, 2019), que sobrevivem no e do ambiente das ruínas. Esses seres se ajustam, se refazem, se adequam às condições das ruínas, revolvem os escombros, se transformam e transformam o espaço onde vivem, fazem intervenções nas paisagens, enchem os espaços vazios de vida, criam identificação, constroem territórios e outras histórias. A habitação nas ruínas requer colaboração, “relação multiespécie, formação de rede”. Na rua, os usuários estão preocupados com o habitar; desse modo, tecem teias de relações que permitem a sobrevivência. Assim como o guaiamum petroleiro resistiu e não morreu contaminado pelo petróleo, mas sobreviveu e ganhou um novo nome, que o diferencia dos demais (Buti, 2019), os usuários em situação de rua resistem, sobrevivem com o que é possível, com o que a rua dá, se modificam, constroem outras relações e aprendem que na rua as interações precisam de sagacidade e malícia. Há vida que brota das ruínas, ou aquilo que externamente se nomeia por ruínas ou degredo. O usuário define como será utilizado o espaço que ocupa, ele é que preenche de conteúdo e humaniza as construções concebidas pelos arquitetos.

É utópico desejar que pudesse ser elaborada uma política pública “peripatética”, que pudesse caminhar, ir, vir e novamente voltar, movimentar-se como a vida das pessoas, sobretudo daquelas que estão em situação de extrema vulnerabilidade social e econômica. O desgaste do tecido socioeconômico não permite que as pessoas sejam estáticas e esperem o tempo da burocracia. É ineficiente a busca pelo encaixe em tantos perfis delineados por burocratas, cuja experiência não partilhada com quem a política se destina cria condicionantes que produzem efeito contrário ao esperado, em muitos casos contribuindo para a manutenção dos lugares sociais dos despossuídos.

Diante do exposto, encerro esse tempo dedicado ao recorte da pesquisa confirmando parcialmente minha hipótese inicial de que os usuários em situação de rua são parte de uma rede ou de uma trama de relações que subsidia a sobrevivência de todos os fios envolvidos. Juntos, tais fios se emaranham na construção de um território com vida pulsante e de interações particulares, nas quais juntamente “com outras coisas vivas e sociais (...), constituídas em relações com outros, reagem, e são transformadas”, arquitetando a vida em lugares onde a morte é o esperado e naturalizado.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. Do Direito à Cidade ao Fazer-Cidade. O Antropólogo, a Margem e o Centro. **Mana** [online], v. 21, n. 3, p. 483-498, dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483>. Acesso em: 1 jun. 2022.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.
- ALVAREZ, Isabel Pinto. A segregação como conteúdo do espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 111-126.
- ALVES, Ygor Diego Delgado. **Jamais fomos zumbis: Contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo**. Salvador: EDUFBA: CETAD, 2017.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: Produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 235-235.
- BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BRANDÃO, Juliana. LAGRECA, Amanda. O delito de ser negro – atravessamentos do racismo estrutural no sistema prisional brasileiro. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. p. 308-319, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Consultório na Rua**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/consultorio-na-rua>. Acesso em: 15 maio 2024.
- BRASIL. Decreto n. 7053 de 23 de dezembro de 2009. **Política Nacional da População em Situação de Rua**. Brasília, 2009.
- BUTI, Rafael Palermo. O “Gaiamum Petroleiro”, o “Meio Ambiente”, o “Quilombo” e o “Manquintal”: notas sobre (des) fazer mundos nas paisagens de mangueno Recôncavo da Bahia. **Anais da ReACT - Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**, v. 4, n. 4, 2019.
- BUTLER, Judith. Vida Precária, vida passível de luto. In: BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?**. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão técnica de Carla Rodrigues. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 13-55.
- CAILLÉ, Alain. **Antropologia do Dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves Fortificados: A nova segregação urbana. **Novos Estudos**, n. 47, mar. 1997. Disponível em: https://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/Enclaves-fortificados_segregacao-urbana.pdf. Acesso em: 16 maio 2024.

CALMON, Tricia Viviane Lima. As condições objetivas para o enfrentamento ao COVID-19: abismo social brasileiro, o racismo, e as perspectivas de desenvolvimento social como determinantes. **NAU Social**, v. 11, n. 20, p. 131-136, 2020.

CALVETE, Cássio da Silva; SOUZA, Taciana Santos de. História e formação do mercado das drogas. **Revista de economia**, Curitiba, v. 41, n. 76, p. 401-429, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: TAKANO CIDADANIA; ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

CARVALHO, Marcos Antônio Candido; SANTANA, Juliana Prates; VEZEDEK, Lucas. **Sumário Executivo da Pesquisa Cartografias dos Desejos e dos Direitos: Mapeamento e Contagem da População em Situação de Rua na Cidade do Salvador, Bahia, Brasil**. Salvador: Projeto Axé, 2017.

CLAUDINO, Livio Sergio Dias. Além do utilitarismo. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 1, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n.1, p. 171- 188, jan. 2002.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DULTRA. Lua Sá. Acesso da população em situação de rua na Atenção Básica: uma análise das práticas instituídas pela Saúde da Família no Centro Histórico de Salvador.

ESCOREL, Sarah. **Viver ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução: José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e sociedade**, v. 14, n. 2, p. 50-59, maio/ago. 2005.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **Agonia da Fome**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Salvador: EDUFBA, 2003.

GARROTE, Lara Stivel; GUAZZELLI, Bárbara Gonçalves. Ruínas de um futuro: Entre a memória e o esquecimento nos tempos de Gaia. **Pixo: Revista de Arquitetura Cidade e Contemporaneidade**, v. 8, n. 29, p. 238-251, 2024.

- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2022.
- GODELIER, Maurice. **O Enigma do Dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GODBOUT, Jacques. **O Espírito da Dádiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- GORDILLO, Gastón R. Introdução: Constelaciones. *In*: GORDILLO, Gastón. **Los escombros del progreso**: ciudades perdidas, estaciones abandonadas y deforestación sojera en el norte argentino. Siglo XXI editores, 2019.
- HART, Carl. **Drogas para adultos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- HART, Carl. **Um preço muito alto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: Políticas arrebatadoras. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- HOOKS, bell. **Teoria feminista**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- IBGE. Censo 2010. Painel. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/painel/?nivel=st>. Acesso em: 17 nov. 2023.
- INGOLD, Tim. **Antropologia**: para que serve?. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.
- INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação**, v. 39, n. 3, p. 404-411, 2016.
- INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, p. 25-44, 2012.
- JOHNSON, Allan. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LANCETTI, Antonio. **Clínica peripatética**. v. 3. São Paulo: Hucitec, 2008.
- LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**: Ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Editora UNESP, 2017.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: Uma introdução à Teoria Ator- Rede. Salvador: EDUFBA- EDUSC, 2012.
- LIMA, Antonio dos Santos. **Rotas Alteradas**: Estudo sobre mercados de drogas ilegais e sociabilidades na Grande Salvador. 282f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

MACHADO, Lia Zanotta. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, n. 5, p. 11-26, fev. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/icse/2001.v5n8/11-26/pt>. Acesso em: 29 out. 2024.

MACRAE, Edward. (org). **Pesquisa de verdade ou pesquisa de boca?** enfrentamentos metodológicos e éticos em pesquisas sociais no mundo dos psicoativos. Salvador: EDUFBA; CETAD; UFBA, 2023.

MAGNANI, J. G. C.. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11–29, jun. 2002.

MALHEIRO, Luana. Entre sacizeiro, usuário e patrão: um estudo etnográfico sobre consumidores de crack no Centro Histórico de Salvador. *In*: MACRAE, Edward; TAVARES, Luiz Alberto; NUÑEZ, Maria Eugênia (Orgs.). **Crack: contextos, padrões e propósitos de uso**. Salvador: EDUFBA; CETAD, 2013. p. 223-314 (Coleção drogas: clínica e cultura).

MALHEIRO, Luana Silva Bastos. **Tornar-se mulher usuária de crack: trajetória de vida, cultura de uso e políticas sobre drogas no centro de Salvador-BA**. 2019. 291f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MARTINI, Ricardo Agostini. **Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza**. Texto para discussão. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ricardo-Martini-3/publication/46465115_Um_ensaio_sobre_os_aspectos_teoricos_e_metodologicos_da_economia_da_pobreza/links/5ef94b25299bf18816efeb3e/Um-ensaio-sobre-os-aspectos-teoricos-e-metodologicos-da-economia-da-pobreza.pdf. Acesso em: 29 out. 2024.

MBEMBE, Achille. A ideia de um mundo sem fronteiras. **Blog Serrote**. Instituto Moreira Sales. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2019/05/a-ideia-de-um-mundo-sem-fronteiras-por-achille-mbembe/>. Acesso em: 19 nov. 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MONTOYA URIARTE, Urpi. **Mobilidade e território: Uma análise destes temas entre os usuários de crack que frequentam a Ladeira da Preguiça, no Centro de Salvador**. (No prelo)

MONTOYA URIARTE, Urpi; MULLER, Cíntia. (Edufba. 2024, no prelo).

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mão negras: Relações raciais, quilombos e movimentos**. Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASSER, Marina Mattar Soukef. **No labirinto: formas de gestão do espaço e das populações na Cracolândia**. 151f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NERY, A.; RIBEIRO, A.; MONTEIRO, L. **Guia do projeto consultório de rua**. Brasília: SENAD; Salvador: CETAD, 2011.

NUÑEZ, Maria Eugênia. A chegada do crack em Salvador: quem disse que o crack traz algo de novo? *In*: MACRAE, Edward; TAVARES, Luiz Alberto; NUÑEZ, Maria Eugênia (Orgs.).

Crack: contextos, padrões e propósitos de uso. Salvador: EDUFBA; CETAD, 2013. p. 135-170 (Coleção drogas: clínica e cultura).

OBSERVATÓRIO DE BAIROS SALVADOR. Barbalho. Disponível em: <https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/barbalho>. Acesso em: 25 maio 2023.

OLIVEIRA, Cora Corinta Macedo de. **La invencion del hambre brasileña**. Una etnografía del espacio público de las Sete portas en Salvador/Bahia. 2008. 299f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2008.

RIBEIRO, Marcelo Gomes; RAITANO, Felipe Camargo. Pobreza no Brasil e na metrópole do Rio de Janeiro: velhos problemas, novos dilemas. **Caderno CRH** [online]. v. 33 2020.

ROCHA, Edicarla Macêdo da. **“Tudo é violência”**: A percepção de violência de mulheres em situação de vulnerabilidade social do território do Pela Porco/Salvador/BA. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

RODRIGUES, Carla; GRUMAN, Paula. Do abjeto ao não-enlutável: o problema da inteligibilidade na filosofia de Butler. **Anuário Antropológico**, v. 46, n. 3, p. 67-84, 2021.

SALVADOR. **Lei nº 1038 de 15 de junho de 1960**. Fixa a delimitação urbana e suburbana dos distritos e sub- distritos do Município do Salvador, divide a cidade em bairros e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/1960/104/1038/lei-ordinaria-n-1038-1960-fixa-a-delimitacao-urbana-e-suburbana-dos-distritos-e-sub-distritos-do-municipio-do-salvador-divide-a-cidade-em-bairros-e-das-outras-providencias>. Acesso em: 25 maio 2023.

SALVADOR. Prefeitura Municipal; RENURB; PROJETO MINTER. **Projeto vale do Camurujipe, infra estrutura e urbanização em Pela Porco**: Estudo de viabilidade econômica financeira. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1983. Volume I.

SALVADOR. Prefeitura Municipal; RENURB; PROJETO MINTER. **Projeto vale do Camurujipe, infra estrutura e urbanização em Pela Porco**: Estudo de viabilidade econômica financeira. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1984. Volume II.

SALVADOR. Prefeitura Municipal; RENURB; PROJETO MINTER. **Projeto vale do Camurujipe, infraestrutura e urbanização em Pela Porco**: Estudo de viabilidade econômica financeira. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1985. Volume III.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **Relatório da Pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-BA**. 1. ed. Salvador: Programa Salvador Cidadania, 2010.

SANTOS, Elisabete; PINHO, José Antonio Gomes de; MORAES, Luiz Roberto Santos; FISCHER, Tânia (Orgs.). **O caminho das águas em Salvador**: bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAGS/UFBA, 2010.

SANTOS, Luigi Deivson. **O perfil dos lugares de uso de crack na cidade do Recife**. 2013. Monografia (Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva) - Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2013.

SANTOS, Sidione Ferreira dos; CARDOSO, Ryzia de Cassia Vieira; BORGES, Ísis Maria Pereira; ALMEIDA, Amanda Costal; ANDRADE, Emily Sodré; FERREIRA, Isabela Ormonde; RAMOS, Leandro do Carmo. Post-harvest losses of fruits and vegetables in supply centers in Salvador, Brazil: Analysis of determinants, volumes and reduction strategies.

Waste Management, v. 101, p. 161-170, jan. 2020. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0956053X19306385>. Acesso em: 19 nov. 2023.

SARTI, Cynthia Andersen. Contribui es da antropologia para o estudo da família.

Psicologia USP, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 69-76, 1992.

SCUDELLER, Bárbara Pozza. Dos novos projetos urbanos aos abandonos do centro de Presidente Prudente/SP. **Pixo: Revista de Arquitetura Cidade e Contemporaneidade**, v. 7, n. 24, p. 348-373, 2023.

SILVA, Anna Raquelle Edington Anselmo da. **“Pegue a visão”**: dinâmicas do fazer a rua como moradia na cidade de Salvador. 2020. Disserta o (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Gradua o em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

SPOSITO, Maria Encarna o Beltrão. Segrega o socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato ; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea - Segrega o espacial**. 1. ed.São Paulo: Editora Contexto, 2013.

STREET, Brian. Dimensões “escondidas” na escrita de artigos acad micos. **Perspectiva**, v. 28, n. 2, p. 541-567, 2010.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

TSING, Anna Lowenhaupt. Paisagens arruinadas (e a delicada arte de coletar cogumelos). **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, v. 15, n. 30, p. 366-382, nov. 2018.

VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. Editora Schwarcz; Companhia das Letras, 2013.

VEZEDEK, Lucas; SANTANA, Juliana Prates; FRAGA, Larissa dos Santos; BRITO, Patrícia Lustosa. **Sumário executivo de pesquisa**: mapeamento, contagem e caracteriza o da popula o em situa o de rua em Salvador. Centro Projeto Axé, 2023.

URIARTE, Urpi Montoya; CARIA, Luisa; NOVAES, M. B.; BARRETO, Natália; PRUDENTE, A. **Habitantes da Preguiça**: comunidade, moradores, usuários e território no Centro de Salvador. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2023.

URIARTE, Urpi Montoya. Habitar ruínas. O bairro da 28 (Centro Histórico de Salvador) nas memórias de seus habitantes. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 22, n. 58, 2021.

URIARTE, Urpi Montoya. **Entra em beco, sai em beco – formas de habitar o Centro**: Salvador e Lisboa. Salvador: EDUFBA, 2019.

URIARTE, Urpi Montoya. Produção do espaço urbano pelos homens ordinários: antropologia de dois micro-espços na cidade de Salvador. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 15, n. 36, 2014.

NOTÍCIAS CONSULTADAS

ACUSADO de sequestros e estupros é morto em ação policial na Sete Portas. **Correio 24 horas**, 18 fev. 2022. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/acusado-de-sequestros-e-estupros-e-morto-em-acao-policial-na-sete-portas/>. Acesso em: 1 maio 2023.

APÓS denúncia, MP-BA vai apurar processo de limpeza na região do Pela Porco, em Salvador. **Farol da Bahia**, 16 jan. 2022. Disponível em: <https://www.faroldabahia.com.br/noticia/apos-denuncia-mp-ba-vai-apurar-processo-de-limpeza-na-regiao-do-pela-porco-em-salvador>. Acesso em: 8 maio 2024.

CASAL em situação de rua é queimado na Sete Portas. **A Tarde**, 23 maio 2017. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/casal-em-situacao-de-rua-e-queimado-na-sete-portas-868344>. Acesso em: 1 maio 2023.

COMUNIDADE Pela Porco terá evento voltado para combate ao uso de drogas. **R7**, 2 jun. 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/bahia/comunidade-pela-porco-tera-evento-voltado-para-combate-ao-uso-de-drogas-02062016>. Acesso em: 1 maio 2023.

HOMEM morto no Pela Porco era um dos maiores milicianos de Salvador, estuprava esposas de traficantes e estava na companhia de ex-PM. **Aratu On**, 18 fev. 2022. Disponível em: <https://aratuon.com.br/cidade/2022-02-18/homem-morto-no-pela-porco-era-um-dos-maiores-milicianos-de-salvador-estuprava-esposas-de-trafficantes-e-estava-na-companhia-de-ex-pm/>. Acesso em: 1 maio 2023.

MARINHO, Nilson. Após queimar ônibus, moradores voltam a protestar contra ação policial. **Correio 24 horas**, 2 out. 2018. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/apos-queimar-onibus-moradores-voltam-a-protestar-contr-acao-policial/>. Acesso em: 1 maio 2023.

MORADORES da comunidade Pela Porco, em Salvador, protestam na Av. Sete Portas contra abordagem policial. **TV Bahia**, 13 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/07/13/moradores-da-comunidade-pela-porco-em-salvador-protestam-na-av-sete-portas-contr-abordagem-policial.ghtml>. Acesso em: 1 maio 2023.

MORADORES protestam na Sete Portas. **R7**, 18 fev. 2017. Disponível em: <https://noticias.r7.com/bahia/balanco-geral-ba/videos/moradores-protestam-na-sete-portas-18022017>. Acesso em: 1 maio 2023.

MORADORES voltam a protestar na Sete Portas após ônibus ser incendiado. **A Tarde**, 2 out. 2018. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/moradores-voltam-a-protestar-na-sete-portas-apos-onibus-ser-incendiado-997419>. Acesso em: 1 maio 2023.

MULHER é baleada em troca de tiros na região da Pela Porco. **A Tarde**, 17 fev. 2022. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/mulher-e-baleada-em-troca-de-tiros-na-regiao-da-pela-porco-1187378>. Acesso em: 1 maio 2023.

MULHER é baleada durante troca de tiros envolvendo PM na região do Pela Porco. **Correio 24 horas**, 16 fev. 2022. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/mulher-e-baleada-durante-troca-de-tiros-envolvendo-pm-na-regiao-do-pela-porco/>. Acesso em: 1 maio 2023.

ÔNIBUS é incendiado durante protesto nas Sete Portas. **Correio 24 horas**, 29 mar. 2021. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/onibus-e-incendiado-durante-protesto-nas-sete-portas/>. Acesso em: 1 maio 2023.

'PELA PORCO': após protesto, moradores fazem silêncio em local onde ônibus foi incendiado. **Bahia Meio Dia**, 3 out. 2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7061484/>. Acesso em: 1 maio 2023.

'PELA PORCO': grupo protesta na região onde um ônibus foi incendiado, na Sete Portas. **Bahia Meio Dia**, 3 out. 2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7058663/>. Acesso em: 1 maio 2023.

PM apreende 48 aves silvestres em operação na região da Sete Portas. **Correio 24 horas**, 31 ago. 2017. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/pm-apreende-48-aves-silvestres-em-operacao-na-regiao-da-sete-portas/>. Acesso em: 1 maio 2023.

RICARDO, M arcelo. Nova unidade atende público em situação de rua. **A Tarde**, 7 jun. 2018. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/nova-unidade-atende-publico-em-situacao-de-rua-967819>. Acesso em: 1 maio 2023.

SEMPRE. Comunidade do Pela Porco recebe serviços socioassistenciais neste sábado (14). **Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer**. Disponível em: <https://sempre.salvador.ba.gov.br/acao-leva-servicos-socioassistenciais-a-comunidade-do-pela-porco-neste-sabado-14/>. Acesso em: 1 maio 2023.

SOUZA, Gisele. Projeto arrecada doações de cestas básicas para comunidade de Pela Porco. **A Tarde**, 29 abr. 2021. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/projeto-arrecada-doacoes-de-cestas-basicas-para-comunidade-de-pela-porco-1154974>. Acesso em: 1 maio 2023.

SUSPEITO morre em confronto com a PM nas Sete Portas; drogas e arma são apreendidas. **A Tarde**, 27 abr. 2020. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/suspeito-morre-em-confronto-com-a-pm-nas-sete-portas-drogas-e-arma-sao-apreendidas-1116232>. Acesso em: 1 maio 2023.

TRÊS pessoas morrem e outras duas ficam feridas em chacina na Sete Portas. **A Tarde**, 15 set. 2019. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/tres-pessoas-morrem-e-outras-duas-feridas-em-chacina-na-sete-portas-1085308>. Acesso em: 1 maio 2023.